

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ALESSANDRO VICELI

**DINÂMICA ESPACIAL DAS AGROINDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO NORTE
PIONEIRO DO PARANÁ E O PAPEL DO BNDES**

FRANCISCO BELTRÃO

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA

ALESSANDRO VICELI

DINÂMICA ESPACIAL DAS AGROINDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO NORTE
PIONEIRO DO PARANÁ E O PAPEL DO BNDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Clóvis Medeiros

FRANCISCO BELTRÃO

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Viceli, Alessandro
Dinâmica espacial das agroindústrias da Mesorregião
Norte Pioneiro do Paraná e o papel do BNDES / Alessandro
Viceli; orientador(a), Marlon Clovis Medeiros, 2018.
259 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

1. Norte Pioneiro. 2. BNDES. 3. Agroindústrias. 4.
Cadeias produtivas. I. Medeiros, Marlon Clovis. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOCTORADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

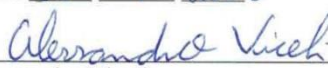
DINÂMICA ESPACIAL DAS AGROINDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO
NORTE PIONEIRO DO PARANÁ E O PAPEL DO BNDES

Autora: Alessandro Viceli

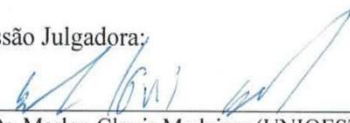
Orientador: Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros

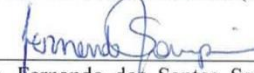
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Alessandro Viceli e aprovada pela comissão julgadora.

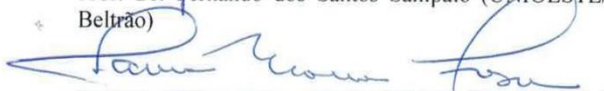
Data: 19 / 04 / 2018


Alessandro Viceli

Comissão Julgadora:


Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE/ Francisco Beltrão)


Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE/ Francisco Beltrão)


Profa. Dra. Tânia Maria Fresca (UEL/ Londrina)

**Dedico este trabalho ao meu pai Amauri, à minha mãe Lourdes
e à minha esposa Luciana Helena, por serem a luz que me
iluminou durante todos os anos da minha vida.**

AGRADECIMENTOS

Quero através dessas humildes palavras, abraçar cada um de vocês e retribuir um pouco de tudo que fizeram por mim.

Primeiramente quero agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Marlon Clóvis Medeiros, por ter me guiado durante todo esse percurso do mestrado. Confesso que ao final de cada conversa que tínhamos, eu me sentia com ainda mais ânimo para continuar firme com a pesquisa. Suas orientações foram essenciais para a construção desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Fernando Santos Sampaio pelas importantes sugestões e críticas para com a minha pesquisa. Desde o seminário de dissertação, passando pela qualificação, até a defesa, busquei sempre seguir grande parte das vossas contribuições.

A todos da minha família, principalmente meus pais Amauri e Lourdes, pelo apoio constante, pelos ensinamentos e pelo amor que vocês têm por mim. Meus pais não tiveram a oportunidade de seguir em seus estudos, no entanto, sempre se esforçaram ao máximo para dar plenas condições para que eu e minha irmã pudéssemos estudar. Sou uma pessoa de muita sorte por ter pessoas como eles para me guiar. Meus pais são os maiores exemplos que eu procuro seguir. Deixo meus agradecimentos para minha irmã Leilane, meu cunhado Roger e meu querido sobrinho Luiz Otávio, por toda a força que me deram durante essa caminhada e também pelas vezes que me levaram até a rodoviária de Siqueira Campos, onde por vezes embarcava rumo a Francisco Beltrão. A presença de vocês e também de meus pais no embarque é que me animava a encarar as 12 horas de viagem. Amo muito vocês.

Meu mais sincero agradecimento a minha esposa Luciana Helena, pessoa de origem humilde e de um coração enorme, cuja companhia foi de essencial importância durante o mestrado. Foi ela que me deu força nas horas mais difíceis e que me aturou nos meus momentos de estresse, relevando por inúmeras vezes o meu mau humor. O seu espírito de perseverança me contagiava a cada dia, a cada viagem, a cada hora de estudo e a cada página escrita desse trabalho. Tudo o que você fez por mim durante esse percurso é a mais plena materialização do que é o amor. Te amo.

É impressionante como surgem em nossa vida, determinadas pessoas que tornam a nossa caminhada mais feliz e prazerosa. Dentre essas pessoas, deixo aqui meu agradecimento a duas grandes pessoas, excelentes geógrafos, Eduardo e Josué. A tarefa de dividir a moradia de uma casa não é nada fácil, no entanto, para nós, foi totalmente ao contrário, pois parecia que já éramos velhos amigos, tamanha a sintonia na qual estabelecemos desde o começo. Nossas conversas, reflexões intelectuais, piadas, risadas, refeições e caminhadas até a Unioeste, guardo tudo com muito carinho. Ressalto que naquela casa o riso sempre imperava, pois tudo era motivo para se fazer uma piada, até mesmo nas situações difíceis sempre saía uma fala cômica que tornava tudo mais claro e tranquilo. Vocês foram muito importantes para mim neste mestrado e saibam que aqueles cafés que eu fazia, nas nossas manhãs e tardes, era um pequeno gesto de agradecimento e companheirismo. Da mesma forma, foram parte desse importante círculo de amizade em Francisco Beltrão os companheiros Hernani, Thiago, Ana Paula, Marizete, Cirineu, Juvenir, especialmente as grandes geógrafas Shaiane, Milena e Leila, pessoas do bem e comprometidas com a ciência geográfica, que através da nossa convivência e amizade pude aprender muitas coisas. Todos vocês citados neste parágrafo, foram o combustível de ânimo para a conclusão deste mestrado.

A todos os Professores, Equipe Diretiva e Funcionários do Colégio Estadual David Carneiro de Guapirama deixo aqui o meu muito obrigado por toda a força. Esses agradecimentos se estendem especialmente aos meus grandes amigos Shirley, William e Zilda (ela que também realizou com grande maestria a revisão da língua portuguesa desta dissertação), por compreenderem os meus momentos de ausência da secretaria e pelo constante incentivo, sou muito grato a todos vocês.

A toda grande família Oliveira, pelo constante incentivo.

Aos amigos Leonardo, Kamila, Kathya, Drieli e Vanessa, que para mim são os melhores presentes que a graduação em Geografia me deu.

Tenho a plena certeza de que os trabalhos de campo enriqueceram muito este trabalho e por isso agradeço as empresas Grupo Pioneiro, Cooperativa Integrada, Usina Jacarezinho, Cafeeira Dois Irmãos, Olicafé e Coaflep, que me receberam muito bem e transmitiram informações essenciais para a condução dessa pesquisa.

A Prof. Dr.^a Roseli Alves dos Santos, pelas importantíssimas contribuições para a minha pesquisa durante a etapa de qualificação. Agradeço também a Prof. Dr.^a Tânia Maria Fresca, por ter aceitado fazer parte da banca de defesa da minha dissertação e

por todas as sugestões e críticas construtivas ao meu trabalho, nas quais busquei incorporá-las na versão final desta pesquisa. Para mim foi uma honra ter tido em minha banca uma grande geógrafa como ela.

A todos os companheiros do Grupo de Pesquisa Dinâmica Econômica e Formação Sócio-espacial, pelo convívio acadêmico e constante aprendizado. Também gostaria de agradecer a todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste de Francisco Beltrão e especialmente a Secretária Andréia Zuchelli Cucchi, pelo exemplo de profissionalismo e prestatividade.

Por fim, quero agradecer a querida Dona Alzira, senhora humilde, de um coração generoso, que estabeleceu conosco (Eu, Eduardo e Josué) não uma relação entre inquilino e locatário, mas sim uma relação de carinho e amizade.

DINÂMICA ESPACIAL DAS AGROINDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ E O PAPEL DO BNDES

RESUMO

A presente pesquisa analisa a dinâmica espacial das agroindústrias da Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná e o papel dos financiamentos via BNDES nesse processo. Desta forma, são abordadas as formas de como esse capital foi inserido na dinâmica produtiva dessas agroindústrias e quais foram as dinâmicas espaciais vinculadas a esses fluxos de capital. Para tal objetivo focamos nas cadeias produtivas mais importantes dessa região e também nas agroindústrias que realizaram operações de financiamento junto ao BNDES durante os anos de 2000 a 2016, priorizando as empresas de maior porte, mas utilizando também nas análises as agroindústrias menores. A construção teórica foi estruturada principalmente a partir da utilização da categoria de Formação Sócio-espacial desenvolvida por Milton Santos, para o entendimento da gênese e desenvolvimento das agroindústrias do Norte Pioneiro, juntamente com as contribuições teóricas de Ignácio Rangel, através da Dualidade básica da economia brasileira, acrescidos dos aportes teóricos vinculados aos ciclos da economia, propostos por este autor. Desta forma, os resultados da pesquisa apontam para uma intensa dinamização das forças produtivas e relações de produção das agroindústrias que utilizaram os fluxos de capitais do BNDES durante o referido período, possibilitando novas dinâmicas espaciais, ampliando o movimento de reprodução ampliada do capital nessas empresas. No que se refere a Mesorregião Norte Pioneiro, esses fluxos de capitais desta instituição financeira proporcionaram principalmente alterações no perfil do crédito rural nas Microrregiões de Ibaiti e Wenceslau Braz, elevação da produção e dinamização das cadeias produtivas da laranja, milho, frango, café, ampliação dos empregos diretos e indiretos, juntamente com a inserção mais efetiva desta região no circuito produtivo do setor industrial.

Palavras-chave: Norte Pioneiro; BNDES; Agroindústrias; Cadeias produtivas.

SPATIAL DYNAMICS OF AGRICULTURAL INDUSTRIES FROM THE NORTH REGION OF PARANÁ AND THE ROLE OF BNDES

ABSTRACT

This research analyses the spatial dynamics of agricultural industries from the North region of Paraná state and the role of financial support by BNDES in this process. The analysis approaches the ways in which this capital has been injected in these agricultural industries' productive dynamics and what have been the spatial dynamics linked to this capital flow. In order to achieve the objective we have focused on this region's most important productive chains and on agricultural industries that have received financial support from BNDES during the years of 2000 to 2016, focusing on large companies, but also analyzing smaller industries. The theoretical construction was structured over Milton Santos' conceptual category of Socio-spatial Formation for the understanding of the genesis and the development of agricultural industries from the North region, along with Ignácio Rangel's theoretical contributions, through the Brazilian Economic Basic Duality, as well as the author's approaches on economic cycles. The results point to productive forces intense dynamics and productive relations of agricultural industries that have received BNDES' financial support during the correspondent period, allowing new spatial dynamics and broadening these companies' increased capital reproduction movement. In relation to the North region of Paraná state, capital flows coming from the financial institution have allowed switches mainly on the rural credit profile within the micro-regions of Ibaiti and Wenceslau Braz, as well as on the production elevation and dynamics of orange, corn, chicken, and coffee productive chains, in addition to the amplification of direct and indirect jobs, along with this region's more effective insertion within the productive circuit of the industrial sector.

Key words: North region; BNDES; Agricultural Industries; Productive chains.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização da Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná	23
Mapa 02 – Microrregiões pertencentes ao Norte Pioneiro do Paraná.....	24
Mapa 03 – Formações sócio-espaciais do Norte Pioneiro do Paraná	50
Mapa 04 – Principais rodovias do Norte Pioneiro	67
Mapa 05 – Localização da Unidade Industrial da Klabin	123
Mapa 06 – Porcentagem de contratações para o setor agropecuário realizadas pelo BRDE entre as Mesorregiões do Paraná	140
Mapa 07 – Localização do município de Jacarezinho onde está instalada a Usina Jacarezinho	144
Mapa 08 - Localização do município onde está instalada a Unidade Industrial de Processamento de milho da Cooperativa Integrada	155
Mapa 09 - Município de localização onde está instalada o frigorífico Frangos Pioneiro	166
Mapa 10 - Município onde está instalada a Unidade de Suco da Cooperativa Integrada	188
Mapa 11 – Porcentagem da produção de laranja por Mesorregião no Estado do Paraná – valores acumulados entre 2001 a 2016	196
Mapa 12 – Principais municípios produtores de laranja no Norte Pioneiro do Paraná	200
Mapa 13 – Solos do Estado do Paraná.....	201
Mapa 14 – Localização das agroindústrias de café	222

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de cafeeiros na Micro Região de Wenceslau Braz – Norte Pioneiro	53
Tabela 02 – Número de cafeeiros na Micro Região de Jacarezinho – Norte Pioneiro	53
Tabela 03 – Participação (%) dos diferentes grupos da indústria do Paraná nos gêneros produtos alimentares, madeira e têxtil – 1960.....	59
Tabela 04 – População das Mesorregiões do Paraná	69
Tabela 05 – Valor da colaboração autorizada (Cr\$ Milhões correntes) junto ao BNDE de acordo com os setores da atividade econômica.....	82
Tabela 06 – Evolução dos recursos externos do BNDE (1966-78).....	88
Tabela 07 – Demonstração do índice simples da utilização dos insumos básicos de produção por parte do setor agrícola – (1966=100)	89
Tabela 08 – Colaboração financeira autorizada pelo BNDE de acordo com regiões Geoeconômicas e UF – 1956/65.....	91
Tabela 09 – Total anual de crédito rural no Brasil e sua respectiva finalidade	94
Tabela 10 – Total da produção de alguns ramos do setor agroindustrial	98
Tabela 11 – Desembolsos e números de operações para as principais cadeias – 1990/99	105
Tabela 12 – Valor das importações, exportações e saldo da balança comercial do Brasil	105
Tabela 13 – Desembolsos do BNDES às principais cadeias produtivas brasileiras	107
Tabela 14 – Número de operações do BNDES de acordo com o porte das empresas	111
Tabela 15 – Número de empresas de acordo com cada região do Brasil	114
Tabela 16 – Desembolsos do BNDES por região (% do total).....	116
Tabela 17 – Valor dos desembolsos do BNDES por estado brasileiro (mil) – (anos selecionados)	117
Tabela 18 – Operações financeiras entre o BNDES e a Klabin S/A em suas unidades industriais no Paraná	121
Tabela 19 – Produção de madeira para papel e celulose e seu respectivo valor de alguns municípios do Norte Pioneiro	122
Tabela 20 – Crédito rural – Evolução dos recursos financeiros no Brasil – valores nominais e constantes	127

Tabela 21 - Participação das Mesorregiões do Paraná no total de crédito rural – (%)	129
Tabela 22 – Total de crédito rural para o Estado do Paraná e Mesorregião Norte Pioneiro (NP)	130
Tabela 23 – Desembolsos do BNDES FINAME entre as Mesorregiões do Estado do Paraná – (Valores totais do período de 2013 a 2017)	139
Tabela 24 – Total de capital do BNDES por seguimento agroindustrial no Norte Pioneiro – (Total dos anos de 2000 a 2016)	142
Tabela 25 – Operações de crédito (R\$) do BNDES para a Usina Jacarezinho – (2007 – 2015)	145
Tabela 26 - Distribuição espacial da cana por regiões do Paraná – Safra 2012	149
Tabela 27 – Área colhida na MRG de Jacarezinho e Norte Pioneiro – Anos selecionados	152
Tabela 28 – Financiamentos da Cooperativa Integrada para a unidade industrial de Andirá – operações indiretas não automáticas	156
Tabela 29 – Financiamentos da Cooperativa Integrada para a unidade industrial de Andirá – operações indiretas automáticas	157
Tabela 30 – Financiamentos do BNDES para a expansão produtiva da Empresa Frangos Pioneiro – operações indiretas automáticas – 2004 a 2007	167
Tabela 31 – Financiamentos do BNDES para a expansão produtiva da Empresa Frangos Pioneiro – operações indiretas não automáticas	167
Tabela 32 – Financiamentos do BNDES para a expansão produtiva da Empresa Frangos Pioneiro – operações indiretas automáticas – 2009 e 2010	168
Tabela 33 – Produção de frangos nos municípios das Microrregiões de Ibaiti e Wenceslau Braz – anos selecionados	173
Tabela 34 – Financiamentos do BNDES para a expansão produtiva do Grupo Pioneiro – operações indiretas automáticas – 2011 e 2016	177
Tabela 35 – Quantidade produzida pela empresa Rações Pioneira	179
Tabela 36 – Número de funcionários da empresa Frangos Pioneiro	182
Tabela 37 – Quantidade produzida pela empresa Frangos Pioneiro	183
Tabela 38 – Financiamentos da Cooperativa Integrada junto ao BNDES nos anos de 2011 e 2012	191
Tabela 39 – Investimento da Cooperativa Integrada na unidade industrial de processamento de suco em Uraí	192
Tabela 40 – Financiamentos da Cooperativa Integrada junto ao BNDES nos anos de 2013 a 2016	193
Tabela 41 – Produção de laranja (toneladas) no Norte Pioneiro do Paraná	197

Tabela 42 – Principais municípios produtores de laranja (toneladas) no Norte Pioneiro do Paraná – (2001 a 2016).....	199
Tabela 43 – Demonstrativo contábil da Unidade de sucos de laranja de Uraí.....	204
Tabela 44 – Brasil – Consumo interno de café em sacas e per capita – (em milhões de sacas de 60 kg)	211
Tabela 45 – Agroindústrias de café que atuam no Norte Pioneiro	213
Tabela 46 – Quantidade e valor de custeio para a produção de café para os Municípios do Norte Pioneiro através do PRONAF – (2013 a 2016).....	219
Tabela 47 – Crédito de custeio para produção de café no Município de Carlópolis	222
Tabela 48 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Olicafé (Derbli Indústria e Comércio de produtos agrícolas LTDA) – operações indiretas automáticas	227
Tabela 49 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Olicafé (L. P. DOS SANTOS CARLI & CIA LTDA - ME) – operações indiretas automáticas	227
Tabela 50 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Café Casa Verde – operações indiretas automáticas	227
Tabela 51 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Reicafé Comércio e Indústria de Café – operações indiretas automáticas	229
Tabela 52 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Indústria e Comércio Café Benetti – operações indiretas automáticas	229
Tabela 53 – Marcas produzidas pela Cafeeira Benetti	230
Tabela 54 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Cafeeira São Carlos – operações indiretas automáticas	231
Tabela 55 – Financiamentos do BNDES para a Cia Iguaçu – operações indiretas automáticas	232
Tabela 56 – Principais eventos de acumulação de capacidade tecnológica da Iguaçu	233
Tabela 57 – Financiamento na linha BNDES Exim Pré-Embarque realizado pela Cia Iguaçu	235
Tabela 58 – Marcas dos cafés torrados e moídos pelo Grupo Dois Irmãos	238
Tabela 59 – Financiamentos do BNDES para a Cafeeira Guidelli – operações indiretas	239
Tabela 60 – Financiamentos do BNDES para a Florão Alimentos – operações indiretas	239

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução dos desembolsos do BNDES para todo o Brasil (milhões de reais)	109
Gráfico 02 – Valor concentrado das contratações (milhões de reais) do BNDES de acordo com cada setor da economia – (2002 a 2016)	110
Gráfico 03 – Desembolsos do BNDES por porte de empresas	113
Gráfico 04 – Desembolsos para o setor agroindustrial por região do Brasil.....	118
Gráfico 05 – Desembolso (milhões) do BNDES por setor da economia do PR – (2002 – 2016)	120
Gráfico 06 – Direcionamento do crédito rural na agricultura do Norte Pioneiro	132
Gráfico 07 – Direcionamento do crédito rural na pecuária do Norte Pioneiro	133
Gráfico 08 – Fluxo de crédito rural para a agricultura nas Microrregiões do Norte Pioneiro – 2000 a 2016	134
Gráfico 9 - Percentual da produção de milho no Norte Pioneiro - (2000 a 2015)...	136
Gráfico 10 - Percentual da produção de soja no Norte Pioneiro - (2000 a 2015)...	136
Gráfico 11 – Fluxo de crédito rural para a pecuária nas Microrregiões do Norte Pioneiro – 2000 a 2016	138
Gráfico 12 – Quantidade (toneladas) de cana-de-açúcar produzida pelos principais municípios produtores do Norte Pioneiro	147
Gráfico 13 - Milho total (mil toneladas) 1ª e 2ª safras – Brasil.....	160
Gráfico 14 - Principais Estados produtores de milho (mil toneladas) - Anos safra 2003/04 a 2015/16	162
Gráfico 15 - Produção de milho das Mesorregiões do Paraná – Porcentagem do valor acumulado	162

Gráfico 16 - Financiamentos para a Agricultura e Pecuária na MGR de Wenceslau Braz	169
Gráfico 17 - Financiamentos para a Agricultura e Pecuária na MGR de Ibaiti	170
Gráfico 18 - Efetivo de galináceos das Microrregiões de Ibaiti e Wenceslau Braz	175
Gráfico 19 - Consumo Per Capita de carne de frango (kg/hab) no Brasil	172
Gráfico 20 – Produção e exportação brasileira de carne de frango (mil toneladas)	176
Gráfico 21 - Exportações brasileiras de carne de frango - 2015	181
Gráfico 22 - Principais Municípios produtores de café no Norte Pioneiro – (2000 a 2016)	221

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Relevo do Paraná.....	33
Figura 02 – Localização da Colônia Militar Jataí e Colônia Mineira.....	36

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CMBEU - Comissão Mista Brasil Estados Unidos

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

COAFLEP – Cooperativa Agropecuária Familiar do Leste Pioneiro

DERAL – Departamento de Economia Rural

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FES – Formação Econômica e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

JK – Juscelino Kubtschek

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná

PSD – Partido Social Democrático

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A GÊNESE DAS AGROINDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ	31
--	-----------

1.1 Gênese do processo de ocupação efetiva e das dinâmicas econômicas no Norte Pioneiro	31
1.2 Produção cafeeira e as ferrovias no Norte Pioneiro	41
1.3 Oscilações da atividade cafeeira no Norte Pioneiro: as novas dinâmicas espaciais através do surgimento e desenvolvimento das agroindústrias na região	52

CAPÍTULO II

COMPLEXOS AGRINDUSTRIAIS, CRÉDITO RURAL E A ATUAÇÃO DO BNDES	74
---	-----------

2.1 Mudanças na base técnica da agricultura, gênese dos Complexos Agroindustriais e do BNDES	74
2.2 A transição da década de 1990 para os anos 2000: as ações articuladas do BNDES sobre as agroindústrias	100
2.3 O perfil de investimentos do BNDES no Brasil e no Paraná	105
2.4 O comportamento espacial do crédito agrícola e dos recursos do BNDES no Norte Pioneiro	123

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL DAS AGROINDÚSTRIAS DO NORTE PIONEIRO E AS VINCULAÇÕES COM O CAPITAL DO BNDES	143
--	------------

3.1 Cadeia produtiva de açúcar e álcool	143
3.2 Cadeia produtiva do milho	153
3.3 Cadeia produtiva de frangos	164
3.4 Cadeia produtiva do suco de laranja	184

3.5 Cadeia produtiva do café	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245
ANEXOS	256

INTRODUÇÃO

Quando nos propomos a desenvolver um estudo vinculado à Geografia, é importante termos a clareza de que tal tarefa exige uma postura interdisciplinar no intuito de “assumir funções não somente de geógrafo estrito-sensu, mas de historiador, economista, sociólogo, etc (MAMIGONIAN, 1999, p.170)”. Diante dessa concepção, buscamos conduzir este trabalho da forma mais abrangente possível, dialogando com múltiplas ciências, na tentativa de estabelecer uma visão holística sobre os processos estudados. Tudo isso se faz necessário, uma vez que “o objeto da Geografia é sintético por natureza [...] (CHOLLEY, 1964, p.267)” e se estabelece no tempo e no espaço.

É no espaço que os diferentes modos de produção e todo o seu conjunto de relações se materializam, de forma que é no tempo, que tais modos de produção vão sendo gradativamente substituídos, pois “a história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço (SANTOS, 1977, p.4)”. Desta forma, quando tratamos de dinâmicas espaciais estamos nos referindo as forças produtivas e relações sociais de produção, que possuem vinculação com elementos econômicos, sociais e políticos, sendo o espaço a sua plataforma de materialização.

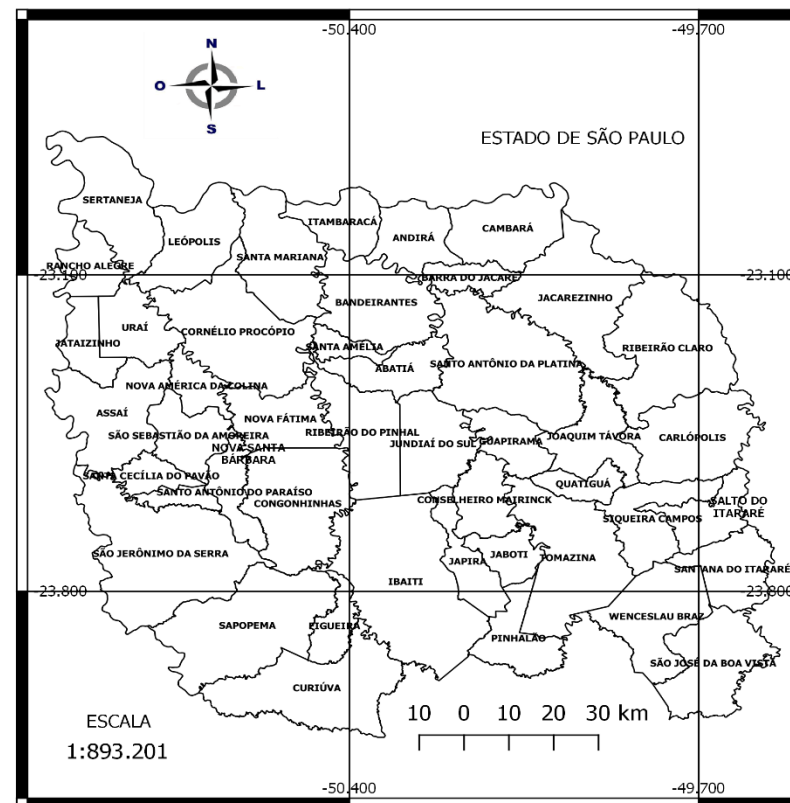
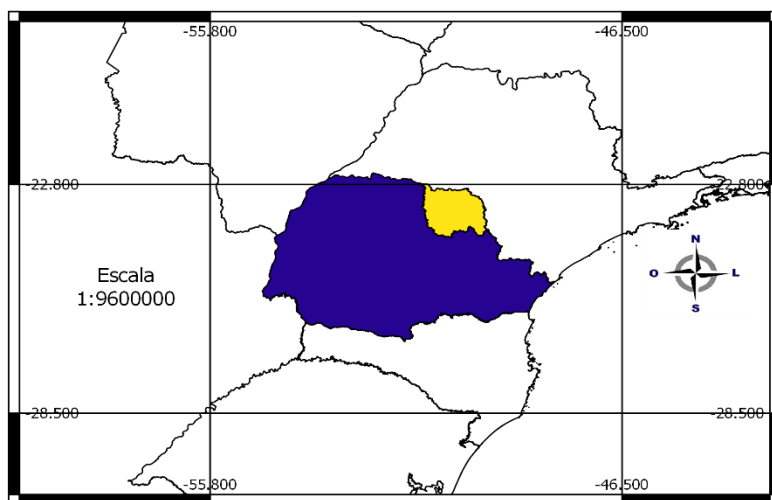
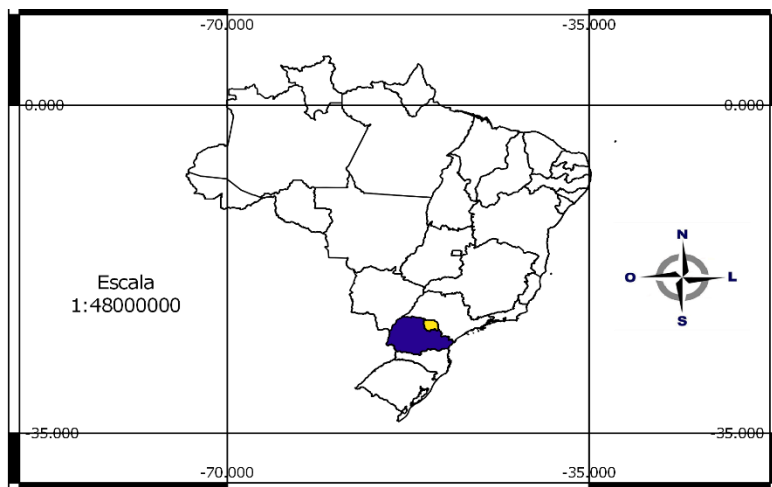
Seguindo essas premissas teóricas, a presente pesquisa possui como objetivo compreender as dinâmicas espaciais das agroindústrias da Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná e o respectivo papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) neste processo, durante os anos de 2000 a 2016. Como objetivos específicos esta pesquisa se propunha a enfatizar nos seguintes itens: demonstrar o processo de formação social do Norte Pioneiro, destacando a gênese das agroindústrias dessa região; compreender a atuação do BNDES junto a formação e desenvolvimento dos complexos agroindustriais no Brasil; analisar o fluxo de capital do BNDES para as agroindústrias do Norte Pioneiro e averiguar como este foi incorporado na estrutura produtiva destas empresas; identificar os impactos socioeconômicos desse fluxo de capital para essas agroindústrias e para a região.

Destacamos que a opção por este recorte espacial se justifica pelo fato dessa Mesorregião ter sido a primeira a ser ocupada no que se refere ao Norte do Paraná, juntamente com um perfil produtivo do setor industrial que é diferente das demais

Mesorregiões do Estado, principalmente na questão da escala e diversificação da produção. Em relação ao recorte temporal, a opção se estabeleceu em virtude do contexto econômico e principalmente político dos anos 2000 no Brasil, uma vez que com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, novas propostas de desenvolvimento para os diversos setores da economia foram se materializando, com o BNDES exercendo uma importante função nesta dinâmica. É justamente pela plataforma desenvolvimentista desta instituição financeira pública, que basicamente é o reflexo da postura política do Estado brasileiro no referido contexto, a opção por buscar a compreensão das dinâmicas espaciais no Norte Pioneiro do Paraná vinculadas ao fluxo de capital deste banco.

A Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná é composta por 46 municípios, divididos nas Microrregiões de Ibaiti, Jacarezinho, Cornélio Procopio, Assaí e Wenceslau Braz, conforme podemos observar nos mapas 01 e 02. A população total dessa Mesorregião gira em torno de 546.224 mil habitantes (IBGE, 2010), com uma densidade populacional de 34,5 hab./km².

Mapa 01 – Localização da Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná



Fonte: Base de dados do IBGE
Organização: Alessandro Viceli

O processo de ocupação dessa região começou com os indígenas das etnias Guarani e Kaingang, e posteriormente, a partir da segunda metade do século XIX, passam a se estabelecer nessa região uma população não indígena, oriundos das Províncias de Minas Gerais e São Paulo (WACHOWICZ, 1987). É no final deste mesmo século que passam a se intensificar os fluxos de mineiros e paulistas ocupando porção leste do Norte Pioneiro, vinculados, principalmente, a expansão da atividade cafeeira do Estado de São Paulo, vindo essa atividade a se tornar a principal base econômica e social desta região, influenciando nas dinâmicas espaciais posteriores.

No que se refere a produção do setor agropecuário desta região há um destaque para o constante avanço do cultivo da soja e do milho, ocupando áreas que antes estavam vinculadas à produção de cana-de-açúcar. Em relação a esta última matéria-prima, há tendência à queda na área plantada, pois os produtores rurais estão sendo atraídos para a cultura de grãos. Também é importante destacarmos que a cultura do café no Norte Pioneiro ganhou um novo impulso a partir da efetivação do selo de Indicação Geográfica, possibilitando mudanças em toda a cadeia produtiva. Na pecuária, há um constante avanço na produção de frangos para o abate, uma vez que a presença do frigorífico JBS em Jacarezinho e, principalmente, a Frangos Pioneiro no município de Joaquim Távora, alavancaram esse ramo produtivo.

Atualmente o Norte Pioneiro conta com 303 agroindústrias, em sua maioria são de pequeno porte, cuja produção está voltada para o mercado consumidor regional, como pequenas fábricas de tempero, polvilho, biscoitos, doces, torrefação e moagem de café, frigoríficos de suínos, farinha de milho, bebidas (vinho, refrigerante, água ardente e suco de laranja) e laticínios. Já as agroindústrias de maior porte concentram-se nas cadeias produtivas avícola, milho, sucroalcooleiro, suco de laranja, laticínios e café.

Frisamos que, em toda ciência, o ato de se propor a decifrar um determinado fenômeno, dando-lhe explicações sólidas, desmistificadas e fora do senso comum, se constrói a partir de uma metodologia adequada e bem executada. Todos os procedimentos metodológicos devem seguir um determinado sentido, norteado, principalmente, pelo método científico, cujo oposto pode resultar em trabalhos que apresentam vícios analíticos que deturpam a realidade.

A partir dessa concepção, os dados e o aporte teórico que embasaram as referidas análises foram obtidos a partir dos instrumentos metodológicos de pesquisa

de campo, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O início do processo de pesquisa de campo se deu com o levantamento do número de agroindústrias presentes nos 46 municípios do Norte Pioneiro. Para a obtenção dessas informações foram necessários contatos junto às prefeituras municipais, central regional da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), DERAL (Departamento de Economia Rural) e para finalizar com os dados pertencentes ao site ECONODATA, que possibilitou uma busca mais detalhada e efetiva.

Feito esse primeiro levantamento, partimos então para a busca das agroindústrias que obtiveram financiamento junto ao BNDES. Para isso, utilizamos a ferramenta de busca de informações no banco de dados desta instituição financeira, tendo como base o CNPJ das empresas do setor agroindustrial da região. Além disso, examinamos também uma série de tabelas obtidas no mesmo site, que por sua vez ofereciam outras informações complementares relacionadas ao volume de capital direcionado pelo BNDES, mas com maior nível de detalhamento.

A partir disso, tendo filtrado quais agroindústrias realizaram algum tipo de operação financeira com a referida instituição, buscamos dar prosseguimento ao trabalho através da pesquisa de campo. Optamos por realizar essa etapa metodológica priorizando as agroindústrias de maior porte e pertencentes as cadeias produtivas mais relevantes do Norte Pioneiro. Desta forma, as pesquisas de campo foram realizadas na Cooperativa Integrada dos Municípios de Andirá e Uraí, Cafeeira Olicafé de Nova Fátima, Usina Jacarezinho, Cooperativa Agropecuária Familiar do Leste Pioneiro (COAFLEP) de São José da Boa Vista, Grupo Pioneiro do município de Joaquim Távora e Grupo Dois Irmãos em Santo Antônio da Platina. Destacamos que, além das pesquisas de campo realizadas nessas agroindústrias, também colhemos informações pontuais com moradores dos municípios sede dessas empresas, juntamente com observações realizadas nos principais supermercados do Norte Pioneiro, com o intuito de captar informações a respeito dos produtos dessas e demais agroindústrias da região.

Durante essa etapa metodológica focamos na obtenção de informações pertinentes à capacidade produtiva, periodização do nível de produção, nível tecnológico dos equipamentos, canais de comercialização da produção, fluxo de matéria prima, comportamento da demanda, capital investido na estrutura produtiva, comportamento da agroindústria durante os anos 1990 e 2000, investimento em

pesquisa e desenvolvimento, dinâmica da mão-de-obra, fatores que limitam a dinâmica produtiva e plataforma de investimento para os próximos anos.

Estabelecido a pesquisa de campo neste primeiro momento, a sequência se deu a partir da pesquisa documental nos dados solicitados num segundo momento, junto às referidas agroindústrias, pois se tratavam de informações que precisam ser organizadas pelos funcionários dessas empresas antes de nos enviarem. Tais dados específicos, como a quantidade produzida de 2000 a 2016, mão-de-obra empregada, valores de equipamentos, comportamento financeiro da empresa, ajudaram na aproximação das informações obtidas durante a pesquisa de campo. Nessa etapa metodológica, também consultamos os relatórios financeiros disponíveis no site das empresas, plataforma de produtos e notícias de jornais direcionadas a essas agroindústrias.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, a mesma possui a função de fornecer subsídios teóricos que darão o embasamento necessário para que o olhar científico direcionado diante dos processos seja bem estruturado e pautado na materialidade dos fatos. Para a realização dessa etapa metodológica foram realizadas leituras de livros, revistas e artigos que abordassem o processo de ocupação e desenvolvimento da Mesorregião Norte Pioneiro, modernização da agricultura, formação dos Complexos Agroindustriais, crédito rural, dinâmica do capital financeiro no setor agroindustrial e atuação do BNDES nos setores da economia brasileira.

Os dados secundários foram obtidos junto ao banco de dados disponíveis no site do IBGE, acrescidos das informações coletadas no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Também coletamos dados junto ao BRDE, OCEPAR e DERAL. É importante destacar, que foram utilizados os dados de operações financeiras que o BNDES fornece através de sua página na internet. No que tange aos dados de crédito rural os mesmos foram obtidos através do banco de informações pertencentes ao Banco Central do Brasil.

Diante dessa premissa, nos propomos a direcionar um olhar analítico para os dados obtidos de forma a extrair deles o máximo possível, atentando sempre ao comportamento espacial dos mesmos. Cremos que o sincronismo entre os dados qualitativos e quantitativos nos quais buscamos assentar o nosso trabalho, de acordo com as premissas expostas por Valverde (1963), traz benefícios para a análise uma vez que isso amplia o olhar analítico diante dos fatos.

No primeiro capítulo buscamos abordar a formação sócio-espacial do Norte Pioneiro, destacando os processos de gênese e desenvolvimento das agroindústrias dessa região, uma vez que, para se compreender os processos que ocorrem no presente, se faz necessário a compreensão das formações sociais e econômicas passadas. Foi com o intuito de buscar um sentido de totalidade e materialidade, que utilizamos como ferramenta de análise a categoria Formação Sócio Espacial

Tal categoria foi elaborada por Milton Santos (1977), tendo como base a categoria de Formação Econômica e Social (FES) construída por Marx e Engels. No que se refere a FES, Santos (1977, p.84) assinala que esta permite “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações”. Por sua vez, Lênin acabou sistematizando a FES e “nos mostrou que para lançarmos mão da Formação Econômica e Social teríamos que analisar uma sociedade espacialmente e temporalmente determinada, ou seja, incluiu o “espaço” em nossas análises (BASTOS; CASARIL, 2016, p.272) ”.

Ao dar seguimento as reflexões sobre a FES, considerando as contribuições de Marx, Engels, somadas às de Lênin (1982), Milton Santos (1977) enfatiza que modo de produção, formação social e espaço são indissociáveis, pois “todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjuntos, e isto através de uma formação social (SANTOS, 1977, p. 86). Desta forma, conclui Santos (1977, p. 82) que não há como “[...] falar em Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço”. Conforme destaca Armen Mamigonian (1996) esta foi uma das principais contribuições teóricas de Milton Santos para a Geografia, uma vez que este:

[...] percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, não pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico e mais pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria de formação sócio-espacial (MAMIGONIAN, 1996, p. 200).

Essa categoria permite a interpretação da realidade concreta a partir de uma série de constantes formações econômicas e sociais, constituídas no tempo e no espaço. Conforme os meios de produção vão sendo alterados, a própria dinâmica das relações sociais também se altera e conseqüentemente uma nova formação passa a

se estabelecer. A visão de totalidade dos fenômenos é central nessa categoria, em cuja perspectiva considera ao mesmo tempo o global e o local como elementos condicionantes.

Como forma de compreender os processos vinculados a economia e a sociedade brasileira, procuramos utilizar os pressupostos teóricos da Dualidade, desenvolvidos por Ignácio Rangel (1981) através da sua original análise marxista da economia do Brasil, complementados pela concepção dos Ciclos Longos e Ciclos Médios ou Juglarianos brasileiros (RANGEL, 1983). O que Rangel estabeleceu, a partir da Dualidade, foi a compreensão de que a formação econômica e social do Brasil se dá a partir de pactos de poder entre duas classes dominantes, que por sua vez se estruturam através de relações de produção condicionadas a dinâmicas internas e externas, possuindo tal processo dialético uma estreita relação com o gradativo desenvolvimento das forças produtivas no país. As alterações nesses pactos de poder se fazem exatamente em momentos em que os Ciclos longos ou Ciclos de Kondratiev atravessam pela fase “b” recessiva. Desta forma, Rangel estruturou a Dualidade brasileira a partir de quatro dualidades ao longo do tempo, vinculando esses processos à própria formação social e econômica do Brasil.

No segundo capítulo, tratamos da gênese e desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais no Brasil, abordando principalmente a ação do capital financeiro na consolidação e desenvolvimento desse complexo, apontando, conseqüentemente, o papel do Estado brasileiro frente a esse contexto, principalmente no que concerne aos aportes de capitais do BNDES durante esse período.

Neste capítulo buscamos destacar também o processo de formação do BNDES, enfatizando suas diferentes formas de atuação até chegarmos nos anos 2000. A priori, é importante apontarmos que o cenário político e econômico a partir dos anos 2000 possibilitaram novas ações e intermediações dentro dos vários setores da economia brasileira, justamente pela estruturação dos modelos de reprodução do capital que estavam sendo gestados desde então. O comportamento do mercado externo, principalmente dos países do centro do sistema capitalista, baseados na abertura de novos canais de comercialização, diversificação produtiva e ampliação do consumo, tornou-se a diretriz dos países presentes na periferia do sistema. A partir disso, novos eixos foram sendo estruturados, com o capital financeiro fazendo a função de mover as engrenagens do sistema, ora atuando no campo produtivo, ora

ampliando-se na esfera especulativa, rompendo barreiras políticas e econômicas, dando nova roupagem a vários elementos pretéritos.

E foi nessa dimensão de novos fluxos de capital, atrelada a novos canais de investimento, que a partir dos primeiros anos do século XXI, o BNDES ampliou a sua atuação nos diversos setores da economia brasileira, com destaque considerável para o setor agroindustrial. De forma conjunta, traçamos os principais fluxos de investimento do BNDES no Paraná e no Norte Pioneiro, abordando também a espacialização do crédito rural nessa região.

Por fim, no que concerne ao terceiro capítulo, buscamos expor os resultados das análises que giraram em torno das dinâmicas espaciais das agroindústrias da Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná e o papel do capital oriundo do BNDES neste processo. Sendo assim, estruturamos as análises relacionando os fluxos de capitais do BNDES materializados em investimentos nas estruturas produtivas dessas agroindústrias, buscando a compreensão das dinâmicas espaciais vinculadas a tais aportes de capitais.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A GÊNESE DAS AGROINDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

Neste primeiro capítulo, serão expostos os elementos pertencentes à formação sócio-espacial dessa região, com ênfase nos processos que culminaram na gênese das agroindústrias do Norte Pioneiro. A formação econômica e social dessa região se deu a partir da junção de elementos políticos, econômicos, naturais (solo, relevo e clima) que resultaram em combinações geográficas concretas (CHOLLEY, 1964), que se materializaram no espaço.

1.1 Gênese do processo de ocupação efetiva e das dinâmicas econômicas no Norte Pioneiro

Apesar de reconhecermos o processo de ocupação dessa área do norte do Paraná pelas populações indígenas das etnias Guarani e Kaingang¹, aproximadamente a partir de 50 A.C (MOTA, 2007), e também da dinâmica de povoamento através da Colônia Militar do Jataí², a partir do ano de 1850 (WACHOWICZ, 1987), trataremos de iniciar essa dissertação apontando a vinda de populações oriundas das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente em fins do século XIX.

Isto se justifica, por entendermos que a etapa de ocupação do Norte Pioneiro facilita a compreensão sobre a formação social desta região, uma vez que é neste momento que se dá o início de intensas atividades econômicas nestes espaços a partir da vinculação de um produto base (café) com o comércio exterior e suas respectivas influências sobre os demais seguimentos da cadeia produtiva. Sendo assim, para

¹ Ver com maiores detalhes em: MOTA, Lucio Tadeu. A construção do vazio demográfico e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. Pós-História, v.4, p.123-127, 1994.

² Ver com maiores detalhes em: WACHOWICZ, Ruy Christovam. Norte velho, norte pioneiro. Gráfica Vicentina, 1987.

formular esse entendimento que nos permite adotar esse recorte temporal, partimos da seguinte colocação de Rangel (2005, p.91):

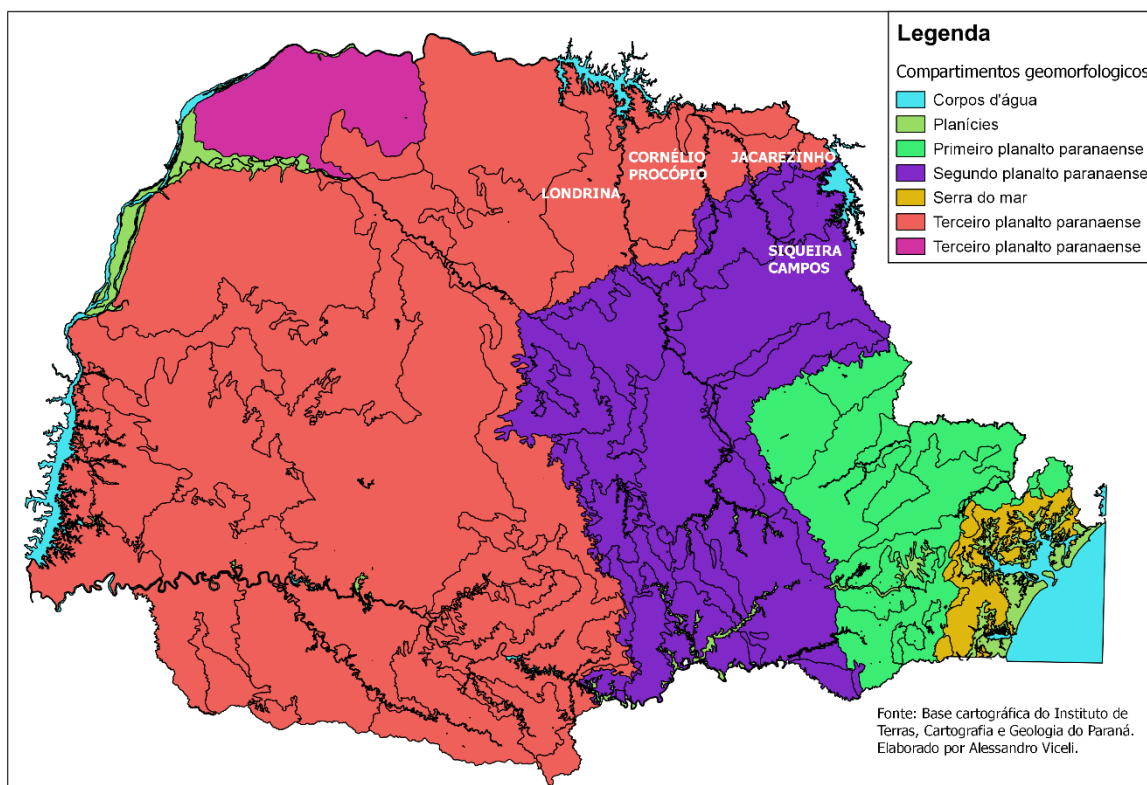
É certo que deve haver alguma divisão de trabalho, entre as unidades ou células, pois de outro modo a própria colônia não teria razão de existir. Mas é uma divisão primitiva, que não é essencial à vida de cada uma das partes. Só quando subimos na escala zoológica, ou na escala da organização econômica, encontramos organismos cujas partes são tão interdependentes que morrem se forem separadas. Isso significa que a divisão do trabalho resultou em uma especialização muito avançada e que as células perderam completamente sua independência. A célula só pode viver em seu órgão, e o órgão em seu organismo. A “histologia” econômica se complica.

Em sua essência teórica, Rangel utiliza como metáfora o organismo humano para esclarecer a dinâmica de uma economia, afirmando que há maior interdependência entre os organismos conforme se avança no tempo, que no viés econômico significa maior complexidade nas relações de produção que resultam em determinadas divisões do trabalho. Desta forma, a corrente migratória de paulistas e mineiros para o norte do Paraná no referido período, possibilitou a inserção desse espaço em uma lógica econômica mais complexa, visto que, na dinâmica espacial dos indígenas e de outras populações não indígenas que ali estavam até a segunda metade do século XIX, não foi possível o estabelecimento de elementos que permitissem maior complexidade econômica desses espaços. Sendo assim, tal proposição nos embasa para traçar nossas análises a partir desse ponto.

A princípio, é importante destacarmos as características do solo da referida região, pois este elemento foi uma das bases para o início do processo de ocupação desta parte do estado do Paraná. Desta forma, de acordo com Mussalam (1974, p.9) “na zona sedimentar de Venceslau Braz a Santo Antônio da Platina – Norte Pioneiro – as formações permo-carboníferas são atravessadas por numerosos diques e sills de diabásio, que podem originar as manchas de terra-roxa”. O fato é que, essa porção da região Norte Pioneiro, encontra-se vinculada ao Segundo Planalto Paranaense, sendo esse uma das unidades morfoesculturais do Estado, que possui uma largura média de 100 km, partindo desde a divisa com o Estado de Santa Catarina, a partir dos rios Iguaçu e Negro, sendo o seu limite estabelecido pelo rio Itararé, exatamente na divisa com o Estado de São Paulo (MENEGUZZO; MELO, 2004). “De um modo geral, o compartimento geomorfológico do Segundo Planalto Paranaense caracteriza-se por apresentar um relevo “suavemente ondulado”, com colinas e outeiros (MENEGUZZO, 2005, p. 245)”.

Em contrapartida, a parte do Norte Pioneiro onde se estabeleceu a Colônia Militar do Jataí, a partir da margem direita do rio Tibagi até as proximidades da margem esquerda do rio Laranjinha, estava estabelecida sobre a sub unidade morfoescultural conhecida como Planalto de Londrina, pertencente ao Terceiro Planalto Paranaense. Sendo assim, nestas áreas em cujas “formas predominantes são topos alongados, vertentes convexas e vales em “V”, modeladas em rochas da Formação Serra Geral (MINEROPAR, 2006, p.28)”, seriam determinantes para o processo de instalação de uma agricultura altamente mecanizada nesta parte do Norte Pioneiro, a partir da década de 1960.

Figura 01 – Relevo do Paraná



O fato é que, a chamada “terra roxa” foi um dos elementos propulsores da atração de fluxos de pessoas para esta parte da região norte pioneiro. De acordo com Carsten (2012), essa parte localizada entre os rios das Cinzas e Itararé era chamada de Valuto, sendo este um termo da historiografia paranaense para se referir a essa área. Como apontado logo acima, esta ocupação do Valuto possui estreitas relações com a dinâmica econômica das províncias de Minas Gerais e São Paulo, uma vez que os desencadeamentos das atividades comerciais das referidas províncias

proporcionaram a tomada de conhecimento das terras devolutas desta parte do norte pioneiro.

O povoamento do Norte, começou fora do planalto diabásico onde o solo de terra roxa existe em larga extensão contínua. As primeiras penetrações cruzaram o médio e alto rio Itararé, ainda na década de 1860, com base na zona paulista de povoamento antigo, à margem das comunicações com os Campos Gerais (BERNARDES, 2007, p.109).

Tal ocupação, está intimamente ligada ao próprio processo de esgotamento das áreas de campos abertos no espaço paranaense, principalmente nos Campos Gerais, e incorporação de novos elementos na dinâmica comercial do período (SERRA, 2011).

As zonas de florestas representadas pelos vales do Paranapanema, Paraná, Ivaí e Iguaçu, não foram exploradas no Paraná tradicional, que se preocupou com as áreas de campos. As estruturas agrárias dos Campos Gerais, eixo importante das atividades sócio-econômicas do Paraná, passaram por processos de desagregação, a partir dos fins do século XIX, e outras regiões do Estado começaram a se desenvolver no quadro das novas estruturas que se constituíram (COSTA, 1986, p. 99, apud SERRA, 2011)

A convergência dos elementos oriundos destes dois cenários econômicos e sociais, fez com que a busca por novas áreas de terras devolutas e de boa qualidade fossem a prioridade para um grande número de indivíduos, principalmente durante a segunda metade do século XIX.

No que tange à população vinda do sul da província de Minas Gerais, abrangendo essa correlação de elementos da estrutura econômica da época, Wachowicz (1987, p.50) aponta que:

No início da década de 1840, muitos mineiros, além de serem grandes proprietários de terras em sua província natal, eram também tropeiros. Compravam muares e bovinos no Rio Grande do Sul e revendiam-nos em São Paulo e Minas Gerais. Suas propriedades já apresentavam terras cansadas e a produtividade manifestava índices de declínio. Estava na hora de se procurar novas terras que demonstrassem maior fertilidade. Sua participação como tropeiros, já era uma forma de compensar a diminuição dos seus lucros.

Boa parte das propriedades desses tropeiros/fazendeiros estava com os solos altamente degradados, cuja causa vinculava-se ao uso de técnicas de manejo totalmente rudimentares e prejudiciais. Destacamos que essas propriedades em sua

maioria eram produtoras de alimentos, principalmente arroz, feijão, mandioca, milho, galinhas e porcos. Mas, além do desgaste do solo, outros fatores também contribuíram para a crise nessas fazendas no sul da província de Minas Gerais, dentre as quais, se destacam a proibição do uso de mão-de-obra escrava, além da própria eminência da Guerra do Paraguai, que contribuiu para o deslocamento de grande parte da população dessas localidades rumo ao norte do Paraná.

Grande parte dos fazendeiros paulistas e mineiros, antes mesmo de chegarem com suas mudanças até a localidade pretendida, já efetuavam a formalização das suas posses ainda na província de São Paulo. Dentre esses tropeiros, que transitavam nestas áreas, e que por sua vez efetuavam essas ações de posse de terras, Wachowicz (1987, p.81) destaca a ação de Domiciano Corrêa Machado:

Por volta de 1842-43, um desses mineiros tropeiros e proprietário de terras, Domiciano Corrêa Machado, oriundo de S. Caetano da Vargem Grande, atual Brazópolis, instalou-se na margem esquerda do Itararé. Para concretizar a posse, foi informar-se na paróquia de Faxina, atual Itapeva, se a região era realmente desocupada. Face a informação positiva, retornou a Minas Gerais. Vendeu sua fazenda a um seu irmão que pagaria a mesma quando pudesse. Organizou então uma comitiva, composta de parentes, alguns escravos e peões. Tudo que pode carregar o fez nas bruacas de sua tropa e partiu para Itararé. Registrou inicialmente sua posse em Faxina e, depois da criação da Província do Paraná, em Castro. Quando estava com os papéis em ordem, doou próximo das margens do Itararé um terreno para que servisse de patrimônio ao primeiro núcleo urbano da região: S. José do Cristianismo. Com o surgimento desse patrimônio, providenciou-se um porto no rio Itararé, abriu-se uma picada para Itapeva e iniciou-se o cultivo da agricultura de subsistência.

Desta forma, várias famílias, principalmente de mineiros, seguiam rumo a região norte do Paraná, já especificada como Valuto, com a expectativa de poderem produzir seus alimentos, uma vez que o solo da localidade era bastante fértil. Portanto, nesta segunda metade do século XIX e na transição para o século XX, basicamente essa parte leste do Norte Pioneiro prevaleceu uma agricultura voltada para a produção de alimentos para a própria subsistência dessa população que passou a ocupar esse espaço.

No que se refere ao estabelecimento de um núcleos urbanos na região, a perspectiva era de proporcionar um auxílio aqueles que por ali transitavam, ou seja, um ponto de parada para os indivíduos que se dedicavam ao pequeno comércio interprovincial. Além disso eram oferecidos pequenos serviços de artesanato e um

comércio interno baseado principalmente na troca de produtos, uma vez que as propriedades rurais localizadas na sua volta proporcionavam essa dinâmica.

Ainda em se tratando dos núcleos urbanos no início do processo de ocupação do espaço desta parte do norte pioneiro, Serra (2011, p.69) afirma que “a primeira cidade que surgiu a partir deste processo de ocupação foi Colonia Mineira, atual Siqueira Campos, fundada em 1862, pelo mineiro Thomás Pereira da Silva”. Neste mesmo período de fins de século XIX novos núcleos urbanos são estabelecidos, cuja base da população era, em sua grande maioria, de paulistas e mineiros. Dentre esses novos núcleos, destacamos as cidades de Santo Antônio da Platina (1866), Wenceslau Braz (1867), São José da Boa Vista (1867). “A penetração de mineiros e paulistas, principalmente destes últimos, foi muito rápida e a princípio completamente desordenada, a ponto de preocupar o governo paranaense (SERRA, 2011, p.69)”.

Figura 02 – Localização da Colônia Militar Jataí e Colônia Mineira



Fonte: Instituto da Águas do Paraná (2010). Organizado pelo autor.

Sobre a formação desses núcleos urbanos neste período no Norte Pioneiro, evidenciamos o seguinte excerto escrito por Rangel, que nos mostra a relação dos ciclos longos, especificamente a passagem para a fase A do 2º Kondratiev até a fase B desse ciclo, com essa nova dinâmica entre o urbano e o rural:

A fazenda voltava a concentrar-se mais na produção de artigos exportáveis, cresciam a receita monetária da fazenda e a receita cambial do país, e encetava-se um movimento de urbanização, basicamente pela transferência das casas-grandes para as cidades. Não somente das famílias dos senhores, mas também de parte da mão de obra escrava e semilivre, antes ocupada na casa-grande rural, em atividades substitutivas de importações. Com o advento da fase B do novo ciclo (1873-1896), impunha-se novo esforço de substituição de importações, mas isso só excepcionalmente implicou a recomposição da economia da casa grande. A sede desse novo esforço foram, basicamente, as cidades, para onde, na fase ascendente se havia deslocado parte considerável da mão-de-obra (RANGEL, 2005, p.691).

É importante ressaltar que a partir da chegada da ferrovia Sorocabana em Ourinhos, no ano de 1908, a cultura do café passou a entrar de forma mais ativa no Norte Pioneiro, com algumas antigas propriedades rurais pertencentes a mineiros, sendo adquiridas por paulistas que acompanhavam a marcha do café. Diante disso, neste período vários núcleos urbanos foram sendo formados na medida em que as fazendas de café foram sendo estabelecidas no sentido sul norte dessa região paranaense (WACHOWICZ, 1987). Tais núcleos congregavam atividades comerciais, semi industriais e mão-de-obra, que por sua vez estavam vinculados à atividade cafeeira.

Além do solo como elemento preponderante para o avanço das frentes pioneiras nesta porção da região norte do Paraná, vinculadas à produção do café, apresenta-se na análise de Müller (2012, p.90), outro elemento natural responsável por tal dinâmica:

Embora tenha sido a “terra roxa” o elemento básico da penetração do café no Norte do Paraná, parece não ser sua ocorrência que constitui o fator essencial na delimitação da lavoura cafeeira. De fato, na sua marcha para o Oeste, ele está atualmente aparecendo nos solos arenosos do extremo ocidental do planalto, provenientes do arenito de Caiuá, que aí recobre o manto de diábase. Se os solos não parecem ter influência decisiva, constitui o clima limite bem mais rígido. De fato, tem o Norte do Paraná clima de transição entre o tipo subtropical, que caracteriza a maior parte do Terceiro Planalto, ao sul do Ivaí, e o tropical de altitude do Oeste paulista; assim sendo, à medida que se caminha para o Sul, a diminuição das temperaturas e a maior frequência e intensidade das geadas vão tornando impraticável a cultura do café. Sendo o clima fator decisivo, parece lícito adotar o limite climático do café como a própria demarcação do limite meridional do Norte do Paraná.

Esses elementos naturais permearam o processo de deslocamento da referida frente pioneira, na medida em que era viável apenas a abertura de clareiras na mata e o estabelecimento de fazendas para o cultivo de café que estivessem dentro de tais

limites. E, em se tratando da ação das geadas, principal ameaça para a cultura cafeeira, Müller (2012, p.92) complementa que:

Dentre os fenômenos climáticos que ocorrem na região, as geadas, devido à cultura do café, se revestem de especial importância. O Norte do Paraná é atingido pelos dois tipos de geada: a “branca” e a “preta”, a primeira também muito comum no Estado de São Paulo. A geada branca corresponde a um “golpe de frio” local: graças à irradiação noturna, ocorre a inversão de temperatura, aparecendo então brumas frias e geadas nos vales e depressões do terreno. A geada branca ocorre principalmente no Inverno e é para escapar à sua ação que os cafezais procuram as terras mais altas e, no Norte do Paraná, de preferência as vertentes ensolaradas, de orientação N e NW. A geada preta ocorre quando a frente polar avança, facilitada pelo recuo da massa Tropical-Atlântica. O encontro das duas massas provoca tempestades, seguidas de brusca queda de temperatura: as plantas, carregadas de umidade não evaporada, são então queimadas por congelamento. O perigo da geada preta para os cafezais é incomparavelmente maior que o da “branca”: ocorrendo no início do Verão, quando as plantas não estão em repouso vegetativo, ela aniquila e mata, comprometendo seriamente a safra.

É importante chamarmos a atenção para o fato de que este limite natural imposto pela faixa propensa a geadas, caso fosse ultrapassado, o referido produtor estaria assumindo um risco enorme de ter o seu investimento convertido em prejuízo financeiro, pois caso o cafezal fosse atingido por este evento climático, o tempo para o mesmo voltar a produzir seria longo. Desta forma, a frente pioneira baseada na cultura cafeeira se manteve dentro dos limites naturais impostos, o que interferiu na própria formação sócio-espacial do Norte Pioneiro, pois ao ultrapassar tais limites, as pessoas tiveram que se dedicar a cultivar outros produtos que se adaptassem as condições morfoclimáticas já estabelecidas.

Toda essa dinâmica, que inter-relacionava elementos econômicos, naturais e sociais, durante os primeiros anos do século XX, fez com que, conforme foram passando os anos, o café passasse a co-existir com outros produtos.

Na região de Cinzas, onde a terra-roxa só aparece em manchas, o café, correspondendo a essas ocorrências, não mais aparece em manto contínuo. Os cafezais surgem ilhados em áreas ocupadas por pastos e outras culturas, desaparecendo a diferenciação da ocupação em andares verticais, para se impor uma variação no próprio plano horizontal (MÜLLER, 2012, p.105)

Ainda dentro desse contexto, a criação de porcos apresenta um determinada relevância durante as primeiras décadas do século XX, sendo esta cultura um reflexo da própria criação de suínos para a subsistência por parte dos produtores rurais

mineiros que foram ocupando o espaço dessa região. Por este fato, especificamente o milho passa a ter o seu cultivo cada vez mais ampliado pela oportunidade de ser um elo da cadeia produtiva de suínos, que, em virtude do prolongamento da ferrovia sorocabana, passa a ser um produto com grande demanda no Estado de São Paulo. Sobre esse sistema de cultivo, Wachowicz (1987, p.96) aponta que basicamente:

[...] a safra consistia no seguinte: derrubavam-se 20, 30, 50 alqueires de mato. Após a queimada, plantava-se milho, abóbora, batata doce. Quando o milho já estava crescido, o safrista percorria a região comprando porcos dos sitiantes. Oito, dez, quinze de cada um. Eram todos colocados em mangueirões. Quando o milho começava a amarelar, esses animais eram soltos no milharal. Quando havia vizinhos na redondeza, o porco era marcado. [...] De preferência o porco já era solto castrado no milharal. O porco usado no sistema de safra, tinha que ser de raça mais forte, mais adequado. Os melhores eram o *duroc*, *caranca*, *canastra*, *cariocão* etc.

Quando esses porcos chegavam ao tamanho ideal para a venda, os mesmos eram levados até Sengés, Jaguariaíva e também em cidades do interior do Estado de São Paulo. Tudo dependia da oferta dos compradores de suínos, sendo assim, os seus criadores transitavam com os porcos até encontrarem, em alguma localidade, um preço que fosse viável financeiramente para eles, pois tal valor deveria cobrir o custo da criação e principalmente o transporte.

Boa parte dos criadores de porcos adotavam a estratégia de levar estes animais até as cidades paulistas que possuísem conexão com as estradas de ferro, principalmente a Ferrovia Sorocabana, pois, nestes locais, o preço ofertado era melhor justamente por ser um espaço de embarque destes porcos para os frigoríficos da cidade de São Paulo.

Neste período, em meados da década de 1910, a cidade de Santo Antônio da Platina se destaca regionalmente como grande produtora de suínos, atraindo com isso a atenção de diversos representantes de frigoríficos. Cabe aqui ressaltar também que alguns dos safristas dessa localidade optavam por comprar os porcos principalmente no sudoeste do Paraná, para então engordá-los na região do norte pioneiro. De fato, essa dinamicidade da produção de porcos na região fez com que houvesse o interesse dos empreendimentos Matarazo em instalar um frigorífico em alguma cidade do norte pioneiro, conforme aponta Wachowicz (1987, p.98):

A grande produção de suínos no Norte Pioneiro atrai a atenção dos grandes frigoríficos brasileiros. A firma paulista de Francisco Matarazo resolveu instalar-se na região com um grande frigorífico. Escolheu para sua sede o município de Tomasina, uma das mais importantes bocas produtoras. Seu mercado abrangia Jaboti, Pinhalão, Ibaiti etc. Mas, o prefeito da localidade opôs-se à iniciativa, negando-se a oferecer incentivos fiscais. Matarazo resolveu então instalar o frigorífico em Jaguariaíva, iniciando os trabalhos de forma plena em 1924.

A partir da instalação do frigorífico Matarazo na cidade de Jaguariaíva, grande parte da produção de suínos da região passou a ser destinada para tal planta industrial. No entanto, com a construção da Rodovia do Cerne³, no início da década de 30, a função de levar os suínos até Jaguariaíva deixou de existir, pois os caminhões do frigorífico passaram a buscar diariamente os porcos diretamente dos produtores.

É importante salientar que, neste período, ou seja, a partir de 1922, o mundo atravessava pela transição entre a fase “a” para fase “b” do 3º Kondratiev, que segundo Rangel (1985, p.21):

Ao se abrir a fase “a” do 3º Kondratiev (1896-1921) o coeficiente de abertura da economia voltou a crescer, aumentando o intercâmbio com o exterior, mas, nas condições da I Guerra Mundial e da subsequente fase recessiva do 3º Ciclo Longo, primeiro nas regiões mais desenvolvidas do país e, depois, na economia nacional como um todo, o esforço mercantil de substituição de importações desbordou seus quadros primitivos, isto é, escalonadamente (como depois veremos) a substituição de importações ia assumindo feição industrial. Esse movimento tinha de comum com os anteriores o fato de constituir uma forma de substituição de importações; mas distinguia-se deles pelo fato de ser industrial. Tinha começado a industrialização no Brasil.

Sendo assim, o surgimento dos frigoríficos inserem-se dentro da lógica do fluxo de pessoas que passaram a habitar os principais centros urbanos das regiões sul e sudeste do Brasil, ocupando, principalmente, os empregos nas indústrias que surgiram a partir da fase b do 3º Kondratiev. Por residirem nas cidades, essa mão-de-obra demandava de diversos produtos alimentícios, dentre eles as carnes. Isto demonstra a aproximação entre a dinâmica produtiva dos safristas no Norte Pioneiro do Paraná com o restante do Brasil e, conseqüentemente, sua relação com a fase recessiva do referido ciclo longo.

No entanto, o modelo safrista de criação de suínos no Norte Pioneiro passou a entrar em decadência a partir de uma grande seca que abateu a região em 1944, e no ano seguinte, a produção foi ainda mais abalada devido à propagação da peste

³ Estrada que liga a região norte do Paraná até a cidade de Curitiba, passando por Jaguariaíva.

suína, comprometendo tanto a produção da matéria-prima, como também as pequenas indústrias de banha da região, cujo município polo era Santo Antônio da Platina (WACHOWICZ, 1987). Além desse fator que culminou na crise do sistema safrista na região, encontramos em Espíndola (2002, p. 43) uma análise que abrange outros elementos que ajudaram a desencadear a referida crise na criação de suínos no Norte Pioneiro:

Já pequenos negócios de banha e conservas instalados no Sul do Brasil, nas áreas de pequena produção, além de reduzirem as exportações de banha para os demais estados brasileiros, sofriam desvantagens em relação aos demais estabelecimentos instalados em outros territórios nacionais. Tais adversidades decorriam, por um lado, das péssimas condições das estradas, dos altos custos dos fretes e do baixo grau de urbanização em relação aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e por outro lado, do excessivo número de produtores de banha e carne suína no interior dos complexos rurais e a baixa e regular oferta de matéria-prima local, que incapacitavam esses pequenos negócios de obterem economias de escala.

Todos esses desajustes acabaram comprometendo toda a cadeia produtiva da carne suína na região, gerando, com isso, um impacto econômico extremamente negativo, pois um número elevado de pessoas dependia dessa atividade como forma de obtenção de renda. “O próprio frigorífico Matarazo começou a declinar. Em 1947, fechou definitivamente. Transformou suas instalações numa fábrica de sacos (WACHOWICZ, 1987, p.104)”. Desta forma cessava-se uma importante atividade produtiva no norte pioneiro, que por sinal foi concomitante a atividade cafeeira.

1.2 Produção cafeeira e as ferrovias no Norte Pioneiro

É importante destacar que, neste item, traçaremos considerações que estabelecem a relação da produção cafeeira, intensificada a partir das primeiras décadas do século XX, com o processo de formação sócio-espacial, influenciada principalmente pela implantação das estradas de ferro no norte pioneiro. Um detalhe bastante relevante no que diz respeito à organização espacial desta etapa produtiva do café na região, é que ela passou a se fazer em outros espaços, avançando a fronteira agrícola desta cultura e obedecendo aos limites naturais impostos. Optamos por dar maior notoriedade a esta temática a partir do século XX, pela capilaridade

considerável da cultura cafeeira, ou seja, a cadeia produtiva do café enquanto conjunto dinamizador de outros processos que marcaram o tempo e o espaço.

Conforme aponta Prado Jr. (1988), a economia cafeeira passou por momentos de ascensão e declínio, desde seu início ainda no Brasil Império. Os diversos espaços produtores de café espalhados pelo país, desde então, foram sendo passíveis de constantes mudanças, alternando ora momentos de pico de produção, ora decadência congênita, chegando até a exclusão total da estrutura produtiva.

Foi em um destes períodos de oscilação que a cultura cafeeira do norte pioneiro ganhou ainda mais força no início do século XX. O contexto de crise na produção de café do Estado de São Paulo, em meados de 1893, fez com que o governo paulista elaborasse medidas que visassem restringir a produção de café. Para Cancian (1981), isto se fez em virtude do encolhimento da demanda e consequente aumento da oferta, gerando, com isso, uma queda considerável nos preços desse setor, vindo a afetar toda a cadeia produtiva.

É a partir desse cenário, que começam a migrar para o norte pioneiro grandes latifundiários paulistas, atraídos pelas notícias de grande fertilidade do solo da região, propício para a produção do café, e também “quando os preços do café começaram a reagir favoravelmente a partir de 1908 (CANCIAN, 1981, p.21)”. Em suas análises, Wachowicz aponta a vinda de um grande latifundiário paulista que reestrutura totalmente a produção agrícola da região.

Começaram então a surgir várias fazendas de café em Ribeirão Claro e Jacarezinho. Mas a fixação na região de Antônio Barbosa Ferraz Jr. Foi a que causou maior repercussão. Era esse cidadão um grande latifundiário na região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Denominava-se a si mesmo de lavrador. Adquiriu em 1910 terras a ocidente de Jacarezinho, onde depois seria o município de Cambará. Plantou para experiência 105000 pés de café, os quais do quinto para o sexto ano produziram 42000 arrobas. Segundo seu proprietário foi uma monstruosa colheita (WACHOWICZ, 1987, p.116)

Por outro lado, observando a oportunidade de desenvolver a atividade cafeeira no Paraná, o governo deste Estado, optou por adotar medidas que viessem a contribuir para o aumento das áreas voltadas ao café. Esse fato se justifica, segundo Oliveira (2009), em virtude de duas preocupações centrais. A primeira delas era voltada a obtenção de impostos a partir dessa atividade que, por sinal, movimentava uma grande quantidade de produto e capital. Esta arrecadação aumentaria as receitas do estado paranaense, possibilitando a aplicação desses recursos em outros setores.

O mesmo autor considera em sua análise que a segunda preocupação estava voltada para a manutenção da ligação da economia cafeeira paranaense com o Estado de São Paulo, pois o Paraná não possuía infraestrutura de comunicação (estradas de rodagem, ferrovias) que pudesse estabelecer uma ligação efetiva com Paranaguá.

Através de outra abordagem, Wachowicz (1987) estabelece um contraponto na relação entre o norte pioneiro cafeeiro e o Estado de São Paulo. Segundo este autor, a cúpula do governo paranaense se colocava na posição de ameaçados por essa influência paulista sobre o norte pioneiro, pois a partir da abrangência das ferrovias e rodovias deste Estado, a produção da referida região era fluida para o porto de Santos.

Ambos os argumentos se convergem no seguinte ponto: o Paraná não possuía infraestrutura para fazer com que esta produção fosse escoada pelo território deste Estado. Apesar de toda a efervescência que tomava conta desta região no início do século XX, o fator transporte ainda deixava os produtores que ali estavam um tanto inseguros. Por consequência, isso era um dos fatores que também inibia outros produtores a investirem na produção de café no norte pioneiro, pois estes tomavam conhecimento do nível de dificuldade no escoamento do produto. Relacionado ao fator transporte, Mussalam (1974, p.33) faz o seguinte apontamento:

A expansão da cultura cafeeira no Norte do Paraná, numa época áurea de exportação do produto, altamente rentável, atraiu novos lavradores, que se instalaram, então, entre Ourinhos (SP) e Cambará, mas a precariedade dos meios de transporte para escoar a mercadoria exportada principalmente pelo Porto de Santos, levou à perda grande parte das safras. Tal situação, ocasionou a preocupação pela construção de rodovias e ferrovias que ligassem a Região Norte paranaense a São Paulo. Neste mesmo tempo, iniciaram-se os estudos para a conexão ferroviária com a Sorocabana, cujos trilhos já haviam atingido Ourinhos (SP), (1908).

Esta se tornou a principal preocupação dos produtores, uma vez que, com a qualidade do solo e do clima era possível atingir um nível produtivo elevado. No Paraná era possível produzir 100 arrobas por mil pés de café, enquanto que em São Paulo produzia-se 75 arrobas por mil pés de café (CANCIAN, 1981).

Como tratamos anteriormente, a produção de suínos e a atividade cafeeira se faziam de forma conjunta no norte pioneiro, ou seja, coexistiram durante as primeiras décadas do século XX. Durante um período, as duas atividades utilizaram o mesmo meio de transporte para o escoamento da produção, mais precisamente, a Estrada de ferro Sorocabana que havia chegado em Ourinhos em 1908. No entanto, com a decadência da atividade safrista, outras oportunidades foram abertas para a produção

cafeeira, conforme aponta a análise de Fresca (2004, p.92-93) centrada na cidade de Jacarezinho:

Mesmo com a presença da ferrovia, da ponte garantindo as ligações com São Paulo, o café ainda disputava lugar com a criação dos porcos. O primeiro não se tornou rapidamente a cultura mais importante, contribuindo para tanto as dificuldades financeiras dos proprietários e da obtenção de mão-de-obra. Somente após a decadência das safras em Jacarezinho é que o café ganhou a primeira importância em rendas geradas. Esta decadência ocorreu no final dos anos 1920 e início de 1930, mediante a expansão dos frigoríficos com imposição de preços baixos, transporte efetuado por caminhões e a expansão da ocupação das terras com café, inviabilizando a criação dos porcos pelo sistema de safras. A partir de então, inúmeras propriedades safristas foram transformadas em fazendas cafeeiras, revendidas para fazendeiros paulistas, agregando ainda mais ex-caboclos e posseiros que, ao longo das duas primeiras décadas, transformaram-se em proprietários. Enfim, implantavam-se as fazendas cafeeiras com base no colonato, com imigrantes de primeira e segunda geração, que se dirigiram para o oeste paulista e eram atraídos pelas melhores condições dos contratos estabelecidos em Jacarezinho.

A própria formação sócio-espacial do sistema de safra acabou fornecendo alguns elementos para a estruturação da cadeia produtiva do café. A pequena mão-de-obra que pertencia à criação de suínos foi então dirigida para as fazendas produtoras de café e algumas antigas roças que alimentavam os porcos se transformaram em cafezais.

Nesta forma intensa de desenvolvimento desta atividade, a estrutura fundiária era caracterizada por grandes propriedades (OLIVEIRA, 2009), o que de fato acompanhou a própria organização espacial das fazendas de café de Minas Gerais e de São Paulo.

O fato da produção cafeeira neste período ser baseada na grande propriedade pode explicar o cultivo por entre os corredores das plantações de café, outros tipos de culturas agrícolas. Como na maior parte dessas fazendas prevalecia o regime de colonato, os trabalhadores acabavam morando dentro dessas propriedades, a partir disso era necessário, então, o cultivo de produtos agrícolas para a subsistência dessa mão-de-obra. Para dar maior clareza sobre esse cultivo dentro dos cafezais, recorreremos a Silva (2008, p.52) cuja análise se estabelece da seguinte forma:

Nesta época, o cultivo e a produção de milho destinavam-se à engorda de suínos e para o consumo dos colonos. Nos municípios de São José da Boa Vista, Ribeirão Claro e Carlópolis, a cultura do feijão se intercalava com o café e o milho. Mesmo após a década de 1920, observou-se que as lavouras temporárias continuaram a se expandir, pois eram necessárias para o sustento da população que trabalhava nos cafezais na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense.

Assim, a maior parte do que era produzido por entre os corredores dos cafezais, era consumido dentro das próprias fazendas. Essa alternância de produtos apresentava certa variação entre as diferentes localidades da região, mas o ponto em comum entre elas era as culturas de milho e feijão, de acordo com os apontamentos de Cancian (1981).

Adentrando ainda mais nestas complexas dinâmicas que se materializavam nas fazendas de café, Fresca (2004) vai mais além em suas análises entorno da dinâmica social e econômica que se estabelecia dentro dessas propriedades, abordando processos relacionados ao beneficiamento do café dentro da própria fazenda, dentre outras temáticas:

Uma delas refere-se ao fato desses estabelecimentos rurais constituírem-se basicamente de fazendas que funcionavam quase autonomamente em relação à cidade. Fazenda Santo Antônio, Fazenda Flora, Fazenda Califórnia, Fazenda Gales, Fazenda Curitiba, Fazenda União, dentre outras, são algumas das propriedades em cujo interior funcionavam as colônias de trabalhadores [...] Outro elemento importante era que as fazendas cafeeiras, quase em sua maioria atreladas ao seu volume de produção, possuíam internamente as máquinas de beneficiamento do café, não recorrendo portanto a esta atividade ainda importante nas cidades, no início dos anos 1960. Ao mesmo tempo, o café beneficiado era comercializado predominantemente pelos fazendeiros, por meio de suas relações pessoais com comerciantes e exportadores paulistas (FRESCA, 2004, p.96).

Por intermédio da análise desta autora, podemos ver que esses estabelecimentos voltados para a produção de café possuíam em seu interior um sistema de objetos, que aliado ao próprio regime de colonato, tornava possível que essas propriedades mantivessem as suas relações semi-feudais de produção, quase que independentes dos centros urbanos de seu entorno. O fato é que, o regime de colonato condicionava o trabalhador a se manter dentro dos limites territoriais da fazenda. Este colono muitas vezes não conseguia deslocar-se até a cidade para comprar produtos manufaturados e, desta forma, tinha de adquirir tais produtos no comércio existente dentro da própria fazenda, pagando, na maior parte das vezes, preços bem mais elevados do que nos núcleos urbanos.

Essas relações capitalistas de produção deste momento, em que tudo se concentrava dentro das porteiras das fazendas de café, foram apontadas por Rangel (1981, p.25) como “a máxima manifestação do dinamismo do latifúndio encarnado no polo interno do sistema”. É neste contexto histórico que Rangel (1981) enfatizava que

o país atravessava pela 2ª Dualidade, cujo sócio menor eram os latifundiários feudais e o sócio maior era a burguesia comerciante, havendo a transformação da antiga fazenda de escravos em um latifúndio feudal, que transformou em colonos e agregados os antigos escravos e trabalhadores livres e semi-livres.

Tudo isso, aliado ao fato do beneficiamento do café, fazia com que as fazendas voltadas a este produto agrícola, obtivessem um determinado grau de independência frente aos centros urbanos. Na verdade, essa era uma especificidade da agricultura brasileira neste período e caracterizada por diversos autores como Complexo Rural⁴.

Toda essa dinâmica social vinculada à atividade cafeeira, atrelada ao próprio avanço dos níveis nas colheitas nessas novas frentes produtivas, colocava cada vez mais peso no poder público para que as ferrovias adentrassem efetivamente na região norte pioneira, visando, com isso, estabelecer um prolongamento da Estrada de ferro Sorocabana a partir da cidade de Ourinhos ou uma ferrovia que fizesse a ligação de Jacarezinho até o ramal que estava parado na cidade de Jaguariaíva.

Então, em 1912, o governo paranaense autoriza a construção da ferrovia⁵, partindo de Jaguariaíva até Jacarezinho, que na época era a localidade que mais produzia café no Estado. Conforme esta ferrovia foi sendo construída, por onde ela passava, acabava alterando toda a dinâmica econômica e social de tais localidades. Os núcleos populacionais de Wenceslau Braz, Siqueira Campos e Affonso Camargo, aumentaram devido ao dinamismo proporcionado pela estrada de ferro. Diversas atividades urbanas, sobretudo o comércio dessas localidades, obtiveram grandes avanços.

No entanto, esta estrada de ferro seguia um ritmo de construção bastante lento. Eram construídos poucos quilômetros por ano, uma vez que o capital oriundo do governo federal era liberado em pequenas parcelas, um autêntico gotejamento de recursos. “A partir de Joaquim Távora, o ramal do Paranapanema, como passou a ser denominada esta ferrovia, prosseguia com maior lentidão. Chegou em Jacarezinho somente em 1930. De anos em anos a construção do ramal dava uma arrancada e parava (WACHOWICZ, 1987, p.111)”. Ainda de acordo com Wachowicz (1987), esse gotejamento nada mais era do que o interesse paulista se sobrepondo aos objetivos do governo paranaense, pois o poder de influência e peso nas decisões políticas da

⁴ Ver em RANGEL, Inácio. **Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro**. Universidade da Bahia, 1957.

⁵ A ferrovia passou a ser chamada de ramal do Paranapanema.

esfera federal ainda pendia muito para o lado de São Paulo. A questão central desse embate era de que os paulistas não queriam perder a sua influência sobre o norte do Paraná, e os paranaenses queriam trazer efetivamente para seus domínios o dinamismo econômico de tal região.

Diante deste contexto, “em agosto de 1920, o presidente Caetano Munhoz da Rocha, famoso na história do Paraná por seu acentuado liberalismo, autorizou a construção da ferrovia São Paulo-Paraná, por parte dos capitalistas paulistas (WACHOWICZ, 1987, p.121)”. Ou seja, esse foi um contraponto adotado pelo governo paulista, tendo como estratégia a intensão de minar a possível influência através do ramal do Paranapanema. Em se tratando dos parâmetros que circundaram a construção dessa ferrovia, Kroetz (1985, p.90-92) faz as seguintes considerações:

Com o crescimento cada vez maior da produção e desejando, como São Paulo, que os trilhos de ferro ficassem o mais próximo possível dos cafezais, foi solicitada ao Governo do Paraná a concessão de uma estrada de ferro. Para esse empreendimento, de iniciativa particular, uniram-se os capitais de vários fazendeiros que desenvolviam suas atividades cafeicultoras no Norte do Paraná. Pelo Decreto estadual nº 896, de 2 de agosto de 1920, foi concedido a Antônio Ribeiro dos Santos e outros, ou à Companhia que organizassem, a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que, partindo de um ponto conveniente do projetado ramal férreo Jaguariaíva – Ourinhos, entre Jacarezinho e a barranca do Rio Paraná, seguisse até Cambará, daí atravessando o rio das Cinzas e Laranjinha e se prolongasse até Jataí. Em junho de 1921, os concessionários constituíram uma sociedade anônima para levantar capitais para a construção da ferrovia, tendo sido subscritos 800.000.000.000 (oitocentos mil coitos de réis) em ações.

Essa ferrovia demandava de uma quantidade elevada de capital, um investimento que só retornaria depois de vários anos para seus financiadores. Ressaltamos também que houve divergências quanto ao ponto de onde partiria essa ferrovia. Havia a concepção de que a mesma deveria partir de um ponto de entroncamento a partir do ramal do Paranapanema, que ainda estava sendo construído. No entanto, de acordo com Kroetz (1985), a Ferrovia São Paulo-Paraná partiu de um entroncamento localizado na cidade de Ourinhos, num acordo entre os governos do Paraná e de São Paulo.

De forma a organizar os trabalhos técnicos e administrativos da construção desta ferrovia, foi criada a Companhia Ferroviária Noroeste do Paraná, dando início à longa jornada da construção da estrada de ferro. Recorrendo novamente a Kroetz (1985, p.94) o mesmo chama a atenção para o fato de que em:

[...] 13 de março de 1923, a estrada de ferro passou a denominar-se Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. No ano seguinte, no mês de junho, foram inaugurados os primeiros 22 quilômetros de linhas, da estação de Ourinhos até Leoflora (PR). Aberto o tráfego ao público, sobreveio o movimento revolucionário de São Paulo (1924) havendo os revolucionários se apoderado da linha e do seu escasso material rodante. Em agosto desse ano era aberta a estação de Cambará, no km 30.

Conforme esta ferrovia foi sendo construída, novos núcleos populacionais foram se estabelecendo. Em cada ponto de parada da linha férrea a dinamicidade econômica intensificava-se, pois as pessoas que trabalhavam na construção e até mesmo outras pessoas empregadas em atividades diversas que por ali transitavam, necessitavam de determinados tipos de bens e serviços. É neste contexto, de expansão da estrada de ferro, que novas propriedades foram tomando forma nesta região.

De antemão, é importante frisarmos que grande parte dessas terras por onde passariam os trilhos da ferrovia São Paulo-Paraná já possuíam controle privado, conforme considera Fresca (2004, p.118-119):

Enquanto no Paraná a ocupação ainda não entrara na sua grande fase dinâmica, no oeste de São Paulo, mais especificamente na Alta Sorocabana, a ocupação avançava em ritmo mais acelerado. Tendo em conta que o elemento atrativo da expansão das frentes pioneiras era a cafeicultura, a sua proximidade, associada a um sistema de transporte, gerava a perspectiva de valorização das terras ainda recobertas por matas. [...] Mediante a perspectiva de valorização das terras e da procura de novas terras, como garantia a continuidade da produção de café por fazendeiros paulistas, parcela de terras de Cornélio Procópio foi adquirida a partir de 1920. Muito antes da ocupação tornar-se efetiva, as terras já estavam sob o controle privado, majoritariamente de proprietários paulistas à espera de terem suas terras valorizadas pela presença de um sistema de transporte para iniciarem a ocupação.

Conforme a ferrovia seguia seu curso planejado, novas clareiras seguiam sendo abertas na mata, a madeira retirada servia para as construções dos pontos de parada e, logo na sequência, se estabeleciam novas fazendas voltadas para a produção de café.

O caminho aberto a partir da estrada de ferro possibilitava o loteamento de grandes porções de terra e, através disso, foi criada a Companhia de Terras Norte do Paraná, cuja função era de atrair cada vez mais pessoas para essa próspera região do Paraná. De acordo com Paula (2007, p.26) “para vender as suas terras a bom preço tem a Companhia um bem organizado serviço de propaganda por meio de cartazes e pela imprensa de todo o interior do Paraná”. Através dessa estrutura

administrativa e com as clareiras abertas na mata por parte dos construtores da ferrovia, a Companhia cumpria sua função de lucrar sobre a venda de lotes rurais.

É relevante apontarmos também, que a ação dessa companhia possibilitou um novo momento de ocupação desta área do Norte Pioneiro, alavancando os núcleos populacionais e a própria produção agrícola da região. Para complementar a reflexão sobre a dinamicidade proporcionada pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, Paula (2007, p.27) considera que a propaganda dessa companhia:

[...] indiretamente beneficiou o progresso e povoamento da região de Cornélio Procopio e Santa Mariana, porque esta possui cafezais de mais de 8 anos de idade, plantados pelo Sr. Francisco Junqueira, um dos pioneiros da colonização, e a Companhia não pode mostrar outro tanto. Além disso a distância é fator favorável ao progresso da região que está a meio caminho entre Londrina e Ourinhos, outros fatos a seu favor é a altitude, pois sabe-se que a cultura do café exige uma altitude não muito alta, devido ao frio, e nem muito baixa devido á “geada”, e os cafezais de Santa Mariana lá estão como mudas testemunhas de zona cafeeira. Devido a esses fatores, muitos agricultores deram preferência a esta região e, alguns vieram de Londrina.

Também é importante destacarmos que nesta ação da Companhia de Terras do Norte do Paraná na faixa oeste do Norte Pioneiro, houve de forma preponderante a implantação de pequenas e médias propriedades, cujos compradores foram, em sua maioria, ex colonos das grandes fazendas de café do Estado de São Paulo. Em suas colocações Paula (2007) demonstra que tal fato foi favorável ao desenvolvimento econômico, principalmente de Cornélio Procopio, e para justificar tal postura ele parte da seguinte concepção:

Mas, se uma cidade é cercada por grandes fazendas, fica estacionada, por que a grande propriedade é como uma fábrica de rendimento certo. A pequena propriedade é como uma fábrica de rendimento certo. A pequena propriedade pelo contrário dá vida ao lugar, com o número sempre crescente de habitantes e culturas novas, pois é mais fácil fazer experiências nas pequenas do que nas grandes propriedades. Cambará é o exemplo típico da cidade que marcha devagar, após ter tido um surto formidável. A razão disso são os latifúndios, que a cercam onde tudo já está instalado, ordenado, com cafezais até ás portas da cidade (PAULA, 2007, p.36).

A partir disso, nesta fronteira agrícola que estava sendo aberta, houve a implantação dessas pequenas propriedades que, apesar de grande parte produzir café, operavam em uma lógica diferente dos grandes estabelecimentos rurais, em virtude da própria dimensão territorial da propriedade e também da quantidade de capital investido na produção agrícola, acrescido da necessidade de obterem outros

A estrada de ferro ao longo do seu traçado seguiu no sentido de acompanhar os cafezais existentes, mas em sua própria espacialidade representou uma nova forma de organização espacial em cada um dos trechos consolidados. A organização, a qual nos referimos, se revela a partir da materialização dos novos cafezais estabelecidos, resultantes do loteamento das porções de terra desbravadas pela construção da ferrovia. A lógica era abrir novas frentes de produção de café, mantendo-as mesmas próximas às linhas férreas para o melhor escoamento da produção.

Toda essa dinamicidade proporcionada pelas estradas de ferro, foi um fator preponderante para a atração de novos investidores para o norte pioneiro. Consequentemente, nos próprios espaços de reprodução ampliada do capital, há um direcionamento mais intenso do fluxo de pessoas, que por sua vez querem usufruir de toda a espacialidade de tal processo.

Na questão de fluxo de pessoas, é importante destacarmos que a atividade cafeeira no norte do Paraná, principalmente as frentes pioneiras, além de possibilitar a vinda de mineiros e principalmente de paulistas, também foi fator preponderante para o estabelecimento de outros fluxos migratórios nesta região, principalmente de nordestinos, conforme aponta Monbeig (1984, p.150):

Preferiam eles de resto os planaltos setentrionais do Paraná aos de São Paulo. Encontrava-se em toda parte o “nortista”, habitante do Nordeste. Mais precisamente, dizia-se “baiano”, porque a Bahia foi o principal centro de emigração para as zonas pioneiras de São Paulo e do norte do Paraná. Entre 1936 e 1940, forneceu a Bahia um pouco mais da metade dos trabalhadores nacionais (50,9%).

Isto demonstra como uma área, que passa a apresentar um dinamismo econômico considerável, atrai pessoas de outras partes do país, cujos locais de origem, em sua maioria, atravessavam processos de estagnação econômica, como é o caso da população da Bahia, também ressaltado por Monbeig (1984).

Da mesma forma, a região Norte Pioneiro do Paraná neste mesmo período recebeu intensos fluxos de imigrantes estrangeiros, na maioria poloneses, italianos e japoneses, que após se capitalizarem trabalhando nas fazendas de cafés do Estado de São Paulo, dirigiram-se para as novas frentes da atividade cafeeira no norte do Paraná e em alguns casos buscando também propriedades nas faixas onde a

atividade já estava bem consolidada (KOHLHEPP, 2014; MONBEIG, 1984; CANCIAN, 1981).

De fato, essa junção de paulistas, mineiros, nordestinos e imigrantes estrangeiros, possibilitou a formação de uma estrutura social na qual materialização se deu, principalmente, através de uma divisão social do trabalho bastante clara no Norte Pioneiro. Consequentemente, tal estrutura social e produtiva influenciou decisivamente em determinados processo, ao longo da história nessa região, principalmente quando relacionamos produção agrícola, gênese e desenvolvimento das agroindústrias e dinâmicas dos espaços urbanos, que trataremos logo na sequência.

1.3 Oscilações da atividade cafeeira no Norte Pioneiro: as novas dinâmicas espaciais através do surgimento e desenvolvimento das agroindústrias na região

A partir do final da fase recessiva do 3º Kondratiev, mais precisamente com a crise de 1929, a atividade cafeeira no Norte Pioneiro passa a entrar em uma nova fase, o que reflete nas dinâmicas socioespaciais na referida região. Sobre esse período, Cancian (1981, p.68) faz as seguintes considerações:

Essa fase é marcada por uma conjuntura recessiva. A crise cafeeira que antecedeu em alguns meses após o crack da Bolsa de Nova York, constituiu-se no ponto inicial de estrangulamento do setor, nos moldes como até então estava organizado. A maneira encontrada para solucionar o problema foi forçar a retração da oferta. São Paulo que era o maior produtor, com uma tradição cafeicultora secular, buscava novos ramos para sua economia, passando de 21.850.000 sacas na safra 1933/34 a maior, para 4.721.800 sacas em 1944/45, a menor, enquanto o Paraná ampliava suas plantações em novos moldes. Passou a existir retração na área cafeeira de grandes proprietários e incentivo onde havia possibilidades para os pequenos lavradores. No Paraná, os altos investimentos na colonização das terras do Norte Novo, especialmente pelos ingleses, levaram o Estado e os grupos interessados, a garantir a possibilidade de continuação do plantio de cafeeiros.

É neste momento que, no Norte Pioneiro, em virtude da queda do preço café, juntamente com a queda do rendimento dos cafezais, por causa da idade dos mesmos, os grandes produtores desse ramo passam a vender as suas propriedades ou até mesmo parte delas. A partir do capital obtido por intermédio dessas vendas que

esses grandes produtores se deslocam para as novas frentes da produção cafeeira no sentido oeste do Norte do Paraná, adquirindo novas propriedades nesses espaços.

Em contrapartida, há uma elevação do número de pequenas propriedades que passam a cultivar o café, justamente pelo fato desses antigos colonos das grandes propriedades de café dessa região, através de capitais acumulados principalmente pela produção de alimentos em cultivos intercalares, compram os lotes de terras oferecidos pelos grandes produtores, conforme já destacamos no parágrafo anterior. Ressaltamos que essas pequenas propriedades que passaram a se dedicar a atividade cafeeira, contavam com uma mão-de-obra familiar o que lhes permitia manter uma taxa de lucro atrativa, porém há de se destacar a diminuição da área plantada em toda a região (CANCIAN, 1981), em virtude dessa nova dinâmica que se estabeleceu a partir de 1929 no Norte Pioneiro

Tabela 01 – Número de cafeeiros na Micro Região de Wenceslau Braz – Norte Pioneiro

Municípios	1920	1935	1942	1945
Carlópolis	135.850	645.406	737.687	352.000
Joaquim Távora	-----	1.101.311	1.783.644	1.496.000
São José da Boa Vista	997.600	1.201.296	-----	-----
Siqueira Campos	-----	698.306	1.329.260	1.144.000
Tomazina	4.153.010	2.198.800	1.632.250	1.760.000
Wenceslau Braz	-----	-----	325.272	115.500
Total	5.286.460	5.845.119	5.606.113	4.867.500

Fonte: Cancian (1981, p.69)

Tabela 02 – Número de cafeeiros na Micro Região de Jacarezinho – Norte Pioneiro

Municípios	1920	1935	1942	1945
Bandeirantes	-----	-----	751.000	2.248.700
Cambará	6.944.786	-----	-----	2.880.800
Jacarezinho	5.974.160	9.053.234	941.000	575.000
Ribeirão Claro	4.830.621	884.821	-----	1.100.000
Santo Antônio da Platina	3.855.714	3.190.514	-----	1.901.299
Total	21.605.281	13.088.569	1.692.700	7.901.299

Fonte: Cancian (1981, p.71)

Desta forma, a expansão da atividade cafeeira segue no sentido das novas frentes pioneiras que vão sendo abertas, com preponderância das companhias

colonizadoras, que influenciaram na dinâmica produtiva do café, quando comparamos as estruturas das propriedades existentes no Norte Pioneiro e Norte Novo, conforme destaca Cancian (1981, p.76):

[...] Norte Novo de Londrina, eram áreas onde o planejamento antecedeu a colonização, onde os lotes eram na maioria pequenos e médios e os pagamentos parcelados da terra permitiam que antigos colonos e pequenos lavradores se transformassem em proprietários. Nessas condições, e em vista dos índices maiores do número de cafeeiros, fica evidente que a expansão estava se fazendo preferentemente através da pequena exploração, o que por si mostra mudanças. O café expandia-se em maior grau onde a pequena e média propriedades indiscutivelmente se faziam presentes. Dá-se o inverso do que foi observado no Norte Velho de Jacarezinho, onde a diminuição da área média das propriedades que ocorria paulatinamente indicava fracionamento das terras. Nas áreas de colonização dirigida os "sítios" precediam a cafeicultura intensiva.

Com o avanço da cafeicultura para as outras faixas do Norte do Paraná, no sentido oeste, novas culturas vão sendo estabelecidas no Norte Pioneiro e novas dinâmicas urbanas passam a vigorar.

Os capitais dos antigos produtores de café da região passam a ser revertidos para novos produtos agrícolas. Além disso, boa parte desses capitais (pequenos e médios ex produtores de café) passam a ser materializados em atividades industriais nos núcleos urbanos, dentre as quais, se destacam as máquinas de beneficiamento do café, com o surgimento da figura do maquinista (CANCIAN, 1981), o que representa um dos elementos da gênese do movimento de agroindustrialização na referida região.

No tocante as novas culturas agrícolas e o papel do Estado atuando como agente fomentador da diversificação produtiva nesses espaços, a mesma autora ressalta que:

Desde o início da década de 1930, o governo paranaense procurava estimular a agricultura diversificada, criando nessa ocasião o Departamento da Agricultura, ao qual confiou a organização e a superintendência técnica e administrativa de todos os serviços agrícolas, passando a realizar a distribuição de sementes, especialmente trigo. Entre 1931 e 1933, foram distribuídos no Norte Pioneiro 58.871 kg de sementes de trigo, 25 kg de sementes de alfafa, 2.000 pontas de cana-de-açúcar, 60 kg de sementes de arroz, 60 kg de sementes de milho. O resultado dessa orientação foi que no primeiro grupo (Carlópolis, Tomazina, Venceslau Braz) além do milho, passou-se a cultivar o algodão, arroz e cana-de-açúcar, trigo (em pequena escala) e outros, afora o feijão, que sempre foi cultivo intercalar do cafeeiro (CANCIAN, 1981, p.85).

Isto nos indica como foi sendo estruturado a mudança de uma base econômica estritamente cafeeira, em direção a uma dinâmica agrícola que abarcava outros produtos, permitindo assim um processo de agroindustrialização. Conforme destaca Padis (1981), a partir da segunda metade da década de 1950 há uma intensificação da cultura do algodão e rami principalmente nos municípios de Assaí e Uraí, cultivados de forma intensiva pelos imigrantes japoneses. Tal dinâmica, fez com que em municípios como Cambará, Bandeirantes e Andirá instalassem pequenas agroindústrias que realizavam o beneficiamento e extração de óleo, principalmente do algodão, direcionando a produção para o Estado de São Paulo (PADIS, 1981), responsável pela parte final do processo de industrialização, utilizando para isso o modal ferroviário que ligava até o município de Ourinhos-SP, de onde partia a ferrovia Sorocabana. No mesmo período, o milho passa a ser industrializado em alguns municípios do Norte Pioneiro, cujos produtos são destinados para a ração animal, farinhas e óleos (PADIS, 1981).

Ainda sobre a diversificação produtiva neste mesmo período, Tânia Maria Fresca (2004) ao analisar a dinâmica econômica e rede urbana do município de Jacarezinho, que até início dos anos 1950 era um importante centro de produção cafeeira do Norte Pioneiro, faz a seguinte consideração:

Assim, ao final dos anos 1950 e início de 1960, embora a agricultura configurasse a principal atividade econômica municipal, já se observavam algumas alterações [...]. Em primeiro lugar está a venda de estabelecimentos rurais outrora utilizados com cafeicultura, que passaram a ter outros cultivos como a cana-de-açúcar. Em segundo lugar, há a alteração das relações sociais de produção que passam do colonato para o assalariamento nas propriedades canavieiras.

Diante desse quadro produtivo da cana-de-açúcar em Jacarezinho e também nos municípios como Bandeirantes, Cambará e Ibaiti, há o surgimento de usinas de processamento⁶ dessa matéria prima, cujos produtos eram o álcool anidro e o açúcar. De acordo com Bray e Teixeira (1985), no ano de 1942, foi fundada em Bandeirantes a Usina Bandeirantes, cujos donos eram Luiz Meneguel e seus três irmãos, que pertenciam aos grupos Denini e Ometto, caracterizados como industriais paulistas, pertencentes ao ramo usineiro, oriundos do município de Piracicaba.

⁶ No que concerne a estrutura das usinas de processamento de cana-de-açúcar neste período, as mesmas aproveitaram as bases das antigas fazendas de café, pois os trabalhadores continuaram residindo dentro dos limites territoriais das usinas, algo bem próximo ao que acontecia no regime de colonato, ou seja, as colônias de trabalhadores acabaram se mantendo, mas com as relações de trabalho baseadas no assalariamento.

Conforme destaca Fresca (2004), em 1947, se instala em Jacarezinho a Cia Agrícola Usina Jacarezinho, vinculada a dois proprietários da empresa colonizadora Cia Melhoramentos Norte do Paraná. Faz-se necessário destacar que, segundo Bray e Teixeira (1985) o setor canavieiro do centro sul do Brasil começou a expandir-se a partir da II Guerra Mundial, uma vez que o comércio de cabotagem foi interrompido devido ao conturbado cenário causado por uma guerra submarina. Sendo assim, o governo brasileiro optou por incentivar o referido setor nos estados da faixa centro sul do país.

Ainda, em se tratando do setor canavieiro no Norte Pioneiro do Paraná, é instalada no ano de 1966, em Cambará, a Usina Cambará, aproveitando a expansão da cultura da cana-de-açúcar na região.

Outro elemento que foi desencadeado pela redução da cultura cafeeira no Norte Pioneiro, foi o aumento das áreas de pastagens nesta região. Sobre esse processo de substituição dos pés de cafés por outras culturas e também para a formação de pastagens, Cancian (1981, p.100) faz a seguinte observação:

A substituição se faz pelas lavouras temporárias e pastagens à medida que os cafeeiros foram se tornando improdutivos e os preços declinavam no final da década de 1950 e início de 1960. Na verdade ultrapassaram um tanto esse limite, porém pode-se admitir que tenha sido em consequência disto, quando o café perdia rentabilidade. [...] Jacarezinho, maior produtor paranaense poucos anos antes, possuía forte tendência para as pastagens; Ribeirão Claro porém, já se definira pelas pastagens até atingir em 1970 a condição de "monocultor do gado".

Este excerto ilustra bem a situação de vários municípios do Norte Pioneiro neste período, pois uma parte dos antigos produtores de café passaram a estruturar as suas propriedades para as pastagens, uma vez que a rentabilidade com o café havia caído e também entrava em vigor os programas de erradicação de café por parte do governo federal, com o intuito de liberar áreas para outras culturas agrícolas, renovar os cafezais e financiar a implantação de agroindústrias pelo país (TRINTIN, 2001).

No que concerne ao movimento de erradicação de pés de café no Norte Pioneiro, é importante ressaltarmos que todo esse processo estava dentro das propostas dos programas de Racionalização da Cafeicultura Brasileira e de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, que por sua vez foram criados pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), durante a década de

1960. Sobre o programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira, Carvalho (1999, p.135) faz o seguinte apontamento:

O lavrador que se utilizasse deste programa, escolheria a cultura a substituir o café, sem exigências técnicas agronômicas, caso fossem lavouras temporárias. As lavouras substitutivas eram financiadas com recursos, basicamente do Banco do Brasil (através da CREAL), acrescida em 10% para o uso de sementes selecionadas, 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos. Os recursos aumentavam em 50%, o valor do financiamento básico concedido pelo Banco do Brasil, que também era responsável pelo recebimento das propostas de erradicação e da verificação do número de cafeeiros a serem eliminados.

Através deste programa, que entrou em funcionamento em 1962, foram erradicados milhões de pés de café em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e no Paraná, com o claro intuito de fomentar a inserção de novas culturas agrícolas e tornar mais efetiva a produção cafeeira nestes Estados (CARVALHO, 1999). Sendo assim, no Paraná, foram erradicados até o ano de 1966 um total de 123 milhões de pés de café no norte deste estado, em cujo total de erradicação entre as regiões paranaenses produtoras se manteve da seguinte maneira, conforme destacado por Carvalho (1999): Norte Novíssimo (53,9 milhões de pés); Norte Novo (50,4 milhões de pés); Norte Velho (19 milhões de pés).

Podemos observar que o Norte Pioneiro, também conhecido como Norte Velho, foi a região produtora que menos teve pés de café erradicados e isto se justifica pelo fato desses cafezais já possuírem uma idade avançada e com isso sua produtividade já era baixa. Consequentemente essa característica de baixa produtividade congregava com a proposta do GERCA, pois esse visava a racionalização da atividade cafeeira, ou seja, de forma a evitar elementos que promovessem uma elevação no níveis de produção de café no país. Além disso, esse nível menor de erradicação no Norte Pioneiro também foi favorecido pelas geadas de 1962 e de 1965 que dizimaram milhões de pés de café nessa região, resultando no gradativo aumento de áreas dedicadas ao cultivo de milho e feijão (CARVALHO, 1999).

Ainda dentro desse processo de diminuição de pés de café, já na década de 70, a geada negra de 1975 acabou dizimando grande parte dos cafezais da região Norte do Paraná e esta dinâmica de avanço das pastagens e outras culturas se intensificou (CANCIAN, 1981).

O quadro do setor produtivo agropecuário do Norte Pioneiro dos anos 60 e 70, acabou alterando as relações de produção e a divisão do trabalho se intensificou, gerando aumento das populações urbanas da região e promovendo também fluxos migratórios para outras regiões do Paraná, principalmente Região Metropolitana de Curitiba, além de “cidades do interior de São Paulo (CROCETTI, 2012, p.234)”. Sobre essa dinâmica Fresca (2014), considera que a perda de habitantes na região Norte do Paraná, resulta das novas culturas que se estabeleceram nesses espaços, caracterizadas pelo intenso uso de maquinários e também pela implantação de pastagens, que de fato demandam menos mão-de-obra. Cabe destacar também, que o dinamismo econômico do Norte Novo e Norte Novíssimo do Paraná, resultou no fluxo de pessoas do Norte Pioneiro para essas regiões (CANCIAN, 1981).

Desta forma, aponta a autora, as pessoas que não conseguem empregos nos espaços rurais acabam emigrando para os espaços urbanos com a perspectiva de conseguirem trabalho. Todo esse contexto de saída da população rural para os espaços urbanos foi agravado pelo processo de concentração da propriedade da terra, elemento característico desse período, pois os pequenos produtores não conseguiam se inserir dentro dos moldes de uma agricultura moderna, principalmente pela condição das dificuldades em obter capital de crédito (FRESCA, 2004).

A expansão da indústria no Paraná, principalmente a partir dos anos 60, em parte resultante do Plano de Metas do governo JK, esteve também ligada a essa mão-de-obra que passou a ser liberada do setor agrícola e que se dirigiu aos núcleos urbanos. Sobre essa relação entre agricultura e industrialização, e aumento da população urbana, Mamigonian (1987, p.69) faz a seguinte observação:

É importante assinalar que no início da industrialização as atividades produtivas eram trabalho-intensivas, isto é, pré-industriais, em dois setores básicos, a agricultura e a produção de bens de equipamento (construção civil, oficinas mecânicas no interior das fábricas). Quando crescia a demanda de bens agrícolas ou de bens de investimento nas fases “a” dos ciclos juglarianos, multidões de trabalhadores eram atraídos para estas atividades. Como a industrialização se processou sem prévia reforma agrária, que permitisse recompor a produção para autoconsumo da unidade agrícola camponesa, o desenvolvimento do capitalismo no campo após-30 foi desagregando a família camponesa, engrossando nas cidades o exército industrial de reserva.

Mamigonian (1987) traça com clareza essa dinâmica entre agricultura e indústria, demonstrando que a liberação da mão-de-obra desse primeiro setor permitiu

a emigração dessas pessoas para as cidades, mas em quantidade maior que a demanda de empregos proporcionada pela indústria.

No entanto, é nesse complexo movimento que a indústria vai se estabelecendo no país e, conseqüentemente, gerando um aumento da população urbana. Desta forma, tal conjuntura econômica e social desse período, permitiu que o setor industrial paranaense tivesse uma participação de 2,9% frente ao total nacional em 1949, elevando-se para 3,2% em 1960 (TRINTIN, 2001).

No entanto, conforme destaca Trintin (2001, p.77) “sua estrutura produtiva do estado era fortemente marcada pelo predomínio da produção de poucos gêneros, com destaque para produtos alimentares e madeira, que contribuíam com mais de 60% do valor da transformação industrial do estado em 1960”.

Tabela 03 – Participação (%) dos diferentes grupos da indústria do Paraná nos gêneros produtos alimentares, madeira e têxtil - 1960

Grupos	1960
Produtos alimentares	
Beneficiamento, torrefação e moagem	79,51
Conservas e frutas e legumes, condimentos	0,68
Abate de animais e preparação de conservas	7,57
Conservas de pescado	0,16
Laticínios (inclusive pasteurização)	0,55
Açúcar	5,05
Balas, caramelos, gomas de mascar, chocolates	0,51
Prod. de padaria, confeitaria e sorvetes	4,39
Massas alimentícias e biscoitos	1,58
Madeira	
Madeira desdobrada, compensada e chapas prensadas	88,70
Madeira aparelhada	9,05
Artigos de madeira de tanoaria	0,21
Outros produtos	2,04
Têxtil	
Beneficiamento de fibras têxteis	65,29
Tecelagem	6,98
Tecidos de malha	3,34
Artigos de passamaria, filós, rendas	3,19
Artefatos têxteis	21,20

Fonte: Trintin (2001, p.79)

A tabela 03 demonstra que dentre os grupos pertencentes aos subsetores da indústria paranaense durante em 1960, há um claro predomínio dos grupos em cujos produtos não exigem um elevado número de processos industriais, ou seja, são produtos com um menor grau de elaboração. Desta forma, a tabela reforça o argumento de que a estrutura produtiva da indústria paranaense instalada neste período, ainda não permitia uma participação mais ativa desses produtos industriais mais elaborados e com maior valor agregado, frente ao total geral do setor.

Cabe ressaltar que dentre as atividades industriais destacadas na tabela 3, durante a década de 1960, possuía destaque no Norte Pioneiro as agroindústrias que beneficiavam fibras (algodão e rami) e café, juntamente com as usinas de açúcar. O quadro da indústria paranaense não se alterava, pois no “triênio 1962-65, o Brasil atravessava uma profunda depressão econômica. Nesse triênio, a produção industrial virtualmente não cresceu em termos absolutos (RANGEL, 1985, p.29)”. Mesmo diante da fase “a” do 4º Kondratiev (1948-73), a conjuntura econômica não permitia tal alteração, pois o país atravessava a fase recessiva do seu ciclo médio ou juglarianos brasileiros⁷ (RANGEL, 1985).

É a partir da fase “b” do 4º Kondratiev, instalado junto a crise do petróleo em 1973, que se dá início uma nova fase do setor industrial paranaense, e que por sua vez, irá alterar a estrutura agroindustrial do Norte Pioneiro. No entanto, é importante destacarmos que essa alteração se estruturou em grande medida, a partir da convergência de elementos econômicos, políticos e sociais conforme aponta Crocetti (2012, p.226):

O Brasil cresceu de 1967 a 1973, muito fortemente através da reforma financeira e através de uma redistribuição de renda em favor de setores de renda mais altos, criando uma nova classe média, com a nova empresa nacional privada e com novas empresas estatais que se implantam desde os anos 1950. O Brasil começa, depois da crise do petróleo, a se reorganizar estruturalmente, e passa a ser pensado com base em novas estratégias, como a nova política descentralizadora da Gestão Geisel, com a implantação do 2º PND (1974-79), que ganhou o apelido de “marcha forçada”.

É a partir do 2º PND que se intensifica o avanço das culturas de grãos no estado do Paraná e conseqüentemente no Norte Pioneiro. Nesta região esse avanço se deu principalmente pela soja e milho. Em relação a outras culturas, há um destaque para a expansão das áreas plantadas de cana-de-açúcar, que se adaptaram bem aos solos

⁷ Ver em: RANGEL (1983).

do 3º Planalto Paranaense, cuja elevação foi consequência do programa do governo federal conhecido como Pró-Álcool, implantado em 1975, como alternativa energética frente ao preço do petróleo.

Todas essas culturas destacadas acima, com exceção da cana-de-açúcar que ainda era muito intensiva em mão-de-obra, se desenvolveram a partir de uma nova base técnica que envolve a utilização de maquinários e insumos, obtidos pelos produtores através de aportes de capitais vinculados a linhas de crédito rural, conduzidas principalmente pelo governo federal, que resulta em uma reestruturação do setor industrial brasileiro, tanto a jusante quanto a montante da agricultura (DELGADO, 1985). No que se refere a indústria a jusante da agricultura, Trintin (2001, p.105) aponta que:

Na indústria mecânica, houve significativo aumento da participação do grupo produtor de máquinas, aparelhos e equipamentos para a agricultura, arrastado tanto pela grande expansão da agricultura estadual como pelo avanço da fronteira agrícola para o Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás). No período, os segmentos da indústria apresentaram desempenho diferenciado, uma vez que cresceu em importância a produção de máquinas e equipamentos ante a fabricação de tratores.

Essa indústria mecânica, que o autor destaca, estava concentrada principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, o que de fato elevou a quantidade de pessoas que imigraram para estes espaços.

No entanto, no Norte Pioneiro não houve a instalação de grandes indústrias fornecedoras de máquinas e insumos para a agricultura. Nesta região houve um processo sócio-espacial muito bem descrito por Crocetti (2012, p.234-235), que envolveu elementos vinculados a estruturas urbanas e agroindustrialização:

E algumas pequenas cidades que passam por uma regressão muito acentuada, porque os sistemas de comercialização agrícola em que se baseavam passam agora a ser feitos por cooperativas, por grandes empresas. As funções tradicionais que elas tinham, de receptor a produção agrícola, de intermediar a produção agrícola com centros de consumidores, se modificam se modernizam, e algumas dessas cidades pequenas passam a serem cidades mortas, ou fantasmas, principalmente no Nordeste e Sul paranaense. Embora um número significativo delas se integrasse as grandes empresas agrícolas e cooperativas, dinamizando sua produção. Outras partiram para o enfrentamento e passaram a atividades mais lucrativas como a soja, o trigo, aves e cana-de-açúcar. Dando origem mais tarde a pequenas unidades industriais.

Para complementar a fala desse autor e fundamentar nossa análise, utilizamos o seguinte excerto de Trintin (2001, p.102-103):

A diversificação do parque industrial do Paraná foi acompanhada por um intenso processo de reestruturação interna de importantes gêneros industriais, com a criação ou expansão de atividades produtivas caracterizadas pela exigência de tecnologias mais sofisticadas e pela maior agregação de valor. Tomando os principais gêneros da indústria já tradicionais na matriz industrial do Paraná e considerando, dentre eles, os grupos mais relevantes, vê-se que, na indústria de produtos alimentares, o grupo beneficiamento de café, cereais e afins perde expressão, enquanto ganham importância o abate de animais (especialmente frangos), o refino de óleos vegetais, os produtos do milho e a produção de rações. Ademais, não se trata mais de pequenas empresas com reduzida escala de produção e voltadas a mercados locais, como as que prevaleciam no início da década de 70. Ao contrário, trata-se de grandes complexos agroindustriais ligados à transformação da soja, do milho e de produtos da pecuária local e que visam atender à demanda interna do país, bem como ao mercado internacional, como é o caso do café solúvel e dos derivados de soja e milho.

Ambas as afirmações destacadas acima traduzem bem a conjuntura econômica e social que se aplica à gênese de inúmeras agroindústrias no Norte Pioneiro do Paraná. Como destacado por Crocetti (2012), vários municípios do Norte Pioneiro perderam a dinamicidade frente as novas estruturas presentes no setor agrícola que, atrelado ao processo de modernização das técnicas do referido setor, resultaram na perda de habitantes, uma vez que estes migraram para locais mais promissores economicamente. No entanto, a partir de capitais acumulados principalmente com as atividades cafeeiras, vendas de partes das propriedades rurais, e os constantes apoios financeiros e técnicos por parte do estado, vários produtores da região passaram a produzir milho, soja, cana-de-açúcar e a direcionarem investimentos para a produção de aves (PADIS, 1981).

A outra parte de antigos proprietários rurais, principalmente ex produtores de café, passaram a investir em atividades nos núcleos urbanos da região, no setor de serviços e também no setor industrial, com ênfase no processamento de matérias primas vindas do setor agrícola. Essa dinâmica de novos canais de acumulação de capital através das atividades industriais nessa região, possui estreita ligação com a 3ª Dualidade, em que Rangel (1981, p.26) traz a seguinte análise sobre esse movimento econômico e social brasileiro:

Quanto a repetição da experiência da segunda dualidade, organizando-se a diversificação da produção interna por via artesanal, sob a liderança do capitalismo mercantil, seria possível e foi tentada, não apenas regionalmente (nas regiões menos desenvolvidas do País), como também setorialmente (nos setores que, de início, não fosse possível modernizar ou industrializar). Mas o fato de que, em certas atividades, especialmente da indústria de transformação, tivesse sido possível empreender uma peculiar substituição industrial de importações viria introduzir no sistema um elemento novo, de extraordinário dinamismo. Entrementes, isso queria dizer que, no esquema da dualidade brasileira, introduzia-se uma mudança de estratégia importância, a saber: no polo externo da dualidade, o capitalismo industrial – antes presente no lado externo, - aparecia agora do lado interno, substituindo aí o capitalismo mercantil. Era a terceira dualidade que nascia.

Isto nos possibilita afirmar que os moldes da 3ª Dualidade influenciaram na dinâmica do surgimento efetivo dessas agroindústrias no Norte Pioneiro do Paraná, pois apesar do domínio político dos latifundiários, em segundo plano estabelece-se uma burguesia industrial, que em décadas anteriores, em sua maioria, fizeram parte desta mesma classe dos latifundiários nesta região.

Desta forma, assim como ressaltado por Crocetti (2012) e Trintin (2001) em suas análises sobre o Paraná, surgiram abatedouros de frangos no Norte Pioneiro, como a Frangos Pioneiro⁸ em 1983 no município de Joaquim Távora (GRUPO PIONEIRO, 2017), e a Avicultura Comércio e Ind. Ltda⁹, em 1976, em Jacarezinho (FRESCA, 2004), os mesmos aproveitaram os elementos conjunturais desse período, muito bem tratados na tese de Espíndola (2002). Na transição dos anos 60 para os anos 70, a partir de capitais acumulados em atividades agrícolas, surgiram pequenas agroindústrias que fabricavam polvilho¹⁰ a partir da mandioca, principalmente no município de Jaboti, juntamente com fábricas de farinha de milho concentradas em Siqueira Campos, Joaquim Távora e Ibaiti.

Destacamos que, no caso particular do abatedouro Frangos Pioneiro, conforme informações obtidas junto à empresa¹¹ e através de alguns habitantes do município sede dessa agroindústria, o mesmo foi implantado a partir de capitais acumulados através de uma fábrica de farinha de milho, localizada em Joaquim Távora, adquirida pelo pai de Tarcizo Messias dos Santos, um dos fundadores do referido abatedouro.

⁸ Esta empresa pertence ao Grupo Pioneiro e estará presente nas análises do capítulo III.

⁹ Atualmente este abatedouro de frango pertence a JBS.

¹⁰ De acordo com a Folha de Londrina (2012), Jaboti que era um importante polo produtor de polvilho na região até meados dos anos 1990, hoje possui apenas duas pequenas agroindústrias desse ramo, que por sua vez possuem uma capacidade produtiva ociosa que chega a 70%. Conforme destacado na matéria, a dificuldade maior se encontra na obtenção da matéria prima, uma vez que há uma baixa produção de mandioca no município, em virtude dos produtores optaram pela maior lucratividade da cultura do morango.

¹¹ Entrevistas realizadas em outubro de 2016 e maio de 2017 no município de Joaquim Távora.

Esta fábrica de farinha de milho foi adquirida através de capital oriundo da produção de café e venda da propriedade localizada em Tomazina, pertencente à família Santos, durante o período de crise do café no Norte Pioneiro. Ressaltamos que a família Santos é natural do município de Cambuí – MG, e vieram para o Norte Pioneiro junto com o fluxo de imigrantes mineiros no início do século XX, com o intuito de se dedicarem a atividade cafeeira.

Ainda tendo como base as considerações de Crocetti (2012) a respeito da gênese das agroindústrias, podemos apontar que no Norte Pioneiro houve casos em que não era necessário ter a propriedade da terra e ser produtor rural para se capitalizar e investir o capital acumulado em atividades agroindustriais. Um exemplo disso, foi a empresa Laticínios Carolina, criada em 1969 pelos mineiros de São João Del Rey, senhor Geraldo Araujo e seu filho Maurício Araujo (LATICÍNIOS CAROLINA, 2018). De acordo com informações transmitidas por moradores de Ribeirão Claro¹², o senhor Geraldo Araujo quando veio para o município de Ribeirão Claro, não possuía nenhuma propriedade rural, no entanto, o mesmo era dono de um trator e sendo assim trabalhava com ele nas propriedades rurais deste município. É a partir do capital acumulado através dessa atividade, que Geraldo Araujo e seu filho criam um pequeno laticínio para a fabricação e comercialização de leite e derivados, aproveitando também do avanço da pecuária nesta região a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, ou seja, período em que o café passa a dar lugar para outras atividades agropecuárias.

Outro exemplo de indústria criada na região que se encaixa nesta característica de ausência de propriedade rural e atividades agrícolas e que também ajuda a entender essa dinâmica no Norte Pioneiro, é a empresa que fabrica refrigerantes, a Gasosa Paranaense, localizada no município de Quatiguá. Esta empresa foi fundada durante a década de 1960, pelo comerciante de secos e molhados, senhor Pedro Vale (FOLHA EXTRA, 2014), que não possuía ligações diretas com o setor agrícola do município. Este comerciante começou no ramo de bebidas através da sua atuação no engarrafamento de pinga (água ardente) e vinho, oriundos de outras regiões, e que após alguns anos de pesquisa passou a produzir refrigerante (FOLHA EXTRA, 2014).

¹² Informações obtidas em fevereiro de 2018 através da família Jorge, moradores de Ribeirão Claro, cujos alguns membros já trabalharam neste laticínio e outros ainda pertencem ao quadro de funcionários da empresa.

Atualmente esta empresa ainda se mantém na ativa e possui um mercado consumidor bastante consolidado no Norte Pioneiro.

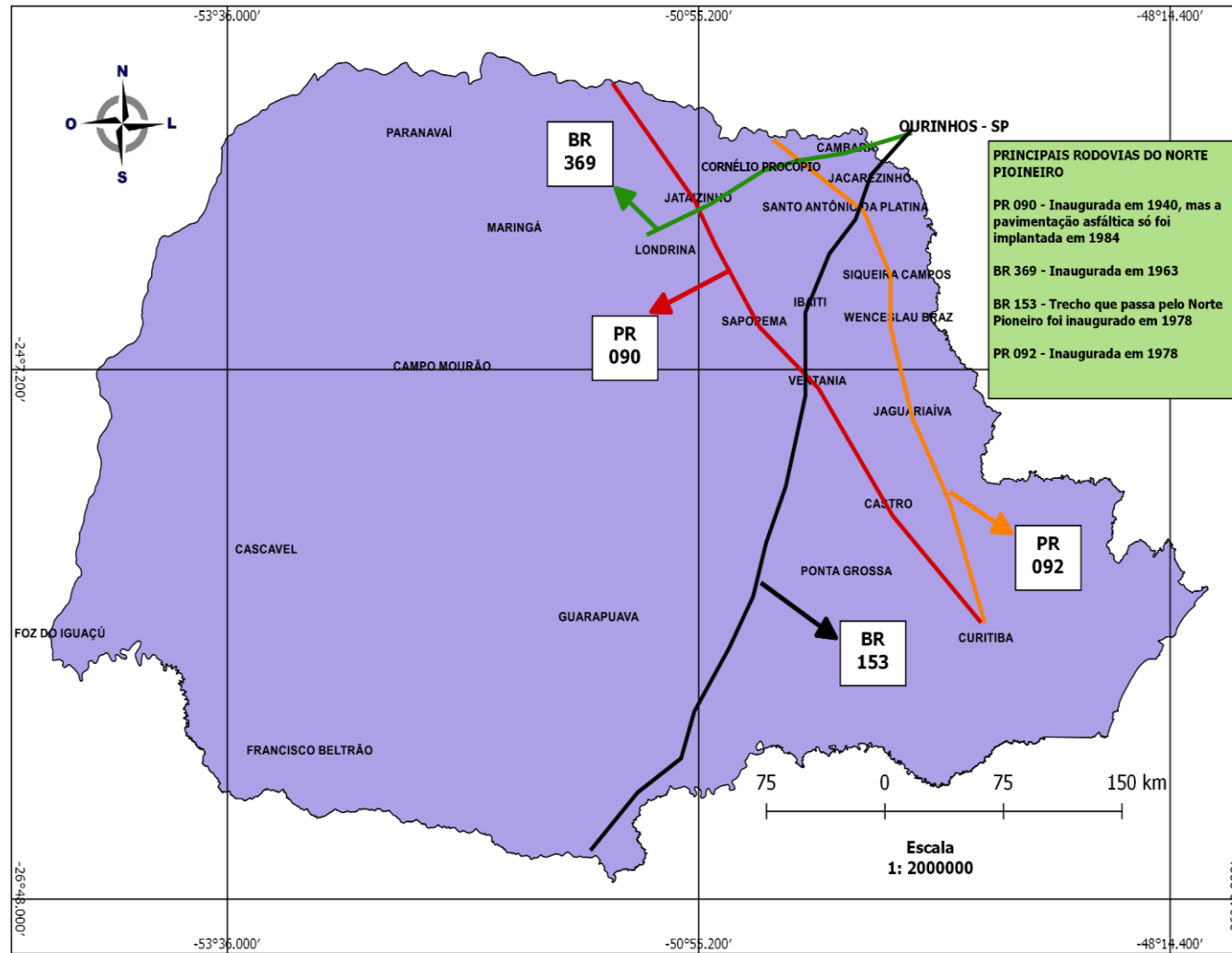
Assim como apontou Trintin (2001), no que concerne ao surgimento de agroindústrias de café solúvel no Paraná, a partir do final dos anos 1960, destacamos o surgimento da Cia Café Iguaçu, em 1967, no município de Cornélio Procópio, cujo sócio fundador, Senhor Kunishiro Miyamoto, era produtor de café nesta localidade e também acionista do Grupo Banco América do Sul S.A (FRESCA, 2004). A referida agroindústria se tornou uma forte empresa no setor de café solúvel, com altos investimentos em novas tecnologias de produção durante as décadas de 1980, 90 e 2000, que serão tratadas com profundidade no capítulo III dessa dissertação.

Dentro desse processo de gênese e desenvolvimento do setor industrial, principalmente no que se refere as agroindústrias do Norte Pioneiro, é importante levarmos em consideração as ligações viárias dessa região para com o restante do território nacional. Como salientado por Trintin (2001) e Crocetti (2012), durante o período de avanço da industrialização no Paraná, por volta do final da década de 1960, nas cidades como Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa as indústrias metal mecânicas, químicas e as alimentícias, de maior complexidade produtiva, foram instaladas. Desta forma, tendo como base a bibliografia pesquisada, consideramos que tal implantação teve como elemento primordial a estrutura viária que estas regiões já possuíam.

No entanto, neste mesmo período, as ligações viárias da maior parte do Norte Pioneiro ainda eram precárias. No que se refere às rodovias, de acordo com informações obtidas no site do DER-PR, apenas a PR 090 (Estrada do Cerne) passava por parte dessa região. Somente em 1978 é que foi concluída a rodovia PR 092 que ligava a BR 153 no município de Santo Antônio da Platina, permitindo a ligação à Curitiba e ao Porto de Paranaguá. Já a rodovia BR 369, Rodovia dos Cereais, que liga Maringá a Ourinhos, passando por Londrina, Uraí, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Andirá e Cambará, entrou em funcionamento em 1963 (DER-PR), ligando esses municípios ao modal viário presente em Ourinhos. Esse trajeto da BR 369, certamente, foi um dos elementos que influenciou na implantação da Cia Iguaçu em Cornélio Procópio, uma vez que o café solúvel produzido seria transportado a partir da rede viária paulista, tendo como ponto de partida a referida rodovia no território paranaense. Desta forma, acreditamos que a estrutura viária do Norte Pioneiro, conforme pode ser observada no mapa 04, dentro de uma série de outros

elementos, foi preponderante para a instalação de indústrias de processamento de produtos agrícolas de pequeno porte, na maior parte da região, diferente do processo de industrialização ocorrido nos municípios destacados no parágrafo anterior.

Mapa 04 – Principais rodovias do Norte Pioneiro



Através desse mapa que destaca a malha rodoviária do Norte Pioneiro também podemos ver que há claras diferenças na organização desse atributo espacial dentro dessa região. Destacamos que, essa configuração possui estreitas ligações com as duas diferentes formações sócio-espaciais que o Norte Pioneiro possui, conforme já enfatizamos anteriormente. É notório que a formação sócio-espacial da parte oeste dessa região, cujo destaque é o município de Cornélio Procopio, conseguiu desde os anos 60 a implantação de uma estrutura viária que permitiu a ampliação da sua dinamicidade econômica. De fato, essa parte do Norte Pioneiro já possuía forças produtivas e relações de produção que lhe proporcionou um movimento de reprodução de capital mais intenso do que a parte leste dessa região, já com uma outra formação sócio-espacial. Portanto, tais atributos espaciais vinculados a forças produtivas já em movimento, a parte oeste do Norte Pioneiro conseguiu a implantação de uma malha viária em melhores condições, se comparado com a parte leste da mesma região.

Somente a partir da segunda metade da década de 1980, com uma estrutura viária de melhor condição, em que também foi incorporada nesse processo a parte leste do Norte Pioneiro, parte dessas pequenas agroindústrias que surgiram nas décadas passadas, principalmente nos anos 70, começam um processo de expansão da sua capacidade produtiva, mas sem grandes saltos de produção e nem de investimentos em inovações tecnológicas, pois o país atravessava por um período de “desaceleração do crescimento econômico e restrição de demanda agregada (TRINTIN, 2001, p.146)”.

Mantendo-se o quadro de avanço das culturas de grãos e das áreas de pastagem no Norte Pioneiro, a redução nos postos de trabalho no setor agrícola e a ausência de vagas de emprego para a população nos centros urbanos da região, intensificou-se o processo de perda de habitantes para outras regiões do Paraná e do país, o que se mantém até o ano de 2010, conforme podemos observar na tabela 04.

Tabela 04 – População das Mesorregiões do Paraná

	1980	1991	2000	2010
Estado do Paraná	7.629.849	8.448.713	9.563.458	10.444.526
Centro Ocidental	406.734	387.451	346.648	334.125
Centro Oriental	472.655	547.559	623.356	689.279
Centro Sul	415.428	422.505	448.500	453.821
Metropolitana de Curitiba	1.703.819	2.319.526	3.053.313	3.493.742
Noroeste	746.543	655.509	641.084	678.319
Norte Central	1.459.566	1.638.677	1.829.068	2.037.183
Oeste	960.775	1.016.481	1.138.582	1.219.558
Sudeste	302.530	348.617	377.274	404.779
Sudoeste	590.086	557.049	557.443	587.496
Norte Pioneiro	571.713	555.339	548.190	546.224

Fonte: IPARDES a partir de dados do IBGE.

Na transição dos anos 80 para os anos 90, o grupo de indústrias de alimentos, no qual estava inserido as agroindústrias do Norte Pioneiro, perde participação relativa no setor industrial, justamente pelos altos investimentos materializados no Paraná por parte das empresas pertencentes ao gênero material de transporte (TRINTIN, 2001). Foi exatamente neste período, no ano de 1993, que é instalada no município de Siqueira Campos a empresa Pro Tork¹³, atualmente a maior fábrica de moto peças da América Latina, cujo desenvolvimento e expansão produtiva se deu a partir de sua implantação neste município. Sobre essa empresa é importante destacar que fora criada em 1988, iniciando suas atividades produtivas em Curitiba e posteriormente mudou-se para Siqueira Campos (PRO TORK, 2018), pois neste período, visava o mercado consumidor do MERCOSUL, conforme destacado nas análises de Trintin (2001, p.148) e Crocetti (2012). De fato, essa foi a primeira indústria desse gênero a instalar-se no Norte Pioneiro, sendo a única até 2005 quando foi instalada em Santo Antônio da Platina a unidade industrial da empresa Yazaki, que fabrica peças elétricas automotivas para as mais diversas montadoras.

O conturbado cenário econômico do Brasil nos anos 90, quando houve o avanço multiescalar das políticas neoliberais, fase efetiva de uma Contra-Revolução Neoliberal (RANGEL, 1992) em detrimento de uma ideologia desenvolvimentista das décadas passadas (BIELSCHOWSKY, 2012), juntamente com a “diminuição quanto a intervenção do Estado no desenvolvimento agrícola (FARIAS, 2015, p.69)”, foi

¹³ Atualmente essa empresa fabrica moto peças e capacetes, empregando um total de 4 mil funcionários, com uma área construída de 350m².

fundamental para redução do número de agroindústrias no Paraná, conforme aponta Crocetti (2012). Ainda sobre essa conjuntura política vinculada ao neoliberalismo afetando o setor industrial brasileiro, Padilha (2014, p.44) considera que “a indústria nacional foi amplamente prejudicada pela abertura comercial com taxa elevada do câmbio, falta de investimentos e concorrência com grupos internacionais”.

Tal conjuntura, fez com que boa parte das agroindústrias do Norte Pioneiro que tiveram uma leve expansão na sua estrutura produtiva durante o final da década de 1980, mantivessem baixos níveis de investimentos neste seguimento durante a década de 1990, como foi o caso do abatedouro Frangos Pioneiro que apenas reestruturou processos da linha de produção com baixos aportes de capital, e da empresa de torrefação e moagem de café Olicafé. Sobre esse seguimento agroindustrial do café, houve uma redução do número de empresas do ramo no Norte Pioneiro, exatamente de acordo com o que foi destacado por Crocetti (2012) a nível de Paraná, acompanhando uma tendência nacional de queda na demanda e falta de investimentos para a melhoria do café torrado e moído (ZYLBERSZTAJN et. al., 1993).

No entanto, neste mesmo período, uma das exceções no que se refere a investimentos na capacidade produtiva, é o abatedouro de frango localizado em Jacarezinho, destacado anteriormente, que foi vendido para a ParanaVisco e, em 1989, para a Ceval Alimentos S.A, durante um processo de centralização dos capitais agroindustriais (ESPÍNDOLA, 2008). Esta unidade industrial teve a sua capacidade produtiva ampliada durante a década de 1990, passando de 20 mil para 75 mil frangos abatidos por dia, até o ano de 1998 (FRESCA, 2004). Acreditamos que a expansão na capacidade produtiva desse abatedouro de frangos, esteja relacionada ao próprio aporte de capital disponível que a Ceval possuía neste período e ao cenário de expansão da demanda no mercado interno, causado pelo efeito renda vinculado ao Plano Real (HOMEM DE MELO, 1999), pelo baixo custo dos insumos dessa cadeia produtiva e também pela reestruturação produtiva que promoveu a agregação de valor ao produto ampliando os nichos no mercado externo (ESPÍNDOLA, 2002).

Vinculados às consequências provocadas pela implementação do Plano Real no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990, passa a vigorar novas dinâmicas de financiamento da agricultura brasileira, com maiores volumes de crédito para esse setor.

O setor financeiro e agroindustrial passa a ver com bons olhos parte dos produtores que, em décadas passadas, eram vistos como investimento

duvidoso, sendo estes fortemente ligados às cooperativas agropecuárias do Sul do Brasil. Inclusive, o sistema financeiro passa a incorporar uma grande quantidade de propriedades mercantis/familiares com grande potencial produtivo principalmente no Sul do Brasil, com o desenvolvimento do PRONAF[...]. A substituição dos subsídios do Estado pelas regras do mercado concorrencial para as cooperativas passou a ser uma tendência. Em contrapartida, a partir de meados da década de 1990, o sistema de financiamento das forças produtivas passou por um processo de amadurecimento e expansão da oferta de recursos aos produtores e cooperativas, acabou beneficiando novamente o setor cooperativista agropecuário diante dos avanços na capitalização dos produtores rurais (FARIAS, 2015, p.70-71).

Após atravessarem um período conturbado pela posição de terem de assumir as dívidas¹⁴ de seus cooperados durante os anos 80 e boa parte dos anos 90 (GONÇALVES e VEGRO, 1994), as cooperativas entraram em uma nova dinâmica de expansão produtiva, vinculado justamente pela ampliação dos recursos financeiros disponíveis para o setor agrícola, abrangendo, inclusive, faixas de produtores rurais que antes ficavam à margens do processo de financeirização da produção (FARIAS, 2015).

É nessa transição, entre as duas conjunturas destacadas acima, que é implantada no ano de 1995 a Cooperativa Integrada, em cujos sócios fundadores eram agricultores da própria região de Londrina, dentre os quais, o atual presidente da cooperativa o Senhor Jorge Hashimoto. Apesar de sua matriz estar localizada em Londrina, a Cooperativa Integrada possui unidades de recebimento e unidades industriais no Norte Pioneiro, demonstrando, dessa forma a materialização de sua expansão produtiva e espacial. Como forma de manter uma taxa de lucro positiva, esta cooperativa acompanhou a tendência de diversificação produtiva do cooperativismo do sul do Brasil (FARIAS, 2015) e passou a investir intensamente, a partir dos anos 2000, em atividades agroindustriais com o objetivo de agregar valor a determinados produtos agrícolas, aproveitando também os aportes de capital oriundos principalmente do BNDES, uma vez que esta instituição financeira intensificou os investimentos para o setor agroalimentar neste período (MEDEIROS, 2009).

Dentre os grandes investimentos da cooperativa na atividade agroindustrial, está a unidade industrial de Andirá, inaugurada em 2001, cuja nova planta industrial foi implementada em 2015 junto com a unidade de processamento de suco de laranja,

¹⁴ Devido ao fato de ter que assumir as dívidas de seus cooperados, várias cooperativas decretaram falência ou comprometeram sua saúde financeira (PADILHA, 2014).

implantado em Uraí a partir de 2012. Destacamos que ambas as unidades industriais dessa cooperativa serão abordadas no último capítulo deste trabalho.

Ainda em referência ao sistema cooperativista é importante destacarmos a ação do Sicredi na região. Por ser estruturada como uma cooperativa de crédito, o Sicredi atua fortemente no setor agropecuário no Norte Pioneiro, tendo sua base regional instalada em Santo Antônio da Platina desde o ano de 1985, exatamente em um contexto em que o crédito rural subsidiado estava bastante escasso. Atualmente, o Sicredi conta com mais de 30 mil cooperados no Norte Pioneiro (OCEPAR, 2018).

Com a transição para os anos 2000, em seus dois primeiros anos ainda se manteve latente na conjuntura econômica paranaense a plataforma de governo de Lerner, que de acordo com Crocetti (2012) havia interrompido o projeto paranista de desenvolvimento gestado a partir da década de 70. A partir de 2003, já com o Governador Roberto Requião, o estado passa a caminhar em outra direção, com plenas características que apontavam para a retomada de um projeto de desenvolvimento econômico para o Paraná, uma vez que são iniciados programas que passam a dinamizar os diversos setores da economia paranaense.

Neste contexto, um dos programas implementados pelo governo de Requião foi o Programa Leite das Crianças, que gerou um impacto na cadeia produtiva do leite no Paraná, inclusive fazendo com que se implantasse no Norte Pioneiro, no município de São José da Boa Vista, a Cooperativa Agropecuária Familiar do Leste Pioneiro (COAFLEP)¹⁵, agroindústria responsável pelo abastecimento de leite desse programa em toda a referida região, tendo como fundadores os próprios pequenos produtores rurais desse município vinculados à produção de leite. Ainda sobre a relação do início do governo de Requião e o surgimento de novas plantas industriais no Paraná, Crocetti (2012, p.261) faz o seguinte apontamento:

Um dos programas de maior destaque da gestão de Roberto Requião foi à Isenção de ICMS para as microempresas, ainda no primeiro ano de mandato, em 2003. O benefício impulsionou os pequenos empreendedores, que foram responsáveis por manter aquecido o mercado de trabalho paranaense. Além dos incentivos do governo para que empresas instalem-se em municípios carentes. Entre eles, a dilação de até oito anos para o pagamento do ICMS e de até quatro anos para o recolhimento do imposto sobre energia elétrica. Quanto mais pobre for à região onde houver investimento, maiores são os benefícios fiscais.

¹⁵ Pesquisa de campo realizada em março de 2017 na COAFLEP em São José da Boa Vista.

Certamente essa medida foi preponderante para um maior dinamismo econômico no Norte Pioneiro, pois com a abertura de novas empresas, principalmente no ramo da indústria responsável pela fabricação de alimentos. Essa estrutura política estadual se estabelece a partir de uma base criada pelo governo federal, com novos encaminhamentos para os setores produtivos brasileiros, com forte aparato do estado, no que refere-se a aporte de recursos. Desta forma, insere-se na dinâmica de financiamentos desses setores produtivos a atuação do BNDES como instituição financeira provedora de capitais de investimento.

Nos anos 2000 novas mudanças começam a ocorrer, especialmente o novo crescimento do papel do Estado brasileiro no financiamento: criação de programas de recuperação e investimento para as cooperativas agropecuárias; programas de financiamento para a agricultura familiar e a aquisição de alimentos; ampliação da participação do BNDES no financiamento agropecuário; explosão das exportações agropecuárias e alta dos preços internacionais; fortalecimento do agronegócio no pacto de poder e nas instituições de financiamento, estabelecimento de dois planos safra: o da agricultura familiar e da agricultura patronal; a imensa centralização de capital em grandes grupos internacionais no setor de insumos agrícolas e biotecnologia e de grupos nacionais na agroindústria.

A fala de Medeiros (2015) sintetiza a nova dinâmica de atuação do Estado frente aos setores produtivos a partir dos anos 2000, com o relevante papel do BNDES que passou a direcionar grandes volumes de capital de crédito para o setor agropecuário, com intensos fluxos de capital para a reestruturação produtiva das agroindústrias brasileiras, focando na agregação de valor e inserção em novos mercados consumidores.

CAPÍTULO II

COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS, CRÉDITO RURAL E A ATUAÇÃO DO BNDES

Neste capítulo, trataremos das formas e mecanismos que proporcionaram a formação dos Complexos Agroindustriais e como o BNDES, enquanto instituição promotora do desenvolvimento econômico, atuou nesse processo. Paralelamente, é imprescindível o entendimento da relação entre a agricultura e a indústria, principalmente a partir de 1960, e sua adjacente proximidade com o Estado brasileiro, que se demonstrava como um agente catalizador de investimento e consequente dinamizador desses setores produtivos, que tanto transformou diversos espaços do país.

Destacaremos também, a atuação do BNDES nos anos 80, 90 e 2000, buscando relacionar as ações desta instituição com os complexos agroindustriais, juntamente com a espacialização desses capitais no Brasil, Paraná e Norte Pioneiro.

2.1 Mudanças na base técnica da agricultura, gênese dos Complexos Agroindustriais e do BNDES

Não há como tratarmos dos complexos agroindustriais e do BNDES no Brasil sem destacarmos a transformação que ocorreu na economia brasileira a partir de 1930, momento em que o país atravessava pela fase “b” (recessiva) do 3º Kondratiev (RANGEL, 1983), cuja conjuntura “provocou nova relação mundo-nações: a Inglaterra abandonou definitivamente o livre-cambismo e houve fechamento dos mercados nacionais nos EUA, Alemanha, França e na periferia do sistema capitalista (substituições de importações se aceleraram) (MAMIGONIAN, 1999, p.155)”. Ainda sobre esse contexto, tendo como parâmetro o movimento dualista da economia brasileira, Rangel (1990, p.35) faz a seguinte análise:

Nossa industrialização, nos quadros da Terceira Dualidade, isto é, sob o comando do pacto de poder entre o latifúndio feudal e o nascente capitalismo industrial, como sócio maior e menor, respectivamente, fez-se através de surtos cíclicos aproximadamente decenais – obviamente aparentados dos ciclos de Juglar. Cada um desses ciclos liquidava o atraso relativo de um dos “setores” em que as mudanças institucionais iam permitindo dividir o sistema econômico nacional. Em 1930, quando, já no fundo da fase b do Terceiro Kondratiev, o movimento industrializador ganhou momento decisivo [...].

Portanto, a partir da influência de elementos oriundos do centro do sistema capitalista, principalmente da crise de 1929, o Brasil começa de forma efetiva um processo industrial de substituição de importações, diferente das conjunturas das dualidades anteriores (RANGEL, 1981). Como forma de superar os impactos dessa crise, o governo de Vargas atuou no sentido estruturar uma série de políticas e órgãos que permitissem o fortalecimento da indústria nacional.

Vargas seguia com uma política externa, de forma a intercalar relações com os EUA e a Alemanha, no entanto, durante e após a 2ª Guerra a postura nacionalista externa do governo Vargas teve de ser deixada de lado, mantendo-a somente no plano interno do país (DINIZ, 2004).

A deposição de Getúlio Vargas em 1945, pôs fim ao chamado Estado Novo, dando lugar, após as eleições deste mesmo ano, ao Marechal Eurico Gaspar Dutra, pertencente ao quadro do PSD (Partido Social Democrático). Em relação ao período de governo de Dutra (1946-1951), baseando-nos nas colocações de Hippolito (1985), é possível apontar que o mesmo foi caracterizado por duas fases:

1ª Fase: (1946 a 1947) – caracterizado por buscar novamente as bases do liberalismo e desta forma adotar uma postura de mínima intervenção nos diversos setores da economia;

2ª Fase: (1947-1951) – dissolução dos pressupostos liberais de toda a plataforma do governo e retomada do intervencionismo estatal na balança comercial e principalmente na política cambial.

Essa alteração de postura política de uma fase para a outra, se fez justamente a partir da retração do avanço do crescimento da economia brasileira aliada à crescente inflação do período, dentre outros fatores. Na sua primeira fase, a postura do governo Dutra foi a de seguir os preceitos liberais expostos a partir do Tratado de Bretton Woods, pautados na crença de que os Estados Unidos continuariam a manter uma relação próxima com o Brasil, durante o pós-guerra (DRAIBE, 1985).

No entanto, o que se mostrou foi os EUA mais preocupado em financiar a reconstrução dos países europeus, pois acreditavam que seria mais vantajoso, do ponto de vista da acumulação de capital, o estreitamento com os países que estavam se reerguendo (BENEVIDES, 1981).

Elementos como a escassez internacional de dólares, saldos positivos em moedas não conversíveis e desperdício de divisas conversíveis, ajudaram a agravar ainda mais a situação do Brasil até 1947. Essa situação trazia impactos no cotidiano

da vida do brasileiro, uma vez que com a intensificação da crise cambial e da inflação, o poder de compra da população foi afetado e isso gerava outras reações em cadeia, afetando a esfera política do país (BENEVIDES, 1981; HIPPOLITO, 1985).

Estabelecido este cenário, coube ao governo de Dutra voltar à postura intervencionista do Estado para com a dinâmica econômica do país. Neste sentido, adotou-se medidas para a contenção de produtos importados, de determinadas categorias e controle rígido da estrutura cambial. De certa forma, isso é que deu uma maior sustentação para uma volta à pauta de avanço da industrialização brasileira, que havia desacelerado em 1946 e 1947 (BENEVIDES, 1985).

Durante este período, o governo colocou em prática a flutuação cambial, que por sua vez foi um dos elementos que influenciou consideravelmente na dinâmica dos setores industrial e agrícola, conforme aponta Bacha (2012, p.162):

A ocorrência de períodos de valorização cambial seguidos de quotas de contribuição, que anulavam os efeitos das máximas valorizações nas exportações de certos produtos agrícolas, implicaram transferência de renda da agropecuária para o setor industrial no período de 1946 a 1964. Esse processo de transferência foi patrocinado pelo Estado, pois esse controlava as operações com moeda estrangeira, comprando-as a preço baixo dos exportadores de produtos agropecuários e vendendo-as a preços também baixos para os importadores de bens necessários ao processo de industrialização.

Desta forma, esse mecanismo de regulação da economia ativou um constante fluxo de capital de um setor para outro, se estabelecendo enquanto instrumento de aproximação para novos investimentos. Durante este período do governo de Dutra, foram criadas várias comissões com o intuito de realizarem estudos e definirem projetos, como forma de angariar capitais estrangeiros para investimento em desenvolvimento econômico nacional, mas tais comissões não se efetivaram (DINIZ, 2004).

Foi somente em 1950, durante uma Conferência de Embaixadores, que a diplomacia brasileira conseguiu uma articulação externa que deu origem à Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU) que, com a volta de Getúlio Vargas no cargo de Presidente, tratou de dar prosseguimento ao projeto de financiamento proposto por essa comissão, resultando em 1951 no acordo entre o BIRD, Eximbank e o governo do Brasil (DINIZ, 2004). Basicamente, “a finalidade da CMBEU consistia na elaboração de projetos com vistas ao financiamento, concentrando atenção na

superação dos entraves econômicos ao processo de industrialização (DINIZ, 2004, p.9).

A partir desse acordo com essas instituições financeiras, visando o aporte de capitais externos, foi estabelecido uma série de condições para viabilizar os projetos da CMBEU, incluindo o comprometimento de recursos internos (DINIZ, 2004; COUTO; TRINTIN, 2012). Desta forma, “para o cumprimento dessas exigências, a Lei 1628, de 20 de junho de 1952, criou um novo órgão; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (DINIZ, 2004, p.10)”.

Analizando os primeiros anos de atuação do BNDES, Lessa (1983) destaca que esta instituição tinha uma orientação para viabilizar principalmente os projetos de desenvolvimento industrial no Brasil, mas no seu primeiro quinquênio, este banco financiou apenas projetos de infraestrutura. Conforme destaca Diniz (2004, p.18) “os setores prioritários em que o banco passou a atuar foram o reequipamento dos portos, ferrovias, projetos de expansão de energia hidroelétrica e siderurgia. No primeiro quinquênio da década de 50, o BNDE ficou conhecido como o Banco da Eletricidade”.

Em relação ao aporte de capitais do BNDES neste período, Couto e Trintin (2012) afirmam que os valores investidos não eram expressivos. Tal quadro de fluxo de capital externo no país nestes primeiros anos da década de 1950, foi resultado da própria postura nacionalista de Vargas, que fez romper as relações entre o Banco Mundial e o Brasil. Já para Diniz (2004), o governo americano não queria financiar projetos de desenvolvimento industrial no Brasil, pois isso iria fortalecer a posição nacionalista de Vargas.

No entanto, de acordo com Diniz (2004), essa mesma ausência de recursos externos acabou dando maior liberdade para a equipe técnica que trabalhava no BNDE, o que resultou na cooperação junto a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criando em 1953, o grupo Misto BNDE-CEPAL, com claras influências das propostas cepalinas de desenvolvimento econômico. Ainda de acordo com essa autora, os projetos elaborados por esse grupo tinham uma abordagem mais global, diferente da Comissão Mista que era setorial (DINIZ, 2004).

Com a chegada de Juscelino Kubitschek (JK) à presidência, passam a ser instrumentalizadas novas propostas políticas para a tentativa de alteração da estrutura econômica do país. “O compromisso de Juscelino Kubitschek era de acelerar o crescimento e implantar a indústria moderna no país (DINIZ, 2004, p.19)”. Foi a partir da concepção do Plano de Metas do governo JK, que o Estado brasileiro demonstrou

quais seriam os passos a serem dados rumo a uma nova estrutura produtiva, visando acelerar o crescimento econômico brasileiro.

Esse plano foi elaborado a partir de diagnósticos da economia brasileira, realizados de forma conjunta pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e estudiosos vinculados a CEPAL (RABELO, 2008). A ideia era de implantar no país uma infraestrutura que pudesse viabilizar o real desenvolvimento dos mais diversos setores da economia, englobando os transportes, alimentação, educação, energia e indústrias de base. Afirmava-se perante a sociedade brasileira que através desse plano o Brasil cresceria “50 anos em 5”.

Para a execução do plano foram estabelecidas metas para todos os setores colocados em pauta, sendo vinculados a eles as determinadas ações que deveriam ser efetivadas. Intrinsecamente, a agricultura e a indústria seguiam de forma conjunta nas ações propostas, principalmente no quesito infraestrutura. Tanto a agricultura quanto a indústria usufruiriam de todo o aparelhamento que estava sendo construído no setor da energia, o que possibilitaria a expansão da plataforma produtiva desses dois setores. No setor de energia o BNDE “financiou 46 projetos até 1960, sendo que os mais importantes foram o de Três Marias, Furnas, complexos de usinas de São Paulo Light e a ampliação de Paulo Afonso (DINIZ, 2004, p.25)”.

Aliado ao setor de energia, tanto a agricultura quanto a indústria seriam beneficiados com a ampliação da malha rodoviária, o que facilitaria o escoamento da produção, na tentativa de transpor os limites impostos pelas distâncias.

Em se tratando da expansão da malha rodoviária brasileira, como uma das ações do Plano de Metas, esta medida proporcionou também o avanço da fronteira agrícola em várias partes do país, incorporando novos espaços para a dinâmica de acumulação capitalista. Paralelamente, essa expansão da fronteira agrícola, impactou no total produzido por este setor. A respeito disso, Bacha (2012, p.163) nos demonstra com bastante clareza esse processo, utilizando como exemplo o Estado do Paraná:

Esse Estado tinha, em 1940, 64397 estabelecimentos agropecuários com área total de 6252480 hectares. Em 1950, já eram 89461 estabelecimentos agropecuários com área total de 8032743 hectares. Em 1960, eram 269146 estabelecimentos agropecuários com área total de 11384934 hectares. Se consideradas apenas as áreas plantadas com lavouras temporárias e permanentes no Paraná, tem-se que elas eram 764370 hectares em 1940, passando a 1358222 hectares em 1950 e para 3440971 hectares em 1960. [...] No período de 1950 a 1960, a expansão da área plantada com lavouras permanentes e temporárias no Paraná foi equivalente a 22% do aumento ocorrido em todo o Brasil.

No que se refere ao Norte Pioneiro, durante o período descrito acima, conforme destaca Cancian (1981), houve um processo de fracionamento de parte das grandes propriedades rurais que se dedicavam à atividade cafeeira, devido a problemas de produtividade e lucratividade. Esses grandes proprietários rurais, passaram a vender parcelas de suas propriedades para investir em outras atividades agrícolas e até mesmo em atividades econômicas nos centros urbanos, conforme já destacado no capítulo anterior.

A ampliação da fronteira agrícola, conseqüentemente, materializava a concepção do governo JK de que a agricultura deveria ampliar a sua produção, uma vez que por intermédio do avanço da industrialização e conseqüente intensificação da urbanização, a população urbana necessitaria de cada vez mais alimentos, conforme salienta Medeiros (2006, p.56):

Assim, o Plano de Metas de JK moderniza a estrutura econômica do país, a qual passa a pressionar por uma transformação do setor agropecuário, para atender às demandas de alimentos da população urbana, das agroindústrias, do mercado externo e constituir-se em mercado consumidor de insumos industriais.

É justamente neste ponto de intensificar a aproximação entre a agricultura e a indústria, que se concentravam os esforços. Ao longo dos anos 50 a agricultura brasileira já passava a incorporar na sua estrutura produtiva a utilização de novas máquinas e insumos para a produção. No entanto, todo esse novo padrão tecnológico era importado, o que influenciava na balança comercial do país, aprofundando o processo de evasão de divisas. Em sua análise, Delgado (1985, p.33) enfatiza que esse é o primeiro período de real mudança na base técnica da agricultura, conforme podemos ver no seguinte excerto:

O primeiro momento do processo de modernização agropecuária se caracteriza, grosso modo, pela elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK, estimulada e facilitada pelo governo e empresas norte-americanas. Introduz-se nessa primeira década de inovações, que é basicamente a década dos 50, um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção industriais. A demanda de insumos é atendida por importações.

Desta forma, o Plano de Metas se prestava à tentativa de internalizar a produção de alguns desses insumos que estavam sendo introduzidos de forma

intensa na produção agrícola. “Só com o Plano de Metas, do período Kubitschek, foi possível realizar a meta para fertilizantes, tendo a produção nacional sido consideravelmente fortalecida (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.20)”. Além da produção desses insumos, foi efetivada a implantação de indústrias para a fabricação de maquinários (não motorizados) dentre outros produtos. Sobre esse avanço das forças produtivas direcionadas para a agricultura, Muller (1989, p.29) faz a seguinte consideração:

Neste período surgem novas indústrias, como a que produz moinhos para o processamento de produtos agrícolas, a de arados reversíveis, máquinas de semear, fertilizadores e veículos agrícolas não motorizados. Havia ainda, se bem que em escala diminuta, a produção de fertilizantes químicos, sendo que a produção maior era feita com matérias-primas de origem vegetal e animal.

Ao tratarmos das indústrias que forneciam equipamentos para a agricultura, destacamos que, para instrumentalizar as ações dentro do Plano de Metas, foram criados Grupos Executivos que atuavam junto ao BNDE, em que tais grupos possuíam funções de “dimensionar programas setoriais para atividades industriais prioritárias, baixar normas e conceder estímulos e, para tanto, possuíam amplitude variável de poderes (DINIZ, 2004, p.24)”. Dentre esses grupos setoriais, havia o Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR) (DINIZ, 2004), que representava essa atuação conjunta entre agricultura e indústria, em cuja articulação era norteadada pelo BNDE.

Nesse período, é imprescindível detalharmos que para a materialização das ações do Plano de Metas foi necessário a alocação de grandes volumes de capital estrangeiro, uma vez que o país não possuía reservas o bastante para executar os audaciosos movimentos do plano (RABELO, 2008). Conforme ressalta Singer (1982) o Estado teve de lançar mão de mecanismos para efetivar uma poupança forçada, que basicamente foi instrumentalizada a partir da adoção de novos impostos e novas alíquotas no Imposto de Renda.

Tudo isso como forma de se obter capital financeiro necessário para a continuidade do plano. Consequentemente, essa intensa alocação de capital estrangeiro trouxe ao Brasil algumas sérias consequências, como bem observa Rabelo (2008, p. 52):

O recurso ao endividamento externo, utilizado largamente no período, se choca com os limites impostos pela “deterioração dos termos de intercâmbio”, que restringem a geração de divisas necessárias à manutenção do processo. Além disso, as agências multilaterais, como o FMI, passam a colocar cada vez mais obstáculos à concessão de créditos ao Brasil, exigindo em contrapartida a adoção de um Plano de Estabilização. Em 1958, o Plano de Estabilização Monetária, formulado por Lucas Lopes, começa a ser implementado. Sua viabilização, no entanto, acabaria por exigir a paralisação dos principais projetos do Plano de Metas, motivo pelo qual é abandonado pelo governo JK.

Para atingir um patamar de desenvolvimento do capitalismo dentro do Brasil, o governo JK se dispôs a utilizar de vários meios para promover tal avanço, mas ao mesmo tempo acabou gerando um endividamento considerável, trazendo uma gama de outras consequências que afetariam os anos posteriores. “O plano foi executado quase na íntegra. Dos 355,8 bilhões de cruzeiros previstos para investir-se no período 1957-61, 93,4% se destinavam ao investimento em energia, transporte e indústria de base (onde se incluía siderurgia, cimento, metais não ferrosos, fertilizantes, ou seja, insumos básicos fundamentais) (SOUZA, 2008, p.30)”.

De acordo com a afirmação exposta acima, podemos ver as proporções de capital alocadas para a efetivação do Plano de Metas, e para os principais setores para onde foram direcionados os investimentos. Na tabela abaixo, veremos exatamente para onde foram dirigidos os recursos financeiros do BNDE para os diversos setores da economia brasileira.

Tabela 05 – Valor da colaboração autorizada (Cr\$ Milhões correntes) junto ao BNDE de acordo com os setores da atividade econômica

SETORES	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	TOTAL	% PART.
TRANSPORTES	1.181,0	856,9	2.310,0	1.017,0	4.882,8	1.629,6	-	1.865,6	478,4	-	-	14.221,3	22,5
ENERGIA ELÉTRICA	-	371,8	407,7	1.333,9	659,0	4.647,1	5.548,8	2.195,3	1.366,6	8.512,8	3.709,3	28.752,3	45,5
INDÚSTRIAS	-	230,0	233,3	195,7	273,1	1.079,1	4.166,1	2.956,1	4.801,5	965,7	2.916,0	17.816,6	28,2
SETORES COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE AGRÍCOLA	-	27,0	46,9	46,0	289,0	278,1	350,9	143,0	53,5	771,0	386,0	2.391,4	3,8
TOTAL	1.181,0	1.485,7	2.998,0	2.592,6	6.103,9	7.633,9	10.065,8	7.160,0	6.700,0	10.249,5	7.011,3	63.181,7	100,0

Fonte: Tavares et al. (2010)

A tabela 05 nos mostra que a maior parte dos recursos do BNDE foram direcionados para o setor de energia elétrica, principalmente para a construção da Usina de Três Marias (DINIZ, 2004), que se justifica pelo fato de que sem uma boa estrutura desse setor, o processo de industrialização ficaria comprometido. No que se refere a indústria em 1958, um grande montante de capital é direcionado a Usiminas e, em 1960, o BNDE financiou o projeto Cosipa, absorvendo quase que a totalidade dos recursos desse ano (DINIZ, 2004).

Esta proporção de investimento por setor nos dá a ideia da pretensão de fortalecer o setor industrial brasileiro, que neste período ocupou a segunda posição na obtenção de capital do BNDE, uma vez que “havia ampliado o mercado interno, o que permitia a instalação de plantas industriais maiores, assegurando a conquista de uma importante massa de economias de escala (SOUZA, 2008, p.32)”.

Em relação ao setor de transporte, houve intensos investimentos direcionados, principalmente, para a construção de rodovias e aprimoramento das ferrovias, cuja convicção era proporcionar uma maior integração territorial no país, facilitando assim os fluxos de pessoas e mercadorias. No entanto, durante esse momento de expansão da malha rodoviária nacional, o Norte Pioneiro acabou ficando fora do fluxo desses investimentos em infraestrutura, de acordo com os dados constantes na base de dados do DER – PR. Consequentemente, tal ausência de estruturas viárias efetivas dificultava a integração econômica da região frente ao próprio Paraná e o restante do território Nacional, travancando o processo de investimentos principalmente no setor industrial nesta região.

No que se refere aos setores complementares da atividade agrícola, o mesmo obteve apenas 3,8% do total de capital liberado pelo BNDE durante o período de 1952 a 1962. Tais setores eram representados pelos matadouros industriais, armazéns, silos e frigoríficos (TAVARES et al., 2010), que não drenaram os intensos fluxos de capital neste período, já que a prioridade nos investimentos era nos setores da indústria, transporte e energia.

Em termos relativos a números do setor industrial, após a execução das ações do Plano de Metas, podemos ver o seguinte cenário de acordo com as constatações de Souza (2008, p.33-34):

Se se toma a média dos anos 1954-55 como base, verifica-se que até 1958-1959 os investimentos aumentaram 145% no ramo de material elétrico e de comunicação e 764% no ramo de material de transporte. Quanto à sua participação no valor da produção industrial, o índice se elevou de uma cifra desprezível no levantamento de 1949 para uma de 12,56% em 1962. Enquanto isso, no mesmo período, reduziu-se em 23% o investimento no ramo têxtil e em 7% no ramo de produtos alimentícios (ou seja, os dois principais ramos do setor IIa, qualitativa e quantitativamente) e no ramo de vestuário houve um pequeno aumento (15%) se comparado com a evolução dos ramos do setor IIb. Isso se traduziu numa queda significativa da participação dos ramos representativos do setor IIa no valor da produção industrial: de 55,03% em 1949 para 34,80% em 1962.

Atrelado a essa ampliação da plataforma produtiva do setor industrial brasileiro, houve um movimento de intensa concentração e centralização do capital, em virtude da própria formatação das estruturas das empresas que passaram a se instalar no Brasil (RABELO, 2008). Isto também foi um dos elementos resultantes da elevada entrada de capitais estrangeiros no país, uma vez que com a vantagem competitiva de maior quantidade de capital disponível, essas empresas estrangeiras passaram a determinar a lógica de acumulação desse setor da economia.

Tem se então, a partir do Plano de Metas, a implantação de uma infraestrutura considerável, mas que ainda não abarcava todo o território nacional, junto à efetivação de uma indústria com dinamismo produtivo elevado, atrelado a uma agricultura com base produtiva caminhando para uma real modernização e com plena participação do BNDE na alocação de recursos para a expansão desses setores da economia brasileira.

É na transição temporal entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, que se dão as outras grandes transformações sócio-espaciais brasileiras, que englobaram principalmente a agricultura e a indústria. Novamente, há uma forte influência do centro dinâmico do sistema capitalista, que culmina em alterações na base produtiva do país, vindo a alterar as relações sociais de produção, refletindo principalmente na fisionomia das esferas política e econômica.

A partir do governo militar de Castelo Branco, postulou-se uma política econômica seguindo os conselhos de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, pautando-se estritamente na visão monetarista da economia e na vinculação com empresas de capital estrangeiro. Sobre o início do governo militar e a relação deste com a instrumentalização do BNDE, Diniz (2004, p.29) aponta que:

Nos primeiros meses após o golpe de 1964, os Militares exibiam uma grande hostilidade contra o BNDE; afinal, o Banco foi braço fiel de governos populistas. Por decisão do poder executivo em 1964, ocorreu a extinção do Fundo de Reaparelhamento Econômico – que constituía a fonte primordial de recursos do BNDE na época. Sem estes recursos, a sobrevivência da instituição praticamente dependeria apenas dos retornos de seus empréstimos anteriores; na prática, representaria a quase estagnação de suas atividades.

Uma das criações desse período, foi o Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG), que tinha por objetivo configurar o planejamento de ações voltadas para retomada do crescimento, pautadas na lógica monetarista. No entanto, o BNDE não foi incorporado diretamente nas diretrizes do PAEG (PINTO, 1967 apud DINIZ, 2004). Aliado a isso, houve um estreitamento com as concepções oriundas do Fundo Monetário Internacional (FMI), que davam ênfase a um Estado com postura de pouca intervenção na economia.

Seguindo essas bases, o governo apontou que um dos principais entraves para a volta do desenvolvimento da economia brasileira, era a inflação. De acordo com Resende (1990) a inflação chegou a taxa de 83,2% a.a. no início dos anos 60, e desta forma o governo vinculava essa taxa a expansão da demanda efetiva. Sendo assim, o objetivo principal do Estado neste momento era de frear o mercado consumidor comum, atuando principalmente no achatamento do salário dos trabalhadores de renda média. Aliado a isso, houve o enxugamento da oferta de crédito para as indústrias.

Neste momento o crédito subsidiado passou a ser direcionado para a estrutura produtiva do setor primário exportador que, aliado à política de incentivos fiscais e exclusão de tarifas de exportação, fomentou o processo de diversificação da pauta de produtos exportáveis. Sendo assim, seguindo esse contexto de diversificação no Norte Pioneiro, conforme apontado por Padis (1981), há um processo de expansão das culturas de grãos, principalmente milho e soja.

Esse cenário de desaceleração da produção industrial brasileira fez com que a burguesia industrial ficasse descontente com a situação. Outro fator agravante foi a própria manutenção dos altos níveis da inflação, ou seja, toda a política voltada para a retenção do poder de compra da população para diminuir a demanda acabou não trazendo os resultados esperados. Diante disso, houve uma mudança nos rumos da política econômica do governo brasileiro, tendo como base as ideias de Delfim Neto,

que defendia uma intervenção estatal intensa na economia e um forte apoio ao capital nacional.

Mas ainda durante este período, o governo militar passou a criar diversas instituições com o intuito de viabilizar as suas ações, concentrados principalmente nos setores agrícola e industrial, sendo elas: o Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), o Organismo de Coordenação de Crédito Rural (CNCR) e o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE) (MEDEIROS, 2006).

É conveniente destacar que, de certa forma, estas medidas viriam preparar as bases para a volta do crescimento econômico que iniciou-se a partir de 1966. Apesar dos elementos negativos desencadeados pelo PAEG, Kerecki e Santos (2009), consideram que foi a estrutura estabelecida com o referido programa, que acabou sustentando os anos de crescimento econômico que viriam pela frente.

Desta forma, é dentro dessa perspectiva de criação de novas instituições para viabilizar uma reformulação na estrutura produtiva, que é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Ressaltamos que o crédito rural vem antes da formação do Sistema Nacional de Crédito Rural, sendo este criado em 1965, e o que havia antes eram institutos por produtos, que desta forma direcionavam as políticas públicas, que segundo Delgado (1985, p.21) “não abrangia o conjunto do setor agrícola primário – exportador. Ademais, não se buscava, pela política agrícola, fixar nexos de relações interindustriais com agricultura e a indústria interna. ” Portanto, havia um claro intuito de beneficiar oligarquias rurais tradicionais, em detrimento dos industriais e urbanos.

Somente a partir da efetivação da política de crédito rural, é que se passou a valorizar a mercadoria rural como um todo, e a base para isso foi o estabelecimento de um sistema bancário sistematizado (DELGADO, 1985). Sobre este sistema, Leite (2001, p.61) afirma que o mesmo foi:

[...] criado em 1965, através da Lei 4.829 (5/11/65), e regulamentado pelo Decreto 58.380 (10/5/66), era constituído pelo BACEN, BB, bancos regionais de desenvolvimento, bancos estaduais, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, cooperativas e órgãos de assistência técnica e extensão rural.

Assim, é institucionalizado um sistema nacional de crédito rural baseado na premissa de elevar o nível de produtividade agrícola, e proporcionar também o

encadeamento produtivo integrando os demais setores da economia nacional, pois conforme afirma Delgado (1985), havia uma estreita relação do SNCR com o setor industrial, baseada no ato de financiar os meios de produção oriundos do referido setor.

Sobre a alocação de capital para financiar esse sistema de crédito subsidiado, Gimenes et. al. (2008, p.2) fazem a seguinte ponderação:

A Lei 4.829 de 1965 foi criada com esse objetivo, estabelecendo que 10% dos depósitos a vista dos bancos comerciais deveriam ser alocados aos empréstimos agrícolas. A resolução 260 do mesmo ano, alterou esse valor para 15% e garantiu que as taxas de juros cobradas nos empréstimos rurais seriam limitadas a 75% da taxas cobradas nos empréstimos comerciais. O resultado dessa nova política de crédito foi o aumento dos recursos para financiar o crédito rural, bem como o maior interesse das instituições financeiras em conceder os empréstimos.

Assim, foi se firmando um sistema de alocação de recursos destinados a viabilização do crédito rural, pautado basicamente na taxação de operações bancárias, dentre outros mecanismos mais específicos. Como consequência dessa dinâmica de crédito rural, as instituições bancárias ampliaram bastante o seu raio de ação e expandindo-se espacialmente. Em se tratando da relação crédito rural, produtor e bancos, Delgado (1985, p.21) faz a seguinte observação:

O crédito subsidiado é provido de maneira generosa e por intermédio do sistema bancário institucionalizado. A própria necessidade de financiamento se torna crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento de capital de trabalho na agricultura passam a depender cada vez mais de recursos adquiridos no mercado. As fontes usuárias tradicionais, ligadas ao capital comercial, cedem lugar à rede bancária. E esta, ao se imiscuir no negócio rural, traz implícito um projeto de modernização que visa crescentemente a mudar a própria base técnica da agricultura.

De acordo com Spolador (2001), o Banco do Brasil foi uma das instituições bancárias que mais se beneficiou desse processo de intensificação do fluxo de capital na forma de crédito rural, chegando a obter a responsabilidade por 90% das operações de empréstimos destinados a produção agrícola.

Por intermédio de uma reforma fiscal e financeira promovida pelo governo de Castelo Branco, houve a regulamentação da relação com o sistema financeiro internacional e isso fez com que o “BNDE, após dezesseis anos contanto predominantemente com recursos governamentais de origem fiscal, procurou

diversificar suas fontes (DINIZ, 2004, p.32)”. Através da tabela 06 podemos ver que houve um claro aumento na captação de capitais externos para financiar os projetos setoriais submetidos ao BNDE e isso, conseqüentemente, teve um peso na materialização dos investimentos, principalmente no setor industrial, vindo a desencadear uma série de processos em outros setores da economia.

Tabela 06 – Evolução dos recursos externos do BNDE (1966-78)

ANO	US\$ (Mil)
1966	9.547
1967	11.207
1968	1.336
1969	28.410
1970	22.083
1971	17.084
1972	78.399
1973	114.541
1974	109.011
1975	275.616
1976	166.366
1977	409.726
1978	565.782

Fonte: Diniz (2004, p.32).

É neste momento que as engrenagens entre a agricultura, capital de crédito e indústria se fortalecem e passam a funcionar de maneira orquestrada, a partir de uma lógica de acumulação capitalista, que emanam fortemente os tentáculos dos Complexos Agroindustriais.

Há uma relevância desses aportes de capitais externos para esse processo de constituição dos CAIs, pois “eles foram principalmente representados por contratos com entidades estrangeiras ou instituições internacionais, e eram basicamente destinados ao financiamento de importações de equipamentos (DINIZ, 2004, p.32)”. De fato, esse capital externo alocado pelo BNDE foi em boa parte direcionado para a formação da estrutura produtiva dos diversos seguimentos pertencentes aos Complexos Agroindustriais.

A respeito da gênese desses complexos, Delgado (1985, p.34-35) faz uma brilhante análise, exposta da seguinte forma:

O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI), denominado ainda por alguns autores de arrancada do processo de industrialização do campo. Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação.

Este autor teve a primazia de destacar além do avanço do setor industrial voltado para a estrutura técnica da agricultura, o desenvolvimento de agroindústrias para atender a demanda interna e externa por produtos industrializados, vinculados a uma origem agrícola (DELGADO, 1985).

Trazendo a discussão para a mudança na estrutura técnica da agricultura, a partir do prisma do crédito rural, a tabela 07 mostra como se deu a evolução da utilização de máquinas e insumos no referido setor, tendo como ponto de partida o ano de 1967, exatamente quando o país começa a acelerar o seu crescimento econômico.

Tabela 07 – Demonstração do índice simples da utilização dos insumos básicos de produção por parte do setor agrícola – (1966=100)

Ano	Tratores (nº)	Fertilizantes (ton.)	Defensivos (ton.)
1967	110	159	126
1968	121	214	178
1969	132	225	201
1970	146	356	195
1971	158	415	217
1972	181	622	314
1973	211	598	417
1974	246	704	500
1975	287	648	374

Fonte: Graziano da Silva (1981)

Quando se estabelece a reflexão sobre esse processo de modernização da agricultura e do desenvolvimento dos Complexos Agroindústrias, têm-se a impressão de que tudo isso ocorreu de forma uniforme em todos os espaços do território nacional, o que é um total engano. Houve de fato uma concentração espacial desses processos materializados principalmente nos Estados do Centro-Sul do país, abrangendo Minas Gerais, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ficando o restante das regiões do Brasil a margem de toda essa dinâmica,

exercendo apenas um papel periférico dentro da lógica espacial de acumulação gestada por esses complexos (DELGADO, 1985).

Quando levamos em consideração a distribuição dos recursos do BNDE, a partir de 1956 até 1965, conforme destacado na tabela 08, veremos que há uma estreita relação entre o fluxo de capitais direcionados por esta instituição financeira durante esses anos, com a própria organização espacial desses complexos agroindustriais destacada por Delgado (1985).

Tabela 08 – Colaboração financeira autorizada pelo BNDE de acordo com regiões Geoeconômicas e UF – 1956/65

Regiões e UF	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	Total	Part. %
Norte	84,2	-----	-----	319,0	-----	142,0	40,0	280,0	-----	6.888,2	7.754,4	1,3
AM	84,2	-----	-----	-----	-----	-----	40,0	280,0	-----	2.000,0	2.404,2	0,4
PA	-----	-----	-----	319,0	-----	142,0	-----	-----	-----	2.889,2	3.350,2	0,5
Nordeste	985,9	311,7	755,1	250,3	673,5	605,0	2570,0	2.200,0	2.205,0	13.869,7	24.426,2	4,0
MA	12,6	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	600,0	612,6	0,1
PI	3,8									1.228,8	1.232,6	0,2
CE	40,4	40,2	29,6	-----	7,0	-----	-----	-----	-----	1.039,4	1.156,6	0,2
RN	22,3	10,0	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	13,0	45,3	0,0
PB	109,9	4,0	-----	6,3	20,5	30,0	-----	-----	-----	842,3	1.013,0	0,2
PE	364,7	54,3	40,0	60,0	-----	400,02	2.500,0	1.700,0	2.205,0	3.614,8	10.938,8	1,8
AL	81,1	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1.134,9	1.216,0	0,2
SE	20,0	18,7	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	511,8	550,5	0,1
BA	331,1	184,5	103,3	184,0	646,0	175,0	70,0	500,0	-----	4.884,7	7.7078,6	1,1
Sudeste	11.391,4	6.240,1	10.499,2	8.307,9	13.955,6	22.753,5	19.110,8	37.486,1	88.676,0	315.288,3	533.708,9	86,4
MG	3.446,7	3.467,0	7.118,7	1.695,5	1.285,8	8.606,0	1.548,0	5.275,1	8.949,3	106.091,5	147.483,6	23,9
ES	377,8	0,0	51,0	632,8	95,1	1.546,0	50,0	3.700,0	9.700,0	10.444,8	26.597,5	4,3
RJ	2.561,9	130,7	603,4	1.239,2	1.398,8	2.690,5	260,0	-----	1.414,5	7.669,9	17.968,9	2,9
Guanabara	1.113,2	-----	314,5	888,0	-----	1.611,0	336,0	220,0	217,6	6.118,6	10.818,9	1,8
SP	3.891,8	2.642,4	2.411,6	3.852,4	10.762,9	8.300,0	16.916,8	27.695,0	68.394,6	184.963,5	329.831,0	53,4
SUL	2.220,9	1.740,2	546,3	490,3	94,7	1.841,0	1.205,3	2.410,2	160,0	12.211,5	22.920,4	3,7
PR	633,0	60,0	-----	275,7	-----	331,0	-----	700,0	160,0	2.326,7	4.486,4	0,7
SC	250,7	-----	-----	1,8	79,7	650,0	-----	90,2	-----	470,4	1.542,8	0,2
RS	1.337,2	1.680,2	546,3	212,8	15,0	860,0	1.205,3	20,0	-----	4.114,4	9.991,2	1,6
Centro-Oeste	667,2	64,3	111,1	600,0	168,3	131,8	3.270,0	1.346,0	12.600,0	641,0	19.599,7	3,2
MT	337,3	-----	-----	600,0	168,3	-----	-----	1.346,0	600,0	553,1	3.604,7	0,6
GO	329,9	64,3	111,1	-----	-----	131,8	3.270,0	-----	12.000,0	88,9	15.996,0	2,6
Não discriminados	31,3	89,4	330,0	65,0	20,0	-----	-----	-----	-----	8.493,5	9.029,2	1,5
BRASIL	15.380,9	8.445,7	12.241,7	10.032,5	14.912,1	25.473,3	26.196,1	43.722,3	103.641,0	357.394,2	617.439,8	100,0

Fonte: Tavares et al 2010

Através desta tabela podemos ver que o fluxo de capital oriundo do BNDE foi direcionado praticamente para a região sudeste do Brasil, e esta absorveu 86,4% dos recursos dessa Instituição Financeira no período de 1956 a 1965, o que consequentemente, influenciou na concentração espacial dos complexos agroindustriais enfatizado por Delgado (1985), devido à composição do setor industrial que passou a ser gestado a partir desse período, juntamente com elementos correspondentes à infraestrutura, e que culminou no processo apontado por este autor.

Nota-se que o estado de São Paulo foi a UF que mais captou recursos do BNDE no referido período, chegando a uma porcentagem de 53,4% do total de capital autorizado por esta instituição financeira. A drenagem desse montante de capital reforçou a posição polarizadora desse estado no que se refere a organização espacial da estrutura produtiva setorial, e isso consequentemente gerou reflexos nos setores econômicos dos estados pertencentes ao centro sul do país.

Em relação as regiões norte e nordeste, podemos observar um maior fluxo de capital do BNDE neste período apenas para os estados da Bahia e Pernambuco, no entanto, nos demais estados dessas regiões foram poucos recursos aprovados. Há uma relevância para o ano de 1965, quando rompeu-se com anos de ausência de capitais desse banco para grande parte dos estados das regiões norte e nordeste, mas que não foram o suficiente para dinamizar os diversos setores da economia em ambas as regiões, de forma a não incluí-las com intensidade no centro dinâmico dos complexos agroindustriais.

Podemos observar também, que o Paraná, de acordo com os dados expostos na tabela 08, recebeu baixos recursos do BNDE até o ano de 1965, sendo a maior parte desse capital direcionado para o BRDE e para o plantio de pinheiros por parte da empresa RIGESA (TAVARES et al, 2010), não havendo registros desses capitais para algum investimento no Norte Pioneiro.

Assim, no que tange as regiões não incluídas efetivamente nesse processo de dinamização dos complexos agroindustriais, Guilherme Delgado faz a seguinte observação:

Quanto às regiões não atingidas de maneira predominante pela modernização – o Nordeste, de agricultura geralmente arcaica, e as regiões novas (fronteira agrícola) – prevalecem processos produtivos grandemente heterogêneos e uma estrutura agrária dominada pela grande propriedade. A valorização do capital no setor agrícola não se dá aí, de forma necessária, por intermédio do CAI, mas pelo controle da propriedade fundiária. Esse é, pois, o lado conservador do projeto de modernização agrícola, que passa pela mediação política de acordo com complexas e instáveis alianças (DELGADO, 1985, p.42-43).

Além da própria concentração espacial do processo de modernização da agricultura e constituição dos CAIs, na sequência, o processo de concentração e centralização do capital vinculado às empresas pertencentes a esses referidos complexos. A tríade agricultura – crédito rural – indústria, cujo sistema de engrenagens fomentou a reprodução ampliada do capital, possibilitou que os fluxos de capital se centralizassem, passando a formatar as dimensões da relação agricultura – indústria. A respeito desse processo, Muller (1989, p.34) direciona a sua análise no seguinte sentido:

Com a integração indústria e agricultura no período 1969-80, deparamo-nos com empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas. Mas na própria agricultura surgem empresas e grupos econômicos, que com suas congêneres industriais, fazem parte do poder econômico com interesses nas atividades agrárias. Na indústria, no comércio e nas finanças é conhecido que a concentração e a centralização de capitais em empresas e grupos econômicos fazem com que estas unidades de capital se diversifiquem setorialmente sob a forma de multiplantas e multiprodutos. Ao se falar em agricultura, notadamente na brasileira, há, no mais das vezes, um enorme receio, quando não ceticismo, em aceitar que aí ocorrem processos semelhantes. Contudo, na agricultura brasileira, durante os anos 70, surgiram grandes unidades centralizadas de capital.

Desta forma, as unidades empresariais centralizadoras do capital passam a imprimir sobre o espaço geográfico, uma formatação voltada para a manutenção de sua hegemonia dentro do processo de reprodução de capital. A agricultura se torna um dos elos da cadeia produtiva, ampliada verticalmente, e permite tanto a jusante quanto a montante uma diversificação produtiva do setor industrial.

Tal processo de integração agricultura – indústria, foi reforçado a partir dos anos 70 justamente pelas novas posições assumidas pelo BNDE, o que resultou em novas dinâmicas produtivas em todos os setores da economia brasileira, principalmente com a atuação desse banco atrelado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento. Sobre tais mudanças, Diniz (2004, p.33) traz a seguinte contribuição:

Desde o limiar da década de setenta, as atenções do BNDE tornaram-se cada vez mais dirigidas ao setor privado nacional – apesar de o Banco ter sido o financiador de grandes projetos governamentais de infra-estrutura e indústrias básicas e nesse processo, haver se transformado em proprietário de algumas das maiores usinas de aço do país durante a década de 50 e início dos anos 60. O aumento do fornecimento de seus recursos para o setor privado deu-se de forma gradativa, e esta nova característica passou a ditar as diretrizes da instituição. [...]. Uma importante mudança de estatuto ocorreu em 1971. Através da Lei 5.662, de 21 de junho do mesmo ano, o Banco passou de autarquia à empresa pública. [...]. Nesse período, iniciou-se o Sistema BNDES, do qual faziam parte as Subsidiárias (Embramec, Fibrasa), o Finame e o Cebrae. Durante o “Milagre Econômico” foram criados o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio Público dos Servidores (PASEP). Estes passaram a constituir fontes expressivas de recursos para o BNDE, e, a partir de meados de 1974, o Banco começou a gerir os recursos do PIS-PASEP.

No que se refere a relação entre o BNDE e o II PND, Alem (1998, p.8) enfatiza que “com a crise do petróleo, que pressionou o balanço de pagamentos, o governo resolveu deslanchar o II PND com o objetivo de intensificar o programa de substituição de importações. Seguindo essa estratégia, o BNDES passou a financiar, principalmente, os setores de bens de capital e insumos”. É importante destacar, conforme afirmação de Diniz (2004), que dentre os objetivos do II PND vinculados ao BNDE como agente interlocutor, estavam as metas de aumentar o fluxo de exportações tanto de produtos manufaturados quanto de produtos agrícolas.

Diante da proposta de aumentar a exportação desses produtos, havia a necessidade de um maior fluxo de crédito rural, e desta forma a tabela 09 mostra a evolução do montante de capital direcionado ao setor produtivo agrícola durante a década de 70, e terminando no início da década de 1990, com uma queda considerável na liberação de crédito rural.

Tabela 09 – Total anual de crédito rural no Brasil e sua respectiva finalidade

Ano	Total (milhões de reais)*	Participação no total de crédito concedido (em %)		
		Custeio	Investimento	Comercialização
1970	33.137	44,60	21,14	28,25
1971	38.329	43,52	29,50	26,98
1972	47.387	41,63	33,08	25,29
1973	67.006	42,70	33,09	24,21
1974	82.862	45,02	30,27	24,70
1975	120.816	43,83	31,25	24,92
1976	123.775	42,20	32,42	25,38
1977	110.504	47,29	24,26	28,45
1978	112.353	47,69	24,97	27,34

Ano	Total (milhões de reais)*	Participação no total de crédito concedido (em %)		
		Custeio	Investimento	Comercialização
1979	140.011	50,30	24,98	24,72
1980	133.898	56,58	18,76	24,66
1981	116.139	58,65	15,46	25,90
1982	112.465	64,33	13,12	22,56
1983	84.896	62,18	16,69	21,12
1984	51.856	70,48	12,31	17,20
1985	73.947	71,11	12,96	15,93
1986	110.267	55,94	32,05	12,01
1987	86.924	70,16	17,10	12,74
1988	61.338	68,02	16,02	15,96
1989	56.012	79,99	10,51	9,51
1990	32.000	74,86	10,96	14,18

Fonte: Bacha (2012, p.62)

Nota: *Dados do Banco Central do Brasil, considerando o deflacionamento pelo IGP-DI.

Em relação a esta tabela, observa-se em linhas gerais que o direcionamento maior de capital está vinculado ao custeio, com larga vantagem sobre as outras duas finalidades. Esse destaque do custeio pode ser explicado pelo alto custo produtivo da maior parte das estruturas de produção que envolve o setor agrícola. Em se tratando dos valores destinados ao investimento e a comercialização, podemos ver um equilíbrio com uma leve diferença a favor do primeiro, cujo principal uso do capital de crédito está vinculado à compra de máquinas, construção de armazéns, instalação de novas tecnologias produtivas, dentre outros. Já a comercialização toma a frente em volume de capital se comparado ao de investimento, a partir do ano de 1977, prolongando esse domínio até meados de 1985.

No que concerne ao fluxo total de capital no setor agrícola, por intermédio do crédito rural, um dos aspectos que mais nos chama a atenção é o fato de que num intervalo de 20 anos os valores se equiparam nas extremidades do período, ou seja, os anos de 1960 e 1970 apresentam valores semelhantes, na casa dos 30 milhões de reais, em valores atualizados. O que também envolve uma correlação de fatores oriundos do centro do sistema de acumulação de capital e que desencadeiam uma série de processos nas extremidades ou periferias do sistema. Não podemos ignorar que os fatores internos também atuam fortemente influenciando essas oscilações nos valores do crédito rural, principalmente os relacionados à esfera política, que no Brasil teve um peso considerável.

Há clara evolução nos valores de capital para o setor agrícola a partir de 1970, chegando ao seu ápice no ano de 1976. Logo após, há uma tendência à queda, influenciada pela crise do petróleo e por medidas de contenção executadas pela política monetária brasileira (DELGADO, 1985). No entanto, ocorre nova elevação entre 1979 e 1980, vinculado à própria fase expansiva do Ciclo Médio (RANGEL, 1983), um dos últimos arranques do desenvolvimento econômico brasileiro, influenciado pelas dinâmicas favoráveis do comércio exterior naquele momento.

A orientação expansionista é retomada com menor vigor em 1978 e 1979, à luz do discurso oficial do governo de prioridade ao setor agrícola, para ser revertida novamente a partir de 1980. Essa nova reversão – que se mantém cada vez mais acentuada em 1981 e 1982, com condições mais adversas, quer do próprio contexto da economia brasileira, quer das suas relações críticas com a economia internacional (DELGADO, 1985, p.79)

Logo após esse período de 1982, a tendência à queda se estabelece, apresentando como interrupção apenas o ano de 1986, e logo em seguida mantendo o decrescimento do fluxo de capital de crédito para o referido setor.

Todo esse fluxo de capital estava vinculado a uma proposta de desenvolvimento que alavancasse o Brasil no cenário internacional. Diante disso, o Estado brasileiro tinha um papel preponderante de fazer a ponte entre o capital e as forças produtivas do país. “O Estado opera sobretudo na esfera da intermediação financeira, e na formulação e implementação de uma vasta gama de políticas econômicas concernentes às atividades industriais, agrárias e de abastecimento (MULLER, 1989, p.33-34)”.

É importante destacarmos que, com a intensificação da crise do petróleo no final da década de 70, a elevação das taxas de juros e escassez das fontes de financiamento internacional, o governo brasileiro adotou algumas medidas que contaram com o apoio do BNDE, conforme afirma Bel Filho et al. (2012, p.94):

O Brasil, importador líquido de petróleo e devedor internacional, foi afetado severamente, sofrendo déficits crescentes no balanço de pagamento. O governo, visando estancar esse movimento, instituiu o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), cujos esforços se concentraram nas atividades exportadoras e/ou poupadoras de divisas. Em 1979, foi lançado o Próalcool, com o objetivo de reduzir as importações de petróleo e, com isso, diminuir a pressão sobre a balança comercial. Coube ao BNDES ser o agente do respectivo programa. A partir de então, o BNDES passou a financiar a atividade agropecuária, pois atuou tanto nas operações industriais, com financiamento à implantação de destilarias, como nas operações rurais, financiando as lavouras de cana-de-açúcar.

No entanto, a partir do início dos anos 80, “o modelo de desenvolvimento fortemente embasado no financiamento externo “fácil” entrou em colapso: as taxas de juros internacionais elevaram-se substancialmente devido à alta unilateral da taxa americana (DINIZ, 2004, p.43)”. Ainda mais incisivos na análise desse período, Coutinho e Beluzzo (1996, p.137) traçam o seguinte panorama da dinâmica econômica e a posição do Estado:

A América Latina, durante a década dos 80, experimentou um longo período de inflação elevada, entremeado por surtos de hiperinflação, o que, em alguns casos, culminou na destruição dos padrões monetários nacionais. A brusca ruptura dos fluxos de financiamento externo, no início da década, desencadeou uma severa crise cambial, que se desdobrou em grave desestruturação fiscal e na progressiva perda da capacidade de gestão monetária por parte do Estado. Sob o impacto de significativas desvalorizações cambiais, a desestruturação fiscal foi o resultado do esforço de refinanciar ou encampar as dívidas em moeda estrangeira do setor privado ou do próprio setor público, em uma situação em que as receitas tributárias eram declinantes em termos reais, diante da aceleração da inflação e da trajetória recessiva da economia.

Com essa conjuntura econômica, durante a década de 1980, o BNDE teve que se adequar às novas diretrizes impostas pelo Estado brasileiro, que priorizavam naquele momento a estabilidade econômica. Desta forma, este banco não conseguiu se estabelecer como uma instituição capaz de fornecer subsídios para sanar determinados problemas econômicos da década de 1980 (CURRALEIRO, 1998), colocando-se apenas na posição de “desembolsar recursos que visavam o saneamento de empresas públicas e privadas [...] O BNDES ficou sem uma clara definição de prioridades entre os anos de 1985 a 1990 (DINIZ, 2004, p.46-47)”. Conforme apontado por esta mesma autora, no ano de 1982, por intermédio do Decreto Lei nº 1940, o BNDE passou a exercer a função de provedor do desenvolvimento social e desde então foi acrescido o “S” na nomenclatura do banco.

Diante do agravamento da crise e da falta de recursos para investimentos, principalmente na segunda metade dos anos 80, a maior parte das unidades produtivas pertencentes aos CAIs não conseguiram manter a dinâmica de equilíbrio dentro das suas esferas financeiras, apenas com alguns ramos produtivos mantendo-se dinâmicos. A tabela 10 apresenta a produção de alguns ramos do setor agroindustrial brasileiro para a década de 1980, para dar maior visibilidade ao processo que destacamos acima.

Tabela 10 – Total da produção de alguns ramos do setor agroindustrial

Ano	Produção de máquinas agrícolas automotrizes (unidade)	Produção de leite pasteurizado (1000 litros)	Aves abatidas (1000 cabeças)	Carne de aves congeladas exportadas (toneladas)	Carne bovina congelada exportada (toneladas)
1980	77.478	2 880 676	615 627	168 713	5 362
1981	53.708	2 930 222	723 567	293 933	44 980
1982	42.069	3 112 006	798 426	301 793	93 110
1983	30.399	3 084 602	795 462	289 301	117 405
1984	56.232	4 235 859	753 116	280 284	110 604
1985	56.215	4 183 400	745 774	277 142	135 096
1986	68.970	4 203 580	757 588	226 622	74 540
1987	62.668	4 680 259	832 082	210 841	60 341
1988	51.476	nd	nd	nd	nd
1989	43.680	nd	nd	nd	nd

Fontes: Mapa geral das indústrias do Brasil. In: Séries estatísticas retrospectivas. Ed. fac.sim. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.v.2: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias, t.3.2.pt.p.150; Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira 2001. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 2001. Ano-base 1957-2000. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Organizado pelo autor.

Podemos observar, através da tabela 10, que a quantidade produzida de máquinas agrícolas automotrizes teve uma queda relativamente grande nos primeiros anos da década de 1980 que, provavelmente, está relacionada a queda do fluxo de crédito rural voltado para a finalidade de investimento. “Esse padrão de financiamento com base no crédito subsidiado foi desmontado em expressão a partir da crise da dívida pública da entrada dos anos 1980 (GONÇALVES, 2012, p.3)”.

Há uma recuperação considerável em 1986, mas com tendência a queda a partir deste ano, uma vez que os encargos das outras formas de obtenção de crédito, acabaram limitando a demanda por esses produtos. Em relação à produção de leite pasteurizado, podemos ver que há uma evolução crescente deste ramo agroindustrial, que vai na contramão da maior parte do setor neste momento. Esta elevação, provavelmente, está vinculada ao aumento dos níveis de urbanização nesta década.

Seguindo este mesmo ritmo, apesar da queda no segundo quadriênio da referida década, a quantidade de aves abatidas apresentou tendência ao aumento a

partir de 1986, o que não reflete o mesmo quadro para a quantidade de aves congeladas exportadas. Neste item a quantidade exportada não consegue recuperar os níveis de 1982, apresentando inclinação à queda. Ao que tudo indica, o mercado interno desse ramo produtivo estava mais aquecido do que o externo, sendo reflexo da própria dinâmica do centro do sistema que, neste período, apresentava muita dificuldade de alocação de capitais.

É frente a esse quadro que se estabelecem os movimentos de centralização de capitais da Ceval (ESPÍNDOLA, 2008) responsável pela operação de um frigorífico de aves no município de Jacarezinho, em que neste período o mesmo realiza ampliações na sua estrutura de abates (FRESCA, 2004). Diferente do frigorífico Frangos Pioneiro, do município de Joaquim Távora, que durante a década de 1980 implantou a plataforma produtiva, mas com uma estrutura de abate bastante reduzida, priorizando pequenos nichos dentro do mercado interno.

Já a carne bovina congelada exportada, apresenta uma elevação nos primeiros anos do recorte temporal abordado na tabela, com uma queda a partir de 1986, assim como o ramo das aves.

Se por um lado o crédito subsidiado oriundo do Estado se tornou escasso, outras formas de financiamento da agricultura acabaram surgindo. Novamente, os grandes grupos agroindustriais viram como promissor esse cenário de escassez de recursos para os produtores agrícolas, e a partir disso, passaram a fazer a função de alocadores de capital para estes fins. O contrato Soja Verde, foi um dos elementos criados com essa função de financiar a produção desse grão, conforme aponta Gonçalves et.al. (2005, p.69)

[...] representa o instrumento das empresas agroindustriais e de exportação para garantir a compra antecipada de pelo menos parcela da matéria-prima que as permitam assumir compromissos tanto no mercado interno como externo, tendo sido generalizado no complexo soja, face ao seu dinamismo frente a oportunidades crescentes de negócios no cenário internacional.

Desta forma, as saídas para o afluxo de capital de crédito subsidiado são postas a partir de uma lógica altamente financeirizada, com intensa participação de grandes empresas do complexo agroindustrial. Ressaltamos que os ramos produtivos mais beneficiados neste item foram os de grãos, sendo assim, proporcionou aos grandes grupos agroindustriais, um novo canal de investimento, impulsionado pelo cenário de

reformas estruturais contencionistas instituídas pelo Estado brasileiro durante a segunda metade dos anos 1980.

Dentro dessas medidas contencionistas executadas com o aval do Estado brasileiro, com o claro objetivo de ampliar o aporte de capitais e estabilizar o sistema de financiamentos, estava o processo de reprivatizações¹⁶, que tiveram plena participação do BNDES. Frente a esse quadro da década de 1980, Diniz (2004, p.62) faz uma pertinente síntese da atuação deste banco no referido período:

Durante a década de 80, principalmente entre 1988 e 1989, o Sistema BNDES encontrou na reprivatização a solução para se desfazer das ações adquiridas durante a operação “salvamento de empresas privadas” realizadas no decorrer da década de 70, que vinham apresentando sucessivos prejuízos. Esse redirecionamento das políticas do Sistema BNDES no período entre 1983/90 significou o rompimento de alguns pilares das premissas que fundamentava a atuação do Banco desde a sua criação.

Isso demonstra como houve uma alteração na postura do BNDES durante os anos 80, bastante diferente da atuação do banco desde a sua criação até final da década de 70 quando grandes volumes de capital foram direcionados para projetos de desenvolvimento setorial da economia brasileira (CURRALERO, 1998).

Consequentemente, grande parte dos complexos agroindustriais foram afetados por esse novo perfil do banco, o que impossibilitou a efetivação de grandes investimentos para a ampliação das estruturas produtivas. No entanto, a própria política de estabilização dessa década, que gerou uma redução do crédito rural subsidiado, gerou novas frentes de reprodução de capital para grandes empresas desses complexos, na medida em que estas passaram a atuar de forma a alocar capital financeiro para os produtores rurais.

2.2 A transição da década de 1990 para os anos 2000: as ações articuladas do BNDES sobre as agroindústrias

O contexto de reformas estruturais instituídas pelo Banco Mundial e pelo FMI, principais credores do Estado brasileiro no período abordado, avança efetivamente para a década de 90 e isso acabou tendo um enorme peso na direção da política

¹⁶ Ver com maiores detalhes deste processo em Diniz (2002).

econômica brasileira. Mantém-se a concepção do modelo neoliberal monetarista como única forma do país voltar a crescer, cujos instrumentos estavam centrados principalmente na redução da máquina estatal, implantação da livre concorrência com o mercado externo e máximo controle da inflação.

Os países da periferia do sistema capitalista passam executar uma série de medidas estruturantes de viés neoliberal, como condição para obterem novos fluxos de capital junto ao Banco Mundial e o FMI (DINIZ, 2004).

A respeito do quadro interno político e econômico brasileiro nos anos 1990, Medeiros (2009, p.41-42) faz a seguinte análise:

O período pós-1990 marca uma série de mudanças na economia nacional. A principal refere-se ao afastamento do pacto de poder, dos interesses do desenvolvimentismo e de expansão e proteção ao mercado, com a ascensão, nos governos Collor e FHC, dos interesses ligados ao capital financeiro em crescente internacionalização e ao comércio importador. Esta mudança marca o redirecionamento da política econômica e das condições institucionais da prioridade ao crescimento para a prioridade à estabilidade monetária com combate à inflação. Criou-se um poderoso consenso de que a inflação era o principal problema da economia brasileira e que esta era causada pelo excesso de demanda, pelo atraso tecnológico da indústria nacional, pela proteção ao mercado interno e pela excessiva participação do Estado na economia.

É enraizada, então, no interior dos governos dos anos 1990, a lógica monetarista como forma de conduzir a economia, estabelecendo novamente, como em governos anteriores, a inflação como o principal entrave ao desenvolvimento econômico do país.

Durante a referida década houve a execução de dois planos econômicos, com o intuito de ultrapassar os limites impostos pela própria dinâmica da economia nacional, isto é, ultrapassar aquilo que se acreditava serem limites, como a inflação. O primeiro foi o Plano Collor, cuja meta era atacar fortemente a inflação, mesmo que isso levasse o país a uma grave recessão. Por possuir uma base técnica desconectada da materialidade dos problemas do período, o referido plano mergulhou o país em uma crise ainda mais grave, conforme destaca Medeiros (2009, p.45):

Os resultados do plano Collor e da política econômica em geral de seu governo foram catastróficos para o Brasil e são bem conhecidos: retorno mais violento da inflação, decréscimo do PIB em 1990 e em 1992; queda dos índices de investimentos em máquinas e equipamentos e em construções; queda das exportações de 8,7% com aumento de importações de 13,1% em 1990; aumento do desemprego com queda da população com carteira assinada de 115,3 milhões em 1990 para 92,9 milhões em 1992 (a qual

permanece decrescendo continuamente nos anos seguintes até atingir 87,5 milhões em 1999, quando retoma crescimento).

O segundo foi o Plano Real, implementado em 1994, num cenário de extremos níveis de hiperinflação agravada pelo insucesso do Plano Collor. Paulo Nogueira Batista Júnior (1999, p.7-8) em sua abordagem sobre o Plano Real, salienta que um dos primeiros instrumentos para o controle da inflação foi à desindexação de toda a estrutura econômica brasileira:

Na fase inicial, em 1994, o instrumento decisivo foi a desindexação. Uma das singularidades da economia brasileira era a existência de um amplo e complexo sistema de indexação, que abarcava a maior parte dos contratos e preços no país. A grande maioria dos preços, salários, aluguéis, câmbio, impostos e ativos financeiros estava referenciada a índices de preços. Nessas circunstâncias, o principal determinante da taxa de inflação corrente era a taxa de inflação no período imediatamente anterior. O combate à inflação, especialmente na sua primeira fase, dependia crucialmente da possibilidade de montar um esquema inteligente de desindexação. Foi o que se fez com a criação da Unidade Real de Valor, a URV, em março de 1994. O efeito da desindexação foi reforçado pelo uso agressivo, e como veremos temerário, da taxa de câmbio e da abertura às importações como instrumentos de combate às pressões inflacionárias. No segundo semestre de 1994, permitiu-se forte valorização cambial e acelerou-se a remoção das barreiras à importação. Por um lado, essas decisões contribuíram para acelerar a queda da inflação. Por outro lado, logo produziram grandes desequilíbrios na balança comercial e no balanço de pagamentos em conta corrente.

A partir da efetivação das ações do Plano Real, que englobava a abertura para as importações e valorização cambial, estava estabelecido um cenário econômico de bastante dificuldade para o setor agroindustrial nacional, uma vez que com a abertura da economia, a concorrência com os produtos do mercado externo foi intensa. Diante disso, esse setor da economia brasileira, deveria passar por uma reestruturação em sua capacidade produtiva, para que, desta forma, se tornasse mais competitivo. Mas, para isso, necessitavam de investimento e alocação de capital, principalmente na forma de crédito subsidiado. Portanto, é neste sentido que com extrema dificuldade, o BNDES estabeleceu as suas ações para dar suporte para o setor agroindustrial.

Trazendo a discussão sobre a atuação do BNDES nos anos 1990, é importante salientar primeiramente, de acordo com Grigorovski et.al.(2001), que esta instituição financeira vinha atuando juntamente com os complexos agroindustriais desde o Plano de Metas dos anos 1950, primando o financiamento para implantação de frigoríficos, matadouros, armazéns e silos.

Destacando as ações práticas do BNDES diante dos complexos agroindustriais, Grigorovski et.al.(2001, p.161), construíram a seguinte análise:

Os desembolsos para a agroindústria e os desembolsos totais do Sistema BNDES apresentaram trajetória crescente nos anos 90. Na primeira metade, houve um crescimento maior da participação dos financiamentos à agroindústria, que em 1994 alcançou seu ponto máximo (29%). Já na segunda metade, houve uma queda dessa participação para 15% em 1999, sobretudo por causa do aumento dos desembolsos para o setor de infraestrutura, especialmente energia elétrica, gás, telecomunicações e transportes. Considerando o comportamento médio na década, verifica-se que a participação dos desembolsos ao setor agroindustrial no desembolso total do BNDES apresentou uma pequena redução de 20% para 18%.

Este excerto exposto acima, demonstra a dinâmica geral de investimentos do BNDES no setor agroindustrial durante os anos 1990. Há uma queda relativa no direcionamento de crédito desta instituição financeira para o referido setor, diminuindo a porcentagem de 20% para 18% dentro de uma década. Sobre essa tendência de contenção de investimentos, atrelada à ausência de aceleração e evolução dos setores da economia brasileira, Bresser Pereira (2007, p.59) faz a seguinte observação:

[...] em nome do combate à inflação dominada desde 1994, [o governo] continuou a adotar uma política ortodoxa, própria ao consenso de Washington, baseada em taxa de juros ainda alta e taxa de câmbio sobre-avaliada, ou, em outras palavras, baseada em déficit público e em déficit em conta corrente – duas políticas perversas que levaram o Brasil a perder mercado externo e vêm freando o investimento e o crescimento da economia brasileira.

Isto demonstra como o BNDES tinha a suas linhas de atuação freadas pela própria plataforma política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Desta forma, na tentativa de ultrapassar estes limites, novos programas de financiamento foram sendo criados pelo BNDES ao longo deste período, vindo a se destacar em 1997 o FINAME especial¹⁷, sendo um incremento ao FINAME agrícola¹⁸, cuja lógica, era de fomentar os financiamentos aos produtores a uma taxa pré-fixada.

Destaca-se neste momento também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) cuja ideia era de levar o crédito rural para os pequenos produtores rurais com mão-de-obra familiar. Este programa, em sua inserção na cadeia produtiva agrícola, ajudou na sustentação do setor agroindustrial durante um período, mas em fins da década de 90 sofreu com a redução do fluxo de capital.

¹⁷ Nesta linha do FINAME os itens que podem ser financiados são máquinas e equipamentos que são produzidos por empresas nacionais cadastradas no FINAME, juntamente com os itens não financiáveis no MODERFROTA.

¹⁸ São financiamentos concedidos para a aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação nacionais novos (BNDES, 2018).

No que tange ao direcionamento do capital financeiro do BNDES dentro da estrutura produtiva do setor agroindustrial, Grigorovski et.al. (2001, p.98-99) fazem o seguinte apontamento entorno dos principais ramos que foram destinados os investimentos desta instituição financeira durante a década destacada:

Dentre as diversas cadeias do complexo agroindustrial, algumas se destacaram no que diz respeito ao apoio do BNDES durante a década de 1990. Carnes, grãos e cana-de-açúcar foram responsáveis, em conjunto, por 30% do valor desembolsado para a agroindústria entre 1990-1999, totalizando R\$ 17 bilhões. A cadeia de carnes, maior beneficiária, foi o destino de 16% do total desembolsado à agroindústria. Destes, 68% foram para a etapa industrial – processamento de carnes – e 32% à etapa agropecuária. Bovinos, aves e suínos foram, nessa ordem, as carnes que receberam as maiores parcelas dos desembolsos. O complexo de grãos foi o segundo maior destino dos recursos, representando 8% do total. Desse montante, 84% foram destinados ao processamento industrial e 16% à produção primária. As principais culturas apoiadas foram soja, arroz e milho, com 54%, 21% e 19% dos recursos destinados ao cultivo. A cadeia da cana-de-açúcar, que neste caso não compreende a produção de etanol, foi a terceira maior beneficiária no período, representando quase 7% do total. A etapa industrial do processo correspondente à fabricação de açúcar e derivados foi destino de 57% dos recursos, enquanto o cultivo de cana-de-açúcar foi de 35%. O restante foi aplicado à fabricação de aguardente e refino e moagem de açúcar.

Podemos ver através da afirmação dos autores acima, que o ramo agroindustrial que mais drenou os recursos do BNDES foi o de processamento de carnes, obtendo 16% do total destinado para o referido setor.

Esse setor foi o que recebeu mais recursos do BNDES no período, demandando recursos para modernização e expansão da indústria avícola, inicialmente para atender ao aumento da procura interna e, a partir da metade dos anos 90, para concretizar investimentos que capacitassem as indústrias a melhorar o desempenho exportador (FAVERET FILHO; PAULA, 2005, p.88).

A tabela 11 mostra exatamente os valores desembolsados para as principais cadeias agroindustriais durante os anos 90 e torna ainda mais clara essa prevalência da cadeia produtiva de carnes na questão do fluxo de capital deste banco.

Tabela 11 – Desembolsos e números de operações para as principais cadeias – 1990/99

Cadeia	Desembolso	Participação %	Número de operações	Participação
Carnes	3.324	40,7	13.477	38,9
Grãos	1.627	19,9	8.591	24,8
Cana-de-açúcar	1.428	17,5	4.701	13,6
Frutas	758	9,3	3.785	10,9
Lácteos	346	4,2	2.350	6,8
Fumo	293	3,6	104	0,3
Cacau	215	2,6	354	1,0
Café	171	2,1	1.258	3,6
Total	8.162	100,0	34.620	100,0

Fonte: Grigoroviski (2001, p.165)

Obs: Valores em R\$ milhões constantes corrigidos pelo IGP-DI de 31/12/99.

Tais investimentos se fizeram, justamente, com a pretensão de fomentar este ramo produtivo com ampla demanda no comércio exterior e com isso tentar contrabalancear os sucessivos déficits na balança comercial do país.

Tabela 12 – Valor das importações, exportações e saldo da balança comercial do Brasil

ANO	Exportações US\$ Milhões	Importações US\$ Milhões	Saldo da balança comercial US\$ Milhões
1990	31.413	20.661	10.752
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.792	20.554	15.238
1993	38.563	25.256	13.307
1994	43.535	33.078	10.467
1995	46.506	49.857	-3.351
1996	47.747	53.301	-5.554
1997	52.994	59.746	-6.752
1998	51.140	57.746	-6.606
1999	48.011	49.272	-1.261
2000	55.086	55.835	- 749
2001	58.223	55.572	2.651
2002	60.362	47.240	13.122
2003	73.084	48.291	24.793
2004	96.475	62.779	33.696
2005	118.309	73.545	44.764
2006	137.808	91.343	46.465
2007	160.649	120.619	40.030

Fonte: MEDEIROS (2009)

Através desta tabela, é possível visualizar o agravamento do déficit da balança comercial brasileira no biênio 1996-97, reflexo das medidas contidas no pacote de

ações do Plano Real, sendo a maior delas a supervalorização da moeda nacional. Podemos relacionar esse déficit na balança comercial brasileira nesse biênio, com a própria queda de financiamentos ao setor agropecuário durante os anos de 1994-1995 que influenciou na dinâmica produtiva deste setor.

No entanto, a balança comercial brasileira começa a dar sinais de recuperação, principalmente, a partir do ano de 1999, um ano após o processo de fuga de capitais ocasionado pela crise econômica asiática, alcançando um saldo positivo no ano de 2001.

Esse saldo positivo também foi alcançado, conforme destaca Medeiros (2009), pela adoção da desvalorização cambial em 1999, o que permitiu o aumento das exportações e consequente contenção das importações, uma vez que essas se tornaram mais caras em virtude da taxa cambial. Cabe destacar também, conforme afirmação de Grigorovski et.al. (2001), que os programas instituídos pelo BNDES na segunda metade dos anos 90, também favoreceram a retomada do crescimento do setor agroindustrial, pois novos fluxos de capital para investimento passaram a estar disponíveis.

Frente a esse cenário que se estabeleceu a partir do início dos anos 2000, o BNDES encontrou novos canais de investimento e os setores da economia brasileira passaram a evoluir de acordo com o que a conjuntura econômica e política lhes permitiam.

Na transição de 2001 para 2002, houve um incremento significativo do volume de crédito destinado para o setor primário do complexo agroindustrial, que representa a produção agrícola. Em contrapartida, os ramos ligados ao processamento e distribuição apresentaram pequena queda no fluxo de capital oriundo do BNDES. Acreditamos que isto se estabeleceu justamente para proporcionar ao ramo primário um ganho de capacidade produtiva que acompanhasse a elevação do ramo de processamento, ampliando a cadeia produtiva de forma homogênea.

Em se tratando da espacialidade dos recursos do BNDES, em uma de suas principais linhas de financiamento, ou seja, o FINAME, os autores Favaret Filho et.al. (2003, p.192) fazem a seguinte afirmação:

As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste foram, novamente, as que mais receberam recursos via Finame Agrícola. A região Sul apresentou um aumento de 58% em relação ao valor desembolsado em 2001 e teve uma participação de 43% sobre o total, mantendo a liderança. A região Centro-

Oeste recebeu 30% e a região Sudeste ficou com 22%, enquanto as regiões Nordeste e Norte participaram com 4% e 1%, respectivamente.

Acreditamos que este destaque da região Sul frente às demais regiões do país, esteja relacionada ao dinamismo proporcionado pela estrutura produtiva das inúmeras Cooperativas localizadas nesta região.

Diante disso, as mesmas possuem um peso na absorção de recursos do BNDES, pois conforme destaca Farias (2015), essas cooperativas possuem as virtudes de agregar produtores na forma de cooperados e também diversificações produtivas, o que dá a eles uma amplitude espacial elevada. Essas cooperativas, em sua própria formatação organizacional, dominam grande parte da verticalização dos complexos agroindustriais, o que as torna um canal de investimento altamente atrativo ao capital financeiro, como é o caso da Cooperativa Integrada, que foi fundada na segunda metade dos anos 90 e desde então passou a expandir a sua estrutura produtiva e comercial, implantando no Norte Pioneiro diversas unidades de recebimento de matéria prima e investindo na agroindustrialização a partir dos anos 2000, utilizando para isso fluxos de capital do BNDES.

No que concerne às principais cadeias produtivas da agroindústria, e seus respectivos fluxos de investimento por parte do BNDES, a tabela 13 demonstra exatamente a proporção absorvida por cada uma delas.

Tabela 13 – Desembolsos do BNDES às principais cadeias produtivas brasileiras

Cadeia	2001 (R\$ milhões)	2002 (R\$ milhões)	Evolução 2001-2002 (%)
Carnes	1.439	1473	2
Cana-de-açúcar	396	540	36
Grãos	122	278	129
Frutas	131	219	68
Laticínios	86	126	46
Café	39	97	147
Fumo	11	65	507
Cacau	60	55	-8

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Favaret Filho et.al. (2003)

Como podemos observar, a cadeia produtiva das carnes ainda se mantém na frente do setor agroindustrial no que diz respeito a alocação de recursos via BNDES, acompanhando os números dos anos 90. A mudança se dá por conta da ocupação

da cana-de-açúcar, em segundo lugar, apresentando uma elevação considerável na transição de 2001 para 2002.

Portanto, o início dos anos 2000 apresentou uma conjuntura econômica, levando-se em conta as influências do centro dinâmico do sistema e da própria dinâmica interna do país, que possibilitou uma maior expansão na atuação do BNDES no setor agroindustrial que, conseqüentemente, influenciou na retomada positiva da balança comercial brasileira.

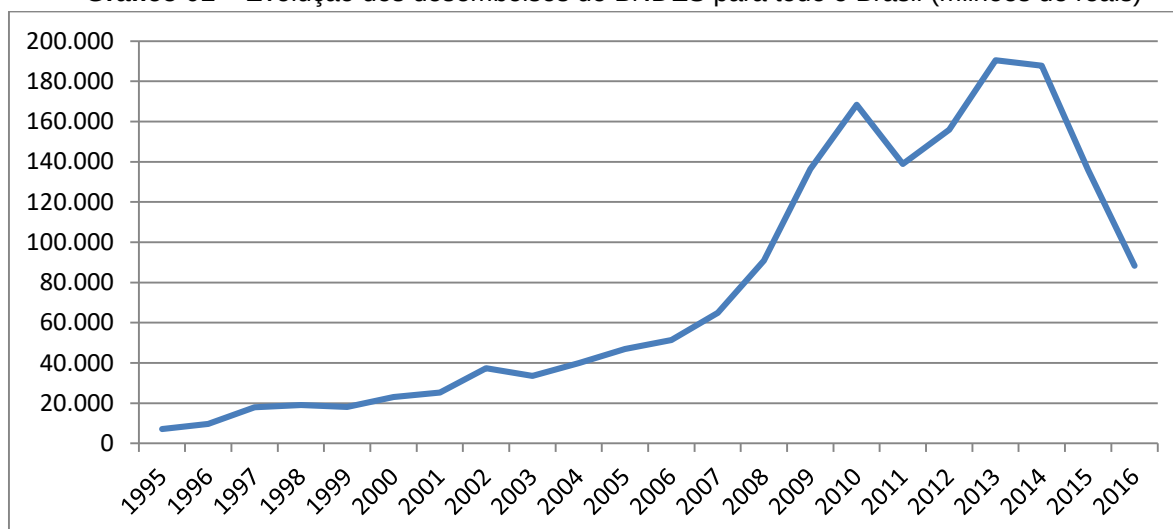
O fluxo desses investimentos por parte dessa instituição financeira ainda se mostraram concentrados principalmente na região Sul, o que nada mais é do que um reflexo da estrutura de cooperativas estabelecidas nesta região. Ademais, o contexto nacional e internacional possibilitou a ampliação dos canais de investimentos que facilitaram a alocação de capital do BNDES.

2.3 O perfil de investimentos do BNDES no Brasil e no Paraná

Sabemos que o setor agroindustrial possui funções nas duas pontas do processo produtivo agrícola, tanto fornecendo insumos para o cultivo (máquinas, sementes, adubos, vacinas, rações, defensivos etc), quanto no processamento dos produtos resultantes do cultivo ou criação. Essa relação conjunta faz com que ambos se complementem enquanto estrutura produtiva e ao mesmo tempo se tornem susceptíveis a mudanças ou oscilações ocorridas em algum dos setores.

Conseqüentemente, essa proximidade possibilita a efetivação de determinadas dinâmicas de acordo com o fluxo de capital que é direcionado para as agroindústrias e para as diferentes formas de produção agrícola. Sendo assim, o capital possui a propriedade de desenvolver ou desestimular processos produtivos, tudo depende do seu grau de intervenção nos elementos chaves da cadeia produtiva.

Trazendo essa abordagem para a região de estudos, faz se necessário primeiramente apresentar um perfil geral do fluxo de capital do BNDES a nível nacional. Para traçar esse perfil, o gráfico 01, ilustra bem a variação do referido fluxo de capital através de um recorte temporal que vai de 1995 a 2016.

Gráfico 01 – Evolução dos desembolsos do BNDES para todo o Brasil (milhões de reais)

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

É importante observar que os níveis estáveis de investimento até o ano de 2000, passam a apresentar uma elevação, principalmente, a partir de 2004, após uma leve queda em 2003. Isto, de fato, foi se consolidando junto às novas plataformas políticas que foram sendo adotadas pelo governo de Lula (Partido dos Trabalhadores) através de seu viés nacionalista desenvolvimentista e impulsionadas pelo cenário econômico internacional, principalmente na relação comercial com a China, o que de fato permitiu a ampliação de novos mercados e diversificação da base produtiva a partir de economias de escala.

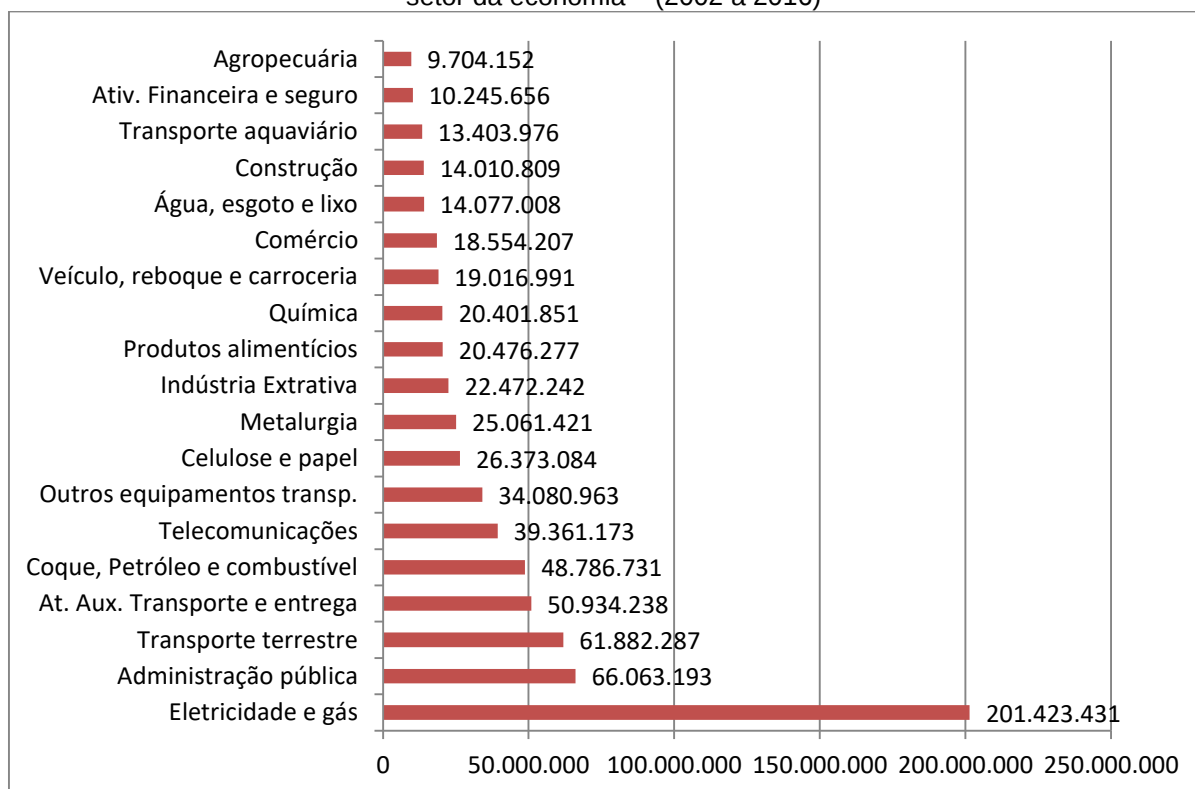
O grande salto no fluxo de investimento se deu após o ano de 2007, chegando à casa dos 160 bilhões de reais em 2010. É interessante analisarmos essa variação positiva no intervalo entre esses dois anos, pois tal elevação aconteceu justamente após a crise econômica de 2008, cuja a gênese se deu nos Estados Unidos, principal país do centro do sistema capitalista e culminou na ampliação do processo de crise para diversos espaços do mundo.

Desta forma, ao que representa, essa intensidade de investimento nestes anos após a eclosão da crise, pode estar relacionada à necessidade de manter o ritmo do movimento de reprodução ampliada do capital, em determinados setores, na busca de tentar conter os efeitos da inflexão e ausência de liquidez de capital do período. O ápice do fluxo de investimento, como pode ser muito bem observado, foi atingido no ano de 2013, com 190 bilhões de reais, após uma queda no ano de 2011. É importante destacarmos que a partir de 2011 com Dilma na chefia do Poder Executivo Nacional,

a plataforma nacionalista desenvolvimentista se manteve, o que representa mais um dos elementos para a manutenção do fluxo de investimentos através do BNDES. Também é possível notar, que após esse ápice, se estabeleceu uma tendência à queda no fluxo de capital nos setores da economia, por parte desta instituição financeira, chegando a 88 bilhões de reais em investimento em 2016.

Dentro desse montante de capital houve setores da economia que drenaram mais investimento, o que de certa forma é interessante demonstrarmos justamente para traçar o perfil dos canais de investimento do BNDES. Para ilustrar esse fluxo de capital, o gráfico 02 traz o fluxo de investimento nos principais setores da economia brasileira.

Gráfico 02 – Valor concentrado das contratações (milhões de reais) do BNDES de acordo com cada setor da economia – (2002 a 2016)



Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Para a construção do gráfico optamos por delimitar pelos 19 primeiros, de acordo com o nível total de investimento no setor. O referido gráfico deixa bem exposto que o setor da eletricidade e gás foi o que mais drenou recursos do BNDES, o que provavelmente está ligado com a construção de várias usinas de geração de energia, espalhadas por diversas partes do território brasileiro, principalmente, na metade norte do país. A administração pública também é um importante canal de investimento,

conforme aponta o gráfico 02, na medida em que isso pode estar relacionado à obras de infraestrutura, que necessitam de uma alocação de capital de grandes níveis. Consequentemente, essas obras públicas fazem com que novas vagas de emprego sejam abertas durante o processo de construção das mesmas, o que de certa forma, gera um impacto considerável em grande parte dos outros setores da economia, pois o capital será movimentado e direcionado para outro setor, como por exemplo, o comércio.

No que concerne à atividade agroindustrial, podem ser incorporados os setores da celulose e papel, indústria extrativa, produção de alimentos e o agropecuário que, relativamente, possuem juntos uma captação de investimento na casa dos 80 bilhões de reais no período de 2002 a 2016.

Além desses fluxos de capital setoriais, há um direcionamento dos mesmos de acordo com o porte das empresas que, consequentemente, envolvem nesses dados as de origem pública e privados. Em relação ao fluxo de operações de crédito, a tabela 14 mostra, a partir de 2007, a quantidade efetivada de acordo com cada porte de empresa.

Tabela 14 – Número de operações do BNDES de acordo com o porte das empresas

Ano	Discriminação					Total
	Micro	Pequena	Média	Média-Grande	Grande	
2007	142.987	26.574	16.428	-	19.886	205.875
2008	118.970	38.457	22.431	-	24.183	204.041
2009	265.975	72.318	28.725	-	23.711	390.729
2010	425.470	93.766	47.308	10.533	32.817	609.894
2011	643.478	136.630	63.039	24.947	28.352	896.446
2012	775.730	152.619	61.269	15.978	22.844	1.028.440
2013	864.152	172.834	64.262	17.030	25.984	1.144.262
2014	823.048	191.512	72.281	16.114	27.247	1.130.202
2015	698.342	169.177	58.659	9.068	18.962	954.208
2016	421.897	107.117	42.431	10.059	16.061	597.565

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Conforme mostra a tabela acima, as micro empresas é que realizam a maior parte das operações de crédito vinculadas ao BNDES. De fato, isso é justificado pelo argumento de que o número de micro empresas é maior do que os demais níveis,

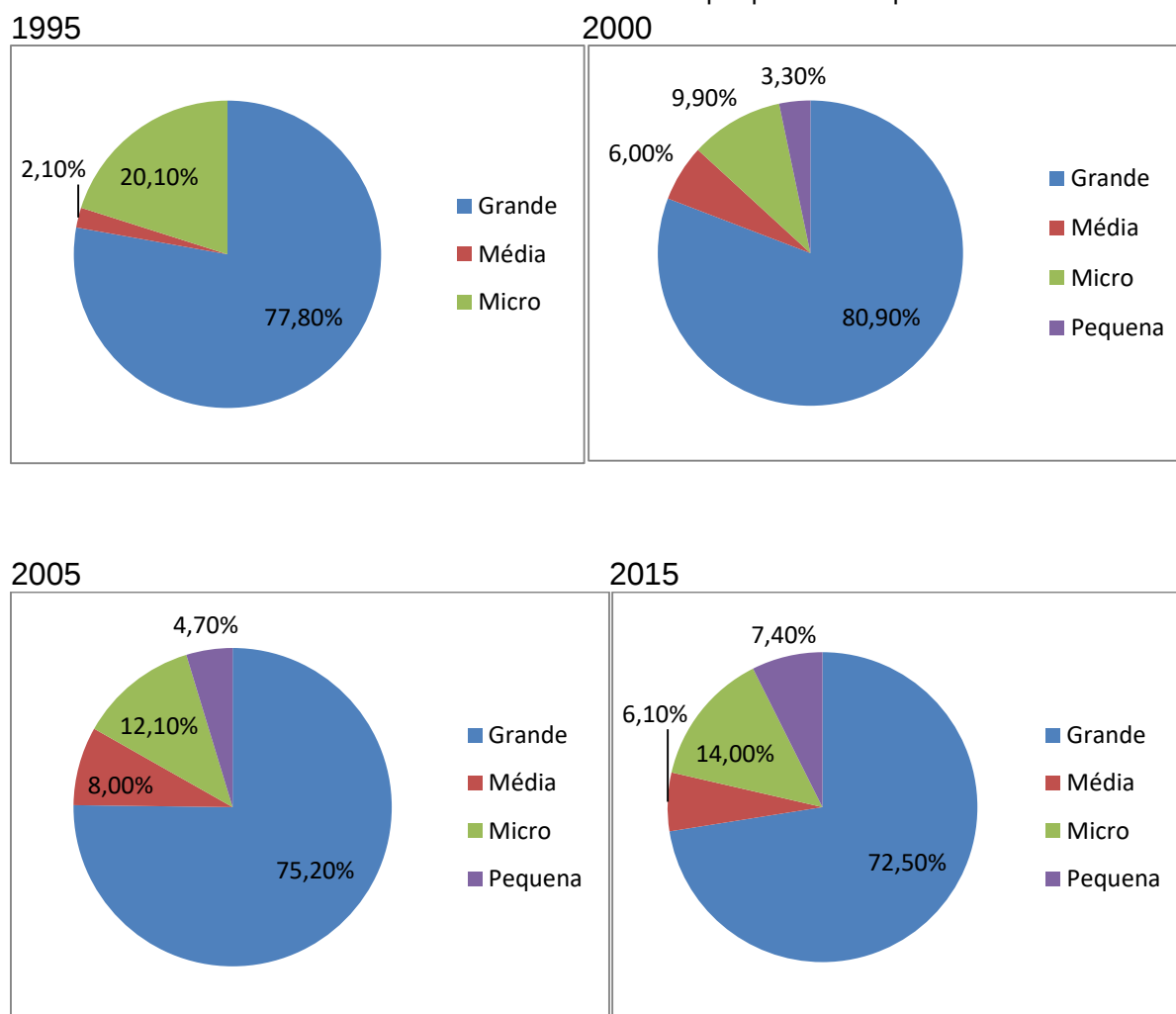
sendo assim, esse número de operações são elevados nessa variante. Apresenta-se também o cenário produtivo – comercial, que por se tratarem de micro empresas, as mesmas necessitam de um aporte financeiro tanto para abrirem a atividade quanto para se manterem ativas, utilizando, muitas vezes, este investimento como um reforço para o capital de giro.

Em vários espaços do território brasileiro, principalmente nos pequenos municípios, são as micro e pequenas empresas que dão oportunidade de emprego para a população, isso faz com que o movimento de reprodução do capital se mantenha. Paralelamente, nestes mesmos espaços, a maior parte das empresas, do porte destacado, acima estão relacionadas às atividades agroindustriais, estabelecendo assim uma estreita relação com o setor agrícola, dimensionando outras formas de reprodução do capital.

Durante os anos de 2007 a 2009, podemos observar também que o número de operações de crédito junto ao BNDES foi maior nas empresas de grande porte se comparadas com as de porte médio. Isto, dentre outros elementos, está relacionado a proposta de avanço produtivo das grandes empresas a partir de 2003, acompanhado de alocação de novas plataformas tecnológicas, diversificação produtiva e expansão territorial através de filiais, o que, conseqüentemente, demanda de fluxo de capital de alto nível para esses investimentos.

No entanto, a partir de 2010, isso se inverte na medida em que as empresas de médio porte passam a realizar um maior número de operações bancárias junto ao BNDES. É notório também o número total de operações, com auge no ano de 2013, quando foram registrados 1.144.262 operações, acompanhando o nível mais alto de fluxo de capital da referida Instituição financeira, durante o mesmo ano.

Cabe aqui também demonstrar como os investimentos foram distribuídos de acordo com cada porte de empresa, pois isto nos dará um direcionamento de como foi estabelecido o referido fluxo de capital. Para isso optamos por elaborar uma série de cinco gráficos que demonstrassem como se deu esse processo.

Gráfico 03 – Desembolsos do BNDES por porte de empresas

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Conforme apontam os gráficos expostos acima, as empresas de grande porte é que absorvem a maior parte dos capitais de investimento oriundos do BNDES, nunca apresentando uma porcentagem relativa menor do que 70%, ou seja, isso representa uma concentração de capital nas empresas de grande porte.

É interessante observar como é desproporcional o fluxo de capital com o número de operações de crédito, pois conforme mostra a tabela 14, o maior número desse último item se concentra nas micro empresas, no entanto elas absorvem uma porcentagem bem menor do que as empresas de grande porte.

As empresas de médio porte apresentam a menor porcentagem na alocação desses recursos durante todos os períodos expostos nos gráficos, o que de certa forma é relativo com o número de empresas ativas desse porte, representando uma menor capacidade de absorção desse capital de investimento.

Como forma de agregar na estrutura de espacialização dos investimentos do BNDES é interessante, primeiramente, demonstrarmos como o número de empresas está organizado entre as regiões do Brasil. Desta forma, a tabela 15 mostra exatamente como as empresas estão espacialmente organizadas.

Tabela 15 – Número de empresas de acordo com cada região do Brasil

Unidade Territorial	Ano	
	2007	2014
Brasil	4.204.345	4.973.829
Norte	137.160	177.015
Nordeste	631.395	745.553
Sudeste	2.174.688	2.543.325
Sul	954.193	1.106.578
Centro-Oeste	306.909	401.358

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE – Demografia das Empresas (2017)

Cabe aqui destacarmos, que é relevante fazermos este exercício de observar essa organização espacial das empresas brasileiras, pois a atividade agroindustrial envolve a alocação de diversos produtos e serviços oriundos de outros setores, onde a mesma lógica é aplicada para a atividade agropecuária, por isso deve ser analisada da porteira para fora e não da porteira para dentro, conforme destaca Gonçalves (2005). A demanda por determinados tipos de serviços e produtos, estabelece uma teia de relações bastante complexa, compartilhadas por determinadas empresas dos mais diversos ramos.

Através dos dados expostos na tabela 15 é possível verificar que a maior concentração de empresas ativas encontra-se na região sudeste. Isto certamente está relacionado ao dinamismo econômico do Estado de São Paulo, que possui em seu território uma determinada organização espacial, composta por elementos desencadeadores do processo de reprodução ampliada do capital, em seu movimento mais intenso. Tudo isso está, conseqüentemente, ligado à própria formação sócio-espacial do referido Estado, que permitiu instituir em seus espaços de acumulação diferentes sistemas de objeto e na sequência sistemas de ações (SANTOS, 1996), tornando-o a cada período mais atrativo para o fluxo intenso de capital. Sendo assim, é expressão desse intenso fluxo de capital, o grande número de empresas

concentradas neste Estado, uma vez que o capital em sua volatilidade é atraído para espaços que dinamizam a sua reprodução.

No entanto, seria um grande erro decifrar essa concentração de empresas no sudeste apenas pelo viés Estado de São Paulo. Isto se deve ao grau de importância econômica dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro que, de acordo com as especificidades de suas formações sócio-espaciais, também contribuem para a fluidez e intensidade da reprodução do capital, justificando a concentração de empresas na referida região.

É inclusive dessa região, com grande variedade de oferta de produtos e serviços especializados, que as agroindústrias do Norte Pioneiro estabeleceram uma relação bastante próxima. De acordo com informações obtidas durante as pesquisas de campo, essa aproximação se faz justamente pelo grau de especialização das empresas do Sudeste, com destaque para o São Paulo. Um dos exemplos que podemos citar aqui, é o da Unidade de produção de sucos da Cooperativa Integrada da cidade de Uraí, cuja produção é comercializada no exterior através de uma empresa de consultoria, localizada na cidade de São Paulo, que faz a intermediação entre a cooperativa e mercados da Europa, Ásia e países do Oriente Médio. Outro exemplo é o da Usina Jacarezinho, produtora de açúcar e etanol, que também utiliza os serviços de venda para o comércio exterior executada por intermédio da COPERSUCAR, também localizada na cidade de São Paulo.

Em segundo lugar, conforme apresentado na tabela 15, na região sul cresce o número de empresas no intervalo entre 2007 e 2014. No entanto, podemos ver que o número de empresas na região sudeste é quase o dobro das existentes na região sul, o que por sua vez, está relacionado ao fato das duas possuírem formações sócio-espaciais diferentes, pois os elementos incorporados ao espaço e suas recorrentes relações sociais de produção, alteraram a morfologia estrutural e produtiva dessas regiões. É devido a esses processos, que a região sul acabou se especializando em determinados ramos da economia, principalmente nas atividades relacionadas à agricultura, o que resultou no estabelecimento deste número de empresas, mas em menor escala que a região sudeste.

Essa espacialização do número de empresas brasileiras, de acordo com cada região, nos aproxima da abordagem de como o fluxo de capital do BNDES é direcionado nesse país.

Tabela 16 – Desembolsos do BNDES por região (% do total)

Ano	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
2001	6,8	13,2	3,4	57,5	19,1	100,0
2002	6,9	10,1	5,0	61,7	16,3	100,0
2003	8,4	9,3	2,1	59,7	20,4	100,0
2004	13,0	6,9	4,9	53,5	21,8	100,0
2005	7,0	8,1	3,4	61,2	20,3	100,0
2006	7,1	9,4	3,2	61,2	19,1	100,0
2007	8,9	8,2	5,3	57,9	19,7	100,0
2008	10,9	8,4	5,4	56,1	19,2	100,0
2009	7,9	16,2	8,2	52,6	15,2	100,0
2010	6,7	10,2	7,0	58,2	17,9	100,0
2011	8,2	13,5	7,8	49,1	21,4	100,0
2012	12,9	13,5	8,6	46,4	18,6	100,0
2013	11	13,5	7,2	45,7	22,6	100,0
2014	11,5	13,0	7,5	47,6	20,4	100,0
2015	9,5	16,6	8,7	43,9	21,3	100,0
2016	11,6	12,9	5,2	45,1	25,3	100,0

Fonte: BNDES (2017, p.61)

Esta tabela mostra claramente a concentração dos recursos do BNDES para os Estados da região sudeste, conforme já havíamos destacado acima. No entanto, podemos ver que há um gradativo aumento na participação das outras regiões, principalmente o norte, mas com constante oscilação nos volumes de capitais. No que se refere a região sul, na qual o Norte Pioneiro está inserido, podemos ver que a participação da mesma no quadro de desembolsos do BNDES mantém uma porcentagem de 19% de participação no montante de capital, nesse período destacado, atingindo um maior volume de investimentos no ano de 2016.

Tabela 17 – Valor dos desembolsos do BNDES por estado brasileiro (mil) – (anos selecionados)

UF	1995	2005	2015
RS	495	3.669	9.269
SC	499	2.525	6.825
<u>PR*</u>	<u>757</u>	<u>3.357</u>	<u>12.869</u>
<u>SP*</u>	<u>1.828</u>	<u>20.352</u>	<u>30.471</u>
<u>RJ*</u>	<u>733</u>	<u>4.288</u>	<u>15.936</u>
ES	134	1.158	1.609
<u>MG*</u>	<u>749</u>	<u>2.942</u>	<u>11.699</u>
MS	97	292	2.196
GO	254	912	3.351
DF	116	618	2.541
MT	215	1.448	4.817
TO	24	293	1.031
BA	430	2.170	6.049
SE	46	34	406
AL	51	58	251
PE	162	749	4.381
PB	19	74	686
RN	94	136	2.230
CE	139	416	3.916
PI	9	51	1.311
MA	46	116	3.284
PA	122	268	7.730
AP	0	25	551
RO	26	149	1.716
AM	47	772	527
AC	3	105	224
RR	2	4	65

Fonte: BNDES (2017)

Org.: Alessandro Viceli. * Quatro Estados que mais recebem recursos do BNDES

Podemos observar que a espacialização do número de empresas ativas no Brasil apontada na tabela 17 acaba coincidindo com o fluxo de capital destinado à região sudeste. Está muito claro como há uma concentração de capital principalmente no estado de São Paulo, o que só vem a reforçar a sua função central dentro da dinâmica econômica do país.

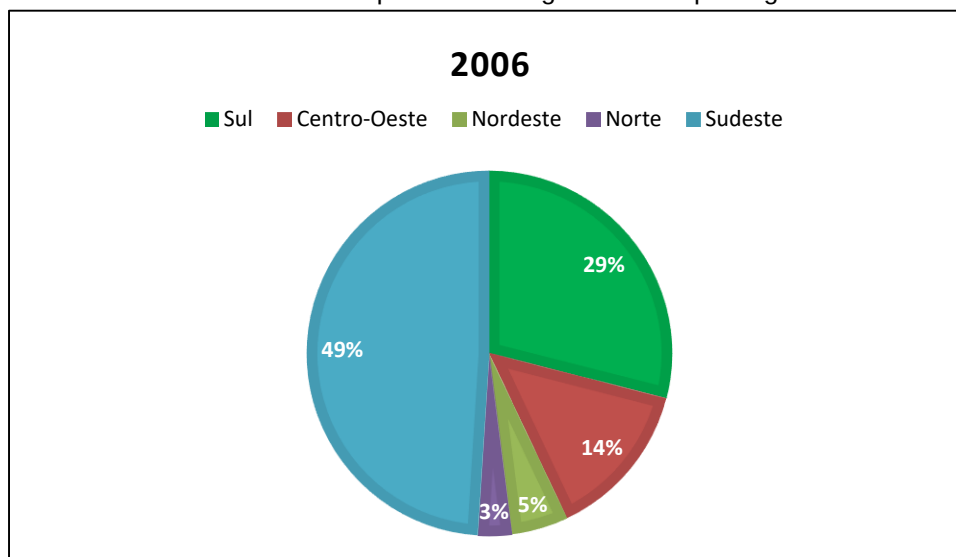
Os números mostram que o estado do Paraná se encontra, a priori, na terceira colocação no quesito drenagem de recursos, o que de certa forma é relevante, uma

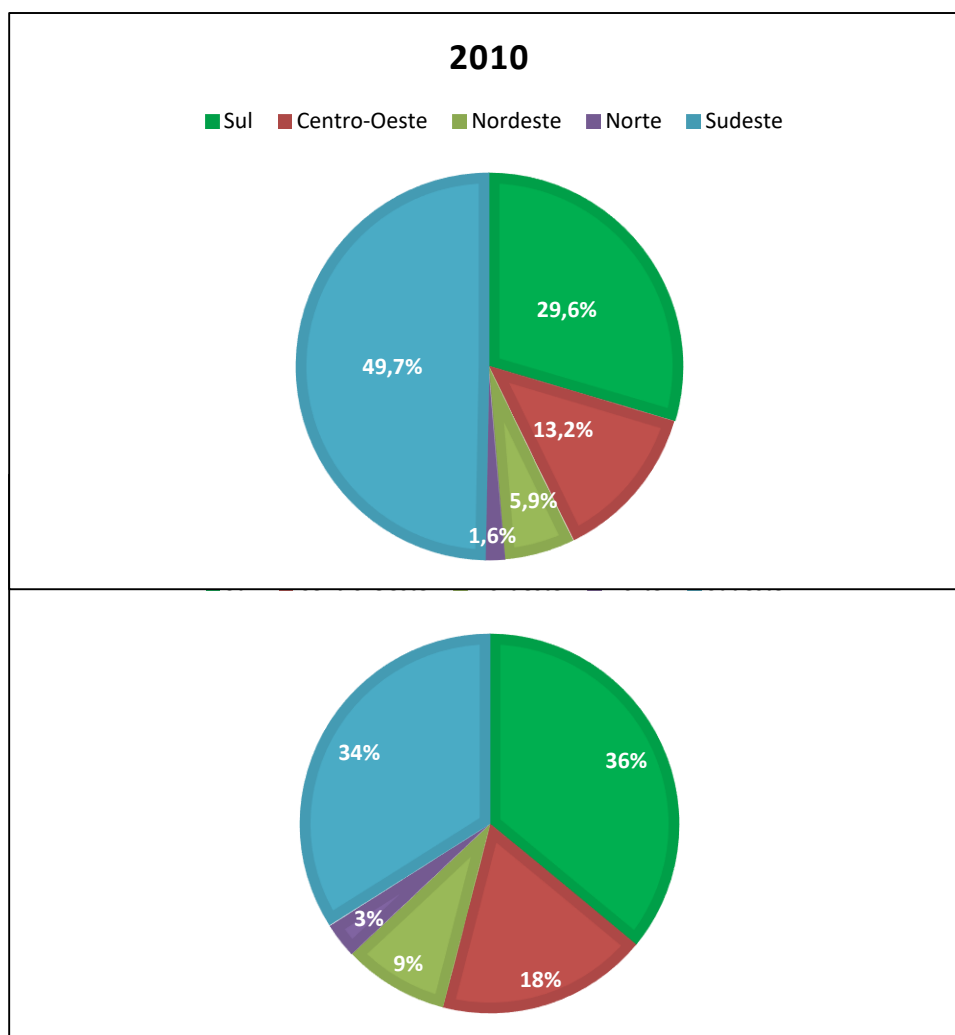
vez que possuímos ao todo 27 unidades federativas. Acompanhando a tendência geral de crescimento dos investimentos, se compararmos esse período de 30 anos retratados na tabela, o Paraná recebeu um grande montante de capital que triplicou em 2015.

Em contrapartida, os estados do Norte e Nordeste apresentam pouca representatividade na questão de drenagem dos recursos do BNDES. O destaque dessas regiões são os estados da Bahia e Pará, que receberam quantidades generosas de investimento a partir de 2015, se comparado a 2000. Sobre esse elemento, partimos do princípio que trata-se de investimentos direcionados ao complexo agroindustrial em ambos os estados, que tiveram um salto produtivo considerável nesse setor.

Em relação ao capital do BNDES direcionado para o setor agroindustrial, os gráficos abaixo apontam a espacialização desses investimentos entre as regiões do Brasil, com relevância para o ano de 2012 em que a região Sul ultrapassa o Sudeste na captação de recursos para esse setor.

Gráfico 04 – Desembolsos para o setor agroindustrial por região do Brasil





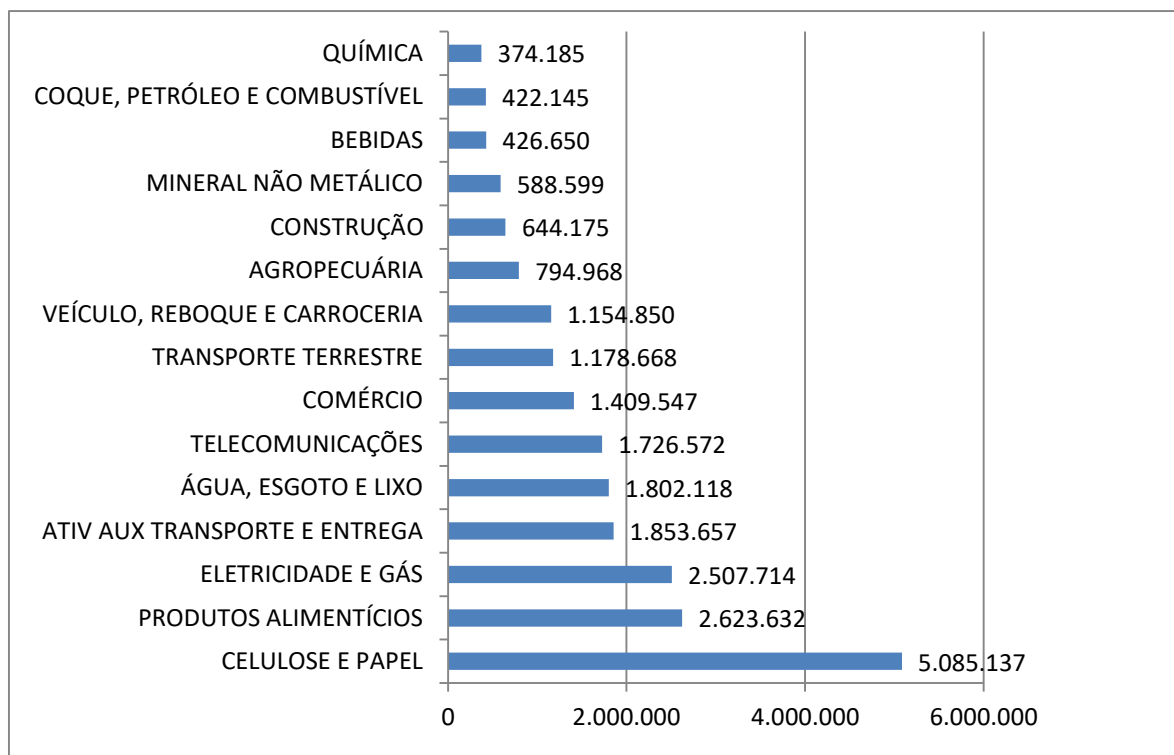
Fonte: Jesus Júnior et al (2007), Jesus Júnior et al (2011), Amaral et al (2013)

Através destes gráficos podemos ver uma elevação na participação do Nordeste no fluxo de capital do BNDES para o setor agroindustrial, e maior participação do Centro-Oeste. Com o aumento dos desembolsos para essas regiões, o sudeste perdeu em participação no montante total de recursos, e foi ultrapassado pelo Sul em 2012. Devido a maturação dos investimentos concentrados durante os anos 2000, como podemos observar nos dados de 2006 e 2010, o Sudeste recebeu menos recursos do BNDES para o seu setor agroindustrial, e em contrapartida, alavancou o seguimento agroalimentar (BNDES, 2017), a região Sul captou a maior parte do capital desta instituição financeira, conforme apontam os dados de 2012

Pela característica do capital em buscar os espaços que apresentem condições para a sua reprodução ampliada, podemos considerar que o Paraná possui determinados atributos atrativos para o capital, que por seu próprio movimento de reprodução possibilita a abertura de outros novos canais de investimento. O gráfico

05 destaca os desembolsos do BNDES por setor da economia, com o intuito de dar uma visão geral dos investimentos desta instituição financeira no Brasil.

Gráfico 05 – Desembolso (milhões) do BNDES por setor da economia do PR – (2002 – 2016)



Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Nesses valores acumulados, entre 2002 e 2016, dos investimentos do BNDES, através de operações indiretas e diretas não automáticas¹⁹, nos diversos setores da economia paranaense, podemos ver que o setor da produção de Celulose e Papel é que está na ponta no quesito drenagem de capital.

O mais interessante, ainda, é que se trata de operações de crédito somente para a empresa Klabin S/A, uma grande empresa do ramo de papel e celulose que possui várias unidades industriais no Brasil, 17 no total, e uma localizada na Argentina. Essas unidades industriais implantadas no Brasil estão localizadas em oito estados diferentes, sendo as do estado do Paraná localizadas nas cidades de Rio Negro, Ortigueira e Telêmaco Borba.

¹⁹ Operações diretas são aquelas que são solicitadas diretamente para o BNDES, com financiamentos acima de 20 milhões de reais. Já as operações indiretas são solicitadas junto as instituições financeiras credenciadas pelo BNDES, e estas assumem os riscos do financiamento. As operações podem ocorrer na modalidade automática, em que não é necessário passar pela avaliação prévia do BNDES, e quem executa são as instituições credenciadas, com valores de até 20 milhões de reais. Já a modalidade não automática é realizada encaminhada uma consulta prévia para o BNDES e é esse que autoriza ou não a operação, que deve ser superior a 20 milhões de reais.

Tabela 18 – Operações financeiras entre o BNDES e a Klabin S/A em suas unidades industriais no Paraná

Ano	Descrição do projeto	Valor
2006	Aumentar a capacidade produtiva da unidade de Monte Alegre, de 680.000 para 1.100.000 Toneladas/Ano de papéis/cartões.	R\$ 1.651.440.083
2012	Instalação de caldeira de biomassa na unidade Correia Pintos/SC e redução de custos variáveis na Unidade de Monte Alegre	R\$ 63.465.000
2014	Implantação de uma nova fábrica para produção de celulose de mercado.	R\$ 3.370.232.000

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

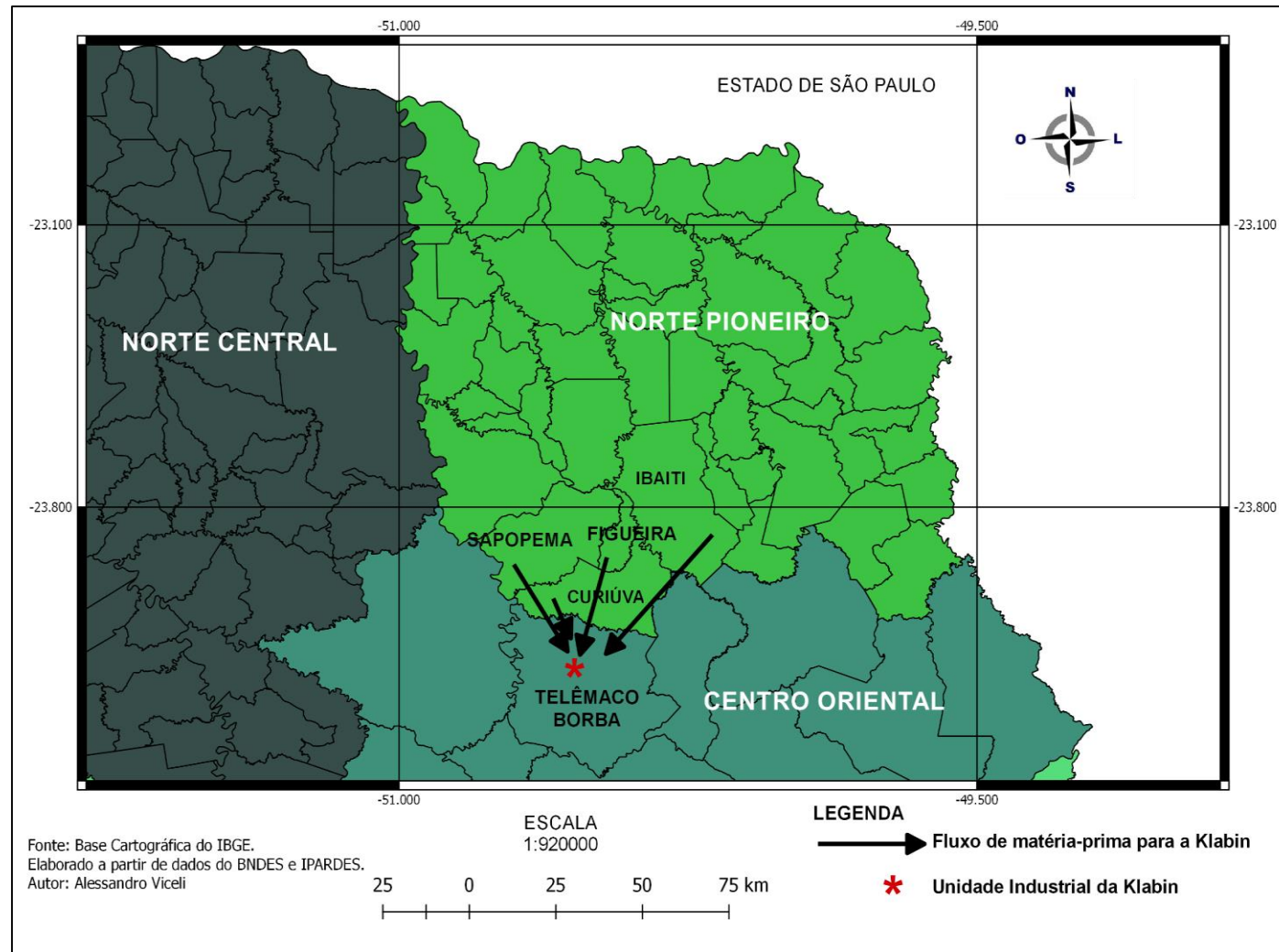
A unidade de Monte Alegre, apontada na Tabela 18, refere-se à unidade industrial de produção de papel de fibra virgem, localizada no Município de Telêmaco Borba. Por ser uma unidade próxima aos municípios do Norte Pioneiro acreditamos que há uma relação bastante estreita com vários produtores de eucaliptos e pinos de Curiúva, Figueira, Ibaiti e Sapopema. Conforme podemos observar na tabela 19, dentre os 46 municípios da Mesorregião Norte Pioneiro, há determinada produção de matéria prima para a fabricação de papel e celulose nestes municípios. Desta forma, o raio de obtenção de matéria-prima da unidade industrial da Klabin em Telêmaco Borba abrange esses municípios, justamente pela proximidade espacial, característica essencial das empresas desse ramo.

Tabela 19 – Produção de madeira para papel e celulose e seu respectivo valor de alguns municípios do Norte Pioneiro

Município		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Curiúva	Prod. Silvicultura - Madeira para Papel e Celulose/Quantidade Produzida (m3)	66.840	290.000	300.000	300.010	275.000	287.816	320.400	355.500	240.576	225.790	492.552
	Prod. Silvicultura - Madeira para Papel e Celulose/Valor da Produção (R\$ 1.000,00)	4.659	12.754	13.200	13.080	12.405	17.240	24.853	24.601	16.827	16.883	24.527
Ibaiti	Prod. Silvicultura - Madeira para Papel e Celulose/Quantidade Produzida (m3)	-	-	-	-	32.000	40.000	40.000	-	-	-	-
	Prod. Silvicultura - Madeira para Papel e Celulose - Valor da Produção (R\$ 1.000,00)	-	-	-	-	1.444	1.955	1.400	-	-	-	-
Figueira	Prod. Silvicultura - Madeira para Papel e Celulose/Quantidade Produzida (m3)	4.320	-	-	-	-	-	1.900	2.000	2.000	2.600	-
	Prod. Silvicultura - Madeira para Papel e Celulose/Valor da Produção (R\$ 1.000,00)	301	-	-	-	-	-	68	150	120	182	-
Sapopema	Prod. Silvicultura - Madeira para Papel e Celulose/Quantidade Produzida (m3)	-	-	-	338	-	-	-	1.060	22.800	12.527	17.120
	Prod. Silvicultura - Madeira para Papel e Celulose/Valor da Produção (R\$ 1.000,00)	-	-	-	22	-	-	-	73	1.424	859	642

Fonte: Organizado a partir do IBGE e IPARDES (2017)

Mapa 05 – Localização da Unidade Industrial da Klabin



O grande destaque da produção madeireira do Norte Pioneiro é o município de Curiúva, que faz divisa com Telêmaco Borba e é assim um importante fornecedor de matéria-prima para a Klabin. Podemos ver que foi a partir do investimento para o aumento da produção da unidade desta empresa em Telêmaco Borba, que a atividade madeireira em Curiúva teve um salto de produção de em torno de 180% se compararmos os anos de 2005 e 2007. Já outros municípios como Sapopema, Figueira e Ibaiti, passam a investir nesse ramo também a partir da ampliação da capacidade de processamento da Klabin, principalmente, após o ano de 2009. Por outro lado, o município de Congonhinhas mantém uma produção silvícola constante, o que pode estar relacionada a produtores tradicionais dessa cultura e uma relação próxima à referida empresa.

É relevante apontarmos essa dinâmica produtiva silvícola no Norte Pioneiro, justamente para demonstrar como o capital aplicado na ampliação de uma planta industrial em outra Mesorregião do estado, possibilita a alteração na estrutura produtiva de uma área localizada nos arredores de onde investiu-se o fluxo de capital. A verdade é que esse capital gera a necessidade de novos fluxos de investimento, na medida em que, para o plantio de uma determinada quantidade de pinos ou eucalipto, é necessário o aporte financeiro para empreender nessa cultura, buscando atender a demanda por essa matéria-prima.

Isso altera a dinâmica espacial dessas áreas produtoras de madeira para fabricação de papel e celulose, pois novos espaços passam a ser incorporados para alavancar toda a estrutura produtiva da madeira, culminando na alocação de um número determinado de trabalhadores para se dedicar ao aumento da cultura silvícola, fator este que altera as relações de produção da localidade.

Outro destaque na proporção de desembolsos do BNDES no estado do Paraná fica por conta do setor de produtos alimentícios. O montante de capital investido neste setor gira entorno de 2,6 bilhões de reais. Isso, conseqüentemente, gera um impacto social e econômico bastante forte e expansivo, uma vez que tem a capacidade de mobilizar os demais setores da economia, principalmente aqueles relacionados à matéria prima de origem agropecuária.

É importante também destacarmos que boa parte da produção agroindustrial se encontra acoplada à produção de alimentos e por isso podemos considerar que a agroindústria ocupa, em termos relativos, a primeira e segunda colocação no quadro geral de investimentos do BNDES na economia paranaense, no que tange a

investimentos de grande montante de capital, representados pelas operações diretas e indiretas não automáticas.

De acordo com os levantamentos realizados na base de dados do BNDES, no que concerne ao setor agropecuário, apontado no gráfico 04, identificamos que os mesmos, em sua grande maioria, são direcionados para investimentos que visam à ampliação da capacidade produtiva e armazenamento de diversas plantas industriais, vinculadas ao processamento de matérias-primas de origem agropecuária. Em menor número, esse capital é aplicado em atividades de reflorestamento para indústrias madeireiras e até mesmo para a renovação de canaviais de usinas de açúcar e álcool.

De qualquer forma, esse capital oriundo do BNDES é incorporado ao setor agroindustrial paranaense, fazendo com que outras relações de produção passem a se estabelecer. É a partir desse capital que outros setores da economia paranaense são acionados, pois a atual formatação do modo de produção capitalista não permite que uma atividade seja colocada em prática sem que haja inter-relação com os demais setores. O capital se materializa no espaço de muitas formas, apresentando-se como novas plantas industriais, implantação de plataformas logísticas, infraestrutura, armazéns, incorporação de novos sistemas de produção agrícola, dentre outros.

O espaço é o teatro de fluxos com diferentes conteúdos, intensidade e orientações. O espaço total é formado por todos esses fluxos e por todos esses objetos existentes. Estes são intermediários, formando redes desiguais e de características diversas, que se supõem, emaranhadas em diferentes escalas e níveis e se prolongam umas às outras, desembocando em magmas resistentes à “resificação”. O todo constitui o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações – em uma palavra, o espaço geográfico (SANTOS, 1999, p.14)

O capital possibilita a continuidade desses fluxos e a organização dos objetos no espaço. Isso o torna tangível ao olhar científico através da premissa de que a sua materialização se estabelece imprescindivelmente no centro da relação natureza – sociedade.

2.4 O comportamento espacial do crédito agrícola e dos recursos do BNDES no Norte Pioneiro

Por ser um elemento chave dentro do processo de estruturação da produção agroindustrial, a produção agrícola deve ser compreendida em sua totalidade. Sabemos que desde a década de 1960 a agricultura brasileira encontra-se, em maior parte, integrada ao sistema financeiro, que por sua vez é regido principalmente pelos bancos. A formatação do sistema de crédito rural brasileiro veio ao longo dos anos passando por várias reestruturações, pois o mesmo possui proximidade com a plataforma política dos governos nacionais. Houve momentos em que o fluxo de capital para o setor foi abundante, como nas décadas de 60 e 70, e em outros momentos de maior retenção dos incentivos públicos, os já citados anos 80 e 90.

No entanto, o ponto em comum durante esses momentos de oscilação é a presença do capital na agricultura. Não há como se propor a analisar a agricultura brasileira sem levar em consideração o aporte de capitais. Mesmo durante os anos em que o crédito rural público se tornou escasso, o próprio sistema se manteve ativo porque novas formas de obtenção de capital foram colocadas em prática. Isso de fato era a base financeira da agricultura solidificada, pois a partir disso o capital demonstrou a sua capacidade volátil e aptidão para se reproduzir em novos espaços.

Por isso, neste item do trabalho nos propomos a discutir a vinculação do crédito rural na agricultura do Norte Pioneiro, focando nos diversos cenários construídos a partir dos anos 2000, não deixando, é claro, de intermediar com os panoramas nacionais e estaduais, tanto na questão da dinâmica do capital quanto da estrutura produtiva agrícola.

A princípio é importante destacarmos o montante de capital vinculado às operações de crédito rural no Brasil. Sabemos que essas operações estão ligadas às agências bancárias de várias instituições financeiras, sendo elas públicas ou privadas. Atualmente, até mesmo as empresas do ramo agroindustrial passaram a ofertar serviços financeiros para os seus fornecedores de matéria-prima, atuando, desta forma, como agentes facilitadores de operações financeiras de crédito. Consequentemente, todos esses novos canais de obtenção de crédito agrícola, provocaram um aumento do número de operações no referido setor.

Tabela 20 – Crédito rural – Evolução dos recursos financeiros no Brasil – valores nominais e constantes

Ano	Valor Nominal (R\$)	Valor constante em Dez/2015 (R\$)*	Variação anual
1998	11.605.092.430	48.395.618.518	0,7%
1999	12.117.750.306	44.617.786.466	-7,8%
2000	14.859.670.236	48.344.529.970	8,4%
2001	18.932.212.591	55.959.911.190	15,8%
2002	23.342.304.859	60.094.349.508	7,4%
2003	31.789.086.491	67.840.093.376	12,9%
2004	42.091.723.846	81.281.958.668	19,8%
2005	43.112.253.042	79.618.051.664	-2,0%
2006	45.460.929.273	82.281.967.444	3,3%
2007	52.721.122.770	90.616.598.284	10,1%
2008	66.124.542.991	102.116.085.590	12,7%
2009	74.092.061.640	113.165.621.250	10,8%
2010	82.370.703.507	118.385.373.029	4,6%
2011	93.562.896.889	124.305.184.961	5,0%
2012	114.412.825.309	142.799.689.457	14,9%
2013	139.679.362.890	164.832.936.608	15,4%
2014	164.576.585.795	184.842.877.785	12,1%
2015	154.140.654.725	161.293.866.415	-12,7%

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop).

1995 a 2012: Registro Comum de Operações Rurais (Recor).

2013 em diante: Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

* Atualização pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), mensalmente, até dezembro de 2015.

A maior variação anual do volume de crédito rural a nível nacional, foi registrada no ano de 2004 com a marca de 19,8%, num valor constante de R\$ 81.281.958.668,00, com presença maior dos bancos privados neste momento. No entanto, com a elevação da taxa de juros real chegando a 16%a.a. em 2005, a variação anual do volume de crédito rural caiu para -2%.

Porém, é relevante apontarmos a queda do volume de crédito rural no ano de 2015, chegando a uma variação anual de -15,7%. Provavelmente, isto está relacionado ao cenário de crise conjuntural que se estabeleceu no Brasil, e isto reflete na alocação de recursos para direcioná-los ao sistema de crédito rural, com forte influência também na queda do preço das commodities, aprofundada nos últimos anos. De fato, essa queda do fluxo de crédito foi repassada para outros estados da federação, pois conforme consta na tabela 11, o Paraná ainda manteve ascensão no

aporte de capitais para a produção agropecuária, como poderá ser observado nas tabelas logo abaixo

A tabela 20 demonstra a porcentagem da espacialização do crédito rural entre as mesorregiões do Paraná, o que traz subsídios para a reflexão a respeito da posição do Norte Pioneiro frente a dinâmica de fluxos de capitais para o setor agropecuário.

Tabela 21 - Participação das Mesorregiões do Paraná no total de crédito rural – (%)

Mesorregiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte Pioneiro Paranaense	6,5	6,1	5,0	4,7	5,4	5,0	5,5	5,0	4,2	4,4	4,6	4,6	4,7	4,8	4,5	4,1	4,5
Centro Occidental Paranaense	18,2	17,7	18,1	16,0	16,7	15,9	13,2	14,1	15,7	13,1	12,6	13,9	12,4	12,8	12,6	14,2	10,8
Centro Oriental Paranaense	8,9	7,3	7,7	8,4	7,6	8,9	8,0	6,8	7,2	7,2	8,4	8,0	8,6	8,2	9,7	9,4	10,2
Centro-Sul Paranaense	6,1	7,8	6,7	6,9	6,5	6,5	6,1	6,3	6,5	5,9	5,8	6,8	6,9	7,5	7,0	6,1	6,9
Metropolitana de Curitiba	3,2	2,7	3,3	3,1	2,7	3,2	3,8	3,3	3,6	4,4	5,7	4,8	4,6	5,2	5,5	4,5	3,6
Noroeste Paranaense	5,2	5,1	5,4	5,7	5,5	5,5	6,8	7,7	6,9	7,0	7,6	7,5	7,9	6,6	6,2	5,0	5,5
Norte Central Paranaense	16,1	17,0	18,1	19,4	19,8	19,6	19,2	20,0	19,4	19,8	18,1	18,1	18,4	18,9	18,2	17,1	17,9
Oeste Paranaense	22,9	23,2	23,0	21,2	22,7	22,0	23,6	25,1	24,1	26,1	25,1	23,9	24,0	23,5	23,5	27,2	27,1
Sudeste Paranaense	3,4	3,9	3,8	5,0	4,5	4,5	4,7	3,8	4,2	4,1	4,0	3,5	3,4	3,3	3,4	3,1	3,3
Sudoeste Paranaense	9,5	9,3	8,8	9,6	8,6	8,7	9,1	7,9	8,3	7,9	8,1	8,9	9,1	9,2	9,3	9,4	10,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Organizado pelo autor a partir de IPARDES (2017) e BACEN (2017)

Através da tabela acima é possível observar que o Norte Pioneiro perdeu participação no total de crédito rural, se compararmos o intervalo entre 2000 e 2016. É importante destacarmos que desde o ano de 2007 a participação desta região no montante de crédito não chega a representar nem 5% do total do Estado. Nota-se que o Norte Pioneiro, durante o ano de 2000, com participação de 6,5%, ficava na frente das regiões Centro-Sul, Noroeste e Metropolitana de Curitiba, e, no entanto, durante os anos seguintes a mesma foi ultrapassada por essas regiões. O maior fluxo de crédito rural fica para a região Oeste do Estado durante todo o período destacado, sendo acompanhada na sequência pelo Norte Central, que por sua vez apresentou nos últimos anos efetivos números de produção agrícola, principalmente da cadeia produtiva dos grãos, o que justifica, em partes, o referido fluxo de capital.

Tabela 22 – Total de crédito rural para o Estado do Paraná e Mesorregião Norte Pioneiro (NP)

	Agricultura (R\$)	Pecuária (R\$)	Total NP (R\$)	% NP no PR	Total Paraná (R\$)
2000	125.058.848,89	14.863.341,92	139.922.190,81	6,5	2.144.735.121,73
2001	144.411.123,72	29.677.969,55	174.089.093,27	6,1	2.854.306.253,36
2002	158.252.550,8	28.116.035,27	186.368.586,07	5,0	3.713.073.137,03
2003	209.368.707,22	37.979.810,43	247.348.517,65	4,7	5.240.390.645,44
2004	322.768.472,49	44.398.152,63	367.166.625,12	5,4	6.853.169.523,13
2005	287.368.135,28	51.580.832,22	338.948.967,50	5,0	6.740.985.248,28
2006	275.826.481,87	58.047.044,39	333.873.526,26	5,5	6.118.301.586,86
2007	304.495.844,63	82.161.423,23	386.657.267,86	5,0	7.767.487.300,00
2008	383.850.232,43	87.412.170,99	471.262.403,42	4,2	11.173.658.219,01
2009	404.609.556,85	116.223.132,94	520.832.689,79	4,4	11.771.198.599,69
2010	416.571.598,6	136.664.935,78	553.236.534,38	4,6	11.999.089.938,47
2011	447.210.173,12	195.087.908,69	642.298.081,81	4,6	13.856.253.938,31
2012	558.342.640,33	246.682.047,62	805.024.687,95	4,7	17.252.866.948,48
2013	759.877.352,21	308.544.312,35	1.068.421.664,56	4,8	22.193.849.116,48
2014	848.616.539,33	348.938.526,51	1.197.555.065,84	4,5	26.332.734.865,66
2015	837.406.409,59	293.028.576,17	1.130.434.985,76	4,1	27.398.765.706,97
2016	846.243.116,55	489.251.965,28	1.335.495.081,83	4,5	28.179.757.127,50
Total	7.330.277.783,91	2.568.658.185,97	9.898.935.969,88	-----	211.590.623.276,40

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BACEN (2017)

De forma geral, podemos ver que os investimentos públicos na forma de crédito rural tiveram uma trajetória ascendente tanto no Estado do Paraná quanto no Norte

Pioneiro. Isso de certa forma acompanha o crescimento dos investimentos no setor a partir do cenário nacional, que possuiu o referido perfil, principalmente a partir dos anos 2000, depois de uma variação anual negativa de -7,8% registrada em 1999, conforme podemos observar na tabela 20.

A explicação para isso se deve à ampliação da demanda por produtos do setor, no nível nacional e internacional. “Considerando a situação dos mercados, tanto interno quanto o externo, o setor agropecuário logrou aumentar a oferta dos seus produtos de forma a atender o novo contingente de consumidores domésticos que entraram no mercado (BELIK, 2015, p.8)”. E sendo o Paraná um estado com uma estrutura produtiva consolidada foi natural esse nível ascendente no fluxo de investimentos.

Também é importante considerarmos a própria relação comercial entre o Brasil e a China, uma vez que esse país se tornou um importante catalizador das exportações brasileiras, principalmente de produtos vinculados as cadeias produtivas do agronegócio, especialmente de carnes e grãos, em que o Paraná possui papel de destaque. E desta forma, qualquer alteração nas dinâmicas comerciais entre o Brasil e a China, afeta diretamente na estrutura de crédito rural do Paraná e consequentemente das mesorregiões que pertencem a ele, pois há um elo estreito entre a financeirização da produção e a própria dinâmica da demanda. Portanto, essa crescente no fluxo de crédito rural se deve em grande parte, a esse movimento de elevação das exportações para o mercado chinês.

Se compararmos o ano de 2000 com o de 2016 houve um intenso crescimento no volume de crédito rural tanto para o Paraná, de modo geral, quanto para o Norte Pioneiro. No entanto, apesar da elevação do fluxo de crédito rural para essa região, a mesma perdeu participação no total de crédito Estadual, conforme já destacamos anteriormente.

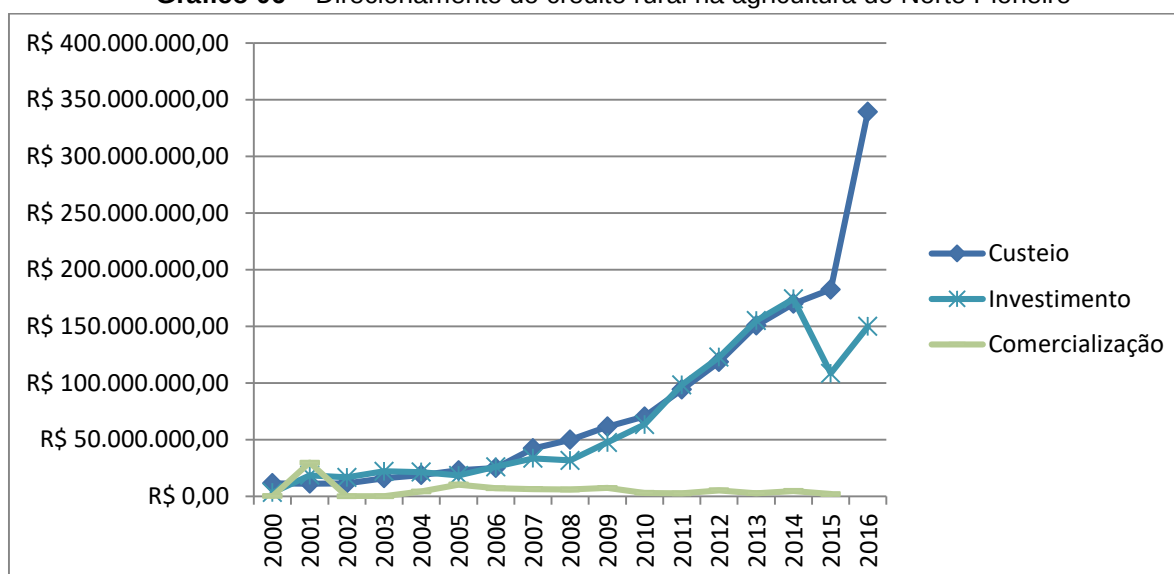
Ao compararmos os fluxos de capital entre a agricultura e a pecuária, podemos ver que o Norte Pioneiro acompanha a tendência produtiva do restante do estado, que é representada por uma larga vantagem nos investimentos direcionados à agricultura. Neste quesito, sabemos que os elementos que influenciam tal dinâmica estão presentes tanto na esfera econômica – social, quanto na esfera natural. De certa forma, as estruturas produtivas ligadas à atividade pecuária possuem uma lógica diferente da agricultura, e isto, consequentemente, influencia nos níveis de capital necessários para a efetivação da atividade. Existem ramos da pecuária que

demandam mais capital num determinado período, mas depois se acentuam com o tempo.

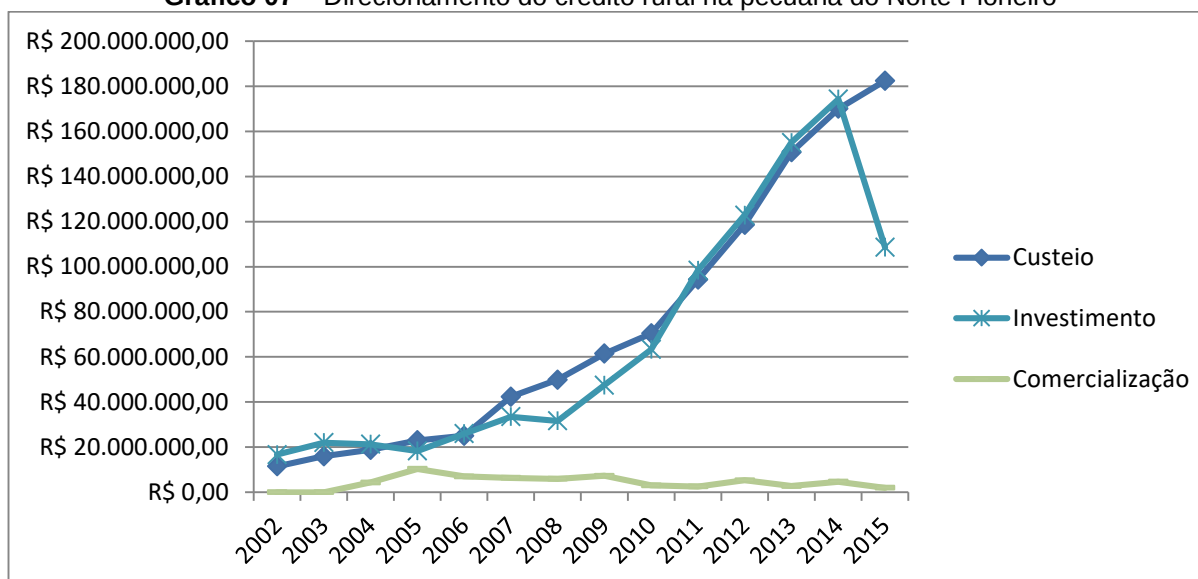
A implantação de um determinado ramo da pecuária depende de elementos naturais como o relevo, vegetação e solo, e também da própria formação sócio-espacial da localidade. Como foi destacado no capítulo I, o Norte Pioneiro por um determinado período de tempo foi um grande produtor de suínos, justamente pela proximidade com o frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva e também pela abundante produção de milho. No entanto, com a decadência da atividade durante os anos 40, esses elementos dessa atividade foram gradativamente substituídos por outros diferentes ramos produtivos agrícolas. No entanto, atualmente, o Norte Pioneiro começa a elevar a sua produção de suínos, o que justifica a existência de dois frigoríficos desse ramo produtivo.

No que tange ao volume de crédito rural para a pecuária da região, ressaltamos que a mesma possui especificidades produtivas em várias localidades, que influenciam no fluxo de capital a esse ramo. Sobre isso, estaremos discutindo logo em seguida. É imprescindível, também, apontarmos como está direcionado o fluxo de capital dentro da agricultura e da pecuária, pois de certa forma, isto nos dará a dimensão de como estão sendo aplicados esses recursos. Para ilustrar essa relação os gráficos 06 e 07 demonstram exatamente como esses recursos foram dirigidos.

Gráfico 06 – Direcionamento do crédito rural na agricultura do Norte Pioneiro



Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e BACEN (2017)

Gráfico 07 – Direcionamento do crédito rural na pecuária do Norte Pioneiro

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e BACEN (2017)

De acordo com os gráficos 06 e 07 podemos ver nitidamente que o fluxo de capital direcionado à comercialização, em ambos os ramos produtivos, possuem baixos níveis. No que concerne ao custeio, esse se demonstra como o principal direcionamento do crédito no Norte Pioneiro, o que de certa forma está relacionada com a própria estrutura produtiva da agricultura e da pecuária, em cujo ciclo produtivo necessita de um capital de giro de altos volumes.

No entanto, é interessante notarmos que, durante o período de 2011 a 2014, o montante de capital direcionado ao Norte Pioneiro apresentou um quadro de equilíbrio quando comparamos o custeio e os investimentos, ambos apresentam uma trajetória ascendente.

Apenas em 2015 ocorre uma abrupta queda no fluxo de capital para investimentos, sendo este um nítido reflexo da inflexão de capitais direcionados aos setores produtivos da economia brasileira, pois num cenário de retenção de capitais, os fluxos voltados para o custeio da produção é que devem ser mantidos, em detrimento das demais aplicações.

Portanto, esses gráficos demonstram que, entre 2011 e 2014 a região estudada seguiu um ritmo acelerado de modificações em sua estrutura produtiva agropecuária, pois o capital voltado para investimento acaba dinamizando e mantendo durante um determinado período a plataforma tecnológica da localidade, vindo a resultar em um aumento da produção do setor primário. Isso tende a afetar a cadeia produtiva agroindustrial da região, uma vez que a oferta de matéria prima se expande,

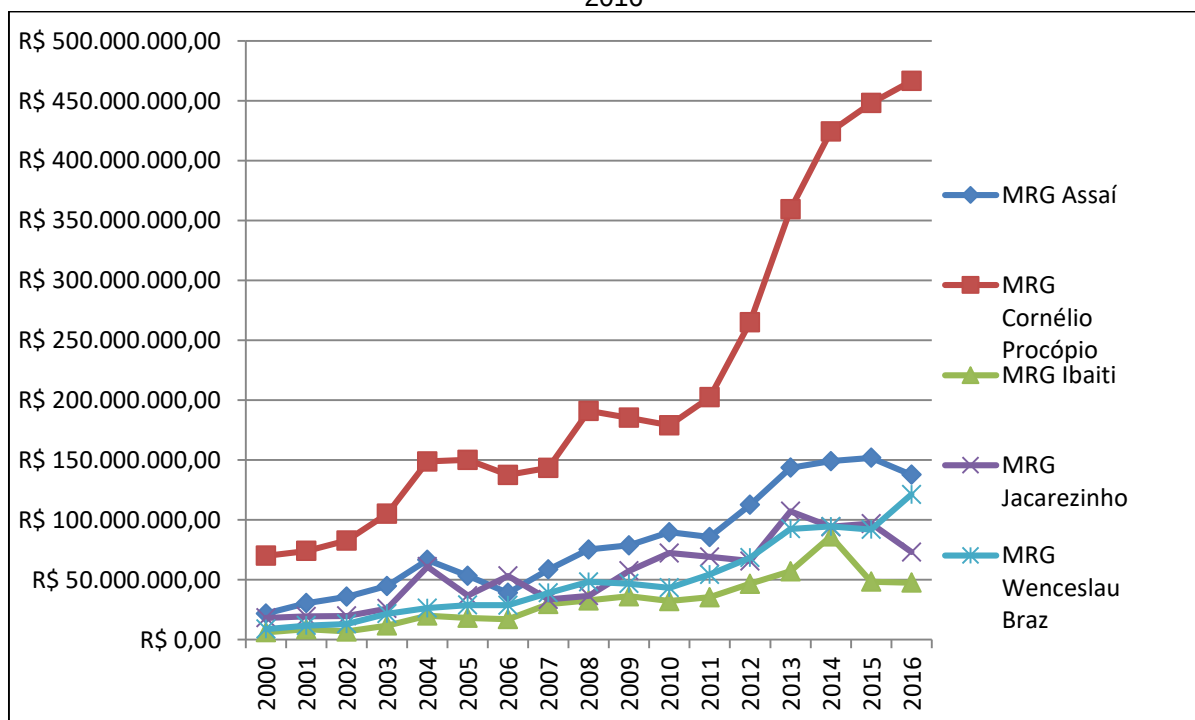
possibilitando a ampliação da capacidade de processamento das agroindústrias, gerando impactos tanto econômicos quanto sociais.

Apesar de estabelecido o recorte espacial na Mesorregião Norte Pioneira, é sabido que, dentro desta mesma região, existem determinadas especificidades produtivas, vinculadas a duas diferentes formações sócio-espaciais, que influenciam na alocação de fluxos de capitais de crédito. Dentro dessas especificidades produtivas há dois fatores bastante importantes, sendo eles a estrutura fundiária e a referente ocupação do solo rural.

É por intermédio desses dois vieses que são dimensionados os fluxos de capital. No que se refere à estrutura fundiária, quanto maior a propriedade, maior é o poder de negociação e alocação de capital. Anexo a isso, se estabelece a atividade agropecuária a se proceder em determinados espaços e de acordo com as dimensões territoriais das propriedades.

A partir dessas especificidades locais, optamos por demonstrar como esses recursos são destinados para cada Microrregião pertencente à Mesorregião Norte Pioneira. Desta forma, os dados serão vinculados as Microrregiões (MR) de Assaí, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Ibaiti e Wenceslau Braz, num período de tempo que irá de 2000 a 2016, exatamente como exposto nos gráficos e tabelas anteriores.

Gráfico 08 – Fluxo de crédito rural para a agricultura nas Microrregiões do Norte Pioneiro – 2000 a 2016



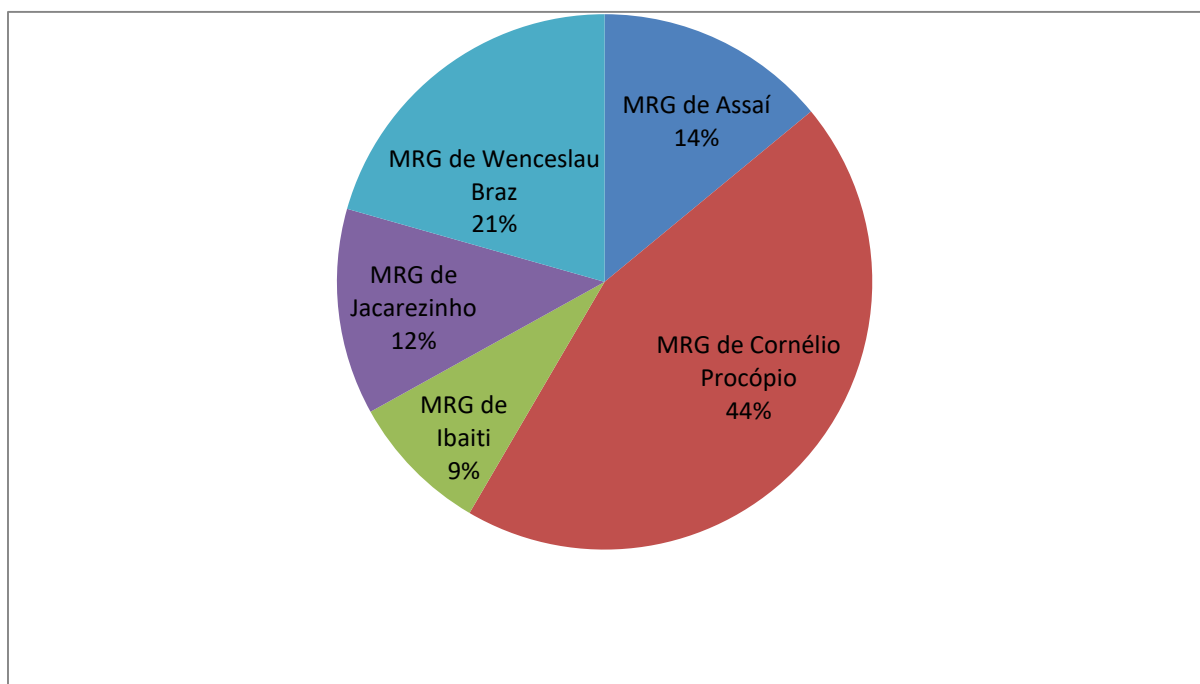
Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e BACEN (2017)

A princípio, ao focarmos no fluxo de capital de crédito destinado a atividades voltadas para a agricultura, podemos ver que a MRG de Cornélio Procópio possui o maior volume de capital quando comparamos com as demais microrregiões do Norte Pioneiro. Tal quadro, se apresenta desde o início do período mencionado, em que a diferença frente às outras microrregiões só vai aumentando conforme os anos passam. No entanto, se observarmos o gráfico 09, vemos que a mesma MRG de Cornélio Procópio não alcança a mesma colocação no quesito aporte de capitais de crédito para a pecuária, ficando abaixo de outras duas microrregiões.

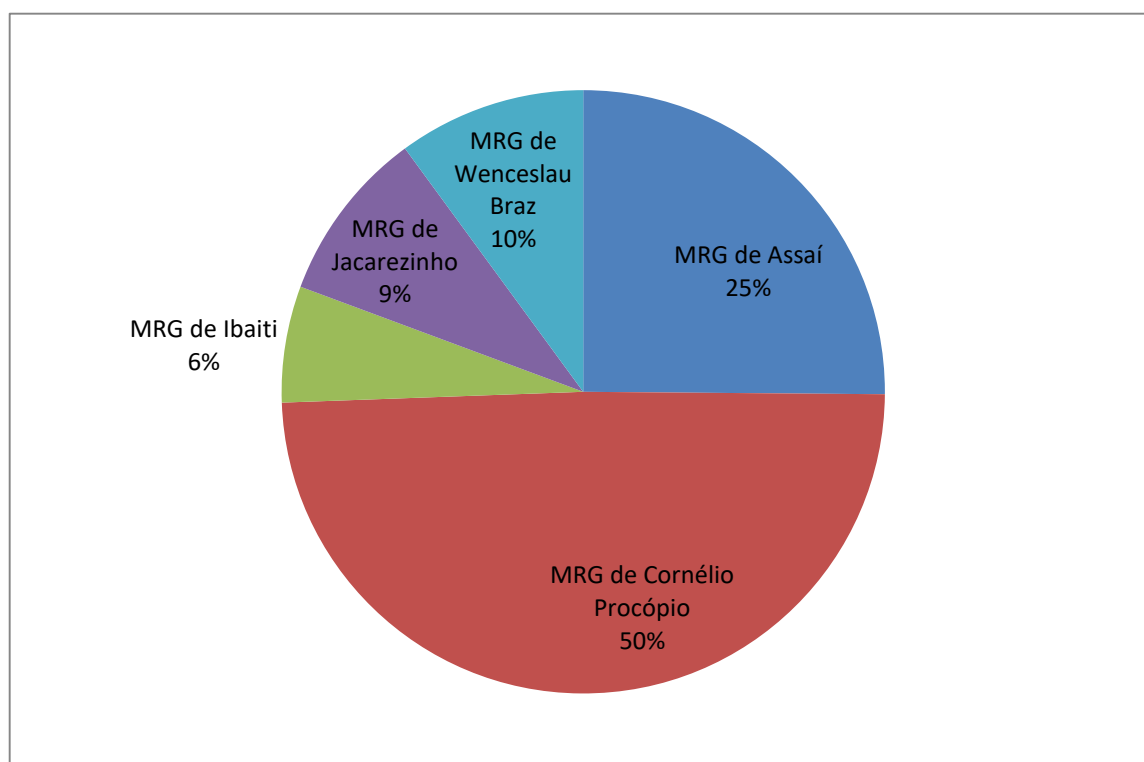
Isto demonstra como a referida microrregião possui uma estrutura produtiva voltada fortemente para as atividades do ramo agrícola, sendo o maior destaque entre elas, a produção de milho e soja, conforme podemos observar nos gráficos 10 e 11, logo abaixo. É notável que essa região, cuja primeira ocupação agrícola em larga escala se deu a partir da produção de café, foi alterando a sua estrutura produtiva, vindo a se estabelecer como uma grande produtora desses dois grãos, que possuem um peso no que se refere ao agronegócio brasileiro.

Essa dinâmica do fluxo de capitais e da estrutura produtiva voltada para a agricultura estão relacionados com a formação sócio-espacial que engloba essa Microrregião de Cornélio Procópio. Pelo fato dessa formação social ter sido estruturada a partir de pequenas e médias propriedades, que se dedicavam a produção de café, juntamente com a menor idade dos pés de café²⁰, fez com que o processo de substituição da cultura cafeeira para outras culturas agrícolas ocorresse de forma mais intensa. E dentro desse processo de inserção de novas culturas agrícolas, estava o milho e depois a soja, que por sua vez acabaram se desenvolvendo de maneira efetiva nesses espaços, principalmente a partir dos anos 1970 e se consolidando nas décadas posteriores.

²⁰ Os pés de cafés mais novos possuem uma maior produtividade se comparado aos cafezais com mais idade. Desta forma, nas Microrregiões de Cornélio Procópio e de Assaí grande parte dos cafezais foram erradicados durante os anos 60 e deram lugar a outras culturas agrícolas, principalmente o milho, soja e algodão.

Gráfico 9 - Percentual da produção de milho no Norte Pioneiro - (2000 a 2015)

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

Gráfico 10 - Percentual da produção de soja no Norte Pioneiro - (2000 a 2015)

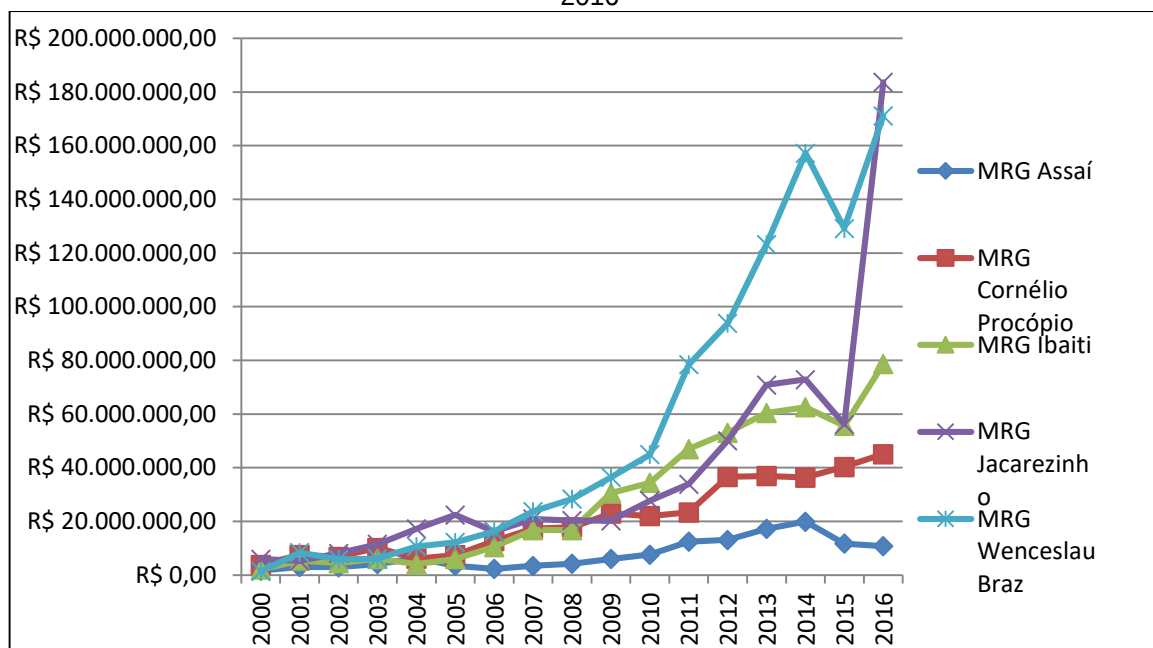
Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

Os fatores naturais também influenciaram nessa espacialização da produção de soja e milho no Norte Pioneiro. A MRG de Cornélio Procópio está localizada na unidade estrutural do Terceiro Planalto Paranaense, que é caracterizado por um relevo bastante regular, levemente ondulado, possuindo extensas áreas de terrenos planos. Isto, certamente, é um elemento preponderante para o desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas, uma vez que o relevo possibilita uma mecanização tanto do o plantio quanto da colheita, o que, de certa forma, aumenta a produtividade e a lucratividade, atraindo cada vez mais produtores para a atividade. Toda essa dinâmica, influencia no aporte de capitais para essa parte do território do Norte Pioneiro, pois tanto a soja quanto o milho são atividades agrícolas que necessitam de intensos fluxos de capital para o seu ciclo produtivo, fato esse que justifica a posição da MRG de Cornélio Procópio frente às demais microrregiões.

Num segundo plano, a MRG de Assaí ocupa a segunda colocação no aporte de capitais destinados para a agricultura, o que, de certa forma, está relacionado à sua posição regional no que se refere à produção de soja, conforme podemos observar no gráfico 10, cuja mesma possui o percentual de 25% da produção de soja do Norte Pioneiro. É importante ressaltarmos que a Microrregião de Assaí pertence a mesma formação sócio-espacial da Microrregião de Cornélio Procópio, ou seja, possui as mesmas características de desenvolvimento das forças produtivas e de relações de produção, que por sua vez refletem nessa dinâmica do fluxo de capital de crédito para a agricultura no período mencionado.

Ainda nesse ramo produtivo, há um equilíbrio entre as demais microrregiões, durante o intervalo de tempo abordado, ou seja, as estruturas produtivas agrícolas encontram-se no mesmo nível.

Gráfico 11 – Fluxo de crédito rural para a pecuária nas Microrregiões do Norte Pioneiro – 2000 a 2016



Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e BACEN (2017)

No que se refere ao fluxo de capital para as atividades produtivas do ramo pecuário, é possível observar que há uma total inversão de direcionamento desse capital entre as Microrregiões do Norte Pioneiro, uma vez que a MRG de Cornélio Procopio e de Assaí drenaram menos capitais para essas atividades.

Tal perfil do crédito rural para a pecuária também se estabelece a partir de elementos presentes na formação sócio-espacial da parte leste do Norte Pioneiro, em que fazem parte as Microrregiões de Wenceslau Braz, Ibaiti e Jacarezinho. Assim como já destacamos anteriormente, a formação sócio-espacial na qual estão inseridas essas Microrregiões, se estabeleceu a partir de grandes propriedades produtoras de café, que através do movimento de erradicação dos pés de café e da baixa rentabilidade dessa atividade agrícola, durante os anos 1960, passaram a substituir os cafezais por cana-de-açúcar, milho e um destaque maior para pastagens. Desta forma, esses latifúndios voltados para a criação de gado se consolidaram no decorrer das décadas, e ainda hoje estão inseridos dentro das relações de produção, dificultando o desenvolvimento e reestruturação das forças produtivas da parte leste do Norte Pioneiro. Desta forma constitui-se um quadro de dinamicidade produtiva agrícola com grandes diferenças para com a parte oeste dessa região.

Apesar desse elemento estrutural destacado acima, podemos ver que há um equilíbrio estabelecido entre essas microrregiões, principalmente no período de 2000

a 2006. Mas a partir de 2007 a MRG de Wenceslau Braz assume uma posição de principal receptora de capital para as atividades pecuárias, sustentada até o ano de 2015, quando a partir daí é ultrapassada pela MRG de Jacarezinho. Essa expansão do fluxo de crédito para a MRG de Wenceslau Braz está relacionada à ampliação da atividade avícola nessa área para fornecer frangos para o abate na empresa Frangos Pioneiro. Por outro lado, essa elevação de capitais para fins pecuários na MRG de Jacarezinho, passando de 56.187.762,63 em 2015 para 183.640.554,62 no ano de 2016, pode estar associada à pretensão de fortalecer esse ramo produtivo nessa microrregião, abrangendo tanto a pecuária leiteira quanto a de corte.

As demais microrregiões apresentam um quadro bastante homogêneo nessa questão de fluxos de capital para a pecuária e agricultura. Isso nos faz crer que, espacialmente, ambos os ramos se encontram em equilíbrio nessas microrregiões, o que de certa forma está vinculado a própria formação sócio-espacial dessas localidades que, ao longo dos anos, foi mesclando as atividades agropecuárias, obedecendo os limites impostos pela estrutura natural desses espaços e o contexto econômico e social vigente. É imprescindível notarmos que a microrregião de Ibaiti não ocupa uma posição de destaque regional, ou seja, ela sempre se mantém em segundo plano, o que é reflexo da própria diversificação produtiva que a caracterizou.

Em relação ao capital advindo do BNDES incorporado nas estruturas produtivas agroindustriais do Norte Pioneiro, destacaremos, a princípio, a posição dessa região frente as demais do Estado do Paraná. Desta forma, a tabela 23 traduz como o capital vinculado ao BNDES FINAME se especializou neste Estado.

Tabela 23 – Desembolsos do BNDES FINAME entre as Mesorregiões do Estado do Paraná –
(Valores totais do período de 2013 a 2017)

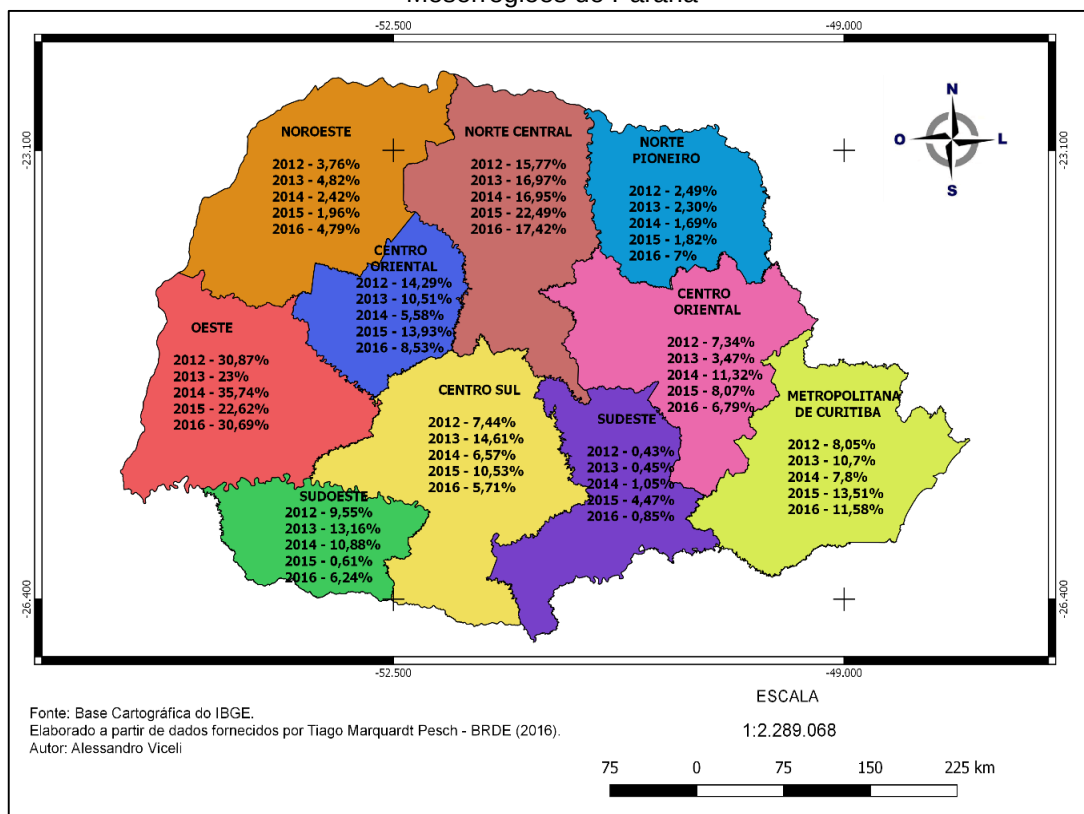
Mesorregião	Valor total	% na participação do total dos desembolsos do PR
Metropolitana Curitiba	507.919.010,00	2,65
Norte Pioneiro	744.116.251,45	3,89
Sudeste	802.119.135,13	4,19
Noroeste	887.128.776,11	4,63
Centro Sul	1.832.054.990,26	9,57
Centro oriental	1.943.856.828,09	10,15
Centro ocidental	2.141.695.422,51	11,19
Sudoeste	2.298.313.439,17	12
Norte central	2.785.836.682,55	14,55
Oeste	5.204.204.966,42	27,18
Total	19.147.245.501,69	100

Fonte: BACEN (2017). Elaborado pelo autor.

Novamente, assim como demonstrado na tabela de espacialização do crédito rural no Estado do Paraná, as Mesorregiões Oeste e Norte Central são as que mais recebem recursos do BNDES na linha FINAME. Há uma forte influência nessas regiões, incluindo o Sudoeste paranaense, de grandes cooperativas agroindustriais como a COAMO, COPAVEL, LAR, C Vale, COCAMAR, que proporcionam intensa dinâmica de investimentos no setor agroindustrial nesses espaços.

Em relação ao Norte Pioneiro, podemos ver que essa região ocupa a penúltima colocação frente as demais regiões do Paraná no fluxo de investimentos a partir do BNDES FINAME. Esses dados se relacionam com a dinâmica do fluxo de crédito rural para essa região, em que essa é uma das que menos recebe recursos desse seguimento. Esse quadro de baixa participação no montante de capital investido no setor agroindustrial, quando considerado o nível Estadual, também se repete quando abordamos os investimentos que o BRDE fez nos diversos seguimentos do setor agropecuário no Norte Pioneiro, conforme podemos observar no mapa 06, que demonstra a participação de cada região no total de contratações dessa instituição financeira.

Mapa 06 – Porcentagem de contratações para o setor agropecuário realizadas pelo BRDE entre as Mesorregiões do Paraná



O BRDE atua com repasse de recursos do BNDES, junto com aportes de capital de captação própria. Desta forma, a espacialização das contratações para o setor agropecuário paranaense realizadas pelo BRDE, acabam reforçando as colocações anteriores relacionadas à posição do Norte Pioneiro dentro dessa dinâmica de fluxo de capital no Estado do Paraná. Através desse mapa, podemos perceber que a atuação do BRDE no Norte Pioneiro não é tão intensa quanto nas demais regiões do Paraná e o domínio no número de contratações é a região Oeste, mesma colocação na participação dos fluxos de capitais destacados anteriormente.

Conforme informações do Gerente de operações adjunto do BRDE de Curitiba²¹, essa instituição financeira atua no Norte Pioneiro através de alguns agentes, que realizam a intermediação de alguns investimentos diretamente com o produtor rural, principalmente no seguimento da produção de frangos de corte. É importante ressaltar que, conforme informações do referido gerente, neste seguimento avícola, a Frangos Pioneiro é uma empresa conveniada com o BRDE e desta forma busca meios para captar recursos para os produtores de frangos, fornecedores dessa matéria-prima para a empresa.

Outro destaque da atuação do BRDE na região, foi a participação direta nos investimentos destinados à implantação da unidade de processamento de milho da Cooperativa Integrada, no município de Andirá no Norte Pioneiro, inaugurada em 2015, que contou com a importante atuação desse banco para a viabilização de capitais junto ao BNDES. Em relação aos aportes de capital do BNDES para as agroindústrias do Norte Pioneiro, a tabela 23 demonstrará o direcionamento dos investimentos.

²¹ Entrevista realizada no BRDE em Curitiba, em julho de 2016.

Tabela 24 – Total de capital do BNDES por seguimento agroindustrial no Norte Pioneiro – (Total dos anos de 2000 a 2016)

Agroindústria	Total investido (R\$)
Torrefação e moagem de café / Café solúvel	93.085.943,76
Processamento de Milho	89.482.123,00
Produção de açúcar e álcool	61.346.915,96
Abate de aves	50.760.579,59
Laticínios	5.979.714,00
Alhos e conservas	525.000,00
Abate de suínos	513.950,00

Fonte: BNDES (2017). Elaborado pelo autor.

Podemos ver, através desta tabela, que a atividade agroindustrial do café, durante o período destacado, foi a que mais recebeu capitais do BNDES. Ressaltamos que a maior parte do fluxo de capitais foi direcionado para a Cia Iguaçu de café solúvel no município de Cornélio Procópio, e os demais investimentos foram incorporados em agroindústrias de torrefação e moagem, cujo destaque maior é o Grupo Dois Irmãos, localizado em Santo Antônio da Platina.

Isto demonstra que a cadeia produtiva do café ainda possui importância para o Norte Pioneiro o que, de fato, é reflexo da formação social e econômica da região, que por sua estrutura principal a partir das atividades cafeeiras.

Da mesma forma, o milho e a cana-de-açúcar também estiveram presentes na dinâmica produtiva desta região desde as primeiras décadas do século XX, isso consequentemente, influenciou na criação de canais de investimento, agregando produção agrícola e atividades agroindustriais. Em relação aos frigoríficos de frango, estes se estabeleceram efetivamente na região durante a década de 1980 através de capital local e nacional. É a partir dos anos 2000 que há grandes investimentos nesse seguimento agroindustrial, principalmente nas unidades produtivas do Grupo Pioneiro em Joaquim Távora.

Os demais seguimentos agroindustriais apresentam relevância regional, mas com menor intensidade, em relação às outras atividades agroindustriais destacadas. Somente a empresa Laticínios Carolina, comprada pela multinacional General Mills no ano de 2015, se destaca no setor de laticínios. Sendo assim, no próximo capítulo buscaremos detalhar a dinâmica espacial das agroindústrias das cadeias produtivas mais relevantes do Norte Pioneiro e destacar as vinculações do capital do BNDES nessa dinâmica produtiva.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL DAS AGROINDÚSTRIAS DO NORTE PIONEIRO E AS VINCULAÇÕES COM O CAPITAL DO BNDES

Neste item nos pautaremos em abordar o comportamento espacial das agroindústrias na região de estudo, destacando seus respectivos fluxos de capital oriundos do BNDES e, conseqüentemente, buscando compreender como se dá o processo de aproximação desse capital com a dinâmica agropecuária do Norte Pioneiro e seus possíveis desencadeamentos espaciais.

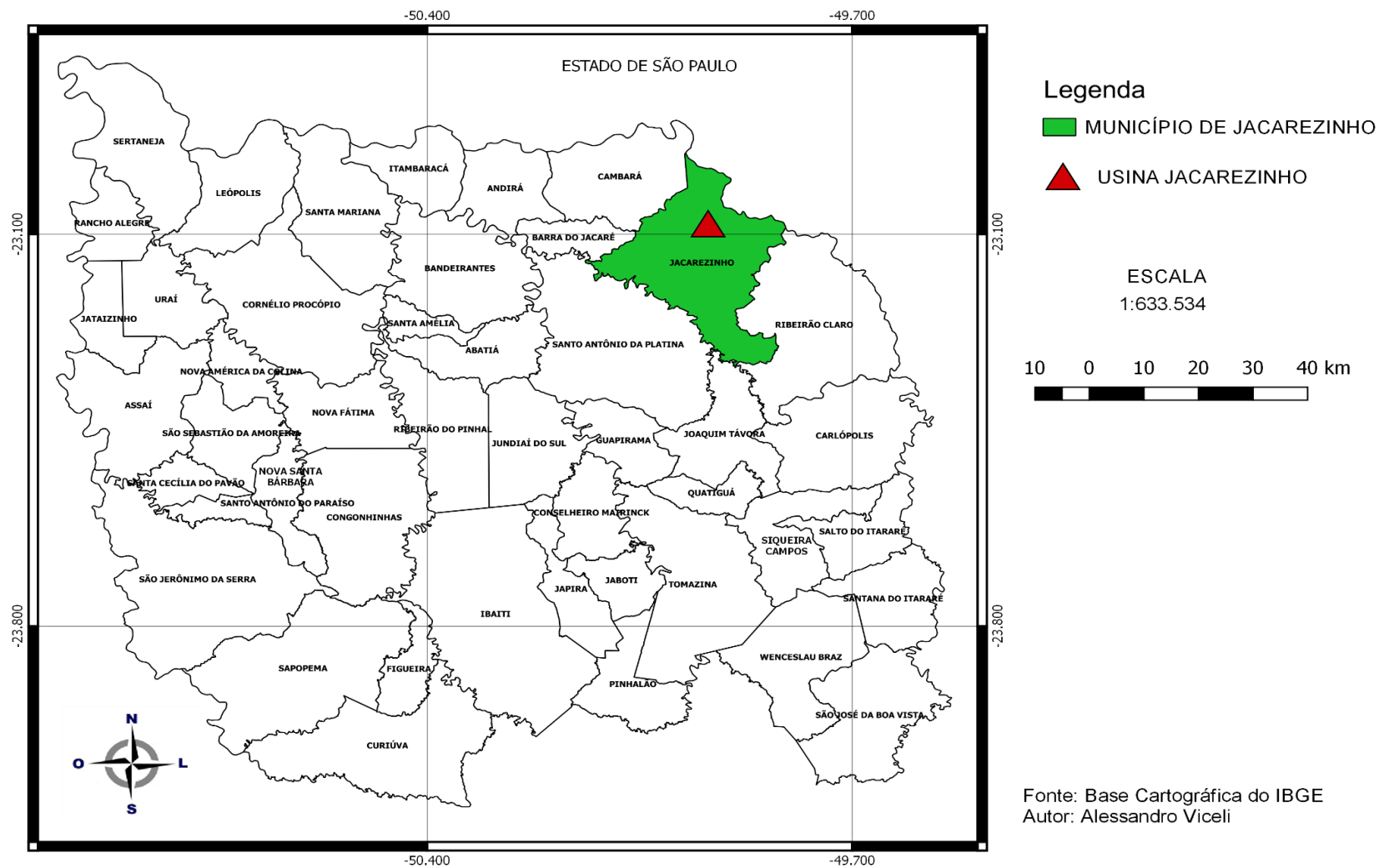
Estruturaremos a exposição da análise tendo como base os ramos produtivos agroindustriais em empresas que estabeleceram vínculo financeiro com o BNDES. Diante disso, os ramos serão abordados consecutivamente e, havendo conexão com os demais, faremos interlocução para que a proposta analítica contemple os processos em sua totalidade.

3.1 Cadeia produtiva de açúcar e álcool

Primeiramente, abordaremos o movimento produtivo do setor da produção de açúcar e álcool do Norte Pioneiro, cuja base de análise é a Usina Jacarezinho, controlada pelo Grupo Maringá, localizada no município de Jacarezinho, fundada no ano de 1948 através da junção societária de um grupo de famílias local, que optaram por investir seu capital nesse ramo. Como já mencionado no capítulo I, a produção de cana-de-açúcar, na região de estudo, começou a se estabelecer a partir da década de 1940, num cenário em que a produção de café estava gradativamente deixando de ser atrativa para diversos produtores.

Assim, vários deles optaram por se dedicarem a produção dessa matéria prima. Aproveitando a estrutura herdada pelas fazendas de café, a dinâmica da produção de açúcar foi se tornando cada vez mais presente no Norte Pioneiro. Diante disso, em diversas partes da região passaram a surgir usinas para a produção de açúcar, que com a aplicação durante os anos 1970 do PRÓALCOOL, passaram a produzir também o etanol. Cabe ressaltar que, neste período, houve intensos investimentos no melhoramento dessas usinas, justamente para efetivar o novo programa de energia do governo federal.

Mapa 07 – Localização do município de Jacarezinho onde está instalada a Usina Jacarezinho



De fato, conforme informações levantadas em campo²², a referida agroindústria passou por diversas transformações em sua estrutura produtiva ao longo dos anos, o que possibilitou uma posição de destaque regional na produção de açúcar e álcool. Atualmente, a planta industrial da Usina Jacarezinho é capaz de processar 300.000 toneladas de cana-de-açúcar por mês, chegando a um total de 2.400.000 toneladas durante uma safra. De acordo com o gerente financeiro e administrativo desta empresa, anteriormente essa capacidade produtiva girava entorno de 1.700.000 toneladas de cana processada durante o período de safra. É por intermédio dessa informação que podemos constatar que houve uma crescente evolução na estrutura de processamento da matéria-prima desta usina.

Para ilustrar esse processo de ampliação da capacidade produtiva e sua respectiva estruturação na plataforma industrial, a tabela 25 expõe o fluxo de capital do BNDES direcionado para a Usina Jacarezinho a partir de 2003.

Tabela 25 – Operações de crédito (R\$) do BNDES para a Usina Jacarezinho – (2007 – 2015)

Ano	Produto	Valor	Instituição
2007	BNDES FINAME LEASING	1.896.000,00	SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
2009	BNDES AUTOMÁTICO	3.224.080,00	ITAU UNIBANCO S.A.
2012	BNDES FINAME	8.734.700,00	BANCO DO BRASIL SA
2013	BNDES FINAME	5.477.400,00	BANCO J SAFRA S/A, BANCO DO BRASIL SA
2014	BNDES FINAME	3.606.480,00	BANCO DO BRASIL AS, BANCO J SAFRA S/A, BANCO ABC BRASIL S.A.
Total		22.938.660,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Podemos notar que a maior parte das linhas de financiamento do BNDES acessadas pela Usina Jacarezinho, se direcionaram para o FINAME, com a função de ser aplicado na compra de máquinas e equipamentos. Desta forma, essa agroindústria conseguiu ampliar e modernizar gradativamente a sua estrutura produtiva. De fato,

²² Entrevista realizada no dia 29/03/2017 com o Gerente financeiro e administrativo da Usina Jacarezinho e da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho.

são investimentos bastante elevados, chegando a quase 23 milhões de reais durante esse período.

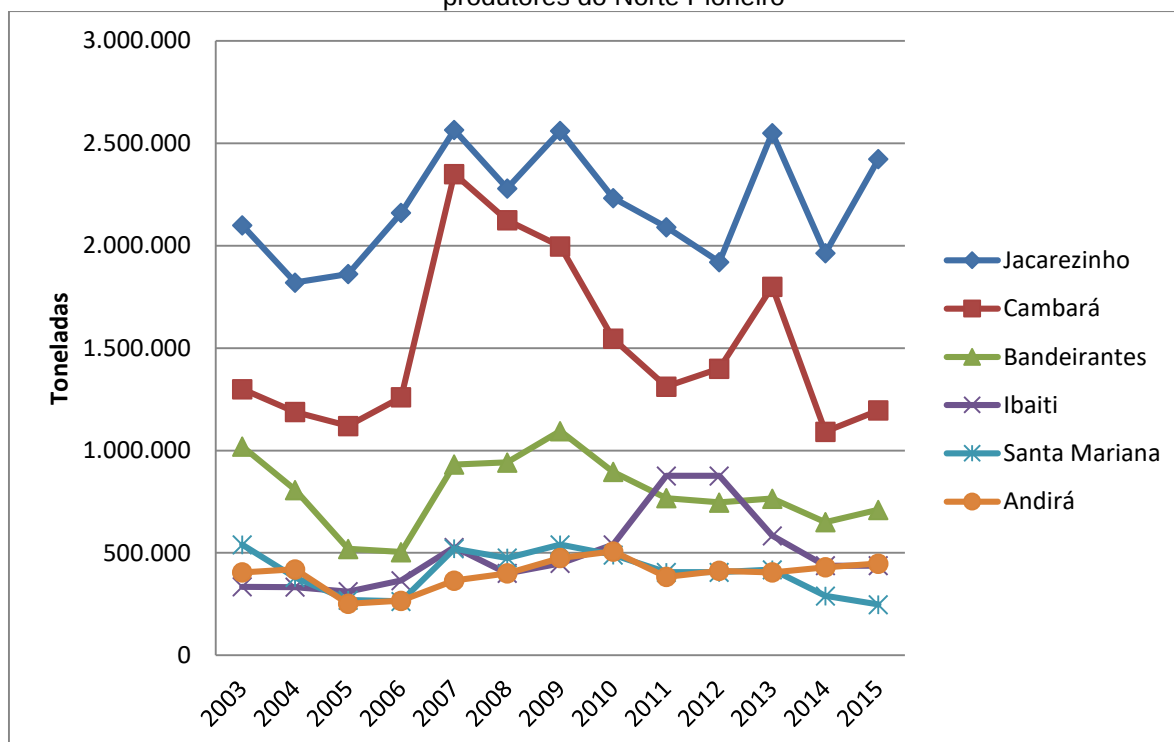
Segundo informação obtida junto ao referido gerente, foi justamente em 2015 que implantou-se na empresa um equipamento de última geração, destinado para a produção de etanol anidro, que possibilitou a expansão na capacidade produtiva da planta industrial.

Ainda de acordo com este gerente, no que concerne à obtenção da matéria prima para a produção, a usina opta por estabelecer um raio de abrangência de 100 km. Ao extrapolar esse limite, a margem de lucro dessa agroindústria passa a ser ainda mais reduzida. Desta forma, processam a cana-de-açúcar oriunda dos municípios de Jacarezinho, Cambará, Santo Antônio da Platina, Barra do Jacaré, Bandeirantes, todos pertencentes à Mesorregião Norte Pioneiro, e também dos municípios paulistas de Ourinhos e Palmital.

É interessante frisar que, o Grupo Maringá, também possui o controle acionário da Companhia Canavieira de Jacarezinho que é responsável pela produção de 50% da cana-de-açúcar produzida para a moagem na Usina Jacarezinho, agregando uma área de 12.000 hectares em terras da própria companhia e de arrendamento em outras propriedades do entorno.

O gráfico 12 aponta a quantidade de cana-de-açúcar produzida pelos principais municípios produtores do Norte Pioneiro, cujo recorte temporal se estabelece a partir do ano de 2003.

Gráfico 12 – Quantidade (toneladas) de cana-de-açúcar produzida pelos principais municípios produtores do Norte Pioneiro



Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

O município de Jacarezinho possui uma predominância na produção de cana-de-açúcar dentro do Norte Pioneiro, representando uma porcentagem de 27% da produção dessa região, durante os período mencionado. Por esse fato, aliado ao fato da região ser a terceira maior produtora desse ramo agrícola no Paraná, o município de Jacarezinho se posiciona também como um destaque estadual no ramo da produção de cana-de-açúcar.

Isso por sua vez, influencia na dinâmica produtiva das agroindústrias processadoras dessa matéria-prima, pois isso assegura, para aquelas que fazem investimentos na sua estrutura produtiva, uma manutenção constante do nível de cana-de-açúcar e do produto resultante do processo industrial. Os financiamentos destinados a tornar ainda mais eficaz o aproveitamento da matéria-prima demonstram o quanto a Usina Jacarezinho está preocupada em otimizar os seus ganhos, dentro de uma determinada faixa de taxa de lucro, o que, consequentemente, estabelece um cenário regional de confiança para aqueles que produzem a cana-de-açúcar, mantendo-os dentro da cadeia produtiva.

Os produtores de cana-de-açúcar que fornecem essa matéria-prima para a Usina Jacarezinho são pequenos, médios e grandes produtores agrícolas. No que

concerne aos pequenos produtores, é interessante e lucrativo para a usina se essas propriedades estiverem localizados próximos à planta industrial, uma vez que a quantidade de cana é reduzida e, sendo assim, não é viável economicamente para a empresa se essas pequenas propriedades estiverem distantes. No caso das médias e grandes propriedades produtoras de cana, compensa para a Usina Jacarezinho recolher essa matéria-prima, mesmo estando mais longe da agroindústria, pois a grande quantidade do produto torna possível uma taxa de lucro atrativa.

Portanto, apesar dos investimentos na plataforma produtiva, a usina ainda se mantém limitada quanto à distância espacial da fonte de matéria-prima, pois são necessárias muitas toneladas de cana para extrair uma determinada quantidade do líquido que resultará na produção do açúcar e do etanol.

Visando otimizar os seus lucros, a Usina Jacarezinho investe bastante na modernização do processo de colheita, utilizando para isso recursos do BNDES, tornando-os em um capital direcionado para o aprimoramento dessa etapa produtiva. Isso traz consigo alguns impactos para a questão da mão-de-obra requisitada pela empresa, pois com a mecanização desse processo, inúmeros postos de trabalho deixam de existir. Mesmo assim, segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, a usina encontrava cada vez mais dificuldade de alocação de mão-de-obra suficiente para a colheita da cana, e isto de certa forma se tornava um entrave para a cadeia produtiva desta agroindústria.

Além disso, estes mesmos recursos do BNDES são direcionados para a produção da cana-de-açúcar dentro de propriedades rurais pertencentes a Companhia Canavieira Jacarezinho, também como uma forma de otimizar os lucros da usina. Sendo assim, esses capitais promovem a constante renovação dos canaviais com o claro intuito de manter a produtividade.

Esse capital do BNDES é também investido na expansão da planta industrial da Usina Jacarezinho e outros postos de trabalho são criados com isso. Atualmente a empresa emprega 470 funcionários na planta industrial, contando a parte administrativa, mais os 950 funcionários pertencentes a Companhia Canavieira Jacarezinho que, como já afirmamos, é a parte do grupo empresarial responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria-prima. Grande parte desses postos de trabalho são ocupados por pessoas do próprio município de Jacarezinho e também por pessoas residentes em Ourinhos – SP. Pelo fato da planta industrial situar-se afastada do núcleo urbano e os funcionários morarem em Ourinhos, a empresa possui alguns

ônibus que fazem o traslado dessas pessoas. Desta forma, fica claro que os empregos criados por esta agroindústria ultrapassam os limites territoriais tanto de Jacarezinho, quanto do Estado do Paraná.

O fato de Jacarezinho possuir a maior produção de cana-de-açúcar do Norte Pioneiro faz com que ela tenha a capacidade de fornecer grande parte da matéria prima que é processada na Usina Jacarezinho e também na Usina Dacalda, localizada no mesmo município. Sobre essa dinâmica, podemos ver que, entre os principais produtores de cana da região há sempre uma usina ou uma destilaria, pois em Cambará existe a Usina Casquel, em Bandeirantes a Usina Bandeirantes e em Ibaiti a Destilaria Clarion. Somente no município de Nova América da Colina, que não se encontra entre os principais produtores do ramo, é que está implantada a Destilaria Americana.

Isso demonstra como o setor sucroalcooleiro é bastante relevante no Norte Pioneiro do Paraná, o que, de certa forma, o integra de maneira bastante efetiva ao cinturão norte do estado, cujo espaço rural está organizado de modo a absorver a estrutura produtiva do referido setor. Essa relevância pode ser observada através da tabela 26, que demonstra a produção de cana-de-açúcar no estado do Paraná, onde a região de Jacarezinho é que congrega a maior parte da produção dessa matéria-prima no Norte Pioneiro, ocupa a 4ª posição a nível estadual.

Tabela 26 - Distribuição espacial da cana por regiões do Paraná – Safra 2012

Região produção	Área (ha)	Produção (t)	Produção região x Paraná %	Nº de usinas
Apucarana	17 000	1 428 000	2,7	1
Campo Mourão	22 000	1 870 000	3,6	2
Cornélio Procopio	39 000	3 315 000	6,3	2
Ivaiporã	13 405	1 072 400	2	1
Jacarezinho	61 576	5 541 840	10,6	3
Londrina	49 337	4 193 645	7,7	2
Maringá	104 000	8 320 000	15,9	5
Paranavaí	137 000	10 935 477	20,9	4
Umuarama	204 700	15 966 600	30	8
Subtotal	648 018	52 642 962	99,5	28
Outras regiões	5 005	260 469	0,5	-
Total Paraná	653 023	52 903 431	100	28*

Fonte: Organizado pelo autor a partir da Seab- Deral (2017). *São 470 no Brasil.

O gráfico 9 nos possibilita observar que há uma constante oscilação na produção de cana-de-açúcar, principalmente nos municípios de Jacarezinho, Cambará e Bandeirantes, justamente os que mais fornecem matéria prima para a Usina Jacarezinho. Apesar de Cambará produzir menos do que Jacarezinho, observamos que a dinâmica das oscilações é bastante semelhante, o que reflete na capacidade produtiva da usina em questão, que, mesmo com o capital aplicado em equipamentos de alta tecnologia, ainda se mantém nessa intensa dependência da dinâmica produtiva dos canaviais. E isso difere o setor sucroalcooleiro de boa parte dos outros setores agroindustriais, devido à necessidade de se buscar a matéria-prima mais próxima da usina, pois conforme destacou o gerente desta empresa, quanto maior a distância mais tempo leva para a cana-de-açúcar chegar na Usina e com isso ela vai perdendo as suas propriedades naturais, reduzindo o seu volume líquido a cada tonelada. Atualmente uma tonelada de cana-de-açúcar produz 900 litros de líquido.

As quedas nas produções de cana-de-açúcar se concentram nos anos de 2004 a 2005, 2010 a 2012 e respectivamente no ano de 2014. Sobre essas oscilações e as respectivas dinâmicas das agroindústrias desse setor, Zampieri (2012, p.1) faz a seguinte ponderação:

O setor sucroalcooleiro do Paraná em termos de industrialização de cana, embora com um crescimento modesto até 2000, experimentou uma grande expansão de 50% até 2004. Daí até 2007, outro salto de expansão de 54%, com uma oferta de cana moída de 40,3 milhões/t/ano. Pois bem, ainda de 2007 até 2008/09 cresceu apenas 13%. Portanto, vem enfrentando um forte período de estabilização até a safra de 2012, com a previsão de moagem de 43,2 milhões/t. Daí se depreende que o Paraná estacionou, em termos Médios (2007 a 2012), no volume de 43 milhões/t/cana/moída. Os motivos passam pela fase de euforia, maturação dos investimentos, rentabilidade, venda a multinacionais, clima e tutela à política de preços da gasolina, embora o grande boom proporcionado pelo preço favorável do açúcar via conjuntura internacional, devido a sérias restrições de clima na Índia, Tailândia e África do Sul, igualmente grandes produtores e comerciantes a nível mundial.

Assim como qualquer outro produto que está inserido no comércio, o açúcar e o etanol também são influenciados por diversas dinâmicas externas ao setor. A questão do clima, por exemplo, apresenta grande relevância nesta cadeia produtiva, uma vez que, na presença de elementos climáticos que desestabilizam a produção da cana-de-açúcar, toda a cadeia é afetada e neste caso o peso de investimentos de

capital na estrutura industrial da usina, não serve como parâmetro de solução para os desníveis causados pelo clima.

Como estratégia para manter-se ativa dentro do setor sucroalcooleiro a Usina Jacarezinho comercializa a sua produção através da COPERSUCAR (Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo), cuja relação está estabelecida desde 1968. É por intermédio dessa cooperativa que toda a produção dessa usina é comercializada, principalmente, para o mercado externo. Segundo informações levantadas em campo, essa relação se faz necessária justamente pelo melhor preço que essa cooperativa consegue no mercado externo, devido aos grandes lotes dos derivados da cana-de-açúcar, o que traz um maior poder de negociação frente aos compradores.

A COPERSUCAR congrega 35 Usinas, que estão localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás. Essa cooperativa possui uma extensa rede de armazenamento de açúcar e álcool em pontos estratégicos do interior do Estado de São Paulo, que é acrescida por uma estrutura logística multimodal operada pela Logum Logística S.A. Outro elemento bastante importante é que a cooperativa possui um corpo técnico que disponibiliza informações importantes sobre o mercado sucroalcooleiro, apresentando panoramas futuros e tendências do mercado, dando auxílio nas tomadas de decisões da Usina Jacarezinho sobre questões das safras futuras.

Essa relação com a COPERSUCAR dá maior segurança para o planejamento dessa agroindústria, o que possibilita traçar diretrizes rumo a novos investimentos na estrutura produtiva da usina. É neste sentido, de aporte de capitais, que a aproximação com o BNDES se faz importante, uma vez que esta instituição financeira é calcada em premissas de alavancar e expandir determinados setores da economia brasileira.

Por pertencer ao setor sucroenergético, que é um setor estratégico de extrema importância dentro da economia nacional, a Usina Jacarezinho canaliza os investimentos do BNDES com o intuito de alcançar um patamar produtivo que lhe permita manter um determinado nível da taxa de lucro e, com isso, materializa tais premissas de desenvolvimento econômico propostas por esta Instituição Financeira.

Se por um lado a comercialização de sua produção é um motivo de segurança para a Usina Jacarezinho, a obtenção de matéria é um lado da cadeia produtiva bastante propensa a alterações conforme mencionado acima, que por sua vez possui

outro agravante destacado pelo gerente desta usina, que é o fato do avanço de outras culturas agrícolas em espaços produtivos antes destinados a cultura da cana-de-açúcar. Segundo o mesmo, devido à cultura canavieira possuir um ciclo produtivo longo em comparação com o ciclo curto, principalmente da produção de grãos (especialmente milho e soja), há vários proprietários rurais passando a dedicar-se a estas culturas, uma vez que há a possibilidade de plantarem milho e soja dentro de um mesmo ciclo anual.

Através da tabela 27 poderemos observar como realmente a área colhida de soja e milho aumentaram consideravelmente e, em contrapartida, a área colhida de cana-de-açúcar diminuiu nos últimos dois anos.

Tabela 27 – Área colhida na MRG de Jacarezinho e Norte Pioneiro – Anos selecionados

Localidade	Área colhida (ha) - produto	2010	2011	2012	2013	2014	2015
MRG Jacarezinho	Cana-de-açúcar	50.515	49.365	47.996	52.470	48.550	47.550
	Milho	23.850	31.080	46.530	44.570	35.450	40.650
	Soja	37.625	40.700	38.920	40.000	49.600	52.900
Norte Pioneiro	Cana-de-açúcar	99.864	102.902	100.007	100.400	89.017	86.098
	Milho	208.650	227.504	337.891	337.898	279.630	267.360
	Soja	383.400	405.080	397.400	440.840	479.300	501.835

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

A MRG de Jacarezinho, maior produtora de cana-de-açúcar do Norte Pioneiro teve a sua área colhida ultrapassada pela da cultura da soja, exatamente como especificado pelo gerente da Usina Jacarezinho. No entanto, o milho ainda se coloca em uma posição secundária se compararmos com a soja e a cana-de-açúcar, com oscilação bastante grande. Para este grão foram ótimos os anos de 2012 e 2013 se levarmos em conta a produção ao nível de Norte Pioneiro e, nesse quesito de área plantada, o milho possui maior relevância que a cana-de-açúcar.

Consequentemente esse panorama de avanço da cultura de grãos vai afetando regionalmente toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, minando as premissas de ampliação da capacidade produtiva, por intermédio de obtenção de capital através de financiamentos.

3.2 Cadeia produtiva do milho

Em relação à produção de milho no Norte Pioneiro, houve sempre uma estrutura produtiva voltada para essa cultura, relacionada com a própria formação sócio-espacial dessa região, pois mesmo durante o ápice da produção de café, entre as suas fileiras havia a plantação de milho, com produção um pouco mais elevada destinada aos safristas criadores de porcos durante as primeiras décadas do século XX.

Podemos verificar que nos últimos anos, na questão de processamento do milho, para a produção de outros produtos, houve um salto bastante grande na região vinculada às plantas industriais da Cooperativa Integrada localizadas nas cidades de Andirá e Cambará.

Na unidade produtiva de processamento de milho desta Cooperativa em Andirá, pudemos levantar um leque de informações por intermédio da pesquisa de campo²³, cujos dados, nos foi passado pelo Gerente de Produção. Esta unidade de processamento de milho, localizada em Andirá, foi inaugurada em 25/06/2001, cuja estrutura foi implantada em um terreno no centro da cidade, especificamente para o processamento deste grão.

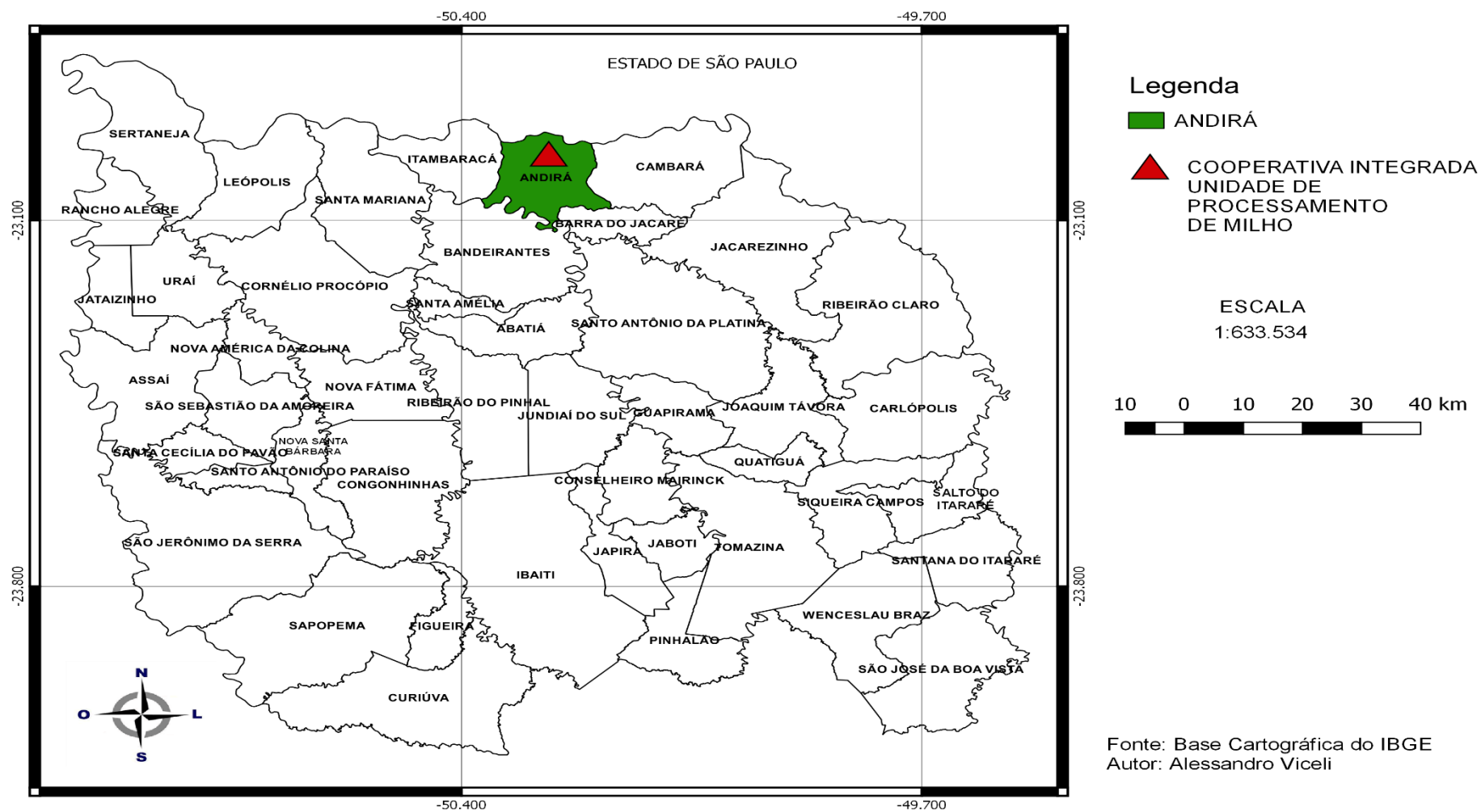
No entanto, conforme os anos foram passando, a produção de milho no Norte Pioneiro foi aumentando de patamar, aliado a novos nichos de mercado para os derivados desse grão. Com isso a Cooperativa Integrada, a partir de 2011, passou a traçar alguns estudos sob a viabilidade de se construir uma nova unidade produtiva em Andirá, que pudesse dar conta de toda essa demanda ascendente que passava a se estabelecer.

De acordo com o gerente da unidade, esses estudos proporcionaram à cooperativa estabelecer que, o caminho correto e viável economicamente, era a construção de uma nova planta industrial, pois a reforma da antiga estrutura produtiva ficaria inviável e não possibilitaria um aumento futuro da capacidade produtiva, em virtude da mesma estar localizada em área urbana cercada de outros prédios. Por isso, a decisão estratégica da cúpula administrativa e financeira da Cooperativa

²³ Pesquisa de Campo realizada na Cooperativa Integrada – Unidade Industrial de Andirá – Pr, realizada no dia 31/03/2017.

Integrada, foi de que a melhor saída era a construção de uma nova planta de processamento de milho.

Mapa 08 - Localização do município onde está instalada a Unidade Industrial de Processamento de milho da Cooperativa Integrada



Desta forma, conforme consta nas Tabelas 28 e 29, a empresa realizou empréstimos junto ao BNDES para efetivar a construção dessa nova planta na referida localidade.

Tabela 28 – Financiamentos da Cooperativa Integrada para a unidade industrial de Andirá – operações indiretas não automáticas

Descrição do Projeto	Data da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
RELOCALIZACAO COM AMPLIACAO DA UNIDADE INDUSTRIAL DE PROCESSAMENTO DE MILHO DA COOPERATIVA EM ANDIRA (PR). A INDÚSTRIA ATUAL TEM CAPACIDADE DE 165 MIL TON/ANO E A PROJETADA TERA CAPACIDADE DE 240 MIL TON/ANO.	27/12/2012	25.078.700,00	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
RELOCALIZACAO COM AMPLIACAO DA UNIDADE INDUSTRIAL DE PROCESSAMENTO DE MILHO DA COOPERATIVA EM ANDIRA (PR). A INDÚSTRIA ATUAL TEM CAPACIDADE DE 165 MIL TON/ANO E A PROJETADA TERA CAPACIDADE DE 240 MIL TON/ANO.	27/12/2012	14.403.423,00	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
TOTAL		R\$ 39.482.123,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Tabela 29 – Financiamentos da Cooperativa Integrada para a unidade industrial de Andirá – operações indiretas automáticas

Produto	Data da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	13/11/2013	466.020,00	BRDE
BNDES FINAME	13/11/2013	387.000,00	BRDE
BNDES FINAME	13/11/2013	270.000,00	BRDE
BNDES FINAME	13/11/2013	340.200,00	BRDE
BNDES FINAME	13/11/2013	90.000,00	BRDE
BNDES FINAME	13/11/2013	261.000,00	BRDE
BNDES FINAME	13/11/2013	120.044,11	BRDE
BNDES FINAME	13/11/2013	432.000,00	BRDE
BNDES FINAME	13/11/2013	1.144.958,00	BRDE
BNDES FINAME	19/11/2013	283.779,00	BRDE
BNDES FINAME	19/11/2013	327.600,00	BRDE
BNDES FINAME	19/11/2013	216.000,00	BRDE
BNDES AUTOMÁTICO	18/12/2013	8.348.078,50	BRDE
BNDES FINAME AGRÍCOLA	07/01/2014	2.943.691,00	BRDE
BNDES FINAME AGRÍCOLA	07/01/2014	85.000,00	BRDE
BNDES FINAME AGRÍCOLA	07/01/2014	85.000,00	BRDE
BNDES AUTOMÁTICO	03/06/2014	4.622.032,00	BRDE
BNDES AUTOMÁTICO	13/11/2014	5.652.944,00	BRDE
BNDES AUTOMÁTICO	30/12/2014	1.823.000,00	BRDE
BNDES AUTOMÁTICO	14/04/2015	1.780.918,00	BRDE
TOTAL		R\$ 32.071.914,61	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

De fato, podemos constatar que, para a implantação da nova unidade industrial de processamento de milho da Cooperativa Integrada em Andirá, houve um equilíbrio entre as operações financeiras no que diz respeito à formas de apoio por parte do BNDES. Ressaltamos que todas essas operações financeiras se fizeram de forma indireta, o que significa que houve uma instituição financeira fazendo a intermediação entre o cliente e o BNDES, que neste caso específico foi somente o BRDE.

É possível constatar que as operações não automáticas, ou seja, aquelas cujo projeto para liberação do financiamento deve passar obrigatoriamente pela análise criteriosa do corpo técnico do BNDES, foram efetivadas no final de 2012. Isto significa

que o primeiro aporte de capital para dar início à construção da nova planta industrial da Cooperativa Integrada, obteve o parecer favorável do BNDES, que viu como promissor esse projeto agroindustrial dentro da referida dinâmica setorial brasileira.

Esse primeiro fluxo de capital totalizou um montante de R\$ 39.482.123,00, cuja especificação do projeto demonstra, claramente, que se trata de uma transferência da estrutura produtiva de um local para outro e sua consequente ampliação, para viabilizar o aumento na capacidade de processamento de milho. Como podemos ver, a antiga capacidade de processamento da unidade era de 165 mil toneladas de milho por ano, o que seria aumentada para 240 mil toneladas. Conforme informações levantadas junto ao gerente de produção, a atual capacidade de processamento da planta é de 300 mil toneladas de milho por ano, operando com 70% da capacidade produtiva, ou seja, ainda há uma margem para a expansão da produção.

Já no segundo fluxo de capital, iniciado em fins de 2013, através de operações financeiras automáticas, com a avaliação do crédito feito por uma instituição financeira credenciada pelo BNDES, que durante todo o período foi o BRDE, representou um montante de capital que chegou à casa dos 30 milhões de reais. Esses financiamentos realizados através da forma automática, se fizeram a partir de três programas, sendo o BNDES FINAME, BNDES FINAME AGRÍCOLA e o BNDES Automático.

Desta forma, assim como destacou o gerente da unidade, todos os equipamentos da planta industrial que fazem parte do transporte de materiais correspondente às etapas de processamento do milho são de origem nacional. Isso representa uma das especialidades geradas a partir desse capital investido no Norte Pioneiro, que gerou receita para as empresas nacionais fabricantes desses produtos e permitiu com que outros elos da cadeia produtiva fossem acionados, contribuindo, assim, para o movimento de reprodução do capital.

Já no que se refere ao capital destinado para a Cooperativa Integrada na forma do BNDES Automático, esse representou o maior volume em dinheiro. Grande parte dele foi utilizado para a compra de outros maquinários e equipamentos de fabricação estrangeira. De acordo com informações levantadas em campo, a parte da planta industrial responsável pela moagem do milho é toda de fabricação italiana, a melhor do mundo nesse ramo, segundo o referido gerente. Em relação a parte que faz a extração do amido do milho, os equipamentos são fabricados na Alemanha. No processo de moagem de úmidos, os equipamentos são todos de origem americana,

tecnologia de ponta. Há outras máquinas e equipamentos de origem chinesa e dinamarquesa.

É importante ressaltar que, para a compra de todos esses materiais, a Cooperativa Integrada organizou uma caravana com seus principais técnicos da área, inclusive com a presença deste gerente, para fazer a verificação *in loco*, do processo de fabricação desses equipamentos e seu correspondente funcionamento. Ou seja, visitaram uma série de países e empresas fabricantes de bens de produção voltados para o processamento do milho, para, desta forma, traçarem o perfil real do investimento que seria realizado e até onde a cooperativa conseguiria chegar tendo sob seus domínios esses equipamentos de alta tecnologia, tendo como base os nichos de mercado a que pretendia seguir.

Por intermédio então dessa presunção de expansão por parte da Cooperativa Integrada, o referido fluxo de capital serviu para a instalação de uma das mais modernas plantas de processamento de milho da América Latina, mesclando elementos da tecnologia de ponta de diversos países conforme foi nos transmitido durante a pesquisa de campo. Diante disso, não há como se opor ao fato do Estado ser um dos principais agentes do processo de transposição do capital frente os limites territoriais e políticos, assim como o seu importante papel de fomentador na adoção de inovações. A contrapartida fica para o fato de que esses equipamentos com tecnologia de ponta foram obtidos em outros países, o que demonstra uma fragilidade na indústria brasileira de bens de produção.

Tendo iniciado as suas atividades em 2015, os produtos gerados a partir dessa nova planta industrial formam um portfólio com 28 tipos diferentes de produtos, oferecidos ao mercado para atender a uma demanda dos seguintes ramos:

- Cervejarias;
- Empresas dedicadas a fabricação de salgadinhos de milho;
- Fabricação de cereais matinais;
- Rações para animais de grande porte e pets;
- Fabricação de outras variedades de produtos alimentícios.

De um grão de milho 70% é canjica (parte laranja do grão) e 30% é a parte central que é o germe do milho. É do germe que se extraem o óleo e o farelo. O óleo é todo exportado, o farelo é vendido nas indústrias nacionais para fabricação de rações pets e de grandes animais. Com a canjica, endosperma, é feito a moagem gerando grãos de vários tamanhos, com isso eles passam para indústrias de

alimentos, que dão origem a canjicas, fubás, grits (como se fosse um fubá grosso) que é inserido na cerveja na forma de adjuntos sólidos da cerveja, que é permitido dentro da legislação²⁴. Por sua vez o fubá é exportado em sua grande maioria para a Angola, país do continente Africano, com a média de três mil toneladas por mês deste produto.

Essa dinâmica nos permite captar alguns elementos extremamente interessantes do ponto de vista geográfico. O capital alocado pelo BNDES é transferido para um investimento em um determinado ponto do espaço da Mesorregião Norte Pioneiro, no entanto, com a materialização desse capital no espaço, na forma estrutural fixa da planta industrial, outras relações de produção vão sendo configuradas e reconfiguradas para além da escala regional. Sobre esse processo de expansão das relações de produção no espaço, Santos (1999, p.11) faz a seguinte afirmação:

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos se impõem, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização, das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo.

A partir da tecnologia adotada na nova planta industrial, a Cooperativa Integrada passa a estabelecer relações comerciais com novos clientes, envolvendo agentes de escalas nacional e internacional. Ou seja, em sua materialidade local o capital permite que a sua reprodução seja expandida na medida que a capacidade tecnológica adotada lhe permite esse movimento externalizado. A partir disso, nesse movimento de reprodução expandida, que reflete no alargamento da taxa de lucro da cooperativa, o mesmo permite que novos clientes sejam alcançados, aumentando também a demanda da empresa por matéria-prima, o que, consequentemente, agrega ainda mais produtores dentro da cadeia produtiva.

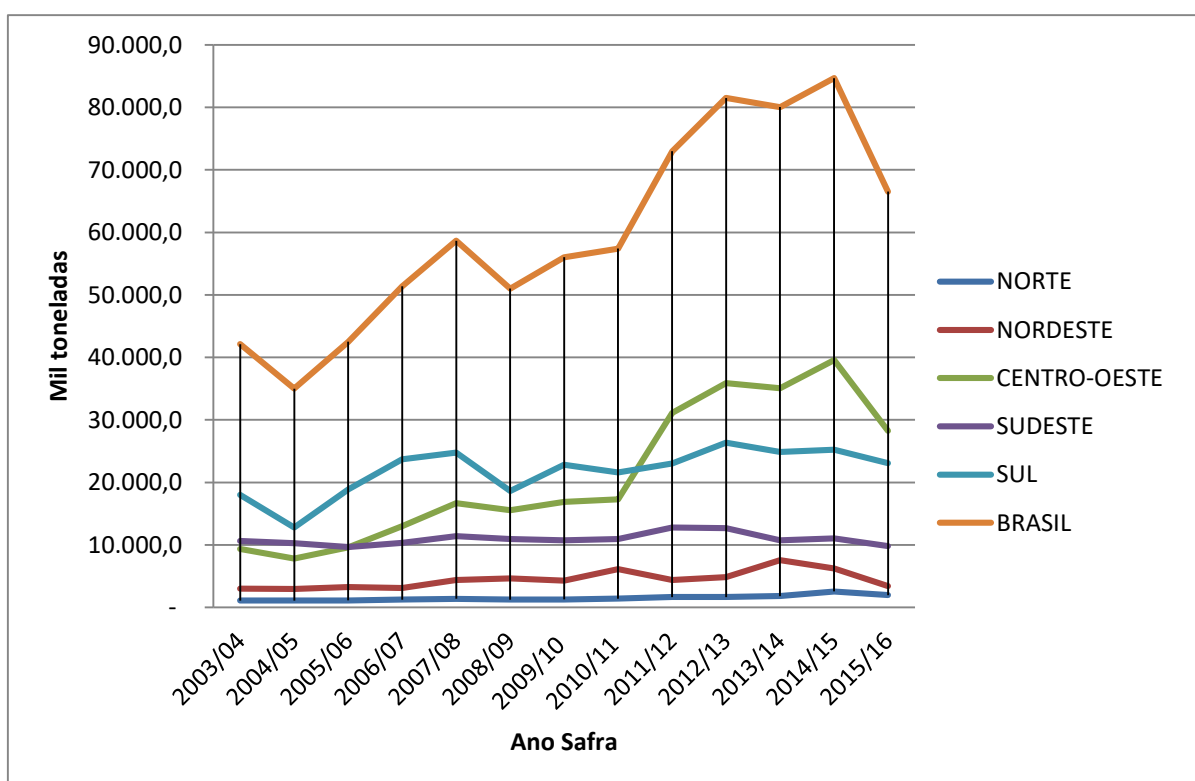
Assim como grande parte das agroindústrias, a matéria prima não pode estar distante da planta industrial, uma vez que isso compromete a taxa de lucro da empresa. Por isso, a unidade de processamento de milho de Andirá opta por buscar a sua matéria-prima num raio de até 150 km do local da indústria. Somente quando há algum decréscimo na produção regional de milho é que a cooperativa busca o

²⁴ Segundo a legislação brasileira é permitido até 45% de adjuntos sólidos na forma de cereais não maltados.

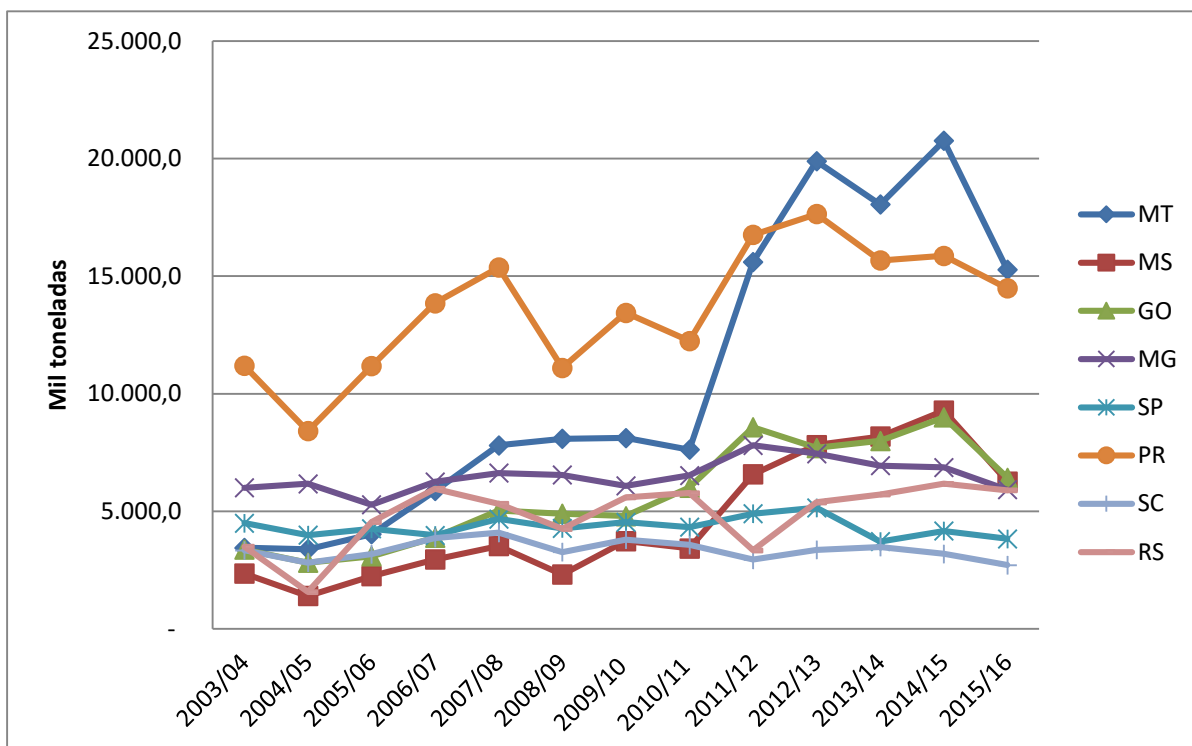
milho além do perímetro estabelecido, chegando até Guaíra na busca pela referida matéria-prima, mas isso acaba diminuindo a taxa de lucro.

Para evitar esses imprevistos produtivos a Cooperativa Integrada investiu na estruturação de armazéns para guardar uma grande quantidade de milho, pois além dos momentos de entre safras durante uma parte do ano, há essa questão da oscilação da produção. Nos gráficos 13, 14 e 15 serão abordados como a produção de milho está distribuída no Brasil, focando, além dos principais estados produtores do referido grão, as mesorregiões do Paraná que se destacam nesse ramo.

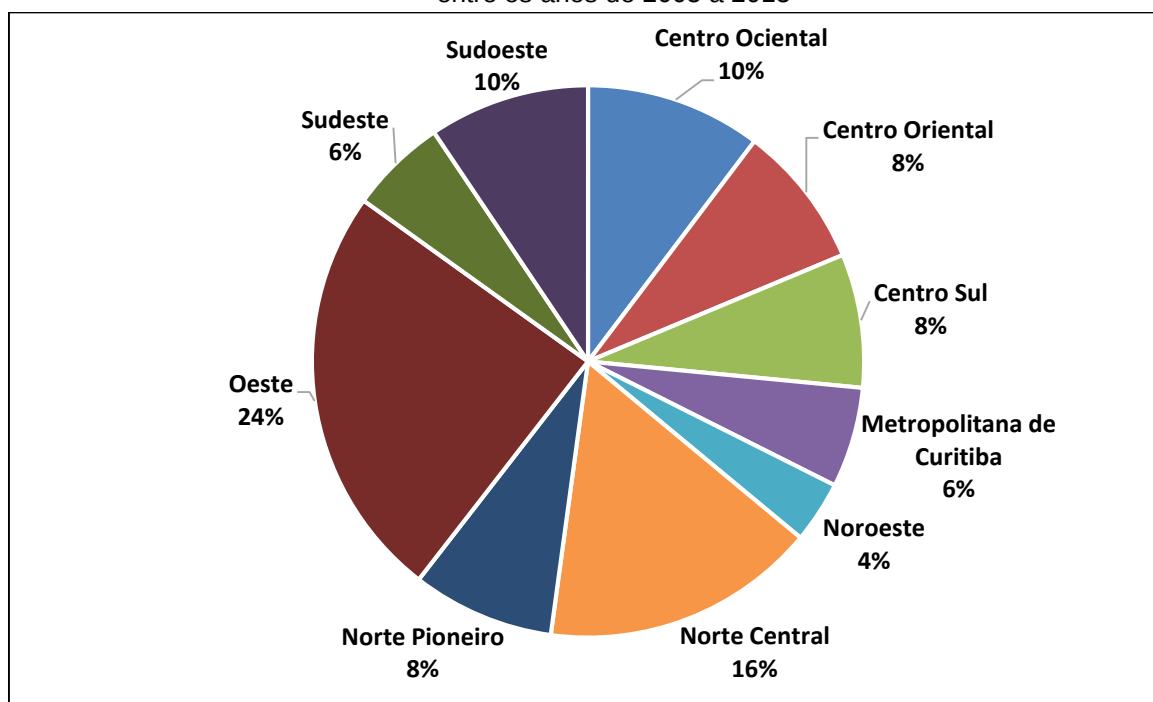
Gráfico 13 - Milho total (mil toneladas) 1ª e 2ª safras - Brasil



Fonte: Organizado pelo autor a partir da CONAB (2017)

Gráfico 14 - Principais Estados produtores de milho (mil toneladas) - Anos safra 2003/04 a 2015/16

Fonte: Organizado pelo autor a partir da CONAB (2017)

Gráfico 15 - Produção de milho das Mesorregiões do Paraná – Porcentagem do valor acumulado entre os anos de 2005 a 2015

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

A exposição desses gráficos é pertinente para demonstrar exatamente como estão organizadas espacialmente as estruturas produtivas da cultura do milho, o que, de certa forma, nos dá a dimensão de como a produção desse grão no Norte Pioneiro do Paraná está frente às escalas regional e nacional.

A princípio, o gráfico 13 demonstra que atualmente a região sul do país ocupa a segunda colocação na produção de milho, ficando atrás da região centro-oeste que obteve um salto produtivo de grande proporção a partir do ano safra 2011/12, ultrapassando dessa forma o sul do Brasil. Os motivos para tal ultrapassagem se deram a partir da junção de uma série de elementos vinculados a intensos fluxos de capital destinados à produção do milho nessa região, principalmente no Estado do Mato Grosso, mas neste momento não aprofundaremos nesta discussão. Consequentemente este Estado colocou o Paraná na segunda colocação entre as Unidades da Federação que mais produzem milho. No entanto, acreditamos que esse contexto não compromete a posição paranaense de grande produtora de milho, pois a estrutura produtiva parece estar bastante consolidada neste Estado.

Ao observarmos o fluxo de produção do milho levando em conta a produção estadual, veremos que o Norte Pioneiro ocupa a sexta colocação entre as mesorregiões do Paraná. Para efeitos de análise, levando em consideração a localização da planta industrial de processamento de milho da Cooperativa Integrada em Andirá, há que se destacar que o cinturão produtivo da parte norte do Estado é bastante relevante neste ramo produtivo agrícola.

De fato, ao que tudo indica, a Cooperativa Integrada levou em consideração essa dinâmica espacial da produção de grãos do norte paranaense já bastante forte e com possibilidade de expansão ainda mais latente, pois conforme passam os anos a soja vem ganhando cada vez mais áreas nesta região levando consigo a produção milho. É relevante também ressaltarmos que esse grande investimento numa planta altamente moderna, localizada no Norte Pioneiro, se fez na medida em que há uma aproximação maior com o mercado de produtos alimentícios que demandam dos derivados do milho, localizados, principalmente, nos eixos produtivos da região sudeste.

Esses elementos espacializantes nos dão a dimensão de como o capital, ao se materializar no espaço, conduz o mesmo a dinamizar determinadas formas de relações de produção, mobilizando para isso sistemas de objetos já existentes e possibilitando a criação de novos. Como a cadeia produtiva do milho é bastante

extensa, o que envolve, conseqüentemente, o setor agroindustrial a jusante, as externalidades proporcionadas por esse fluxo de capital são inúmeras, voláteis e constantes, contribuindo para o movimento de reprodução ampliada do próprio capital.

Representando um braço dessa cadeia produtiva altamente integrada do milho está o setor agroindustrial avícola. Assim como mencionou o gerente desta unidade, um dos setores que demandam dos produtos da Cooperativa Integrada é o da produção de carnes. Isto se deve ao fato de que para a fabricação das rações que alimentam os animais que fazem parte dessa cadeia produtiva (suínos, bovinos e aves) há a necessidade do componente oriundo do subproduto do milho processado. Esse setor que por sua vez encontra-se em ascensão, com destaque para a região norte do Estado, que vem expandindo a sua produção de aves, o que requer a ampliação e instalação de novos frigoríficos, dinamizando toda a cadeia produtiva do milho, tornando-se um dos fatores para o capital investido na planta industrial de Andirá.

3.3 Cadeia produtiva de frangos

Um dos destaques do setor agroindustrial avícola do Norte Pioneiro é a empresa Frangos Pioneiro pertencente ao Grupo Pioneiro²⁵, sediado no município de Joaquim Távora. Grande parte das informações que serão expostas aqui foram obtidas durante a pesquisa de campo realizada no dia 18/05/2017, através da colaboração do Gerente de RH e do Gerente de Produção. O referido grupo foi fundado no ano de 1983, pelos sócios Tarcizo Messias dos Santos e Paulo Cesar Massaro Thibes Cordeiro, no mesmo município de Joaquim Távora, iniciando as atividades no ramo através da venda de ração para os produtores de frango da região. Em 1987, deram início ao próprio abatedouro de frango, com a capacidade de abate de 200 frangos por dia, praticamente uma produção artesanal.

A partir da década de 1990, mesmo com as dificuldades oriundas da situação econômica conturbada do país, o Grupo Pioneiro conseguiu se manter estável no abate de frangos, passando a consolidar um mercado consumidor regional e disputando a matéria prima principalmente com a Ceval, que por sua vez possuía uma

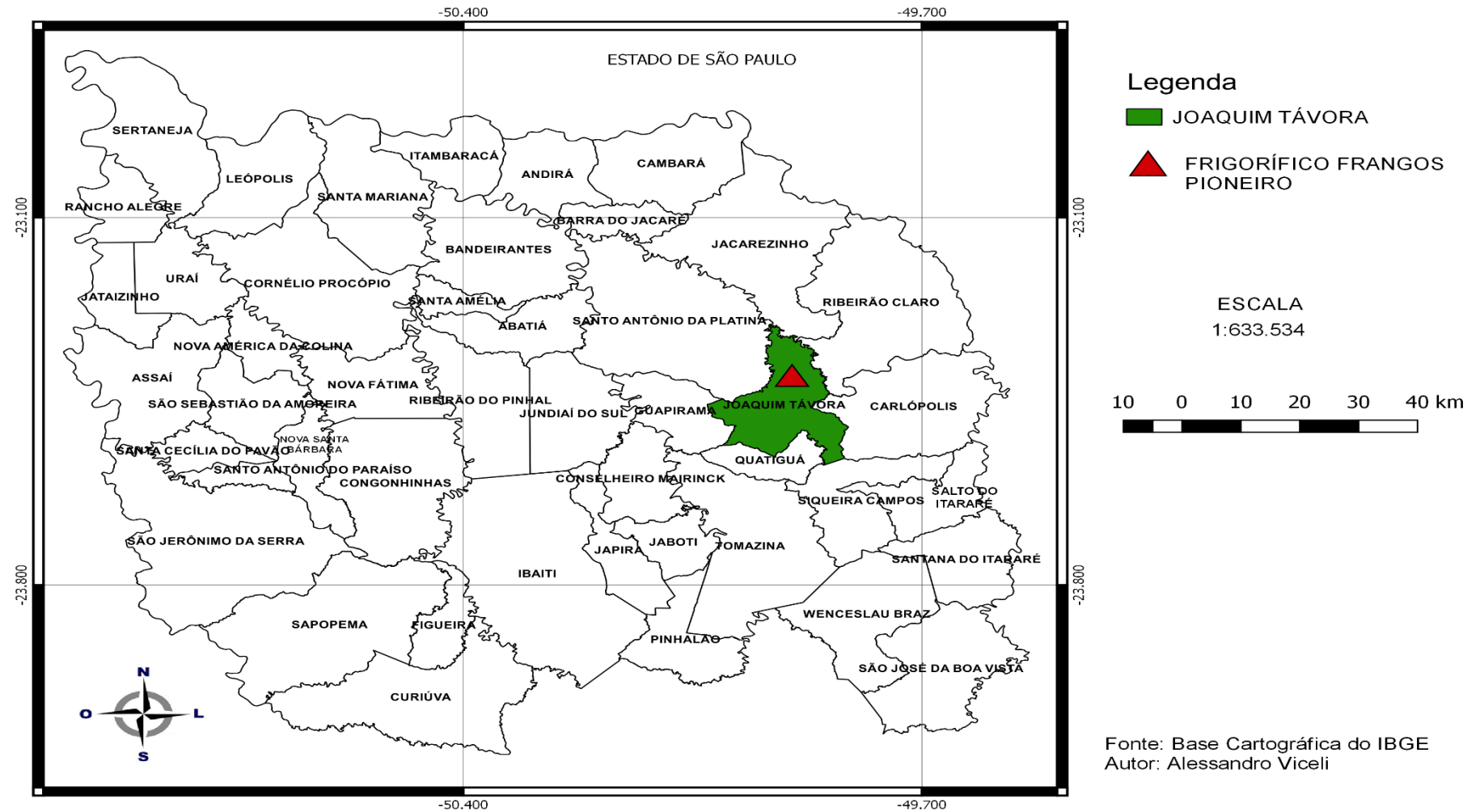
²⁵ O Grupo Pioneiro é formado pela Frangos Pioneiro, Maná Alimentos e Rações Pioneira.

indústria no município de Jacarezinho. A empresa passou por essa década realizando pequenos investimentos, que pouco impactava na estrutura produtiva da planta industrial, mas de certa forma ampliando aos poucos o seu raio de ação frente ao mercado consumidor.

Já a partir dos anos 2000, com a elevação da capacidade de consumo da população, aliado às políticas públicas de crédito rural e os estímulos aos financiamentos para o setor agroindustrial, o Grupo Pioneiro²⁶ teve a oportunidade de começar a expandir gradativamente a sua rede de clientes, juntamente com a sua capacidade produtiva.

²⁶ Durante a pesquisa de campo não puderam nos informar se a empresa realizou operações de financiamento junto ao BNDES durante as décadas de 1980 e 1990.

Mapa 09 - Município de localização onde está instalada o frigorífico Frangos Pioneiro



A tabela 30 demonstra os primeiros fluxos de capital do BNDES para o referido grupo, o que lhes permitiu a expansão do número de abates na Frangos Pioneiro, passando de 10.000 frangos abatidos para 30.000 até fins de 2008.

Tabela 30 – Financiamentos do BNDES para a expansão produtiva da Empresa Frangos Pioneiro – operações indiretas automáticas – 2004 a 2007

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	2004	840.000,00	BANCO DO BRASIL SA
BNDES FINAME	2005	124.200,00	BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A
BNDES AUTOMÁTICO	2007	4.925.851,00	HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO
TOTAL		R\$ 5.890.051,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Foi nos primeiros anos dessa década que o Grupo Pioneiro criou a Rações Pioneira, na cidade de Ribeirão do Pinhal, para fins de fornecer ração para criadores de gado leiteiro e de corte e aos criadores de frangos para o abate, que estavam estabelecidos na região e que apresentavam índices de expansão satisfatórios. Na sequência, o segundo grande aporte de capital do BNDES para o Grupo Pioneiro, permitiu uma segunda expansão considerável da produção da Frangos Pioneiro, conforme mostra as Tabelas 31 e 32.

Tabela 31 – Financiamentos do BNDES para a expansão produtiva da Empresa Frangos Pioneiro – operações indiretas não automáticas

Descrição do Projeto	Data da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
RELOCACAO, MODERNIZACAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE PRODUCAO DE 30 MIL AVES POR DIA PARA 85 MIL AVES POR DIA DO ABATEDOURO, LOCALIZADO EM JOAQUIM TAVORA/PR.	11/12/2009	950.000,00	BANCO DO BRASIL SA
		1.425.000,00	
		2.376.000,00	
		7.088.968,00	
TOTAL		R\$ 11.839.968	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Tabela 32 – Financiamentos do BNDES para a expansão produtiva da Empresa Frangos Pioneiro – operações indiretas automáticas – 2009 e 2010

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	2009	65.200,00	ITAU UNIBANCO S.A.
BNDES FINAME	2010	551.912,00	ITAU UNIBANCO S.A.
TOTAL		R\$ 617.112,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

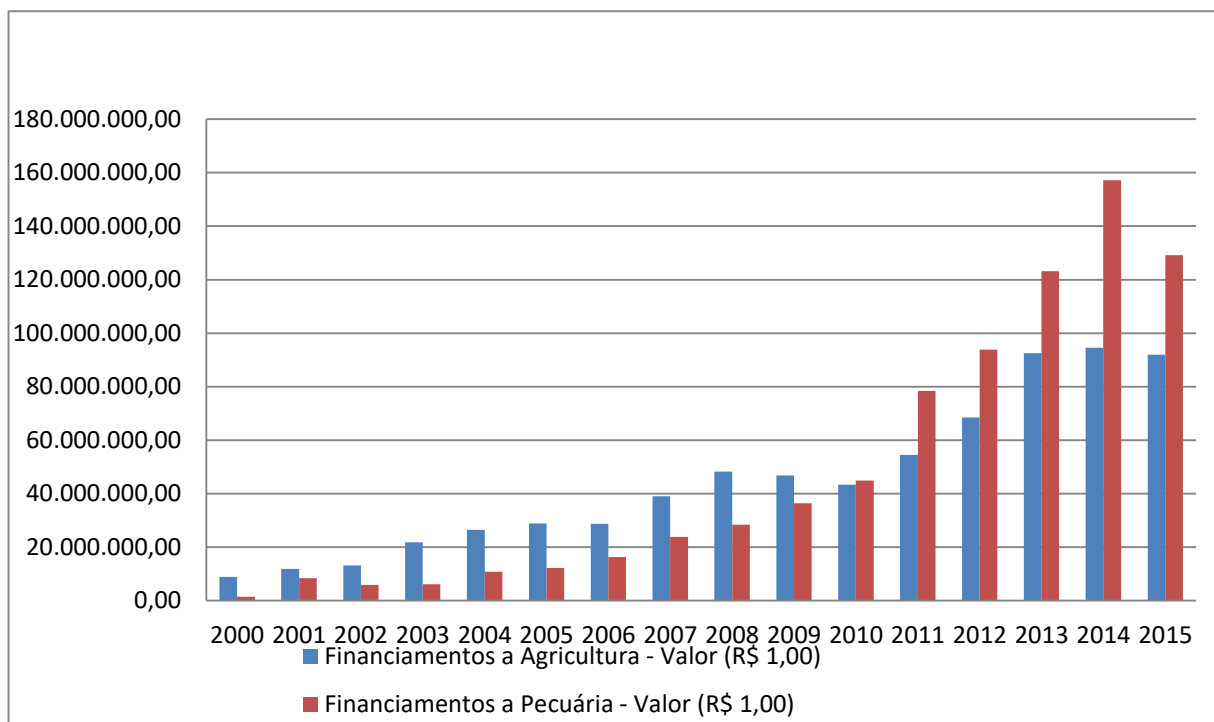
Diante desse cenário de elevação das taxas de consumo, redução dos custos da produção de aves, e condições favoráveis para o financiamento de investimentos produtivos, o Grupo Pioneiro decidiu estreitar relações com o BNDES e dimensionar um intenso fluxo de capitais para uma remodelagem da sua capacidade produtiva. Conforme podemos observar na tabela 32 o projeto de ampliação da capacidade produtiva da Frangos Pioneiro passaria dos 30.000 para 85.000 frangos abatidos por dia e, para isso, foram mobilizados junto ao BNDES um capital de 11.839.968, durante o ano de 2009, através de uma operação financeira indireta não automática. Esse capital foi investido na compra de novos equipamentos e também para a construção da nova planta industrial, ficando a antiga estrutura física para o prosseguimento do projeto da Maná Alimentos.

A partir do ano de 2010, com novos aportes de capitais totalizando R\$ 551.912,00 em operações financeiras indiretas automáticas, houve o pleno funcionamento da capacidade produtiva desta planta industrial e, consequentemente toda a cadeia produtiva avícola foi afetada uma vez que para o abate da quantidade de frangos citada acima, toda a estrutura produtiva a montante deveria passar por mudanças na escala, e isso envolvia o aporte de capitais para investimento na construção de novas granjas, compra de insumos e matrizes que dessem conta da demanda desta agroindústria.

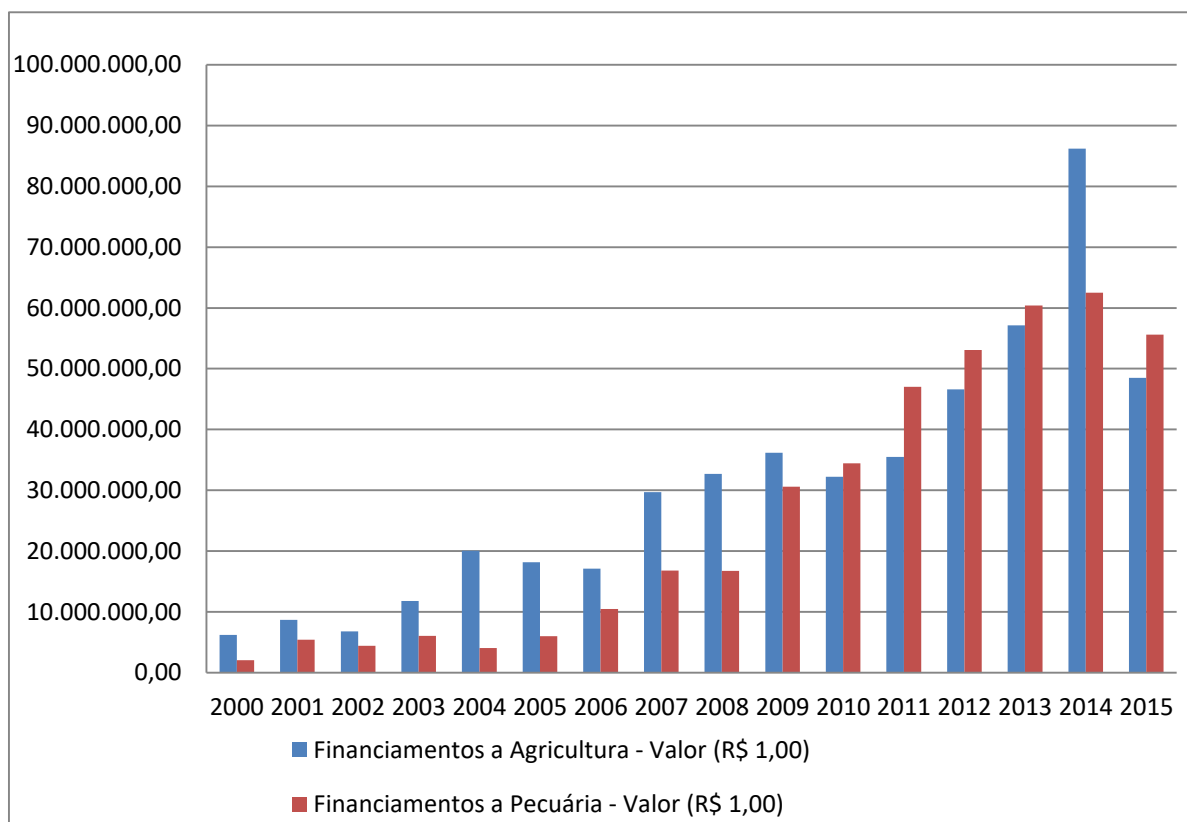
Como já foi mencionado anteriormente, dentro de uma região há especificidades produtivas em cada espaço que se estabelecem a partir das adjacências oriundas das formações sócio-espaciais desses locais. Sendo assim, na Mesorregião Norte Pioneiro, se destacam atualmente duas Microrregiões, sendo elas a de Wenceslau Braz e a de Ibaiti, que passaram a expandir-se a partir de 2009. Os gráficos 16 e 17 demonstram os financiamentos concedidos nessas duas

microrregiões, o que de fato vai corroborar com os argumentos que desenvolveremos em seguida.

Gráfico 16 - Financiamentos para a Agricultura e Pecuária na MGR de Wenceslau Braz



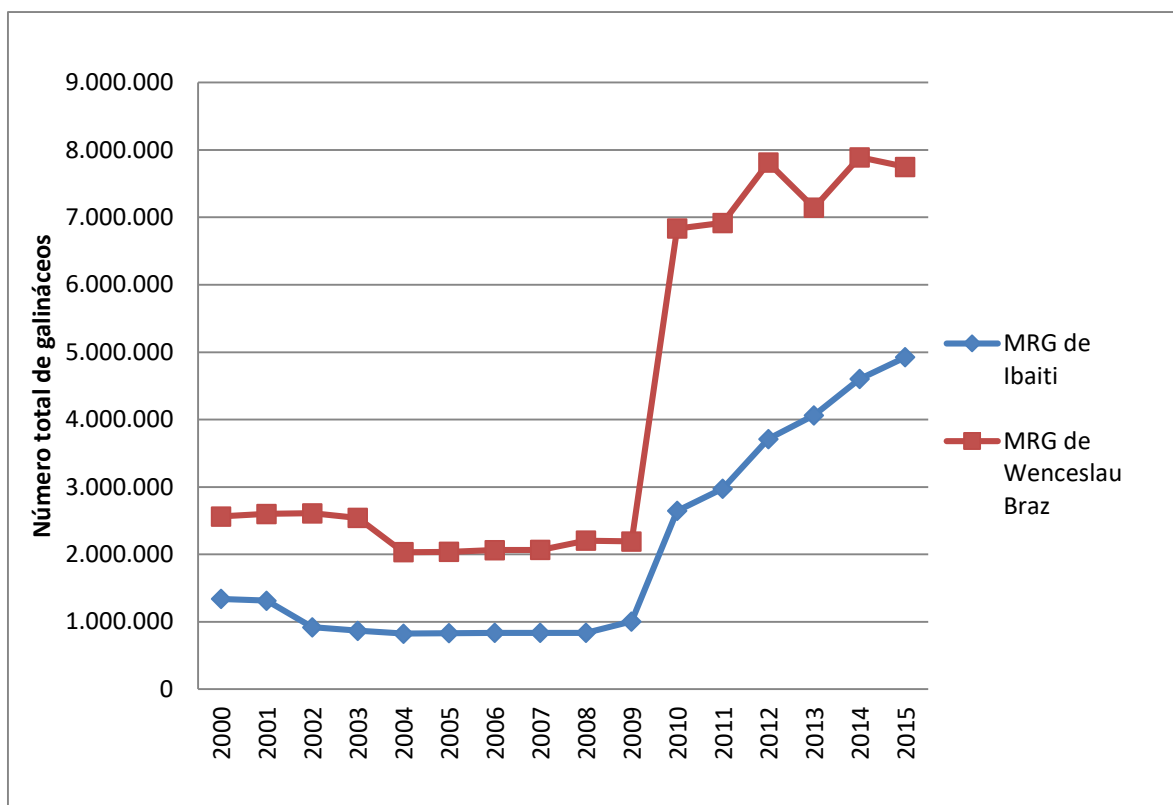
Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

Gráfico 17 - Financiamentos para a Agricultura e Pecuária na MGR de Ibaiti

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

É possível observar que justamente a partir do ano de 2010, em ambas as microrregiões, os investimentos na pecuária ultrapassam os destinados à agricultura. Consideramos que esse dado quantitativo do fluxo de capital de crédito em ambos os recortes espaciais está vinculado aos investimentos realizados para a ampliação da capacidade produtiva do frigorífico Frangos Pioneiro, uma vez que instaurada tal estrutura industrial do referido porte, a demanda por matéria prima teve um salto significativo.

Esse fluxo de capital direcionado para as atividades pecuárias estão comprovados nesses gráficos que expomos acima, no entanto, para completar as nossas considerações na questão da afirmação das alterações nas estruturas das atividades agropecuárias do Norte Pioneiro vinculadas a estes investimentos na referida empresa, destacaremos em seguida a evolução do número de aves nessas duas microrregiões, conforme poderemos observar no gráfico 18.

Gráfico 18 - Efetivo de galináceos das Microrregiões de Ibaiti e Wenceslau Braz

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

Assim como os investimentos direcionados para a pecuária nestas duas microrregiões ultrapassaram os fluxos de capital de crédito vinculados às atividades agrícolas, o número total de galináceos também apresenta um mesmo salto tanto na MRG de Ibaiti quanto na MRG de Wenceslau Braz. Isso se deu a partir do ano de 2010, acompanhando a mesma tendência de elevação do fluxo de investimentos na agropecuária e sendo reflexo do aumento da capacidade produtiva da Frangos Pioneiro a partir de 2010.

Portanto, diante desse cruzamento de dados estatísticos, é possível observar como o capital direcionado para o setor produtivo agroindustrial é capaz de gerar mais mobilizações de capital para investimentos nos diversos elos da cadeia produtiva. A elevação dos níveis de produção de aves para o abate, possibilitou com que novas especialidades emergissem nesses locais, reconfigurando toda a dinâmica das relações de produção envolvidas no processo produtivo da cadeia agroindustrial avícola.

Na MGR de Wenceslau houve um crescimento de 212% na produção total de galináceos, durante a passagem de 2009 para 2010, chegando à casa dos 7 milhões

de aves durante os anos seguintes. No que se refere à MRG de Ibaiti, a produção dessa matéria prima teve um crescimento de 163% quando comparamos os dados de 2009 com os de 2010, e assim como a outra microrregião manteve uma taxa de crescimento da produção de galináceos considerável.

Assim como há as especificidades dentro de uma mesorregião há também a mesma lógica de diferenciação da estrutura produtiva dentro de uma microrregião. Desta forma, esse aumento de produção de aves nas duas microrregiões foi mais impactante em alguns municípios, conforme iremos observar na tabela 33. Alguns deles já apresentavam um perfil produtivo voltado para esse ramo, no entanto outros passaram a se desenvolver neste ramo pecuário, justamente em virtude do aquecimento da demanda por aves pela empresa Frangos Pioneiro.

Tabela 33 – Produção de frangos nos municípios das Microrregiões de Ibaiti e Wenceslau Braz – anos selecionados

Localidade	2007	% Cresc	2008	% Cresc	2009	% Cresc	2010	% Cresc	2011	% Cresc	2012	% Cresc	2013	% Cresc	2014	% Cresc	2015
Carlópolis	240.520	0,3	241.220	-0,4	240.152	62,4	390.000	7,7	420.000	-24	318.700	-1,2	315.000	-1,6	310.000	0	310.000
*Conselheiro Mairinck	29.570	1	29.881	-0,4	29.749	945	311.000	6,1	330.000	5,8	349.200	54,8	540.500	14,4	618.600	-0,3	616.300
Curiúva	104.113	-0,1	103.975	114	223.000	-17	184.500	- 4	177.270	-3,4	171.165	-73	45.780	-7,8	42.200	-17	35.000
Figueira	5.529	-0,16	5.520	293	21.695	17,1	25.410	6,6	27.100	0,18	27.150	-7,9	25.000	0	25.000	-4	24.000
*Guapirama	93.325	-41	54.635	0,76	55.053	736	460.250	0,1	460.700	150	1.153.000	-0,3	1.150.000	13	1.300.000	-1,5	1.280.000
*Ibaiti	177.765	0	177.765	-4,4	170.000	431	901.898	2	920.000	54,4	1.420.731	21	1.714.000	13,2	1.940.939	14,4	2.220.439
Jaboti	193.200	0,01	193.220	13	218.500	-15	186.575	16	217.000	7,4	233.000	6,4	248.000	42,4	353.100	0,03	353.000
*Japira	259.215	0,01	259.200	4	269.500	172	733.467	17,8	864.000	23,7	1.069.000	-1,1	1.057.000	11,8	1.181.576	5,8	1.250.000
*Joaquim Távora	412.020	0,14	412.594	0,74	415.652	229,7	1.370.600	0,2	1.373.200	16,4	1.598.250	2,8	1.643.200	-0,2	1.639.530	0,03	1.640.000
*Pinhalão	39.771	0,01	39.775	14,4	45.500	495,4	270.900	50,4	407.400	0,7	410.400	1,7	417.400	1,6	423.900	-1	420.000
*Quatiguá	218.772	0,1	218.959	-4,1	210.003	480	1.218.000	0,6	1.225.190	-1,7	1.204.000	-66,8	400.000	125,6	902.500	0,1	903.000
Salto do Itararé	106.343	0,2	106.595	1,5	108.227	-28,8	77.100	1,2	78.019	15,4	66.000	51,5	100.000	-77,8	22.200	-0,9	22.000
Santana do Itararé	22.557	4,7	23.627	4,7	24.747	-3,1	23.988	-2,0	23.499	2,5	24.098	1,4	24.425	-18,7	19.853	-18	16.196
São José da Boa Vista	262.200	2,6	269.053	-1,6	264.658	-1	262.107	7,6	281.970	2,2	288.114	1,6	292.733	4,7	306.528	-11	274.000
Sapopema	26.610	0,3	26.690	1,8	27.180	14,4	31.100	1,6	31.600	-4,7	30.125	-45,9	16.300	-0,6	16.200	-63	6.000
*Siqueira Campos	461.550	0	461.729	0,1	462.193	393,2	2.279.630	-0,1	2.277.802	1,8	2.318.000	-0,8	2.300.000	0	2.300.000	0	2.300.000
*Tomazina	146.474	-0,1	146.400	1,1	147.957	266,4	542.100	-2,7	527.300	10,7	583.600	11,6	651.300	7,5	700.000	-19	565.000
Wenceslau Braz	101.542	165,4	269.527	-2,4	263.086	-19,5	211.706	18,6	251.000	3,7	260.373	2,4	266.570	46,3	390.000	12,7	439.482
MRG de Ibaiti	835.773	0,03	836.026	20,2	1.005.124	163,1	2.644.850	12,5	2.974.370	24,8	3.710.771	9,5	4.063.980	13,2	4.601.515	7	4.924.739
MRG de Wenceslau Braz	2.065.303	6,7	2.204.339	-0,6	2.191.728	211,9	6.835.481	1,2	6.918.680	12,9	7.814.135	-8,6	7.143.228	10,5	7.890.611	-1,8	7.749.678

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES e IBGE (2017)

* Municípios que apresentaram elevação na produção de aves a partir de 2010.

Através da tabela 33 podemos ver que, dos 18 municípios pertencentes as referidas microrregiões, 12 deles apresentaram expansão na produção de aves a partir do ano de 2010.

Os maiores saltos na produção de frangos durante este ano de 2010 foram dos municípios de Conselheiro Mairinck com 945% de crescimento, Guapirama com 736%, Pinhalão com 495,4%, Quatiguá com 480% e Siqueira Campos com 393% de crescimento neste ramo. Os demais municípios, apresentaram taxas de crescimento de menores proporções, mas que na totalidade da região Norte Pioneiro agregaram-se na elevação de produção de frangos.

Dentre esses municípios expostos na tabela, somente Curiúva, Salto do Itararé, Santana do Itararé e Sapopema apresentaram queda na produção de frangos se levarmos em consideração a diferença constante em de 2007 e 2015. No entanto, se considerarmos o período todo em questão é possível observar que a produção de frangos nesses municípios manteve uma média com constante oscilação anual, vindo a cair a produção entre 2014 a 2015, não apresentando assim uma tendência efetiva à queda, pois esse período de dois anos é muito curto para uma afirmação tão importante

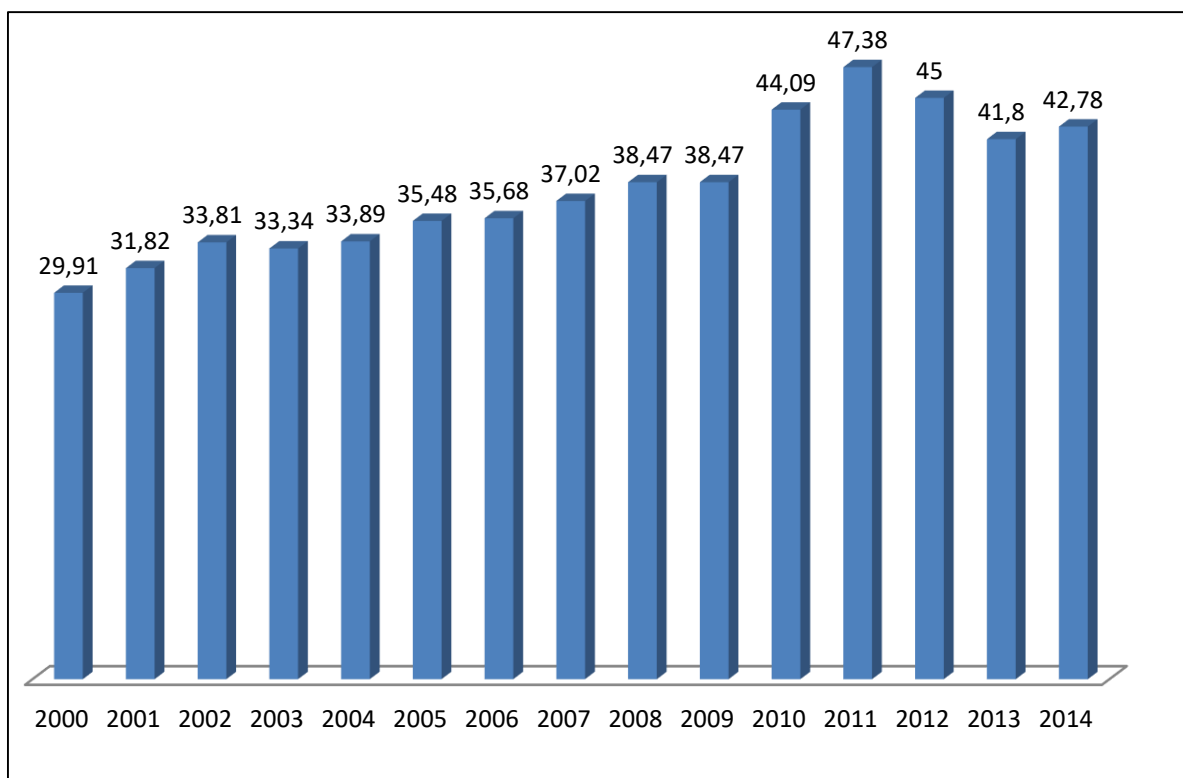
De fato, esta tabela demonstra o tamanho do impacto na estrutura da produção de frangos no Norte Pioneiro, exatamente no momento em que o frigorífico expande a sua capacidade produtiva. O Grupo Pioneiro já havia feito levantamentos no que concerne a capacidade de produção de frangos a nível regional. Pois conforme nos foi transmitido durante a pesquisa de campo, a empresa só poderia dar esse salto em sua capacidade de abate diário, com a mobilização do capital de crédito do BNDES e com a plena convicção de que os produtores de frangos da região acompanhariam o ritmo da demanda dessa agroindústria.

A partir do ano de 2011, o Grupo Pioneiro entra em uma nova fase de investimentos, pois neste mesmo ano, entra no comércio internacional de carnes. O cenário mundial de carnes era propenso à essa nova postura da empresa. O consumo de carne apresentava forte tendência ao crescimento desde 2008, o que veio a refletir também no consumo interno da referida proteína, conforme podemos observar no gráfico 19, que demonstra o consumo per capita da carne de frango no Brasil.

Sabemos que as decisões referentes ao planejamento estratégico de uma empresa são tomadas tendo como parâmetro o comportamento do mercado no

presente e as tendências para o futuro, aliados ao custo de produção, preços da matéria-prima, dentre outros fatores.

Gráfico 19 - Consumo Per Capita de carne de frango (kg/hab) no Brasil



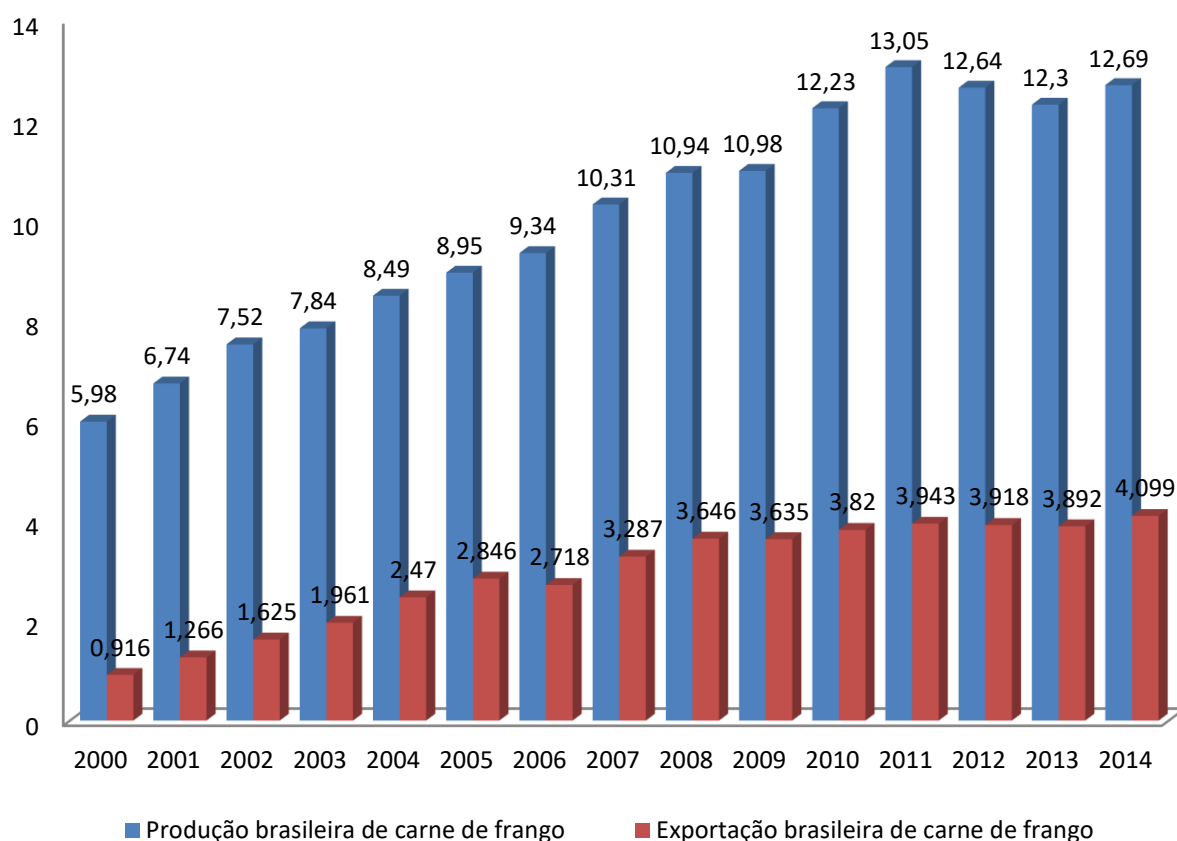
Fonte: Organizado pelo autor a partir da ABPA (2017)

O gráfico 19 deixa bem claro que, após um período de dois anos de estabilidade do consumo per capita da carne de frango, houve elevação em 2011 chegando ao patamar de 44,09 de consumo. Consequentemente, por atuar fortemente no varejo em regiões de grandes mercados consumidores como Londrina, Curitiba e São Paulo, o Grupo Pioneiro aproveitou bastante esse cenário de alta nas taxas de consumo de frango. Aliado a esse fator, a empresa também efetivou parcerias no atacado com empresas como a Habibs, Girafas e Outback, o que aumenta ainda mais a demanda pelos produtos dessa agroindústria, possibilitando, com isso, uma expansão na margem da taxa de lucro.

A própria dinâmica de produção de carne de frango a nível de Brasil apresentava uma ampliação de grandes volumes, acompanhando as tendências do mercado internacional. Aliado a isso, o setor de carne de frangos brasileiro passava a conquistar cada vez mais novos mercados e ampliando a sua rede de clientes nos mercados que já havia se estruturado, como é o caso de vários países do continente

asiático. Desta forma, o gráfico 20, nos dá a dimensão da produção anual de carne de frangos no Brasil e sua consequente expansão das exportações, que por sua vez, provavelmente, influenciaram nos investimentos do Grupo Pioneiro a partir de 2011.

Gráfico 20 – Produção e exportação brasileira de carne de frango (mil toneladas)



Fonte: Organizado pelo autor a partir da ABPA (2017)

Podemos observar claramente a expansão produtiva do setor de carne de frango no Brasil a partir de 2010 chegando a 13,05 milhões de toneladas do produto em 2011. A própria dinâmica das exportações brasileiras neste setor acabara mantendo a elevação das taxas, alcançando o maior número em 2014. Ao compararmos as taxas de crescimento do mercado interno com as exportações vinculadas à carne de frango, podemos ver que as exportações apresentaram um crescimento acumulado de 268%, enquanto que o consumo do mercado interno apresentou uma taxa de 138

Diante desse cenário, o Grupo Pioneiro captando essa tendência do mercado interno, aliado às novas demandas que foram conquistadas no exterior, optam por adotar uma postura de intensificação dos investimentos na sua estrutura produtiva. Desta forma, é neste momento de busca por expansão que o BNDES serviu de base

para essa empresa através de seus aportes de capitais, para que a mesma pudesse materializar os elementos necessários para tal ampliação.

As experiências com o BNDES nos anos anteriores influenciaram também na tomada de decisões visando captar mais recursos para fundamentar os investimentos do grupo, uma vez que as condições de pagamento do financiamento, atrelado ao mercado aquecido, foram preponderantes para a realização dessas operações financeiras. Na Tabela 34 que destacaremos a seguir, apontam os referidos fluxos de capital para os investimentos na estrutura produtiva nas empresas do Grupo Pioneiro.

Tabela 34 – Financiamentos do BNDES para a expansão produtiva do Grupo Pioneiro – operações indiretas automáticas – 2011 e 2016

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME, BNDES FINAME LEASING, BNDES AUTOMÁTICO	2011	4.595.860,54	ITAU UNIBANCO S.A., BANCO ITAULEASING S.A., BANCO DO BRASIL SA, BANCO J SAFRA S/A
BNDES FINAME, BNDES AUTOMÁTICO	2012	10.003.684,66	BANCO DO BRASIL AS, ITAU UNIBANCO S.A., BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., BANCO J SAFRA S/A
BNDES FINAME, BNDES AUTOMÁTICO	2013	10.437.269,75	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., BANCO VOLKSWAGEN S.A., BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BNDES FINAME, BNDES AUTOMÁTICO	2014	15.105.657,18	BANCO DO BRASIL AS, ITAU UNIBANCO S.A., BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BNDES FINAME	2015	1.087.500,00	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BNDES FINAME, BNDES AUTOMÁTICO	2016	4.224.703,00	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
TOTAL			R\$ 45.454.675,13

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

As linhas de financiamento do BNDES mais presentes nessas operações financeiras, destacadas acima, foram o BNDES FINAME e o BNDES Automático. Ao que tudo indica os investimentos na modernização dos equipamentos da planta industrial foram realizados com o capital do BNDES FINAME e também do BNDES FINAME Leasing, que praticamente é um financiamento na forma de arrendamento dos referidos maquinários. Já os recursos do BNDES Automático, provavelmente, foram destinados para a construção, ampliação e adequação da estrutura física na planta industrial da Frangos Pioneiro, assim como para a construção da fábrica de rações.

Ressaltamos que o destino de cada fluxo de capital não foi especificado durante a pesquisa de campo, portanto, para essas considerações, estamos partindo do pressuposto das diretrizes de utilização dos recursos oriundos do BNDES.

Como podemos observar, o fluxo de capital oriundo do BNDES para o Grupo Pioneiro foi bastante elevado durante os anos de 2011 até 2016. O ponto mais alto desses investimentos foram os anos de 2013 e 2014, justamente no momento em que o Grupo Pioneiro opta por criar uma unidade agroindustrial para a fabricação de rações para aves para que, desta forma, pudesse oferecer aos seus produtores integrados. Essa planta industrial que passou a produzir ração para frangos está localizada também no município de Joaquim Távora, próxima a planta industrial da Frangos Pioneiro.

De acordo com informações levantadas durante a pesquisa de campo nesta empresa, grande parte do milho necessário para a fabricação da ração vem da Microrregião de Cornélio Procópio, o que de certa forma, reduz bastante os gastos com o transporte terceirizado que a empresa utiliza.

No entanto, conforme apontado pelo gerente Renato, o ano de 2016 por ter tido uma safra de milho com produção abaixo do esperado, a Rações Pioneiro teve de buscar milho até no Paraguai. Isso reforça a constatação de que boa parte das agroindústrias ainda é bastante dependente das estruturas climáticas que envolvem uma produção agrícola.

No que tange a produção da fábrica de rações pertencente ao Grupo Pioneiro, a tabela 35 detalha exatamente a quantidade desse produto oriundo da planta instalada, o que busca atender atualmente os 246 produtores integrados que totalizam 346 aviários, localizados em 30 municípios do Norte Pioneiro.

Tabela 35 – Quantidade produzida pela empresa Rações Pioneira

Meses	Ano/Quantidade produzida (toneladas)			
	2014	2015	2016	2017
Janeiro	2.833	21.523	17.780	21.685
Fevereiro	13.750	16.218	18.491	17.700
Março	14.705	19.475	21.281	23.194
Abril	17.302	19.533	18.230	18.927
Maiο	14.817	16.044	17.695	22.868
Junho	14.579	20.292	21.860	-
Julho	15.397	16.730	19.322	-
Agosto	15.547	16.840	22.425	-
Setembro	19.784	21.976	18.678	-
Outubro	17.494	17.797	19.817	-
Novembro	17.714	18.200	22.270	-
Dezembro	17.228	18.360	22.040	-
TOTAL	181.150	222.988	239.889	104.374

Fonte: Organizada pelo autor a partir do Grupo Pioneiro (2017)

É importante destacarmos que essa relação de integração entre frigorífico e produtores de frangos:

[...] faz parte do projeto modernizante da agricultura, com o objetivo explícito de aumento da produção, da produtividade agrícola, novas relações de produção, dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos (ESPÍNDOLA, 2008, p.8)

Os demais fluxos de capital serviram para a ampliação da capacidade de abate da Frangos Pioneiro que, atualmente, gira entorno da quantia de 185 mil frangos abatidos por dia. Tal elevação da capacidade produtiva de 2009 para cá, se deve ao intenso aporte de capitais e também da capacidade do próprio Grupo Pioneiro de observar as tendências do mercado e explorar novos nichos.

Assim como ocorreu com a implantação da nova planta industrial de processamento de milho da Cooperativa Integrada em Andirá, o Grupo Pioneiro investiu boa parte desse capital, oriundo do BNDES, na compra de máquinas e equipamentos fora do país, primando somente por aqueles que são de tecnologia de ponta. Sendo assim, houve a compra de equipamentos da Alemanha, Holanda e

Dinamarca. E como na Cooperativa Integrada, a parte de esteiras, e no caso da Frangos Pioneiro, com as mesas de corte, todas de origem nacional.

Em relação a essa plataforma de investimentos, vinculados à postura de reestruturação produtiva e organizacional das agroindústrias desse ramo produtivo, que refletem a atual dinâmica de investimentos do Grupo Pioneiro com fortes aportes de capitais do BNDES nesse processo, Espíndola (2008, p.12) fez a seguinte observação:

Em termos de processos, as empresas atuantes na cadeia produtiva de frango de corte intensificaram a instalação de equipamentos automatizados para as áreas de abate, desossa, processamento, resfriamento, congelamento, embutimento e estimularam a absorção de novos insumos químicos nos processos de mistura e maturação. Implantaram ainda técnicas de melhoramento genético que alteraram as etapas de alimentação, manejo e processamento industrial e introduziram novos equipamentos nas áreas de recepção da matéria-prima.

Apesar da cadeia produtiva avícola brasileira ter efetivado inúmeros avanços na questão de processos industriais e melhoramento genético, ainda há um peso dos equipamentos com tecnologia de ponta, oriundos de outros países. Diante dessa dinâmica de utilização de tecnologia vinda dos países do centro do sistema capitalista, mantém-se atual a seguinte consideração de Mamigonian (1999, p.158):

No mundo capitalista o centro do Sistema é o responsável pela geração da tecnologia nova, sendo que a periferia, atrasada tecnologicamente, mas frequentemente dinâmica economicamente ("o privilégio do atraso", cf Trotsky), aplica no seu desenvolvimento tecnologia importada nova e novíssima.

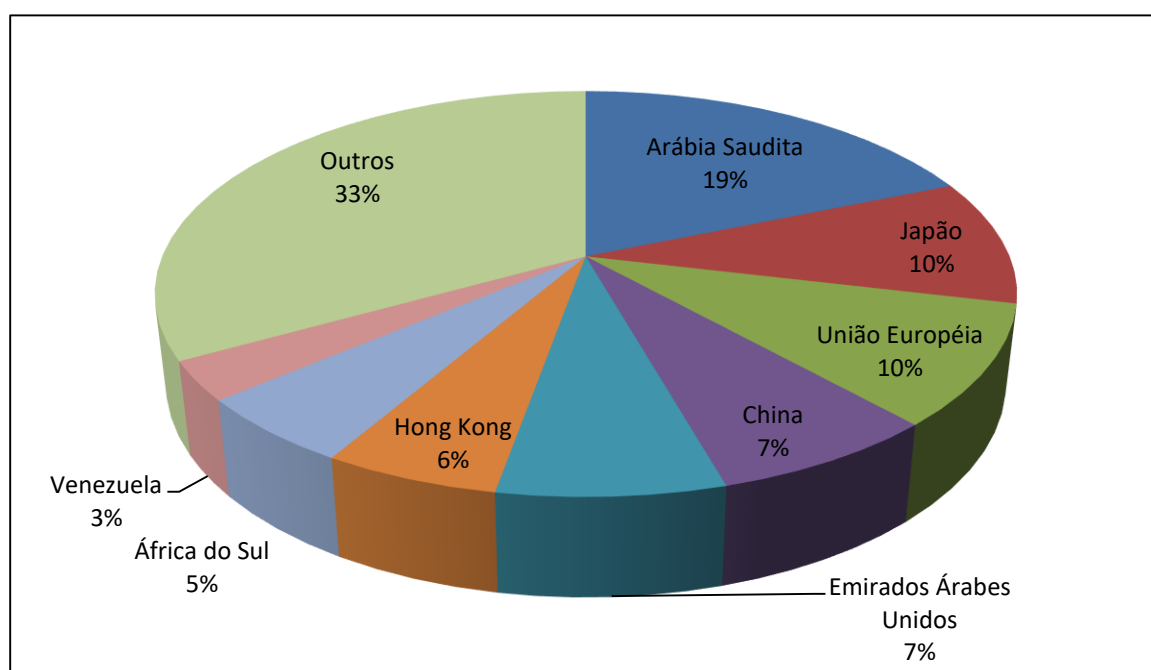
O Brasil, assim como os demais países da periferia do sistema capitalista, ainda não conseguiu superar esses limites da dependência tecnológica dos países do centro do sistema. Pela dinâmica do setor agroindustrial brasileiro podemos perceber que o mesmo evoluiu consideravelmente durante os anos 2000, no entanto, tal crescimento deveria trazer consigo a expansão de indústrias de bens de produção com tecnologia de ponta. Infelizmente isso acabou não acontecendo no Brasil, apesar da boa atuação do BNDES em alguns setores da economia brasileira.

No entanto, o setor agroindustrial no Brasil apresenta um perfil de seguir no padrão de agregar cada vez mais valor em sua produção. Com a empresa Frangos Pioneiro isso não foi diferente. Com a chegada dos produtos dessa empresa no Japão, aliado aos novos equipamentos adquiridos pela empresa, a mesma investiu no

aprimoramento dos cortes especiais das diversas partes do frango, visando se tornar cada vez mais atrativa para o mercado. Desta forma, os cortes especiais do pescoço do frango, o *yagen* (cartilagem do peito do frango e da sobrecoxa), o *kakugini* (mescla pedaços em cubo da coxa e sobrecoxa) entraram com bastante força no mercado externo.

Além do Japão, a empresa atua fortemente em todo o Oriente Médio, principalmente nos Emirados Árabes Unidos e na Arábia Saudita com o filé de peito, que segundo informações dos referidos gerentes, são referências de qualidade nessas localidades. Ademais, a Frangos Pioneiro possui uma gama de clientes em Hong Kong para cortes na ponta de asa e pé com e sem pata. O Gráfico 21 aponta os principais destinos das exportações da carne de frango produzidas dentro do Brasil, no ano de 2015

Gráfico 21 - Exportações brasileiras de carne de frango - 2015



Fonte: Organizado pelo autor a partir do SECEX (2017)

O gráfico exposto acima, faz referência aos principais mercados consumidores de carne de frango, que com as informações sobre os destinos da produção da Frangos Pioneiro, nos possibilitam afirmar que os produtos exportados fabricados por essa agroindústria estão presentes nos mais importantes e promissores mercados consumidores mundiais no que diz respeito à carne de frango. Consideramos que, acertadamente, essa empresa conseguiu adquirir clientes nesses grandes mercados,

apresentando para isso um produto com nível elevado de qualidade e preços competitivos, baseando-nos em informações adquiridas na pesquisa de campo.

Ressaltamos que, conforme nos foi transmitido pelo gerente de produção, apesar do intenso investimento na compra de equipamentos, o diferencial da Frangos Pioneiro nesses cortes especiais é que os mesmos são realizados pelas mãos dos funcionários. Desta forma, conforme salienta o referido gerente, enquanto que outras empresas do ramo automatizam a maior parte dos processos do corte da carne de frango, o Grupo Pioneiro optou por manter os cortes realizados à mão, que por sua vez acreditam ter uma precisão maior.

Sendo assim, atualmente a Frangos Pioneiro emprega 2,6 mil funcionários, oriundos de 14 municípios vizinhos de Joaquim Távora, que realizam todos os dias da semana esse trajeto até a planta industrial de abate de frangos. Da mesma forma que o fluxo de capital investido gerou uma ampliação da capacidade produtiva da Frangos Pioneiro, o mesmo capital possibilitou o aumento das vagas de emprego gradativamente ao longo dos anos.

Os dados organizados na tabela 36 demonstram claramente a evolução da abertura de postos de trabalho na referida empresa, vindo a complementar as colocações do gerente de produção, quando enfatiza que o diferencial da marca Pioneiro são os cortes precisos na carne do frango executadas por seus funcionários.

Sendo assim, conforme novos mercados vão sendo abertos, a capacidade de abate também expande-se, acabando por ampliar o número de funcionários, pois a modernização da estrutura produtiva não se alastrou por todas as etapas do processo produtivo como ocorreu com grande parte dos frigoríficos do Brasil.

Tabela 36 – Número de funcionários da empresa Frangos Pioneiro

Ano	Quantidade de Funcionários
2008	912
2009	907
2010	991
2011	1115
2012	1264
2013	1826
2014	2026
2015	2245
2016	2397

Fonte: Organizada pelo autor a partir do Grupo Pioneiro (2017)

Assim como a tabela 36 mostra como a quantidade de funcionários da empresa Frangos Pioneiro teve um acréscimo de 163% em um intervalo de nove anos, a tabela 37 aponta como foi o comportamento produtivo dessa empresa.

Tabela 37 – Quantidade produzida pela empresa Frangos Pioneiro

Ano	Quantidade produzida (kg)
2009	34.753.344
2010	40.913.469
2011	44.508.508
2012	50.457.036
2013	68.230.619
2014	88.094.017
2015	99.246.233
2016	108.004.488

Fonte: Organizada pelo autor a partir do Grupo Pioneiro (2017)

A partir do ano de 2011, quando novos investimentos são realizados na estrutura produtiva da referida empresa, podemos notar um avanço de 143% na quantidade produzida até o ano de 2016, ou seja, isto representa uma expansão produtiva que acabou tornando a Frangos Pioneiro uma referência neste setor na região norte do Paraná. É importante destacarmos que com a ampliação da capacidade produtiva, o Grupo Pioneiro investiu na diversificação da produção, e através disso, inseriu no mercado externo e interno diversos produtos originados de cortes especiais do frango, totalizando 65 produtos, mais os produtos da Maná Alimentos, que processam 12 tipos de embutidos.

Diante desse quadro de fluxo de capital do BNDES para o Grupo Pioneiro, que é uma das principais representantes da cadeia produtiva avícola do Norte Pioneiro do Paraná, podemos afirmar que o capital dessa instituição financeira foi preponderante para a expansão industrial do referido grupo e possibilitou novas dinâmicas produtivas regionais como o aumento da produção de frangos, juntamente com a própria mudança na base do crédito rural nas Microrregiões de Wenceslau Braz e Ibaiti, através do efetivo aumento do fluxo de crédito para as atividades pecuárias.

3.4 Cadeia produtiva do suco de laranja

A cadeia produtiva do suco de laranja é um dos grandes seguimentos do agronegócio brasileiro, sendo responsável por um movimento de reprodução ampliada do capital de grandes proporções. Ao longo dos anos essa cadeia produtiva foi sendo aprimorada através do melhoramentos da qualidade da fruta, aumentando a eficiência do plantio até a colheita e também da entrada de intensos fluxos de capitais nacionais, no que se refere ao processamento da laranja. Conforme aponta Sabes (2012, p.97-98) a referida cadeia produtiva no Brasil pode ser dividida em:

[...] três grandes seguimentos, que podem ser chamados de macrossegmentos de produção de matérias-primas (ou macrossegmento rural), industrialização (macrossegmento industrial) e comercialização (ou macrossegmento de distribuição). O macrossegmento rural pode ser representado pelas fazendas produtoras de laranja. Já o macrossegmento industrial pode ser representado pelas usinas produtoras de SLCC, bem como pelos engarrafadores de suco e fabricantes de bebidas de frutas, que são os principais compradores de SLCC. Por sua vez, o macrossegmento de distribuição pode ser representado pelos supermercados que disponibilizam o suco de laranja industrializado para os consumidores finais.

De acordo com Sampaio (2008) a citricultura comercial brasileira começou a tomar impulso tornando-se importante como atividade agrícola já nas primeiras décadas do século XX, ocupando os espaços que antes eram direcionados ao plantio de café, principalmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Conforme aponta Sampaio (2008, p.1) “a década de 30 foi um período áureo para a citricultura. A produção foi crescente, consolidando-se o caráter comercial dessa atividade”.

A partir da sua consolidação comercial, novas dinâmicas produtivas foram estabelecendo-se, culminando na ascensão de novos agentes produtivos dentro dessa cadeia produtiva, principalmente a partir da década de 1950. Destacando-se aqui a figura dos imigrantes que além de atuarem na comercialização passaram também a se dedicar ao plantio, conforme aponta Sampaio (2008, p. 3-4):

Na década de 1950 esses comerciantes passam a não só atuar no setor comercial, mas também a cultivar seus próprios pomares. Carl Fischer plantou seu primeiro pomar em Limeira no ano de 1950 e José Cutrale Júnior comprou sua primeira fazenda em 1952, no município de Bebedouro. Ambos atuavam no comércio da fruta, Fischer como exportador e Cutrale como vendedor para o mercado interno. Ambos se tornarão proprietários das

gigantes do setor de suco concentrado: a Sucocítrico Cutrale e a Citrosuco, as duas maiores empresas de produção de suco de laranja do mundo.

Relacionando o processo de comercialização com a consolidação do processamento da laranja, Margarido (1996, p. 52) faz a seguinte observação:

Apesar de a produção e a comercialização da laranja não serem um fato recente no processo de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, foi somente a partir da década de 70, com a implantação, expansão e posterior consolidação da agroindústria processadora de suco de laranja, que a cultura comercial da laranja passou a desempenhar papel de destaque na economia brasileira através de seu elevado efeito multiplicador, tanto em nível interno, via geração de empregos diretos e indiretos, bem como externamente, proporcionando entradas de divisas essenciais para o País honrar com seus compromissos financeiros internacionais.

Isto demonstra como o processamento de suco de laranja acabou agregando outros elos para a referida cadeia produtiva, ampliando a escala de atuação e, conseqüentemente, permitindo que novos atores se incorporassem nesse processo de reprodução de capital. Ainda de acordo com Margarido (1996), nesta mesma década de 70, os Estados Unidos ainda se mantinham como líder na produção de laranja e o Brasil bem próximo deles, mas durante a década de 80 a produção de laranja brasileira acabou superando a americana.

Ainda relacionado a este período de avanço na industrialização do suco da laranja, em suas análises sobre os períodos da citricultura brasileira, Sampaio (2008, p. 5) traz a seguinte contribuição:

O quarto período que identificamos, que se inicia em 1962, tem como marco o início da industrialização da laranja. É nesse período que o mercado externo se torna mais importante que o interno, devido à demanda do suco concentrado de laranja. É o momento em que se dá a submissão da citricultura pela indústria de sucos e que a indústria passa a comandar o processo de acumulação de capital no setor.

Sendo assim, o referido autor destaca que esse período foi de fundamental importância dentro do processo de domínio da indústria de sucos sob os produtores de laranja, em cuja base de sustentação foi a demanda crescente por este produto. Ressaltamos que a expansão da produção de laranja e o conseqüente desenvolvimento das indústrias de processamento desta fruta, deu-se no Estado de São Paulo, cuja concentração espacial se fortaleceu com o passar dos anos, uma vez

que “o Estado de São Paulo em 1990 era responsável por 78% da área colhida da laranja no país e em 1996 representou 84% da produção nacional (SEREIA et.al., 2004, p. 63)”.

Partindo do contexto de avanço das indústrias de processamento de laranja no Brasil nos anos 80, somado à grande produção da fruta, em 1983 é iniciado o projeto de desenvolvimento da citricultura no Estado do Paraná durante o governo de José Richa, vindo a ser regulamentado somente no governo de Álvaro Dias, a partir de um estudo desta cultura realizado pelo IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná) (LOURENÇO, 2007).

No que se refere a localização da citricultura no Paraná, Ribeiro (2011, p. 16) aponta que:

A citricultura no estado do Paraná está localizada, principalmente, nas regiões norte, noroeste e leste, porém com características distintas. Nas regiões noroeste e norte do Estado se estabeleceu o cultivo de laranjas para fins industriais, com área de aproximadamente 21,0 mil hectares. Em contrapartida, na região leste, no Vale do Ribeira, se estabeleceu a exploração de tangerinas tendo como destino o mercado de frutas frescas. No leste, as tangerinas são exploradas de forma extrativista pelos aproximadamente 3,6 mil agricultores, sendo o município de Cerro Azul o principal produtor, ocupando uma área de 10,0 mil hectares.

Entretanto, a citricultura demorou quase duas décadas para se desenvolver plenamente em virtude da presença da doença Cancro Cítrico. Sobre essa temática é importante destacar que as cooperativas do norte do Paraná tentaram superar os limites impostos por essa doença, mas encontraram muitas dificuldades:

Na década de 1980, iniciou-se o plantio de laranja e a produção de suco concentrado na década de 1990, direcionada ao mercado internacional. Essa atividade desenvolveu-se a partir da proposta de incentivo do governo do Estado às cooperativas do noroeste do Paraná (Cocamar, Cotia e Copagra). O governo prometeu participar financeiramente do projeto de apoio às cooperativas, caso incentivassem o plantio de laranja do Estado, a despeito da não erradicação do cancro cítrico e dos riscos do negócio. Porém, a promessa institucional não foi cumprida e a Cocamar, para não deixar os produtores sem ter como escoar a produção, decidiu ir adiante com o projeto, concentrando mais esforços financeiros que os esperados. Houve muitas dificuldades para a implantação da indústria, pois, além da falta de apoio financeiro do BNDES, a produção de laranja no Paraná era problemática, face à polêmica da convivência dos pomares com cancro cítrico (SILVA; SAES, 2008, p. 316).

A partir da década de 1990 a doença Cancro Cítrico foi erradicada dos laranjais do norte do Paraná devido aos estudos desenvolvidos pelo IAPAR em parceria com a Cocamar. Desta forma, com a ausência dessa doença que atacava os laranjais

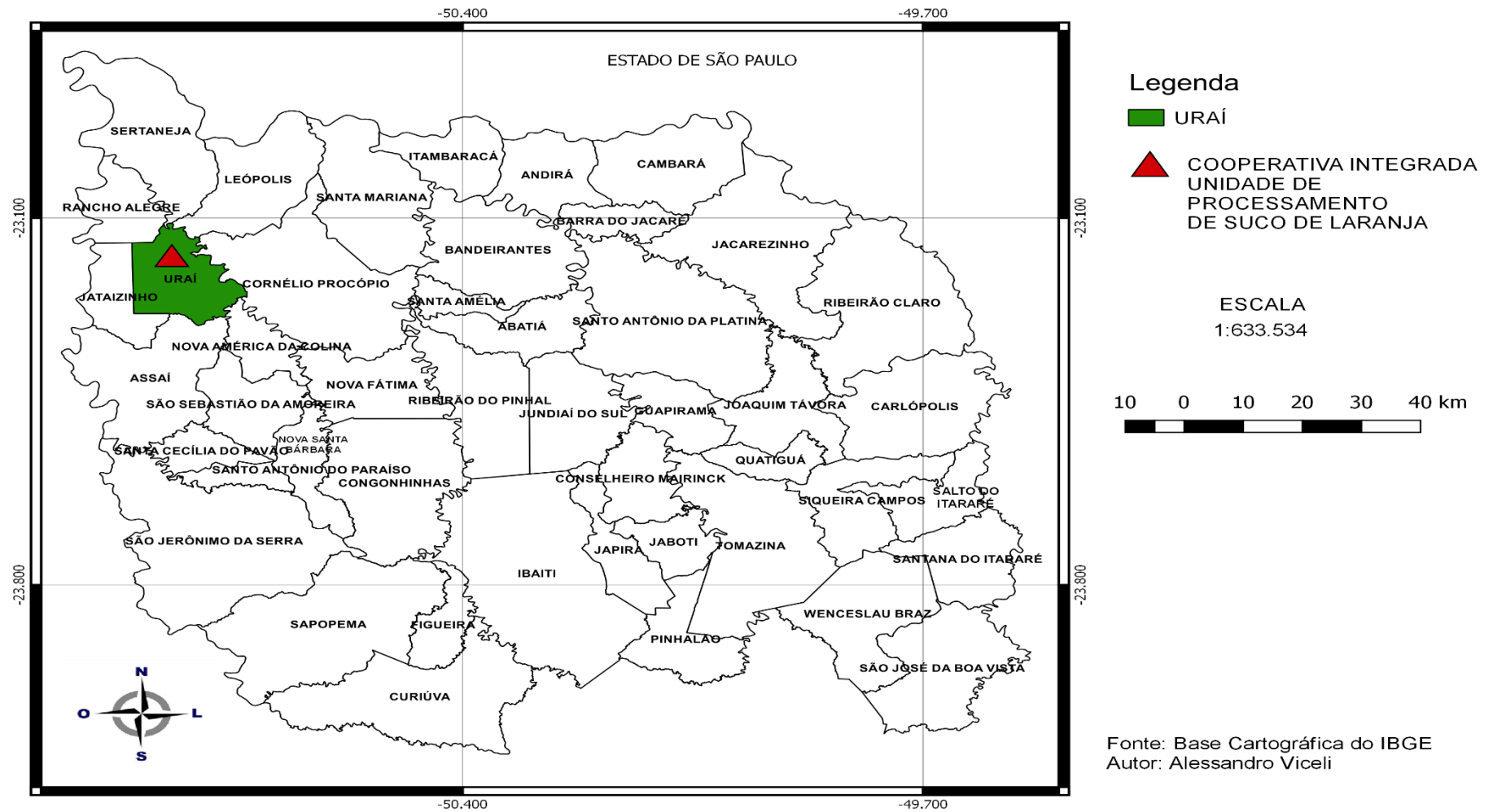
paranaenses, essa atividade produtiva passou a expandir-se paulatinamente, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1990. É importante destacar ainda que, neste mesmo contexto da década de 1990, se aprofundou no estado de São Paulo uma doença na laranja chamada “amarelinho” que culminou no “deslocamento dos novos plantios para outras áreas do estado e para outros estados como Paraná, Minas Gerais e Sergipe (SEREIA et.al., 2004, p. 64)”.

A partir da década de 1990 e início dos anos 2000 começam a ser implantadas no estado do Paraná as principais plantas industriais de processamento da laranja para obtenção do suco. Conforme aponta Sabes (2012), no ano de 1994 a COCAMAR inaugurou a sua planta industrial de processamento de suco de laranja concentrado e congelado no município de Paranavaí, logo depois, no ano 2000, a empresa CITRI implantou a sua unidade de processamento no mesmo município. Fechando esse ciclo de indústrias de processamento de suco de laranja, a cooperativa COROL (Cooperativa Agroindustrial) deu início ao funcionamento de sua planta industrial no município de Rolândia (SABES, 2012).

Seguindo essa evolução do setor processamento de suco de laranja no Paraná nos anos 2000, a Cooperativa Integrada começou a gestar o seu projeto de implantação de uma unidade industrial voltada para esta atividade, conforme informações que nos foram repassadas pelo gerente²⁷ da Unidade de processamento de suco de laranja desta cooperativa, localizada no município de Uraí. “A diversificação da atividade agrícola é outro foco importante da INTEGRADA. O projeto Sucos vem consolidando a citricultura na região Norte do Estado, mostrando que a laranja é uma boa alternativa de renda e se adapta muito bem ao solo e clima da região (COOPERATIVA INTEGRADA, 2012, p. 3)”. Assim como as demais cooperativas do estado do Paraná que atuam de maneira empreendedora, buscando a diversificação de sua produção, a Cooperativa Integrada também se colocou na condição de atuar de forma a ampliar a sua base produtiva.

²⁷ Informações obtidas através de pesquisa de campo realizada na Unidade de processamento de suco de laranja no município de Uraí.

Mapa 10 - Município onde está instalada a Unidade de Suco da Cooperativa Integrada



É interessante apontarmos que este projeto da Cooperativa Integrada esteve estritamente ligado com duas conjunturas determinantes. A primeira delas foi a erradicação da cultura do rami no município de Uraí e região.

Uraí e os municípios do seu entorno que se dedicavam à produção de rami, acabaram perdendo essa cultura base, que permitia o intenso movimento de reprodução de capital nesses espaços. A partir da extinção do rami os produtores rurais dessas localidades passaram a investir na produção de soja e milho, como forma de superar as perdas ocasionadas nos anos anteriores em virtude do rami. Sendo assim, de acordo com o referido gerente, diante desse contexto a Cooperativa Integrada avança na ideia de produzir laranja em Uraí e processar essa matéria-prima.

Apesar da substituição das áreas que antes eram de rami, por soja e milho, havia o problema da geração de empregos, pois a produção da fibra demandava de grande número de pessoas, algo que não acontece com a cultura desses grãos. Conforme salienta o gerente da unidade, essa era uma das preocupações do Prefeito Susumo Itimura, a partir do ano 2005, seria necessário a gestação de uma nova atividade capaz de recuperar uma parte dos empregos extintos com o rami.

A segunda conjuntura acontece com a queda no preço das commodities, mais precisamente entre 2007 e início de 2008, e a partir daí a Cooperativa Integrada consegue executar o seu projeto de produção de laranja. Devido ao cenário da baixa de preços das commodities, os proprietários rurais de Uraí e municípios vizinhos, cooperados da Integrada, aderiram à ideia do plantio da laranja, com clara intensão de aumentarem sua lucratividade e começam então a plantar os primeiros pés de laranja no ano de 2008. O gerente da unidade ainda enfatizou que vários produtores rurais passaram a plantar pés de laranja, acreditando no projeto da Cooperativa Integrada.

A intensidade do plantio de pés de laranja nos anos de 2008 e 2009 não se repetiu em 2010, pois, nesse ano, o preço das commodities acabou elevando-se e fez com que vários proprietários rurais de Uraí abandonassem o projeto de produção de laranjas da Cooperativa Integrada, uma vez que os ganhos com essas culturas são imediatos, o que difere da cultura da laranja que necessita de 4 a 5 anos para que o produtor obtenha um ganho considerável, salienta o referido gerente. O outro fator, foi a crise econômica internacional do ano de 2008 “que também deixou marcas na cadeia citrícola, levando a uma queda significativa em 2009/10 no preço do suco de

laranja”. Essa queda desestimulou os proprietários rurais que estavam pensando em investir na produção de laranjas.

É importante ressaltar que além dos laranjais cultivados pelos cooperados da Integrada de Uraí, haviam proprietários rurais que se dedicavam a esta cultura nos municípios de Assaí, Jataizinho e Cornélio Procópio, em função da atuação da indústria de sucos da Cooperativa Corol. Conforme destaca o Relatório de exercício da referida cooperativa “também investiu em mais uma etapa do Projeto Sucos, com a construção de uma unidade de recebimento, em Cornélio Procópio, seleção e comercialização de laranjas *in natura* (COOPERATIVA INTEGRADA, 2012, p. 3)”. Os números constantes no mesmo relatório apontam que os investimentos na Unidade de Cornélio Procópio, responsável pela coleta da laranja, foi de 2.121.350,05 no ano de 2011. Isto demonstra que houve um salto nos investimentos fomentados pelo Projeto Sucos, pois no ano de 2010 o capital alocado para Cornélio Procópio foi de 760.675,06, ou seja, um incremento de 179% no fluxo de capital (COOPERATIVA INTEGRADA, 2012).

E desta forma, a Cooperativa Integrada aproveitou a estrutura produtiva agrícola do cultivo da laranja e angariou cooperados nessas localidades. Isto garantia uma determinada quantidade de matéria-prima para ser processada na nova unidade industrial da Cooperativa Integrada em Uraí, o que deu maior embasamento para os encaminhamentos seguintes. Sendo assim, a Cooperativa manteve o seu projeto de expansão da cultura da laranja no Norte Pioneiro e deu início à etapa de construção da planta industrial para a fabricação de suco de laranja concentrado congelado.

A construção da planta industrial de processamento de laranja em Uraí teve início no ano de 2012, devido a uma oscilação na produção e no preço das laranjas durante o referido ano, conforme destacou Katsumi Sergio Otaguiri, diretor da área industrial, na matéria publicada pela revista Valor Econômico no ano de 2012:

Otaguiri diz que a construção da indústria de sucos estava prevista para 2013 e os esmagamentos deveriam começar em 2014, mas no ano passado a Integrada teve dificuldade para processar laranjas produzidas por associados. Das 120 mil caixas colhidas, 20 mil foram vendidas no varejo e 100 mil foram esmagadas na indústria que era da Cocamar. Como havia a previsão de chegar a 350 mil caixas em 2012, a fábrica foi antecipada e as obras duraram 135 dias. Mesmo assim, 100 mil caixas da fruta tiveram de ser vendidas. E o mercado não está bom para o produtor (VALOR ECONÔMICO, 2012)

Esse fato demonstra que a Cooperativa Integrada teve de antecipar a construção da unidade industrial no município de Uraí, alterando assim toda a sua plataforma de investimentos traçados dentro do seu planejamento. Na iminência de alocação de capital para implantar a referida planta industrial, a Cooperativa Integrada buscou o apoio do BNDES, principalmente através das linhas de financiamento FINAME e PRODECOOP, conforme destacado na Tabela 38. Como não foram encontradas operações financeiras do tipo indiretas não automáticas desta cooperativa com o BNDES, não foi possível identificar exatamente o fluxo de capital direcionado para a implantação da unidade de processamento de suco de laranja. Nem mesmo na pesquisa de campo, durante a entrevista com o gerente da unidade foi possível captar essa informação.

Tabela 38 – Financiamentos da Cooperativa Integrada junto ao BNDES nos anos de 2011 e 2012

Financiamentos/programas	2011	2012
FINAME	9.063.269,28	7.626.324,97
PRODECOOP	18.920.049,88	8.933.851,46
PROCAP GIRO	124.260.673,83	108.255.261,62
TOTAL	152.243.992,99	124.815.438,05

Fonte: Relatório de exercício da Cooperativa Integrada (2012)

No entanto, de acordo com a matéria publicada pela Folha de Londrina em seu caderno de Economia e Negócios, no dia 30/01/2013, a Cooperativa Integrada:

[...] contratou R\$ 40 milhões em agentes como o BNDES e o Banco do Brasil, para investir na construção de indústrias de processamento de milho, de suco de laranja e na melhoria de unidades de recebimento de grãos. O superintendente da Integrada, Nelson Hashimoto, afirma que o valor representa 60% dos custos e a cooperativa contará com taxa de juros de 5,5% ao ano e prazo de cinco a dez anos para quitar a dívida. "Essa linha (Prodecoop), para nós, é muito importante para impulsionar os investimentos na industrialização da produção", diz (FOLHA DE LONDRINA, 2013).

Isto nos apresenta uma importante informação relacionado ao fluxo de capital oriundo do BNDES para a construção da unidade industrial de processamento de suco de laranja em Uraí, em que boa parte do capital mobilizado para a implantação da referida planta teve como fonte esta instituição financeira. No que se refere aos números expostos no quadro 08, é importante chamarmos a atenção para o fato de que tanto os financiamentos do FINAME quanto do PRODECOOP apresentaram um volume maior de capital durante ao ano de 2011, se compararmos ao ano de 2012.

Isto se estabeleceu justamente pela antecipação do projeto de construção da unidade industrial em Uraí, cuja alocação de capital se deu no final de 2011 para iniciar a construção no ano seguinte.

Desta forma, diante de um contexto em que a Cooperativa Integrada deveria acelerar o processo de construção dessa unidade industrial, por causa dos fatos expostos anteriormente, o BNDES teve um papel fundamental na antecipação dos planos dessa cooperativa, disponibilizando um montante de capital necessário para a concretização dessa etapa.

Em relação ao capital investido na unidade industrial da Cooperativa Integrada em Uraí, a Tabela 39 aponta exatamente o que foi direcionado para esse novo empreendimento da cooperativa.

Tabela 39 – Investimento da Cooperativa Integrada na unidade industrial de processamento de suco em Uraí

ANO	VALOR
2012	4.197.102,33
2013	9.342.389,88
2014	4.750.476,90
2015	3.898.629,37
Total	22.188.598,48

Fonte: Relatório de exercício da Cooperativa Integrada (2012; 2013; 2014; 2015)

Estes são os fluxos de capital que saíram do caixa da Cooperativa Integrada, para complementar os recursos oriundos do BNDES. É interessante observar que o ano de 2013 se destaca entre os demais anos, com uma elevação de 123% se comparado com o ano de 2012. Isto se deve aos incrementos realizados na referida unidade produtiva como a compra de novos maquinários, ampliação e aprimoramento da parte estrutural da planta industrial e expansão dos sistemas de automação e dos sistemas de armazenamento do produto. Quando essa unidade industrial começou a funcionar em fins de 2012, ainda faltavam vários itens para que a mesma estivesse completa e em plena capacidade de processar as quantidades planejadas de laranjas.

Por outro lado, percebe-se a queda do fluxo de capital para a unidade industrial de Uraí a partir de 2014, justamente em razão da consolidação dessa planta com os altos investimentos do ano de 2013, definindo assim um determinado perfil produtivo capaz de processar 2,2 milhões de caixas de laranjas de 40,8 kg durante o ano safra, conforme ressalta o gerente desta unidade da Cooperativa Integrada.

Esses investimentos realizados na referida planta industrial, que totalizaram R\$ 22.188.598,48, representam 9,1% do total de fluxo de capital que a Cooperativa Integrada direcionou para as suas 77 unidades, que por sua vez englobam as unidades industriais e também as de recebimento de matéria-prima.

Diante disso, podemos considerar que esses fluxos de capitais para a unidade industrial de Uraí foram médios, se considerarmos as demais unidades dessa cooperativa. No entanto, também, há de se considerar que, conforme ressaltou o referido gerente, essa planta industrial foi construída em módulos, o que facilita uma possível ampliação da estrutura de processamento da matéria prima.

Sendo assim, tendo como base as informações transmitidas pelo gerente, acrescidas das informações contidas nos noticiários, acredita-se que o fluxo de capital direcionado para Uraí condiz com uma estrutura industrial montada para processar 2,2 milhões de caixas de laranja, ou seja, os investimentos nessa unidade estão dentro da normalidade, levando-se em consideração a oferta dessa matéria prima e o mercado para este produto industrializado.

A Tabela 40 mostra o fluxo de capital do BNDES para a Cooperativa Integrada a partir do ano de 2013, ano este que, conforme destacado acima, foi um dos destaques no que diz respeito ao montante de capital para a unidade industrial de Uraí.

Tabela 40 – Financiamentos da Cooperativa Integrada junto ao BNDES nos anos de 2013 a 2016

Financiamentos /programas	2013	2014	2015	2016
FINAME	32.970.151,79	37.078.942,21	33.369.704,01	27.661.329,61
PRODECOOP	54.890.881,95	87.543.035,15	95.966.127,35	94.776.814,94
PROCAP GIRO	133.890.157,12	95.018.008,18	77.360.101,88	59.698.090,87
Programa para construção de Armazéns	-----	15.192.111,25	29.833.822,85	31.089.297,83
TOTAL	221.751.190,86	234.832.096,79	236.529.756,09	213.225.533,25

Fonte: Relatórios de exercício da Cooperativa Integrada (2013; 2014; 2015; 2016)

No programa FINAME houve um acréscimo de 332% no montante de capital desta instituição financeira em relação a 2012 para a cooperativa. Já no capital pertencente ao programa PRODECOOP, o acréscimo girou entorno de 514%. Somente no PROCAP Giro a diferença entre o ano de 2012 para 2013 foi de 24%.

Toda essa dinâmica de fluxo de capital, que se amplia principalmente a partir de 2013, retratam o cenário de investimentos da Cooperativa Integrada direcionados para a sua plataforma agroindustrial, representados principalmente pela unidade de processamento de suco de laranja em Uraí e também pela construção da moderna planta industrial de processamento de milho em Andirá, na Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná foi onde esse capital acabou se materializando no espaço.

É possível observar no quadro 10 que o FINAME teve o seu ápice no direcionamento de capital para a Cooperativa Integrada no ano de 2014, justamente no momento da consolidação da estrutura dos equipamentos da unidade industrial de Uraí, ou seja, apesar de não termos o montante certo que foi dirigido para esta unidade, presume-se que a mesma drenou uma parte desses recursos.

A partir desse nível mais alto do FINAME atingido em 2014, o fluxo passa a seguir uma trajetória decrescente, pois com a estrutura industrial consolidada na maior parte de suas unidades industriais, a Cooperativa Integrada passa a diminuir o aporte de capital referente a esta linha de financiamento.

O mesmo movimento pode ser identificado na linha de financiamento PROCAP Giro, que passou para uma trajetória decrescente a partir de 2013. Como os investimentos nos empreendimentos industriais desta Cooperativa foram realizados de forma intensiva até 2014, necessitando desse reforço de caixa para dar prosseguimento aos seus planos de agroindustrialização e mantendo a sua saúde financeira.

Por outro lado, tanto o PRODECOOP quanto o Programa para a construção de Armazéns apresentaram uma evolução no direcionamento de capital do BNDES para a Cooperativa Integrada. O aumento nesse segundo programa está relacionado ao aprimoramento e a construção de novas unidades de armazenamento, conforme consta no relatório de exercício do ano de 2014:

Em 2014, a Integrada bateu o seu recorde, atingindo mais de 1,7 milhão de toneladas recebidas. Para acompanhar esse crescimento, a cooperativa manteve seus investimentos estratégicos em Unidades de Recebimento, com a inauguração das unidades da Prata, em Cambé e Rio Verde, em Ubatã. Também foram feitas ampliações e melhorias em diversas unidades, agilizando o recebimento dos associados e gerando economia de custos operacionais (COOPERATIVA INTEGRADA, 2015, p.5).

De forma coordenada e planejada o fluxo de capital do BNDES foi sendo direcionado para áreas estratégicas da Cooperativa Integrada, principalmente nas

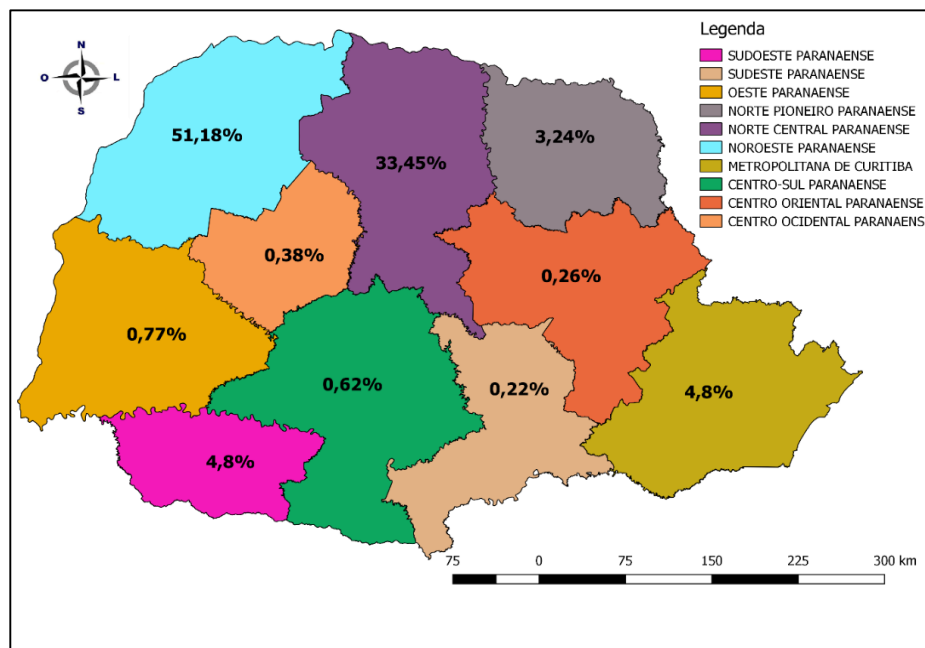
unidades de recebimento, instaladas em áreas de eixos logísticos importantes, conforme podemos observar no seguinte excerto, que se refere aos investimentos da cooperativa em 2015:

A Integrada inaugurou também a Unidade Maringá II, pertencente à Regional Maringá. Estrategicamente localizada, a unidade propicia uma maior agilidade no recebimento da produção dos cooperados da região e redução dos custos operacionais. A cooperativa investiu também na melhoria e ampliação de diversas outras unidades de recebimento e negócios em toda a nossa área de atuação. Seguindo o planejamento estratégico traçado para 2020, a Integrada deu um passo importante e atravessou as fronteiras do Paraná, abrindo duas unidades em solo paulista. Com o objetivo de atender os cooperados e produtores daquela área, as unidades de Campos Novos Paulista e Ribeirão do Sul já mostraram em números todo o potencial agrícola daquela região (COOPERATIVA INTEGRADA, 2016, p.5).

Essa expansão espacial da Cooperativa Integrada, através dessas unidades de recebimento de matéria prima, cria cenários propícios para o movimento de reprodução ampliada do capital, o que acaba permitindo o direcionamento de investimentos em processos industriais de agregação de valor à produção agrícola. Isto nos possibilita afirmar que, apesar de parecer que não há nenhuma relação da inauguração dessas unidades de recebimento com a unidade industrial de Uraí, todas as diretrizes de investimentos da Cooperativa Integrada materializam-se estrategicamente de forma conjunta e o BNDES exerce uma função de alavanca para os novos empreendimentos dessa cooperativa.

A referida unidade industrial processou aproximadamente em 2014 e 2015, 1 milhão e 300 mil caixas de laranja, ou seja, a mesma operou sem atingir ainda a sua capacidade produtiva plena. Isto se fez em virtude da própria oferta de laranja na região. Conforme destacado pelo gerente, metade dessas laranjas que foram processadas nestes anos são produzidas em Uraí e em municípios vizinhos, como já destacado anteriormente. E a outra metade da laranja processada veio de áreas mais distantes, principalmente de Paranavaí e municípios do seu entorno, como também de alguns municípios do Estado de São Paulo, principalmente Iaras e Botucatu. A falta de laranja na região, que não dá conta da capacidade de processamento da unidade industrial da Cooperativa Integrada, acaba se tornando um fator que encarece esse produto industrializado da cooperativa. O gerente da unidade ainda afirma que o frete acaba tornando a laranja mais cara e isso impacta no custo da produção, diminuindo assim a taxa de lucro da cooperativa.

Mapa 11 – Porcentagem da produção de laranja por Mesorregião no Estado do Paraná – valores acumulados entre 2001 a 2016



Fonte: Base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Elaborado pelo autor.

O Mapa 11 demonstra a espacialização da produção de laranja no Estado do Paraná, onde há o destaque para a Mesorregião Noroeste que possui 51,18% da produção do estado, seguido pelo Norte Central com 33,45%, e de fato isso justifica a presença das grandes empresas de processamento de laranja nestas duas mesorregiões.

O Norte Pioneiro do Paraná ocupa a quinta colocação na produção de laranja, fazendo com que a Cooperativa Integrada busque a matéria prima nessas regiões destacadas acima. É interessante observar que até mesmo a mesorregião Metropolitana de Curitiba fica na frente do Norte Pioneiro na produção de laranja, conforme os números da produção acumulada de 2001 a 2016. Desta forma, nota-se que a Cooperativa Integrada tem um grande obstáculo, isto é, o de fomentar o aumento da produção desta fruta no Norte Pioneiro. A tabela 41 mostra a produção de laranja na referida mesorregião, numa comparação com a produção a nível estadual.

Tabela 41 – Produção de laranja (toneladas) no Norte Pioneiro do Paraná

Ano	Paraná (t)	Norte Pioneiro (t)	% na produção estadual	Área colhida (ha) Norte Pioneiro	Percentual acumulado da produção do Paraná	Percentual acumulado da produção do Norte Pioneiro
2001	302.306	7.963	2,63%	452	100%	100%
2002	393.668	8.925	2,26%	503	130,2%	112,1%
2003	349.202	8.044	2,30%	426	118,9%	102,2%
2004	397.939	7.723	1,94%	442	132,9%	98,2%
2005	375.309	7.737	2,06%	412	127,2%	98,4%
2006	408.116	7.408	1,81%	397	135,9%	94,2%
2007	502.979	13.741	2,73%	794	159,2%	179,6%
2008	517.400	9.369	1,81%	459	162%	147,8%
2009	520.000	6.563	1,26%	375	162,6%	117,9%
2010	587.740	16.719	2,84%	982	175,6%	272,6%
2011	784.543	37.343	4,75%	2.206	209,1%	396%
2012	913.214	38.292	4,19%	2.170	225,5%	398,5%
2013	976.503	41.121	4,21%	2.460	232,4%	405,9%
2014	979.682	38.834	3,96%	2.176	232,7%	400,4%
2015	903.195	40.035	4,43%	1.761	224,9%	403,5%
2016	741.381	40.027	5,39%	1.717	207%	403,4%
TOTAL	9.653.177	329.844	-----	-----	-----	-----

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2017). Elaborado pelo autor.

A tabela 41 aponta uma estabilidade na produção de laranja no Norte Pioneiro durante os anos de 2001 a 2006, sempre mantendo-se entre sete a quase nove mil toneladas por ano, e a mesma estabilidade apresentada a nível de produção estadual. A grande alteração nesse cenário pode ser observada a partir do ano de 2010, com salto na produção de 154,75% em relação ao ano anterior, em cuja elevação se deu também na área colhida de laranja, que passou de 375 ha para 982 ha em 2010.

Em relação ao Paraná é possível observar que o ritmo de crescimento da produção da laranja teve menor percentual do que o apresentado pelo Norte Pioneiro, pois em 2016 o Paraná registrou 207% de crescimento acumulado e o Norte Pioneiro 403,4%. A área colhida a partir do ano de 2011 apresentou um acréscimo de 124,64% em relação ao ano de 2010, e isso explica parcialmente a elevação da produção de laranja na referida região.

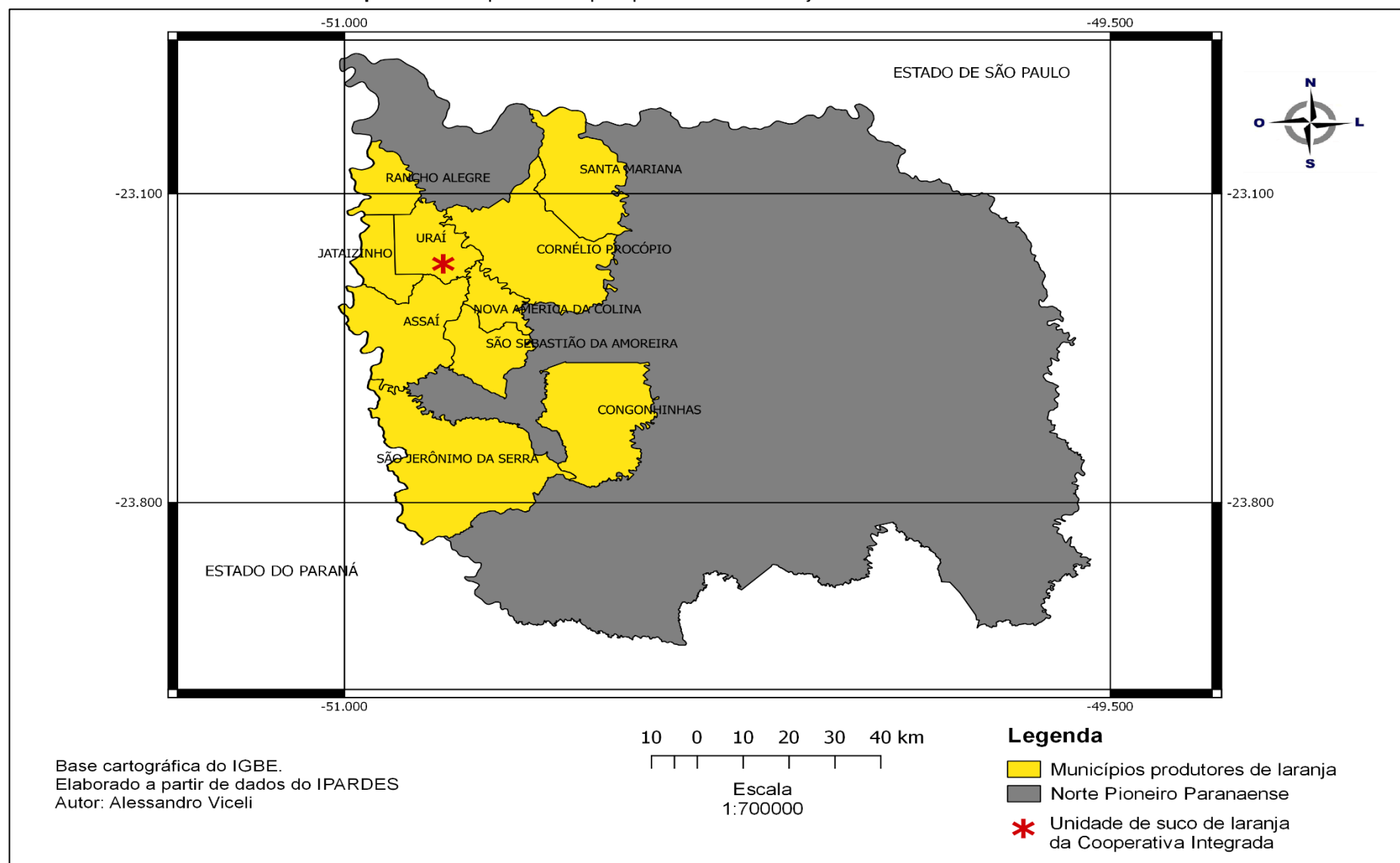
Os números expostos na tabela 41, principalmente no que se refere a elevação da produção de laranja a partir do ano de 2010, pode ter influenciado na antecipação da construção da unidade industrial no município de Uraí, que estava prevista para 2013 e foi construída em 2012, mesmo o Norte Pioneiro fornecendo uma parte da matéria prima que seria processada por essa unidade. Isto nos possibilita constatar que há uma estreita relação entre a dinâmica espacial da produção de laranja no Norte Pioneiro do Paraná com a alocação de capital via BNDES por parte da Cooperativa Integrada, que, com seu Projeto de Sucos, observou o que a região poderia oferecer em termos de matéria prima e assim investiu na construção de uma unidade de processamento de suco de laranja. Como já foi mencionado anteriormente, no ano de 2008, houve o plantio dos laranjais no Norte Pioneiro através dos produtores cooperados a Cooperativa Integrada, e desta forma, os mesmos começaram a produzir a partir do ano de 2011, uma vez que o pé de laranja começa a produzir a partir do terceiro ano. Isso nos indica a tendência de que provavelmente nas próximas safras da laranja, haverá um aumento na produção, pois conforme os laranjais vão atingindo uma determinada maturidade a tendência é de que haja um acréscimo produtivo. Como é importante apontar espacialmente onde houve esse aumento na produção de laranjas no Norte Pioneiro, a tabela 42 apresenta os municípios onde ocorreram essas elevações.

Tabela 42 – Principais municípios produtores de laranja (toneladas) no Norte Pioneiro do Paraná – (2001 a 2016)

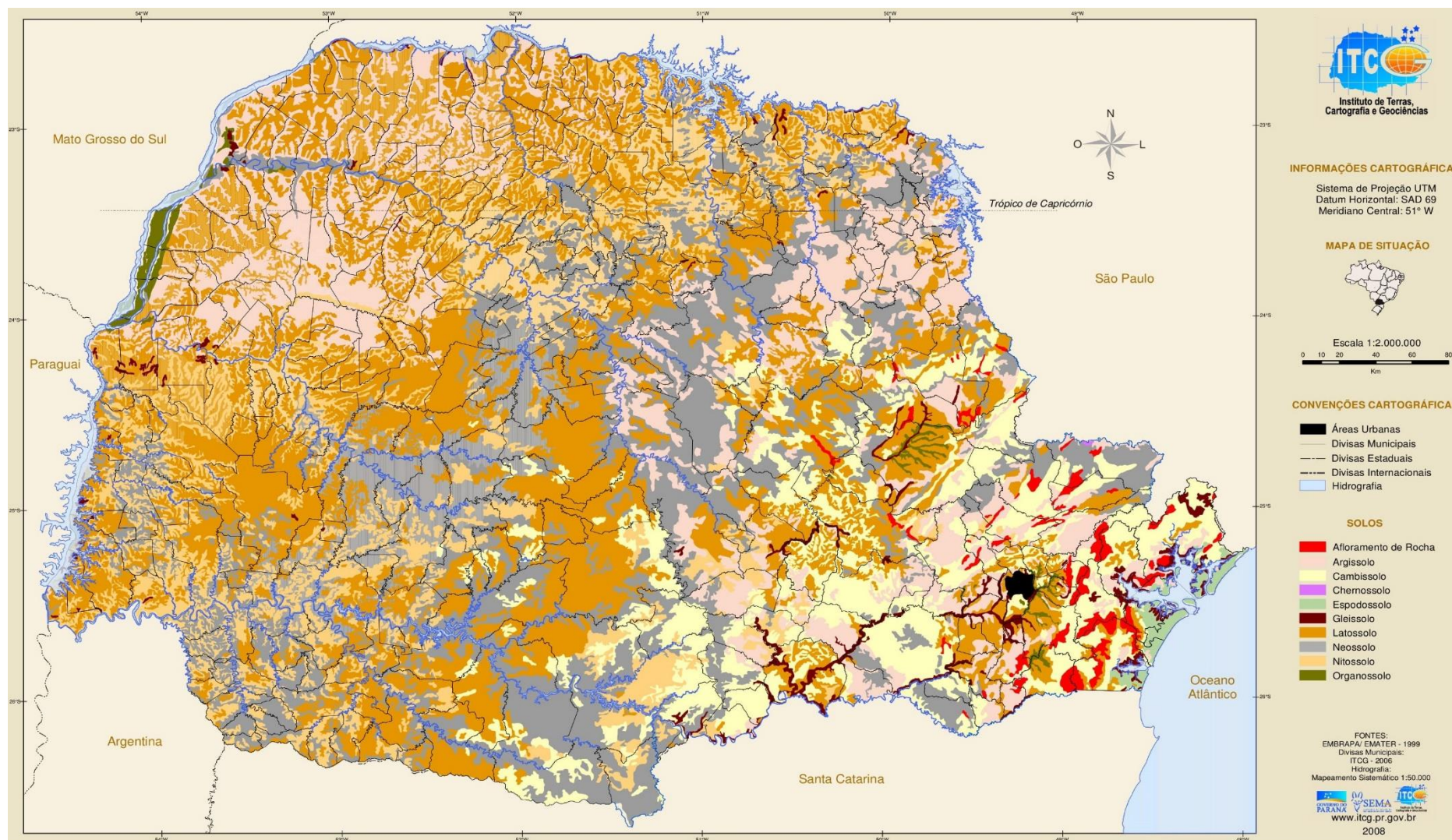
Ano/Município	Assaí	Congonhinhas	Cornélio Procópio	Jataizinho	Nova América da Colina	Rancho Alegre	Santa Mariana	São Jerônimo da Serra	São Sebastião da Amoreira	Uraí
2001	13	245	60	476	500	-	-	-	153	48
2002	15	-	17	414	412	-	60	748	-	77
2003	75	-	150	881	1.020	-	40	660	153	116
2004	75	-	150	315	1.012	24	-	660	153	116
2005	75	-	45	528	1.020	24	-	360	153	116
2006	75	-	72	788	960	187	360	-	17	135
2007	1.320	270	1.950	880	1.440	225	360	-	795	330
2008	412	162	67	1.330	477	300	360	180	18	385
2009	410	162.	66	-	462	-	360	-	18	385
2010	1.375	373	1.877	1.310	2.054	474	360	1.626	611	725
2011	4.541	2.487	4.250	2.325	2.055	960	2.997	1.800	1.217	6.000
2012	2.365	2.487	2.183	2.325	2.183	3.248	3.926	1.491	1.433	4.637
2013	4.638	2.326	3.539	2.347	2.171	3.247	3.926	1.467	1.433	4.637
2014	5.400	-	3.346	3.255	2.620	3.038	5.645	970	1.164	5.798
2015	5.400	2.384	2.640	3.255	5.262	2.856	6.000	2.000	1.412	3.036
2016	5.400	2.384	1.980	2.139	5.748	2.632	6.000	2.000	1.412	4.400

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2017). Elaborado pelo autor.

Mapa 12 – Principais municípios produtores de laranja no Norte Pioneiro do Paraná



Mapa 13 – Solos do Estado do Paraná



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (2018)

A tabela 42 aponta em quais municípios do Norte Pioneiro se destacam na produção de laranja a partir de 2001. Observa-se que nestes 10 municípios o ano de 2009 já apresentava uma tendência para a elevação da produção desta fruta. Os anos que precederam a 2009 mantiveram uma relativa baixa produção, com exceção de Nova América da Colina que se destacava na citricultura voltada para frutas de consumo in natura. Assim como já foi mencionado, a Cooperativa Corol, cuja unidade de processamento de suco de laranja estava localizada no município de Rolândia, desempenhou um papel bastante importante nos primeiros passos da expansão da cultura da laranja no Norte Pioneiro, uma vez que, com a necessidade de matéria prima próximo da agroindústria, ela incentivou a produção dessa fruta na região através dos produtores cooperados. Desta forma, o cenário produtivo da laranja nesses municípios possui estreita relação com a Cooperativa Corol, conforme salientado por Paulo Rizzo.

No entanto, conforme destacado na tabela 42, foi nos municípios onde a Cooperativa Integrada atuou fortemente para que se expandisse o plantio de pés de laranja, que houve os maiores ganhos de produção. O plantio realizado em 2008 nesses municípios possibilitou o grande salto produtivo em 2011. Podemos ver que no município de Uraí, a produção de laranja que havia sido de 725 toneladas em 2010, passou para 6.000 toneladas em 2011, ou seja, um crescimento de 728%. Tal salto na produção, também pode ser observado nos municípios de São Sebastião da Amoreira (99,18%), Santa Mariana (733%), Jataizinho (78%), Cornélio Procópio (126,42%), Congonhinhas (567%) e Assaí (230,25%), durante o mesmo ano de 2011.

O mapa 12 aponta a localização espacial desses 10 municípios, principais produtores de laranja no Norte Pioneiro, e de fato podemos perceber que tal produção encontra-se concentrada no entorno da unidade de processamento de suco de laranja, localizada no município de Uraí. Conforme já ressaltado anteriormente, na aproximação da área de produção da laranja junto a unidade de processamento, acaba reduzindo os custos de frete e mantém a taxa de lucro para a Cooperativa Integrada.

Tal concentração espacial se deve também pelas características climáticas, pedológicas e geomorfológicas desta parte da região Norte Pioneiro. Conforme pode ser observado no mapa 13, a produção de laranja na referida região está localizada

em uma área onde há o predomínio de Latossolos, Neossolos e Nitossolos. Para um breve entendimento desses tipos de solos utilizamos o seguinte excerto:

Latossolos – Solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, como resultado de enérgicas transformações do material constitutivo [...]. Neossolos – Solos constituídos por material mineral, não hidromórficos, ou por material orgânico pouco espesso, que não apresentam alterações expressivas em relação ao material originário devido à baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos [...]. Nitossolos – Solos constituídos por material mineral, com horizonte B nítico, textura argilosa ou muito argilosa (teores de argila maiores que 350g/kg de solo a partir do horizonte A) [...] (JACOMINE, 2013, p.169).

A característica comum desses solos é a presença da argila, o que permite uma boa drenagem do solo e maior capacidade de permeabilização devido à porosidade. Apesar dos neossolos em algumas áreas apresentar baixa fertilidade, isso é um fator que pode ser facilmente corrigido através de fertilizantes. É importante destacar, que a área onde há a concentração espacial da produção de laranja no Norte Pioneiro, faz parte do Terceiro Planalto Paranaense, caracterizado por um relevo levemente ondulado, com poucos compartimentos que apresentam grandes declividades. Essas características proporcionam uma boa retenção de água, o que acaba permitindo um bom desenvolvimento dos laranjais nesses municípios do Norte Pioneiro.

Juntamente com os fatores destacados acima, ressaltamos a posição geográfica desses municípios do Norte Pioneiro que são produtores de laranja. Conforme aponta Cunha Sobrinho et. al. (2013, p.13) “apesar da ampla capacidade de adaptação dos citros, as principais áreas produtoras localizam-se em regiões subtropicais, em latitudes superiores a 20°N e 20°S. Essa assertiva é corroborada com o que se observa no Brasil, onde mais de 80% da produção encontra-se acima da latitude 20°S”. Sendo assim, conforme pode ser observado no mapa 03 os referidos municípios encontram-se localizados em latitudes superiores a 23°S. Como esta área localiza-se acima do Trópico de Capricórnio, o clima desta parte da região é caracterizado como temperado, possuindo estações de verão temperado e inverno seco bem definidas, juntamente com um regime de precipitações durante todos os meses do ano. Isto justifica a eficiente produção da laranja nesta parte do Norte Pioneiro, pois essa fruta se desenvolve bem em áreas de clima úmido e com verão

temperado, cuja temperatura ideal para o crescimento se encontra entre 25° a 31°, de acordo com as especificações destacadas pela EMBRAPA.

Além de toda a dinâmica de produção de laranja no Norte Pioneiro influenciar diretamente nas tomadas de decisões e escala de processamento da unidade de Uraí, também se faz necessário traçarmos um perfil de quais foram os resultados no que se refere a receita líquida da referida unidade industrial, como uma forma de analisar a reprodução do capital investido. Desta forma a tabela 43 evidência destaca um balanço financeiro nesta unidade, apontando as despesas e entradas de receitas.

Tabela 43 – Demonstrativo contábil da Unidade de sucos de laranja de Uraí

Receitas e despesas	2014	2015	2016
Ingressos e vendas líquidas	9.803.591,98	29.530.139,37	29.626.199,99
Ingressos e receitas operacionais	467.851,25	1.529.386,98	552.322,61
Dispêndios e custos diretos	8.277.268,25	23.812.087,79	25.066.200,99
Dispêndios e custos indiretos	1.639.869,22	5.804.077,00	3.658.517,21
Sobra/resultado	354.305,76	1.443.361,56	1.453.804,40

Fonte: Relatórios de exercício da Cooperativa Integrada (2014; 2015; 2016)

Através da tabela 43 podemos ver a diferença no item de ingressos e vendas entre o ano de 2014 e os anos de 2015 e 2016. O resultado que constante no exercício contábil de 2014 se refere às vendas do suco processado durante o ano de 2013, uma vez que o ingresso do capital da venda entra no ano seguinte. Ressaltamos que no ano de 2013, conforme destacou o gerente desta unidade, foram processadas aproximadamente 100 mil caixas de laranja. O mesmo se aplica aos anos de 2015 e 2016, cujas safras de 2014 e 2015 foram processadas aproximadamente 1 milhão e 300 mil caixas de laranja, o que contribuiu para um resultado bem próximo de ingresso e vendas líquidas entre esses dois anos.

Sendo assim, o resultado da receita líquida da unidade de sucos de Uraí é proporcional a quantidade de laranja processada durante os anos de 2013, 2014 e 2015. Do ano de 2014 para 2015 houve um crescimento de 307,38% no resultado líquido da referida unidade da Cooperativa Integrada, e de 2015 para 2016

praticamente o resultado foi o mesmo. Esta tabela nos possibilita inferir que o resultado líquido da unidade de suco desta cooperativa, ainda não cobriu o investimento realizado, uma vez que os valores investidos foram muito altos. No entanto se as sobras continuarem nos mesmos níveis de 2015 e 2016, a rentabilidade dessa planta industrial em Uraí será de grande importância para a dinâmica financeira da Cooperativa Integrada, e, conseqüentemente, reforçará o papel do BNDES enquanto instituição financeira provedora do desenvolvimento econômico e social do país.

Toda essa dinâmica do capital que retorna para a Cooperativa na forma líquida é envolvida também por uma complexa estrutura de preços de mercado tanto da laranja, quanto do próprio suco, essa conjuntura é determinante para a taxa de lucro da cooperativa. Sobre essa dinâmica na cadeia produtiva do suco de laranja, Alcantara (2017, p. 28) faz a seguinte observação:

A estrutura de custos no Brasil, nos Estados Unidos e nos demais países produtores de laranja é um aspecto chave na rentabilidade e expansão em longo prazo no setor. Variações no custo de produção alteram a dinâmica da oferta e, por decorrência do preço de equilíbrio do mercado. Um aumento no custo de produção que seja repassado ao preço simplesmente diminui o consumo e obriga uma redução da oferta, ou, no caso o aumento dos custos não seja repassado, deprime a remuneração do produtor até diminuir a oferta nas safras seguintes, exatamente o processo registrado nas últimas safras no Brasil, embora menos acentuado do que nos Estados Unidos. [...]. Ocorre que o custo de produção no Brasil precisa ser considerado na mesma moeda que a cotação internacional do suco de laranja, uma vez que 98% da produção de suco de laranja no Brasil é exportada. O fortalecimento da moeda brasileira em relação ao dólar (e ao euro) fez com que os custos de produção no Brasil, medidos em dólar, crescessem 180%. Neste ponto entra a importância da desvalorização do real em relação ao dólar e ao euro para estabelecer uma nova perspectiva de rentabilidade.

Através desse excerto podemos ver que nessa cadeia há uma estreita relação entre custos de produção, oferta e demanda. Dentro dessa dinâmica o câmbio é um elemento preponderante, pois a sua capacidade de alterar a estrutura da cadeia é extensa, uma vez que a moeda brasileira e o dólar mantêm uma estreita relação, principalmente pelo fato da cotação do preço do suco de laranja ser internacional. Assim, se estabelece um quadro totalmente volátil, em que há um entrelaçamento entre as diversas escalas, possibilitando alterações em toda a cadeia a partir de uma oscilação na taxa de câmbio, juntamente com o preço do suco de laranja que é cotado

pelos grandes *players* deste seguimento, em cujo peso na decisão existe a presença das empresas Citrosuco, Cutrale e Louis Dreyfus, que operam no Brasil.

No entanto, há de se considerar que frente a essa dinâmica de preços, as indústrias processadoras de suco de laranja possuem uma força maior na relação com os produtores da matéria prima:

Os decréscimos de preços da indústria são repassados ao produtor no mesmo período em que ocorre a variação negativa, sendo esse coeficiente estatisticamente significativo a 10% de probabilidade. O coeficiente dos decréscimos dos preços da indústria, defasados em dois períodos, mostra uma variação contrária ao esperado, indicando que a indústria repassa uma queda de preços imediatamente à sua ocorrência aos produtores e depois de dois meses ela volta a recompor os preços dos produtores mesmo que haja quedas nos preços. Nesse caso, é importante observar que o repasse imediato dos decréscimos de preços é maior do que a recomposição realizada de forma defasada; sendo assim, o efeito líquido é de queda menos que proporcional dos preços ao produtor quando o preço da indústria cai (FIGUEIREDO; SOUZA FILHO; PAULLILO, 2013, p.343).

A transferência da variação negativa do preço é repassada de forma quase instantânea ao produtor de laranja, diferente do que se estabelece quando há uma recuperação dos preços da fruta. Tal relação se estrutura justamente devido a posição monopólica que as indústrias processadoras exercem frente aos produtores de laranja.

Dentro desse cenário de variação de preços, o gerente desta unidade de sucos destaca que há uma incapacidade das indústrias processadoras em repassar o aumento dos custos para as empresas engarrafadoras do mercado externo, devido a estabilidade econômica dos seus respectivos países e pela alta capacidade do preço do suco afetarem os consumidores. Acreditamos que essas empresas engarrafadoras que importam o suco de laranja do Brasil não conseguem repassar para o consumidor essa variação dos custos da produção, devido à ampla concorrência entre as empresas deste setor que lá se localizam.

Como a Cooperativa Integrada atua em determinados nichos de mercado, localizados na Ásia e Oriente Médio, ela acaba mantendo uma estabilidade no preço do suco de laranja, com o intuito de fortalecer-se enquanto empresa e tornando-se competitiva nesta linha de mercado. A opção de não atuar nos Estados Unidos e Europa, se faz pela dificuldade em disputar esses mercados com as grandes empresas processadoras de suco de laranja que estão instaladas no Brasil.

Desta forma, a posição das indústrias de processamento dentro da cadeia produtiva do suco de laranja é um dos elementos que permite a uma cooperativa como a Integrada investir na construção de uma planta industrial, contando com o aporte de capital de uma instituição financeira como o BNDES, pois esta lógica transmite uma segurança para o investimento e a alta possibilidade de retorno do capital investido.

Além dessa dinâmica de preços da laranja e do suco, é importante ressaltar que a presença da unidade de suco de laranja em Uraí permitiu a Cooperativa Integrada congregar em seu quadro de sócios mais 120 cooperados, em sua maior parte, pequenos e médios produtores rurais, que produzem laranja nos municípios do Norte Pioneiro destacados no mapa 09. Esses mesmos produtores cooperados, conforme ressaltava o referido gerente, adquirem a grande parte dos insumos necessário para a produção da laranja na própria Cooperativa Integrada, que por sua vez acaba abatendo o valor dos referidos insumos durante o processo de pagamento da laranja levada até a cooperativa. Isto, de certa forma, acaba fortalecendo a cooperativa, pois vende os insumos, obtém uma taxa de lucro sobre eles e parte da laranja fica paga através dessa operação.

No que se refere a crédito rural para os produtores de laranja que fornecem essa matéria prima para a Cooperativa Integrada, grande parte das operações de crédito são realizadas através do Banco Cooperativo Sicoop. A Cooperativa Integrada e o Sicoop firmaram uma parceria no ano de 2016 visando fortalecer os fluxos de crédito rural no Norte do Paraná. Sobre essa parceria entre as duas cooperativas, o gerente administrativo da Cooperativa Integrada, Senhor Akio Cyoia, fez a seguinte afirmação, publicada no site Central Press na data de 26 de junho de 2016:

A parceria entre Sicoop e Integrada já vem sendo trabalhada de longa data, embora agora com maior afinidade. O termo de cooperação vem ao encontro da necessidade do cooperado-produtor, e com esta parceria ele terá maior facilidade de acesso ao crédito, com maior agilidade, gerando resultados positivos para ele, para o Sicoop e também para a Integrada.

Destacamos também que a referida agroindústria possibilita o acionamento do segmento da cadeia produtiva responsável pelo transporte tanto da matéria-prima quanto do próprio deslocamento do suco para o Porto de Paranaguá. O transporte da laranja da propriedade rural até a unidade de processamento é pago pelo produtor, deste modo as empresas e pessoas que trabalham com frete também acabam

inserindo-se dentro da cadeia produtiva do suco de laranja. O mesmo se aplica para as empresas que transportam o suco até o referido porto.

Toda essa dinâmica alavancada por uma estrutura agroindustrial está estritamente ligada ao capital do BNDES, o que por vezes não parece tão nítido, mas que quando adentramos nas relações de produção que se materializam no espaço, os dados e as próprias constatações empíricas acabam apontando essas ramificações proporcionadas em grande parte pelo capital dessa instituição financeira. Por outro lado, optamos por tentar demonstrar através de dados e da bibliografia, que o capital alocado através do BNDES não se instala em espaços que apresentam tantos limites para a sua reprodução. Pois conforme apontado anteriormente, o Norte Pioneiro produz metade da laranja utilizada na unidade de processamento, significando que apresenta possibilidades de expansão na produção dessa fruta.

3.5 Cadeia produtiva do café

Assim como já foi destacado no primeiro capítulo deste trabalho, o café foi um dos elementos base dentro do processo de formação sócio-espacial da Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná. Após os momentos de crise na atividade cafeeira dessa região, a partir do final dos anos 70, nos anos 1990 essa cultura se manteve estável, não apresentando sinais de expansão. No que tange as indústrias de torrefação e moagem de café do Norte Pioneiro, houve um aumento significativo das empresas deste setor no final da década de 1960 e início da década de 1970, em virtude da tutela realizada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) para essas empresas em todo o país. Sobre esse processo de tutela do IBC, Macchione Saes et.al. (2006, p.25) apresenta o seguinte panorama:

Tal entidade não só proporcionou durante longos períodos o fornecimento subsidiado de matéria-prima (café-verde) para as empresas, quando havia excesso de oferta no mercado internacional, como regulava a entrada de firmas no segmento. O auge da intervenção no setor ocorreu entre 1959 e 1971 quando o governo promoveu a “Campanha para o Aumento do consumo Interno de Café”, visando diminuir a pressão do excesso de oferta no mercado externo. As torrefadoras recebiam do IBC o café verde a preço subsidiado e o repasse do subsídio era controlado por meio do tabelamento de preços no varejo. Com a política do governo em fornecer subsídio de acordo com a capacidade instalada da empresa, houve um grande incentivo para o

aumento do número de firmas e para a ampliação da capacidade instalada daquelas que já operavam no mercado.

Pretendia-se dar conta de um estoque de café através da expansão do mercado consumidor interno deste produto, e para isso as indústrias de torrefação e moagem serviam como uma espécie de válvula de escape para a referida cadeia produtiva. No entanto, tal medida de subsídio para essas indústrias acabou gerando desequilíbrios dentro da própria cadeia produtiva, conforme destacado no excerto abaixo:

A intervenção no segmento torrefador distorceu as estruturas de custos das empresas, como também significou um baixo grau de investimento tecnológico para a média da indústria. O mercado protegido resultou no acúmulo de ineficiência e no despreparo tecnológico e gerencial do setor. No plano macro econômico, a política de combate à inflação controlava os preços do café no varejo. O tabelamento de preços, por sua vez, ao fixar um preço único que os varejistas deveriam obedecer, além de descapitalizar as empresas, impediu a adoção de estratégias de segmentação e diferenciação, incentivando a concorrência por preço baixo. Cabe observar que com o tabelamento de preços as empresas passaram adotar, criativamente, uma competição por diferenciação as avessas. Dada a impossibilidade de vender o café torrado e moído por preço superior ao da regulamentação, a maioria das empresas transacionavam dois tipos de café: o tabelado e o de “combate”. Este último era conhecido por sofrer, no processo de fabricação uma torra mais intensa de forma a disfarçar o uso de café verde de má qualidade. Numa estratégia suicida, uma parcela significativa passou a utilizar café verde de má qualidade e a misturar produtos mais baratos (milho, cevada, etc) na composição do café torrado e moído (MACCHIONE SAES et.al., 2006, p.25)

Todo esse contexto de desequilíbrio dentro das indústrias de café torrado e moído, aliado a outros fatores, acabou gerando queda no consumo de café entre os brasileiros. Os autores Zylbersztajn et al. (1993) apontam que mesmo com fim do tabelamento dos preços no ano de 1992, a baixa qualidade do café industrializado brasileiro manteve a queda nas taxas de consumo. No entanto, devemos considerar que, essa queda no consumo de café, também esteve relacionada com o cenário de crise econômica nos anos 80 e início dos anos 90, juntamente com o alto grau de concentração de poder em poucas empresas desse setor.

Para tentar reverter o quadro de queda no consumo interno de café e aumentar a qualidade do produto, a Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC) propôs a criação do Programa de Autofiscalização, que efetivaria uma avaliação da pureza dos cafés produzidos pelas indústrias brasileiras deste segmento, criando com isso o Selo de Pureza Abic (MACCHIONE SAES et.al., 2006). Somado à melhoria da qualidade

do café industrializado no Brasil, as referidas empresas investiram bastante no marketing para reverter a antiga visão que os consumidores tinham da bebida, ou seja, sobre o café torrado e moído das indústrias brasileiras (VEGRO, 1993). Essas medidas permitiram a partir da segunda metade dos anos 1990 um crescimento do consumo de café, pois os consumidores passaram a valorizar o Selo de Pureza da ABIC, que possuía a função de separar os cafés de boa dos de má qualidade. É importante destacar também que esse aumento do consumo do café esteve atrelado à melhoria da renda do brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1990.

Tabela 44 – Brasil – Consumo interno de café em sacas e per capita – (em milhões de sacas de 60 kg)

ANO	Somente torrado/móido	Total inclusive solúvel (milhão de sacas de 60kg)	Consumo Per Capita café verde (kg)	Consumo Per Capita café torrado (kg)
1965	0	8,1	5,91	4,72
1985	6	6,4	2,83	2,27
1990	0	8,2	3,39	2,71
1991	0	8,5	3,47	2,78
1992	0	8,9	3,58	2,87
1993	0	9,1	3,62	2,89
1994	0	9,3	3,65	2,92
1995	0	10,1	3,88	3,11
1996	10,6	11	4,16	3,33
1997	11	11,5	4,30	3,44
1998	11,6	12,2	4,51	3,61
1999	12,9	12,7	4,67	3,73
2000	12,6	13,2	4,76	3,81
2001	13	13,6	4,88	3,91
2002	13,3	14	4,83	3,86
2003	12,9	13,7	4,65	3,72
2004	14,1	14,9	5,01	4,01
2005	14,6	15,5	5,14	4,11
2006	15,4	16,3	5,34	4,27
2007	16,1	17,1	5,53	4,42
2008	16,7	17,7	5,64	4,51
2009	17,4	18,4	5,81	4,65
2010	18,1	19,1	6,02	4,81
2011	18,6	19,7	6,10	4,88
2012	19,2	20,3	6,23	4,98
2013	19	20,1	6,09	4,87
2014	19,2	20,3	6,12	4,89
2015	19,4	20,5	6,12	4,90
2016	20,1	21,2	6,29	5,03
2017	20,9	22	6,38	5,10

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Café

A tabela 44 expressa bem o aumento do consumo de café no Brasil, em que podemos destacar o consumo Per Capita de café em 1965 era de 472 milhões de sacas, com redução extrema para o ano de 1985 em que o consumo foi de 227 milhões de sacas. Isso denota o contexto de queda no consumo do café principalmente nos anos 1980, causado principalmente pela queda da renda do brasileiro. Da mesma forma, os dados apontam o aumento do consumo de café na

década de 1990 já destacado anteriormente. A partir desse contexto, toda a dinâmica de fluxo de crédito do BNDES para a cadeia produtiva cafeeira também se alterou, conforme aponta Ormond, Paula e Faveret Filho (1999, p.):

Os desembolsos do BNDES para a cafeicultura cresceram acentuadamente na década de 90, mais de 13 vezes. O grande destaque foi a expansão dos financiamentos para o cultivo de café, passando de menos de US\$ 1 milhão por ano entre 1990 e 1992 (20 operações/ano) para US\$ 20 milhões em 1998 (253 operações).

A partir da atuação das indústrias de café durante essa década, Ormond, Paula e Faveret Filho (1999, p.33) já traçavam o seguinte panorama no final da referida década:

[...] verifica-se uma intensificação da concorrência e uma elevada rotatividade nessa indústria. O resultado tem sido um aumento (lento) da concentração, decorrente tanto da liberação de preços e do controle da entrada de novas empresas quanto das mudanças tecnológicas, como a tecnologia de embalagem a vácuo introduzida nas últimas duas décadas, viabilizando estratégias nacionais de concorrência em virtude do aumento da vida útil do produto, de um mês para um ano.

Não foi possível a obtenção de dados que dessem conta de esclarecer sobre a quantidade de indústrias de torrefação e moagem de café que havia no Norte Pioneiro do Paraná, na passagem entre final dos anos 1970 até meados dos anos 1990. No entanto, tendo como base a Tabela 45, que aponta as agroindústrias de café que ainda atuam no Norte Pioneiro, traçaremos as análises sobre a dinâmica desse setor, tendo como base o que foi exposto no excerto anterior.

Tabela 45 – Agroindústrias de café que atuam no Norte Pioneiro

Município	Nome	Ano de Fundação	Atuação
Cornélio Procópio	Café Iguaçu	1967	Café solúvel
Siqueira Campos	Café Casa Verde	1981	Torrefação e moagem de café tradicional
Ribeirão Claro	Café Kaia	1993	Torrefação e moagem de café tradicional
Abatiá	Café Abatiaense	1996	Torrefação e moagem de café tradicional
Pinhalão	Cafeeira Benetti	1997	Torrefação e moagem de café tradicional
Nova Fátima	Olicafé	1997	Torrefação e moagem de café tradicional
Santo Antônio da Platina	Cafeeira Dois Irmãos	1997	Torrefação e moagem de café tradicional e especial
Ibaiti	Cafeeira Santucci	1998	Torrefação e moagem de café tradicional
Wenceslau Braz	Café Capricho	1998	Torrefação e moagem de café tradicional
Joaquim Távora	Café Crebel	1999	Torrefação e moagem de café tradicional
Ibaiti	Café Pilão	2000	Torrefação e moagem de café tradicional
Siqueira Campos	Café Norte Velho	2002	Torrefação e moagem de café tradicional
Japira	Café Pecatto	2004	Café especial
Ribeirão Claro	Café Pé Vermelho	2007	Café especial
Ribeirão Claro	Café Especial	2007	Café especial
Santo Antônio da Platina	Café Zão	2007	Torrefação e moagem de café tradicional
Jacarezinho	Café Pompéia	2009	Torrefação e moagem de café tradicional
Jacarezinho	Empório Café da Casa	2009	Café especial
Jacarezinho	Café San Felício	2013	Café especial
Bandeirantes	Café Grão Puro	2014	Torrefação e moagem de café tradicional

Fonte: Econodata. Elaborado pelo autor.

Através do referido quadro, é possível observar que apenas as empresas Café Iguaçu e Café Casa Verde, fundadas nas décadas de 1960 e 1980, respectivamente, atravessaram o período de crise no setor da indústria do café e ainda estão em atividade atualmente. E quais elementos permitiram que essas duas empresas ainda estejam atuando no mercado atualmente?

Conforme levantamentos realizados durante as pesquisas de campo em alguns supermercados da região²⁹, o Café Casa Verde possui uma área de atuação regional com clientela bastante consolidada, de acordo com alguns comerciantes, cujo foco principal são os municípios de Siqueira Campos, Wenceslau Braz, Tomazina, Pinhalão, Jaboti, Japira, Ibaiti, Salto do Itararé, Quatiguá, Guapirama, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Conselheiro Mairinck, Joaquim Távora e Jundiá do Sul, localizados no Norte Pioneiro. Conforme relatos de clientes desse café, o mesmo possui uma qualidade bastante elevada, cujo hábito de toma-lo acaba sendo passado de geração para geração, algo muito comum nesse ramo produtivo, de acordo com o Gerente de qualidade da Cafeeira Grupo Dois Irmãos.

Apesar de não ter sido possível a realização de uma entrevista no Café Casa Verde, acreditamos que esta empresa atravessou o período de crise do consumo interno de café, principalmente através da manutenção de um determinado nível de qualidade do produto, atrelado a um custo que provavelmente estava ao alcance do consumidor da época.

Quanto à Companhia Café Iguaçu, a mesma opera em uma lógica de mercado totalmente diferente do Café Casa Verde. Desde o início da empresa, no ano de 1967, teve o seu capital social formado por 79 acionistas, e o controle maior era de Kunishiro Miyamoto e da família Hoffing, que a partir da estruturação da plataforma produtiva passaram a produzir café solúvel em 1971 (FRESCA, 2004). A Companhia Iguaçu ao longo de sua trajetória até os anos 1990, caracterizou-se pela criação de outras empresas coligadas a ela, como é o caso da Transportadora Cafeguassu Ltda (1971), Iguaçumec Eletrônica Ltda (1981), Iguaçu Comercial (1980), Macsol S.A. – Manufatura de Café Solúvel (1986) e a Iguaçufértil – Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda (1986), de acordo com Fresca (2004).

Isto demonstra que esta empresa se fortaleceu com o seu capital aberto, permitindo grandes investimentos na planta industrial localizada no município de Cornélio Procopio, aproveitando-se da expansão da demanda por café solúvel a partir da década de 1970. Ao mesmo tempo, a empresa investiu na criação de empresas coligadas, que se inseriam dentro da dinâmica produtiva do café solúvel,

²⁹ Atividades de campo realizadas em mercearias e supermercados dos municípios de Guapirama, Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Quatiguá, Siqueira Campos, Ibaiti e Carlópolis, durante os meses de fevereiro à junho de 2017.

possibilitando através da ampliação do domínio das economias de escala, um intenso movimento de reprodução ampliada de capital.

Além disso, a gestão da CIA Iguaçu também acertou em medidas estratégicas em momentos de dificuldade na produção e na demanda pelo café solúvel, conforme destacado por Fresca (2004, p.304):

Como os anos de 1980 foram marcados pelo estabelecimento – por parte do governo federal – de cotas para exportação de café, e coincidentemente era o período da grande expansão da produção, a Cia Iguaçu voltou-se em parte para o mercado interno brasileiro, mediante criação da Iguaçu Comercial com sede em Cornélio Procópio. Sucessivamente, lançou produtos no mercado com as denominações de Café Paes, Café Iguaçu Cappucino, Café Itália, Café Solúvel Amigo, Café Seresta. Além desses produtos, produz terceirizadamente café para as marcas Café Graciosa, Mercadorama, Negresco, Café Zaeli e em parceria produz café para Arisco, Parmalat e Mellita.

Mesmo após um incêndio em sua unidade industrial em Cornélio Procópio, ocorrido no ano de 1974, que comprometeu boa parte da produção, cuja situação foi agravada pela geada negra de 1975, não comprometeu a estrutura financeira da Cia Iguaçu. Ocorreu exatamente o contrário, nesse momento que a empresa beneficiou-se com financiamentos em ótimas opções de pagamento, o que lhe permitiu a efetivação da produção do café solúvel através do sistema chamado de *spray drying*³⁰, se colocando em uma posição de destaque a nível de exportação de café solúvel (FRESCA, 2004).

A postura dos gestores da Cia Iguaçu de aproveitarem os momentos de crise para executarem um movimento de expansão da própria empresa, através do incremento de novas empresas coligadas e novos processos de produção, acabam indo ao encontro do que Schumpeter (1982) tratava como inovações promovidas pelos empresários, cujas formas de atuação permitem um rompimento da estagnação, possibilitando um avanço no processo de desenvolvimento econômico. Sintetizando essas concepções de Schumpeter, a respeito da relação empresários e inovação, Moricochi e Gonçalves (1994, p.30) apontam que:

Para Schumpeter, “inovação” significa “fazer as coisas diferentemente no reino da vida econômica”. As inovações podem ocorrer da seguinte forma:

³⁰ Sistema específico de secagem através de atomização, bastante utilizado na indústria de alimentos, para fins de redução de peso e volume dos elementos que compõem um determinado produto.

[...] b) introdução de um novo método de produção – método ainda não experimentado dentro de certo ramo produtivo, mas que não precisa derivar de qualquer descoberta científica; c) abertura de um novo mercado, ou seja, um mercado em que o produto de determinada indústria nunca tivera acesso antes, independente deste mercado ter ou não existido antes.

A partir dessa síntese da relação entre empresário e inovação em Schumpeter, proposta por Moricochi e Gonçalves (1994), podemos ver que há estreita relação com o que ocorreu com a Cia Iguaçu, ou seja, medidas de inovação adotadas pela empresa permitiram o avanço a partir dos momentos de crise. Sabemos que provavelmente há outros elementos envolvidos que permitiram que a Cia Iguaçu permanecesse durante várias décadas no mercado do café solúvel, no entanto, não há como negar a ação de abertura do capital e a inovação, nos moldes schumpeterianos, fundamentais nesse processo de permanência.

A tabela 45 ainda nos permite observar que a maior parte das agroindústrias de torrefação e moagem de café do Norte Pioneiro, surgiram na segunda metade da década de 1990, no período em que há recuperação no consumo de café no mercado interno brasileiro, conforme destacado pelos autores Macchione Saes et.al. (2006) e Vegro (1993), o que provavelmente influenciou na tomada de decisão do investimento neste setor durante este período.

As demais agroindústrias que o quadro 11 nos apresenta, foram fundadas a principalmente a partir do ano de 2007, a maioria está voltada para a torrefação e moagem de cafés especiais³¹. O que levou ao surgimento dessas empresas de torrefação e moagem de cafés especiais, foi a criação do Projeto de Cafés Especiais³² na região Norte Pioneiro do Paraná, implantado no ano de 2006. Com a conquista do selo de Indicação Geográfica no ano de 2012, um dos principais objetivos almejados pelo referido projeto, a região se tornou um importante polo de cafés especiais dentro do Paraná, aumentando ainda mais a confiança tanto dos produtores quanto das agroindústrias nesse setor do mercado que vem expandindo-se a cada ano.

³¹ Cafés especiais são aqueles que possuem um tratamento diferenciado desde o processo de produção, colheita, transporte, beneficiamento, armazenamento, torra, moagem e embalagem. Para o café especial são utilizados grãos de café da variedade Arábica, uma vez que este possui uma grande variedade de aromas.

³² O Projeto de Cafés Especiais no Norte Pioneiro do Paraná tinha como principal objetivo aumentar a qualidade dos cafés produzidos na região, inserindo os produtores em uma nova linha de mercado, almejando um maior valor agregado para a produção. Participaram da elaboração e implantação do projeto as seguintes instituições: SEBRAE; FAEP; SENAR; SEAB/EMATER; IAPAR; MAPA; DECAF; Prefeituras.

Desta forma, a dinâmica de cafés especiais no Norte Pioneiro, possibilitou a incorporação de novas indústrias de torrefação e moagem na região, tornando a atividade cafeeira novamente atrativa.

Dentro dessa lógica de produção que se instaurou no Norte Pioneiro, cabe a nós destacarmos o importante artigo de José Sidinei Gonçalves, intitulado “Crise agrária no desenvolvimento capitalista: fugindo da aparência na busca da essência”, em que o autor aborda, dentre outros elementos, o modelo de produção agrícola texano voltado para a produção em larga escala de *commodities*, e o modelo californiano com uma escala de produção menor, mas que prioriza a qualidade do produto. Utilizando como base teórica essas concepções de modelos de produção presentes no setor agrícola, nossa reflexão sobre a realidade concreta dos cafés especiais no Norte Pioneiro, permite afirmar que há predomínio de um modelo californiano dentro da esfera produtiva dos cafés especiais na região. Tal afirmação se efetiva, Gonçalves (2003, p.72) sinaliza para o fato de que:

No modelo californiano, a diferenciação pela qualidade é um elemento inerente e determinante do processo biológico de produção rural, com essa característica intrínseca do produto acompanhando toda a cadeia de produção da roça à mesa do consumidor. [...] Outro aspecto do impacto da qualidade na definição de elementos importantes dessas cadeias de produção está no contínuo apelo à busca da oferta de produtos diferenciados na origem, ou seja, em cujos processos de beneficiamento no pós-colheita é destacado, como característica altamente valorizada pelo consumidor, o fato de que o produto já nasce sob a égide da seleção rigorosa, de que da planta como produto diferenciado e que esses elementos se mantêm até chegar ao consumidor.

É interessante demonstrar que a qualidade do produto em todas as etapas da cadeia produtiva é uma das características base desse modelo de produção californiano, juntamente com o peso mercadológico da seleção rigorosa, o que de fato vai de encontro ao cenário produtivo dos cafés especiais no Norte Pioneiro do Paraná, cuja aproximação da base teórica com a empírica se dá principalmente pela questão do produto diferenciado e com características únicas que, nesta região, e representada pelo selo de Indicação Geográfica do produto, transferindo-lhe um valor agregado que reflete em toda a cadeia.

Neste artigo de 2003, o autor chamava a atenção para o fato de que no Brasil deveriam ser executadas políticas públicas formatadas a partir das diretrizes do modelo californiano de produção como uma das formas de incorporar os produtores

rurais que não se encaixavam dentro do modelo de produção texano, e cita como exemplo a atividade cafeeira:

Resta fundamentalmente, entretanto, enfrentar de vez a necessidade de internalização plena das lavouras de qualidade do padrão californiano. Essas políticas no Brasil, desde logo, envolveriam toda a política cafeeira, onde o país é líder no mercado mundial e poderia ampliar essa liderança com a oferta de ampla variedade de cafés de qualidade. Isso, inclusive, internalizando os elos da torrefação e de preparo de produtos finais, competindo com cafés diferenciados pelo sabor e qualidade da bebida, com os famosos cafés de Hamburgo que fazem da Alemanha um dos maiores exportadores mundiais do complexo cafeeiro (GONÇALVES, 2003, p.87).

Demonstrar o perfil da cadeia produtiva do café no Norte Pioneiro é de extrema importância para o entendimento das dinâmicas espaciais e como o capital atua na referida cadeia. Tendo traçado esse perfil, cabe a nós realizarmos o seguinte questionamento: qual é o papel do capital do BNDES nas agroindústrias de café do Norte Pioneiro?

Primeiramente é importante destacar o papel do BNDES na produção do café na região, cujo programa que mais drena recursos desta instituição é o PRONAF, conforme pode ser observado na tabela 46.

Tabela 46 – Quantidade e valor de custeio para a produção de café para os Municípios do Norte Pioneiro através do PRONAF – (2013 a 2016)

Município	Quantidade de contratos	Valor	Participação no valor total (%)
Carlópolis	516	10.991.601,8	19,62
Pinhalão	503	6.542.085,29	11,68
Ibaiti	492	5.711.064,66	10,19
Congonhinhas	174	4.151.942,65	7,41
Tomazinha	271	4.009.443,26	7,16
São Jerônimo da Serra	124	3.550.071,27	6,34
Japira	276	3.394.988,35	6,06
Siqueira Campos	207	2.754.662,89	4,92
Jaboti	189	2.559.464,14	4,57
Ribeirão Claro	187	2.248.196,26	4,01
Nova Fátima	84	2.225.654,55	3,97
Abatiá	101	1.383.363,75	2,47
Cornélio Procopio	23	1.035.607,13	1,85
Salto do Itararé	89	987.980,80	1,76
Ribeirão do Pinhal	35	576.986,02	1,03
Conselheiro Mairinck	49	456.581,15	0,82
Santo Antônio da Platina	20	426.206,31	0,76
Santa Amélia	10	367.218,16	0,67
Curiúva	33	365.831,57	0,65
Joaquim Távora	47	353.814,76	0,63
Bandeirantes	16	338.487,42	0,60
Assaí	8	321.394,76	0,57
Santa Mariana	8	303.584,69	0,54
Leópolis	16	217.715,35	0,39
Figueira	22	202.552,10	0,36
Sapopema	13	194.003,62	0,35
Jacarezinho	10	141.611,97	0,25
Sertaneja	4	106.918,26	0,19
Jataizinho	11	75.044,07	0,13
Wenceslau Braz	4	27.038,16	0,05
Total	3.542	56.021.115,17	100

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuários de Crédito Rural.

A tabela 46, possibilita afirmar primeiramente que, dos 46 Municípios que fazem parte do Norte Pioneiro do Paraná, 30 deles receberam recursos do BNDES através do PRONAF. Isto demonstra o peso que a atividade cafeeira ainda exerce nessa

região, principalmente para os pequenos produtores rurais que se encaixam nesta linha de crédito.

É importante destacar que o Paraná, neste mesmo período de 2013 a 2016 recebeu nesta mesma linha de crédito um montante de R\$ 84.866.436, 44 milhões de reais para a atividade cafeeira para fins de custeio da produção. Sendo assim, de acordo com a referida tabela, o Norte Pioneiro obteve 66% do capital originado a partir do BNDES na linha de financiamento PRONAF.

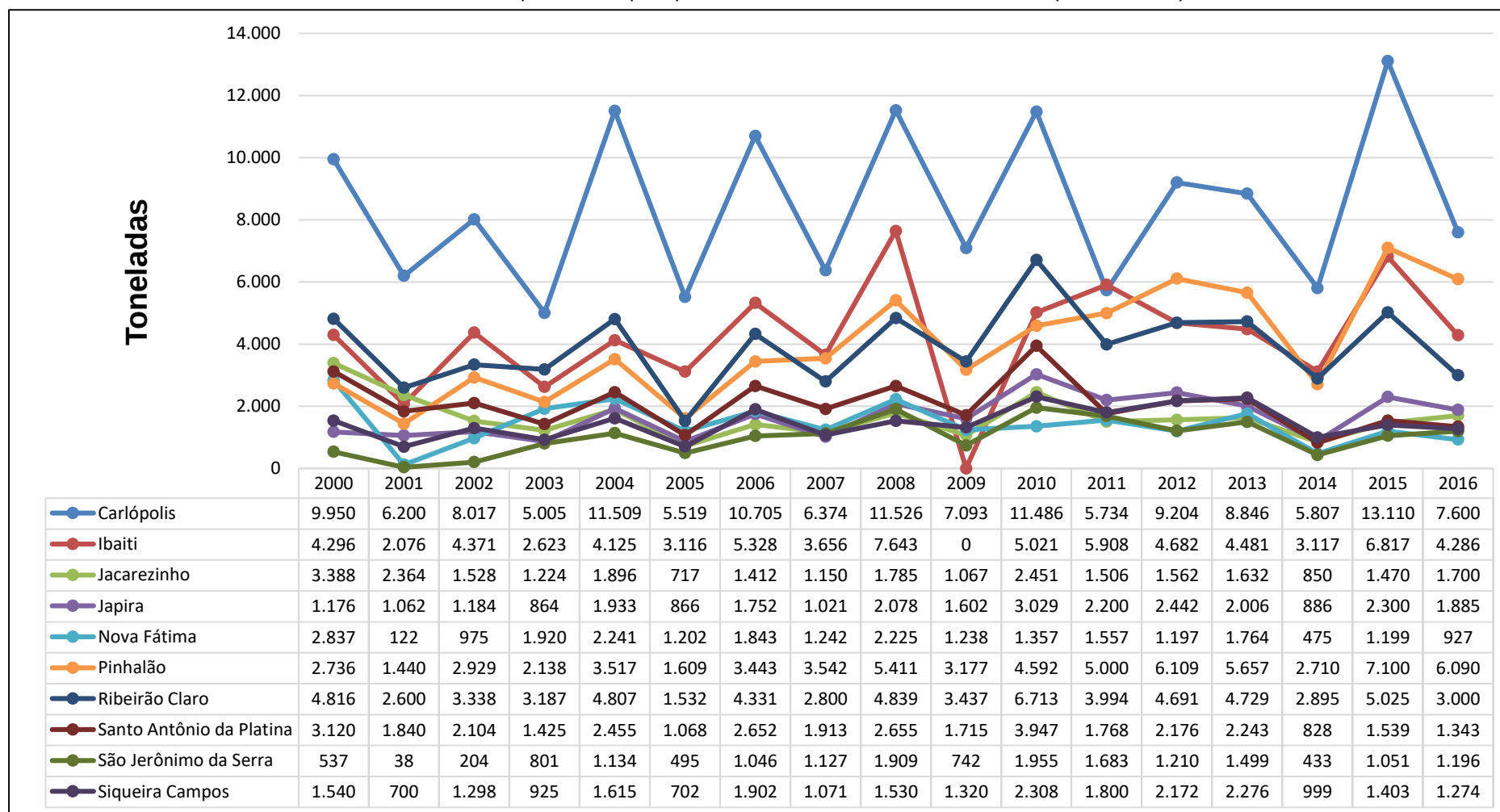
Ainda de acordo com os dados obtidos na base de dados de crédito rural do Banco Central do Brasil, neste mesmo período foi direcionado para o Estado do Paraná um total de crédito de R\$ 197.627.360,98 milhões, e a partir desse montante de capital foi repassado para o Norte Pioneiro um total de R\$ 148.479.917, 37 milhões, ou seja, 75% de todo o crédito direcionado para esse Estado, o que de fato nos dá a dimensão dessa atividade para a região.

Desse total de crédito direcionado para esta região, 38% vieram através da linha de crédito PRONAF, o que demonstra como os pequenos produtores rurais do Norte Pioneiro estão inseridos na cadeia produtiva do café e ainda possui a chance de utilizar os recursos oriundos do BNDES. Essa instituição financeira permite que esses produtores se insiram e tenham meios de se manterem na lógica de produção da agricultura capitalista. Ressaltamos que não foram encontradas vinculações ao BNDES nas finalidades de investimento e comercialização para os produtores de café do Norte Pioneiro.

Através da tabela 46 é possível observar como o município de Carlópolis concentra boa parte dos recursos do PRONAF para a finalidade de custeio da produção dentro da cultura do café, absorvendo 19,62% do capital de crédito dessa linha de financiamento dentro do Norte Pioneiro do Paraná.

Carlópolis ainda mantém a primeira colocação no total de crédito para custeio da produção de café a nível estadual, conforme dados do Banco Central, concentrando uma porcentagem de 23% do montante de capital direcionado para essa atividade agrícola, ou seja, absorvendo um total de R\$ 45.285.591,04 milhões, durante os anos de 2013 a 2016. O gráfico 22 aponta os principais municípios produtores de café do Norte Pioneiro, durante os anos de 2000 a 2016.

Gráfico 22 – Principais Municípios produtores de café no Norte Pioneiro – (2000 a 2016)



Fonte: Dados do IBGE e IPARDES. Elaborado pelo autor.

A princípio é notória a vantagem da produção de café no município de Carlópolis ao compararmos com os demais do Norte Pioneiro. Esse dado da produção está estreitamente ligado ao fluxo de capital de crédito para a produção de café no referido município, uma vez que este capital, vinculado principalmente ao BNDES através do PRONAF, acaba possibilitando a manutenção do nível de produção, pois para que a cultura tenha bom resultado é necessário um investimento considerável à aquisição dos insumos de produção e também pelo tempo de 4 anos para a maturação de um pé de café novo.

A mesma situação também pode ser observada no município de Pinhalão, que, na tabela de recursos do PRONAF, ocupa a segunda colocação na obtenção de fluxo de capital, é um reflexo na posição deste município quando levamos em consideração a produção anual de café. Tudo isso demonstra a sintonia entre crédito rural e produção agrícola que sem a base criada pelo capital dentro da dinâmica produtiva agrícola, o desempenho se torna bem baixo.

Analisando o gráfico 22, é possível observar também que a produção de café nestes municípios, manteve o equilíbrio no período abordado, não havendo grandes alterações nos níveis de produção. No entanto, a oscilação referente a bienalidade³³ da produção do café é bastante notável neste gráfico. Como podemos observar, as curvas da produção de café desses municípios seguem praticamente no mesmo sentido, com anos de alta e anos de baixa na produção.

Tal oscilação na produção causada pela bienalidade, acaba por refletir na dinâmica do fluxo de crédito para a atividade cafeeira, conforme podemos observar na tabela 47, tendo como principal exemplo o município de Carlópolis.

Tabela 47 – Crédito de custeio para produção de café no Município de Carlópolis

Município	2013	2014	2015	2016
Carlópolis	9.783.580,78	11.872.716,16	10.563.019,38	13.066.274,72

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuários de Crédito Rural. Elaborado pelo autor.

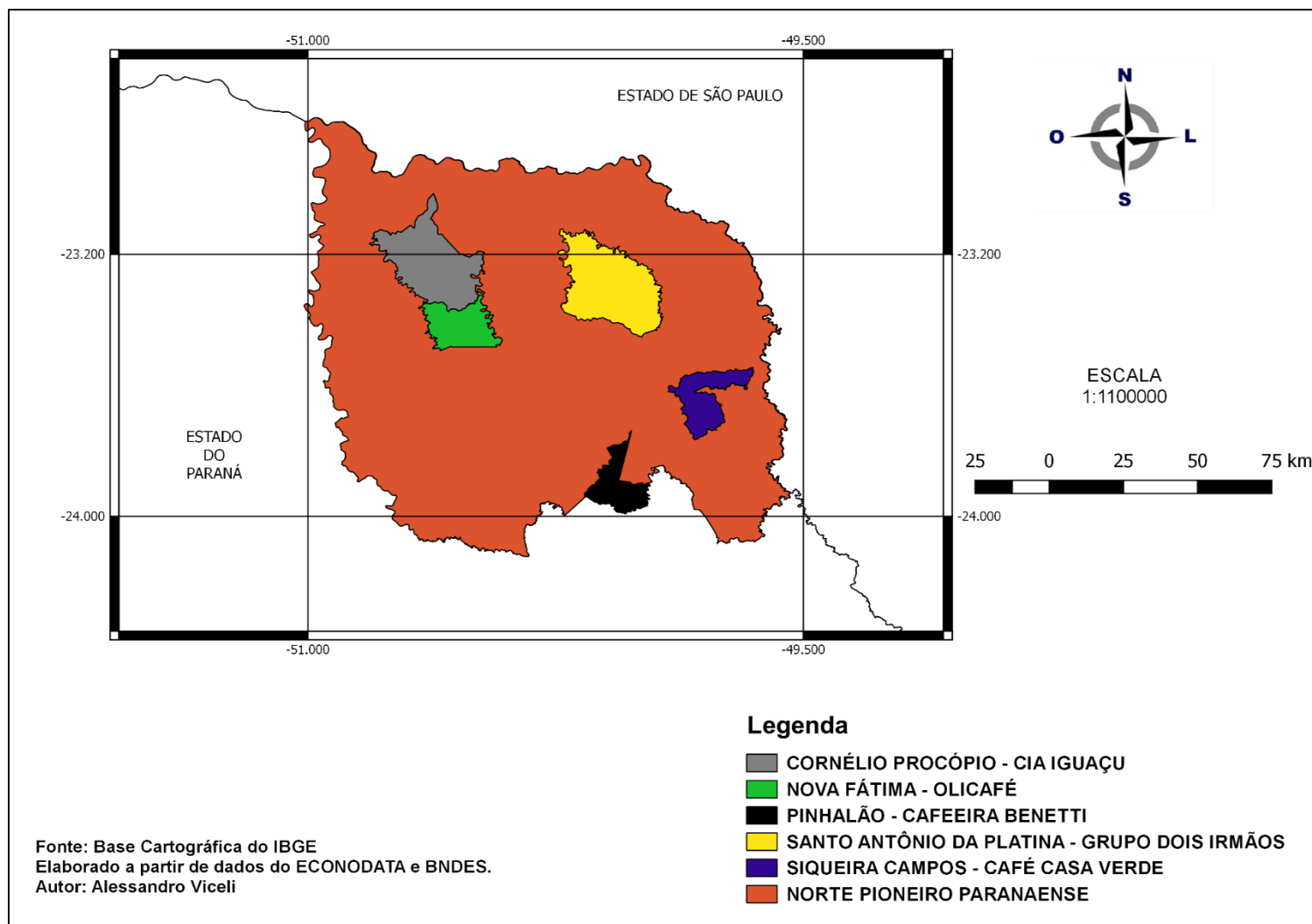
Por intermédio da tabela 47 podemos ver que nos anos em que há aumento da produção, como por exemplo o ano de 2013, há menor fluxo de capital de crédito direcionado para a atividade cafeeira. No entanto, no ano de queda da produção, em

³³ Basicamente, se trata de um fenômeno natural do café em que há “alternância de grandes e pequenas produções ao longo do tempo (MENDONÇA, 2011, p. 3).”

virtude da bienalidade do café, o fluxo de crédito é maior para a referida atividade. Isto se estabelece a partir do movimento de que quanto maior a produção, maior a rentabilidade para o produtor desta matéria prima, e sendo assim o mesmo necessita de menos capital de crédito para cobrir as despesas da produção. Já nos anos em que a produção sofre uma queda, este mesmo produtor precisa de mais capital de crédito, pois a sua rentabilidade decresceu. Desta forma, na cultura do café o fluxo de capital de crédito dificilmente mantém uma trajetória ascendente constante, uma vez que a dinâmica natural da produção estabelece as diretrizes dos recursos e da própria rentabilidade.

A partir desse breve perfil do fluxo de capital do BNDES para os produtores de café no Norte Pioneiro, traçaremos alguns apontamentos entorno das agroindústrias de torrefação e moagem de café e a vinculação com o capital desta instituição financeira. A princípio é relevante destacarmos que, dentre as agroindústrias desse setor, foram identificadas operações de crédito com o BNDES nas empresas Olicafé, Café Casa Verde, Cia Iguaçu e Grupo Dois Irmãos.

Mapa 14 – Localização das agroindústrias de café



Primeiramente trataremos de duas empresas de torrefação e moagem de café, sendo elas a Olicafé e a Café Casa Verde. Optamos pelas duas empresas ao mesmo tempo pelo porte delas e também por que ambas inserem seus produtos nos próprios municípios do Norte Pioneiro. Como realizamos a pesquisa de campo³⁴ na empresa Olicafé, trataremos desta com uma maior profundidade.

Assim como mencionado anteriormente a empresa Olicafé foi fundada em 1997 através da Derbli Indústria e Comércio de produtos agrícolas LTDA, atuando no ramo da torrefação e moagem de café. No entanto, antes de pertencer a Derbli Indústria e Comércio, a mesma pertencia a empresa Cafeeira Fatimense, que foi criada no ano de 1992. Anterior a este ano, esta mesma agroindústria de torrefação e moagem de café pertencia a empresa Faticafé, que foi criada no final dos anos 1980. Essas trocas ocorridas dentro da mesma agroindústria, principalmente nos primeiros anos da década de 1990, nos permite afirmar, tendo como base o que os autores Macchione Saes et.al. (2006) e Zylbersztajn et. al. (1993) destacam sobre o período de crise no consumo do café do mercado interno brasileiro, que o contexto certamente fez com que essa agroindústria tivesse problemas financeiros, vindo a acarretar em constante troca de nomes e sócios da empresa. Não conseguimos dados que demonstrassem operações de financiamento do BNDES para esta empresa neste período, apesar das buscas na base de dados desta instituição e também durante a pesquisa de campo na Olicafé.

Atualmente a Olicafé está operando no mercado de café torrado e moído através de duas marcas, sendo elas o café Olicafé, com matéria-prima de melhor qualidade e com grãos bem selecionados, e com a marca Bom Café, em que o café para a produção do mesmo é de uma qualidade inferior. Desta forma, o café da marca Olicafé tem um custo maior do que a marca Bom Café, justamente em virtude da qualidade da matéria prima.

Em se tratando de matéria prima a empresa possui um sério problema nos anos em que a produção de café é baixa na região, em virtude da bienalidade, que foi destacada acima. Nestes anos de baixa na produção de café no Norte Pioneiro, a empresa precisa buscar matéria prima no sul do Estado de Minas Gerais e também nas áreas produtoras de café dos municípios próximos a Londrina. Quando isso ocorre o custo de trazer esse café para ser industrializado em Nova Fátima se torna bastante

³⁴ Pesquisa de campo realizada no dia 22/03/2017, cujo entrevistado foi o Gerente Administrativo.

elevado, em virtude principalmente do preço do frete. A consequência disso é uma queda na taxa de lucro da empresa durante esses anos de bienalidade, o que lhe traz sérias complicações na parte financeira, conforme foi destacado pelo Gerente Administrativo.

Nos anos em que a produção de café no Norte Pioneiro segue uma determinada normalidade, a Olicafé adquire a matéria prima de municípios como Ibaiti, Congonhinhas, Pinhalão, Ibaiti, Santa Amélia, Ribeirão do Pinhal e nos bairros rurais de Nova Fátima. Esses cafés são do tipo Arábica, que é o único que se adapta ao clima da região. Em relação à negociação para a compra da matéria prima, na maior parte das vezes os produtores, principalmente os de Nova Fátima, procuram a Olicafé para oferecerem o seu produto e com isso fazem o teste do rendimento e da qualidade do café e, a partir disso, a empresa dá o preço para a matéria prima, tendo como parâmetro o preço do café Arábica na Bolsa de Mercadorias e Futuros e também do Mercado Físico de Maringá, através da COCAMAR.

Ao analisarmos este fato de forma mais detalhada, percebe-se a influência da dinâmica do capital financeiro nos diversos seguimentos do setor agroindustrial e, neste caso específico, na cadeia produtiva do café. Isto demonstra como o capital financeiro se estabelece como uma congregação de elementos, vinculando-se aos principais elos de uma determinada cadeia produtiva. Desta forma, no que concerne à definição de capital financeiro e sua relação com o setor agroindustrial, utilizamos o excerto de Delgado (2012, p.34) no qual o mesmo considera que esta forma de capital é “uma relação social abstrata e geral comandada por instituições controladoras da liquidez e dos meios de financiamento”. Ou seja, as complexas relações exercidas pelo capital financeiro a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Futuros, possuem a plena capacidade de formatar dinâmicas produtivas do setor agroindustrial a níveis nacional e regional.

No que se refere a relação entre o BNDES e essas duas agroindústrias, as tabelas 48, 49 e 50 apontam as operações de crédito realizadas entre os anos de 2003 a 2016.

Tabela 48 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Olicafé (Derbli Indústria e Comércio de produtos agrícolas LTDA) – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	2013	206.000,00	BANCO DO BRASIL SA
TOTAL		R\$ 206.000,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Tabela 49 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Olicafé (L. P. DOS SANTOS CARLI & CIA LTDA - ME) – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES AUTOMÁTICO	2015	100.000,00	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ
TOTAL		R\$ 100.000,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Tabela 50 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Café Casa Verde – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	2012	178.000,00	BANCO DO BRASIL SA
TOTAL		R\$ 178.000,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

A princípio percebe-se que a agroindústria Olicafé teve novamente uma alteração na empresa mantenedora, vindo a ficar inalterado somente o nome fantasia Olicafé. A empresa L. P. dos Santos Carli e Cia LTDA, foi criada no ano de 2014 e já no ano seguinte obteve um empréstimo junto ao BNDES. Sobre a operação financeira realizada no ano de 2013, o capital foi investido na compra de uma máquina empacotadora para embalagens do tipo almofada, adquirida em uma empresa especializada localizada na cidade de São Paulo, cuja marca não foi divulgada. Na ocasião a empresa deu a sua antiga máquina como parte do pagamento e assumiu o restante do valor do equipamento comprado. Esta máquina empacotadora possui a capacidade de empacotar 24 pacotes de café de 0,5kg, que é a medida padrão da marca.

É importante destacarmos que a máquina empacotadora que eles utilizavam até 2013, era a mesma desde a fundação da agroindústria, ou seja, era utilizada desde final dos anos 1980. Isto demonstra defasagem na estrutura de bens de produção da referida empresa, que pode ser o reflexo de uma falta de capital disponível para investimentos.

Outro reflexo de uma possível situação financeira delicada da Olicafé é a própria mudança de empresa mantenedora, como o que ocorreu em 2014. Conforme foi transmitido na entrevista realizada durante a pesquisa de campo, os donos da empresa continuaram os mesmos, no entanto uma nova empresa foi aberta e obtiveram um novo CNPJ. O capital que a empresa conseguiu junto ao BNDES serviu para a execução de reformas na estrutura física do prédio onde funciona a agroindústria.

A capacidade produtiva da Olicafé gira em torno de 50 toneladas de café torrado e moído por mês. Atualmente, a empresa industrializa 12 toneladas de café da marca Olicafé e mais 2,5 toneladas da marca Bom Café. Através desses números podemos ver que a empresa possui uma capacidade ociosa mensal que gira por volta de 71%. Isto demonstra a dificuldade da empresa em entrar em novos mercados e com isso expandir a produção e, conseqüentemente, a taxa de lucro. Com essa capacidade produtiva a Olicafé insere o seu café nos municípios do Norte Pioneiro em um raio máximo de 80 km, não conseguindo, até esse momento, ultrapassar este limite.

Por outro lado, a agroindústria da marca Café Casa Verde, obteve um financiamento junto ao BNDES, no ano de 2012, em que por estar vinculado a linha FINAME, ou seja, cujo capital é dirigido para a compra de máquinas e equipamentos nacionais, acreditamos que esta empresa utilizou o referido recurso para trocar algum de seus equipamentos de industrialização de café.

Como não identificamos na base de dados do site ECONODATA, nenhuma alteração na empresa mantenedora da marca Café Casa Verde, concluímos que essa agroindústria encontra-se em situação financeira diferente da Olicafé. Como foi exposto anteriormente, o Café Casa Verde é uma marca bastante consolidada no Norte Pioneiro, pois desde a década de 1980 a mesma continua atuando nesta região. Por possuir um mercado consumidor consolidado, e pelo fato desse setor do café torrado e moído ter uma concorrência bastante grande com as marcas que vem de

outras regiões, ao que tudo indica o capital do BNDES serviu para a efetivação de uma parte do processo de modernização dos equipamentos dessa agroindústria, como forma de manter o equilíbrio da sua taxa de lucro e a competitividade.

A Cafeeira Benetti está localizada no município de Pinhalão e foi fundada no ano de 1997. A Cafeeira Benetti faz parte do Grupo CSC, que integra as seguintes empresas: Cafeeira São Carlos Comércio, Indústria, Importação e Exportação de Café (com uma unidade em Pinhalão e outra em Carlópolis – PR); Kyncei Comercial Importadora de Tecidos e Persianas; Mac Benetti Transporte; V.Benetti Empreendimentos Imobiliários; Indústria e Comércio de Café Benetti Ltda (CAFÉ BENETTI, 2018).

Percebe-se, então, que apesar da centralidade do Grupo CSC ser na atividade cafeeira, o mesmo possui vinculações com o ramo imobiliário, transportes e comércio de tecidos, demonstrando assim uma diversificação da atuação do grupo. Destacamos que a Cafeeira Benetti compõe as empresas Reicafé Comércio e Indústria de Café LTDA e Indústria e Comércio de Café Benetti.

No que se refere aos aportes de capital do BNDES para a Cafeeira Benetti, identificamos as seguintes operações.

Tabela 51 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Reicafé Comércio e Indústria de Café – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	2006	173.700,00	BANCO VOLKSWAGEN SA
BNDES FINAME	2006	120.600,00	BANCO VOLKSWAGEN SA
TOTAL		R\$ 294.300,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Tabela 52 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Indústria e Comércio Café Benetti – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	2011	198.000,00	BANCO CATERPILLAR SA
BNDES FINAME	2014	500.000,00	BANCO CATERPILLAR SA
TOTAL		R\$ 698.000,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Desta forma, o capital do BNDES direcionado para a Cafeeira Benetti a partir de 2006, em um cenário em que as diretrizes do banco apontavam para a expansão das atividades agroindustriais da cadeia produtiva do café, propiciou a realização de investimentos na estrutura produtiva desta agroindústria, pois a linha de financiamento requisitado foi o FINAME.

Aproveitando esse cenário de reestruturação produtiva foi criada a Cafeeira São Carlos, com sede também em Pinhalão, com o intuito de avançar no processo de comercialização do café, atuando tanto na exportação quanto na importação desse produto.

Em relação aos aportes de capitais do BNDES durante os anos de 2011 e 2014 para a Cafeeira Benetti, através da empresa Café Benetti Indústria e Comércio, os mesmos também foram direcionados para a estrutura produtiva dessa agroindústria. Ressaltamos que, é neste momento, que a empresa passa a diversificar a sua produção, entrando no mercado com novas marcas, ficando a sua plataforma de produtos organizadas da seguinte forma:

Tabela 53 – Marcas produzidas pela Cafeeira Benetti

Marca	Próprio/Terceirizado	Tipo do café
Robusto Gourmet	Próprio	Café especial
Café Benetti	Próprio	Café especial
Café Robusto	Próprio	Café tradicional
Café Caçulla	Próprio	Café tradicional
Café Umuarama	Próprio	Café especial
Café Jucafé	Terceirizado	Café tradicional

Fonte: Café Benetti (2018). Elaborado pelo autor.

É importante apontar que a Cafeeira Benetti passou a atuar fortemente no mercado de cafés especiais, aproveitando-se do selo de Indicação Geográfica que os cafezais do Norte Pioneiro do Paraná possuem. Para a produção dos cafés especiais é necessário que sejam do tipo Arábica, para que sejam atingidos os *blends* que enquadram o café como especial. Desta maneira, a matéria-prima para estes cafés é dos próprios produtores de café do Norte Pioneiro, conforme informações contidas no site desta empresa.

Quanto às marcas que estão vinculadas ao café tradicional, certamente a empresa faz a mistura do café Arábica com o Conilon, oriundo principalmente do

Estado do Espírito Santo. Em relação à marca Jucafé, pertence à outra empresa, mas é produzida pela Cafeeira Benetti.

Ainda no ano de 2012, a Cafeeira São Carlos, pertencente ao mesmo grupo da Cafeeira Benetti, inaugurou uma unidade de comercialização em Carlópolis, conforme dados do ECONODATA, e neste mesmo ano adquiriu um financiamento junto ao BNDES conforme aponta o quadro abaixo.

Tabela 54 – Financiamentos do BNDES para a Empresa Cafeeira São Carlos – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	2012	1.166.140,00	BANCO DO BRASIL SA
TOTAL		R\$ 1.166.000,00	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Tal operação, conforme dados disponíveis no BNDES, foi direcionada para a compra de caminhões, visto que esta empresa atua na comercialização de café e possui uma estrutura de transportes para tal atividade. Desta maneira, o capital do BNDES proporcionou a expansão da frota de caminhões, possibilitando a ampliação dos fluxos de comercialização de café, juntamente com o fluxo de matéria prima que é processada pela Cafeeira Benetti, pois, ambas as empresas, pertencem ao grupo CSC.

Sendo assim, o capital do BNDES direcionado para a Cafeeira Benetti e para os demais seguimentos do grupo CSC, proporcionou a expansão das atividades de comercialização de café, tanto na exportação quanto na importação, juntamente com a ampliação das atividades de industrialização do café, resultando na inserção de novas marcas e novos produtos no mercado consumidor, agregando nesse processo os produtores de café do Norte Pioneiro.

Em relação a única empresa de café solúvel da região, a Cia Café Iguaçu, também identificamos algumas operações de financiamento do BNDES com a referida empresa a partir do ano de 2003, conforme consta na tabela 55.

Tabela 55 – Financiamentos do BNDES para a Cia Iguaçu – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES Automático	2003	541.083,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES Automático	2003	2.164.332,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2003	505.769,59	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BNDES Automático	2004	835.184,00	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BNDES FINAME	2004	240.187,50	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
BNDES Automático	2004	306.600,00	BANCO BRADESCO S.A.
BNDES Automático	2004	2.489.812,00	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BNDES FINAME	2005	841.500,00	ITAU UNIBANCO S.A.
BNDES FINAME	2005	979.506,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2005	400.500,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2005	553.554,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2005	400.500,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2006	150727,50	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2008	6.640.200,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2008	333.900,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2008	135.000,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2008	141.750,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2008	1.647.346,50	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2009	94.400,00	ITAU UNIBANCO S.A
BNDES FINAME	2010	228.000,00	BANCO BRADESCO S.A.
BNDES FINAME	2015	442.500,00	BANCO BRADESCO S.A.
BNDES FINAME	2015	1.179.000,00	BANCO ABC BRASIL S.A.
BNDES FINAME	2015	810.000,00	BANCO BRADESCO S.A.
BNDES FINAME	2015	2.340.000,00	BANCO BRADESCO S.A.
BNDES FINAME	2015	450.319,00	BANCO ABC BRASIL S.A.
BNDES FINAME	2015	196.720,00	BANCO BRADESCO S.A.
BNDES FINAME	2015	332.500,00	BANCO BRADESCO S.A.
BNDES FINAME	2015	117.812,67	BANCO BRADESCO S.A.
TOTAL		R\$ 24.498.703,76	

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Como a Cia Iguaçu não nos concedeu a chance de realizar a pesquisa de campo na empresa, não sabemos exatamente para onde cada um desses fluxos de capital do BNDES foi investido.

No entanto, por se tratar da linha de financiamento FINAME e Automático, que tem como base as normas do BNDES e também pelo montante de capital disponibilizado, podemos afirmar que esse fluxo de capital foi investido na compra de máquinas e equipamentos e ampliação ou reforma da estrutura física da Cia Iguaçu, ou até mesmo em projetos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou processos industriais.

Através desse quadro, podemos ver que a maior parte do capital que a Cia Iguaçu alocou do BNDES foi para a linha de financiamento FINAME, totalizando R\$ 18.161.702,76 milhões de reais, o que representa uma porcentagem de 71% de todo o fluxo de capital para essa indústria a partir do ano de 2003. Isto reforça a nossa compreensão de que foi dada maior atenção para as máquinas e equipamentos da unidade produtiva de café solúvel, localizado no município de Cornélio Procópio.

Visando uma aproximação entre as operações financeiras no BNDES, contidas na Tabela 55 e possíveis materializações desses fluxos de capital na estrutura produtiva da Cia Iguaçu, utilizaremos o quadro de eventos de acumulação de capacidade tecnológica dessa empresa, elaborado pelos autores Gonzales e Cunha (2013, p. 19), demonstrado através da Tabela 56 a seguir.

Tabela 56 – Principais eventos de acumulação de capacidade tecnológica da Iguaçu

Função tecnológica	Ano	Principais eventos
Produto	1970	Produção de café tipo <i>spray drying</i> e <i>freeze drying</i> .
	1971	Criação da marca Amigo.
	1974	Interrupção da produção de café tipo <i>freeze drying</i> .
	1979	Produção de extrato de café.
	1985	Segundo início de produção de café tipo <i>freeze drying</i> em <i>joint venture</i> com a Macsol.
	1986	Produção de extrato líquido de café
	1994	Produção de café aglomerado
	2000	Criação de diversas marcas globais para diversos países
Processo	1974	Intercâmbio de técnicas de produção e melhoria industrial com a Marubeni (empresa japonesa)
	1985	Intercâmbio de tecnologia para desenvolvimento de um novo processo de extração de café com uma empresa alemã
	1985 1990	Criação de programas internos de qualidade como o CCQ (Círculos de Controle de Qualidade), PAIS (Programa de Aproveitamento de Ideias), Administração participativa e implementação do TQC (Controle de Qualidade Total).

Função tecnológica	Ano	Principais eventos
	1990 1995	Implementação de programas de qualidade como 5S, JIT, Kanban, Operação Etiqueta Vermelha, TPM (Manutenção da Produtividade Total), Plano Quinquenal e <i>kaizens</i> .
	1994	Intercâmbio de tecnologias de processo com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo), JICA (Japan International Cooperation Agency).
	2001 2009	Certificação ISO 9000 (Gestão de Procedimentos), ISO 14000 (Gestão Ambiental), OHSAS 18001 (Segurança e Saúde), Selo Kosher, Selo Halal, Selo Fair Trade e certificação BRC.
Equipamento	1974	Instalação da Torre Spray e de Liofilização.
	1976 1980	Instalação da segunda Torre Spray, Centrífuga Alfa Laval, Linha de Extração III, Torrador Got Hot e Stripper.
	1982 1986	Fundação da Iguaçumec e aquisição da Macsol.
	1986	Instalação dos crioconcentradores Gresco I e Gresco II.
	1991 1997	Instalação da Torre Spray III – Morinaga, Aglomerador Lyons Tetley, torrador Leogap, Blending Stations.
	2005 2010	Inauguração do torrador Lilla, da linha de extração IV, de novo Liofilizador e da caldeira ecológica H. BREMER.
Investimento	1980	Participação no capital pela Marubeni-Colorado.
	1981	Criação da Iguaçufértil e Iguaçumec.
	1984	Compra da Café Paes.
	1986	Joint <i>venture</i> com a Coca-Cola e criação da Macsol.
	1997	Controle acionário da Panfoods Co. Limited.
	2002 2003	Aquisição da Autômatos Industrial S.A. e Inauguração da fábrica na Romênia e na Espanha.
P&D	1980	Criação da Planta Piloto.
	1996	Criação do Departamento de Embalagens.
	1998	Criação do Laboratório de Pesquisa.

Fonte: Gonzales e Cunha (2013, p. 19).

Primeiramente, ao fazermos uma análise comparando as tabelas 55 e 56 é possível identificar vários elementos que nos permitem relacionar ao capital oriundo do BNDES. Quando observamos a função tecnológica que trata dos equipamentos é possível identificar que entre os anos de 2005 a 2010 houve intensas reestruturações na base produtiva da Cia Iguaçu, com implantação de novos equipamentos. Para esse mesmo período, a referida empresa realizou várias operações financeiras junto ao BNDES na linha de financiamento FINAME, demonstrando assim estreita relação entre o fluxo de capital dessa instituição financeira e os investimentos em novos equipamentos, conforme aponta a Tabela 56.

Da mesma maneira, no período de 2001 a 2009, de acordo com a Tabela 56 na função tecnológica de processo a Cia Iguaçu realizou vários investimentos para conseguir os selos e certificados que constam no referido quadro. Sendo assim, o capital vinculado tanto ao BNDES FINAME quanto ao BNDES Automático, serviram como base de investimento para que a empresa formatasse a sua estrutura produtiva e organizacional para a obtenção desses selos e certificados.

Além dessas operações indiretas automáticas, a Cia Iguaçu realizou no ano de 2010 um financiamento junto ao BNDES na linha de Exim Pré-Embarque³⁵, conforme pode ser observado na Tabela 57.

Tabela 57 – Financiamento na linha BNDES Exim Pré-Embarque realizado pela Cia Iguaçu

PRODUTO	ANO/MÊS	VALOR
BNDES EXIM PRÉ-EMBARQUE	Junho de 2010	64.480.500,00

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Nota-se que nessa modalidade de financiamento do BNDES o capital oriundo da operação financeira entre esta instituição financeira e a Cia Iguaçu é de valor elevado. Na sua condição de empresa exportadora de café solúvel a Cia Iguaçu buscou esse capital junto ao BNDES e realizou investimentos que estão relacionados ao item equipamentos do quadro 19, durante o ano de 2010, também apontado na reportagem do site Coffebreak, do dia 13 de junho de 2011:

³⁵ Nesta linha de financiamento do BNDES podem solicitar o crédito empresas produtoras de mercadorias para exportação, independente de seu porte. Podem ser financiados itens de bens de produção e bens de consumo.

É nesse contexto que entra o segundo túnel de liofilização da fábrica da Café Iguaçu em Cornélio Procópio (PR), inaugurado em setembro de 2010 a partir de investimentos de R\$ 50 milhões. Se não amplia a capacidade de produção da unidade, de cerca de 20 mil toneladas por ano, o novo túnel agiliza a secagem por liofilização - processo realizado com baixas temperatura e pressão -, que permite uma melhor conservação das propriedades do café, como sabor e aroma.

Frente a todo esse fluxo de capital do BNDES para a Cia Iguaçu que torna possível investimentos na planta industrial localizada em Cornélio Procópio é importante destacarmos a seguinte colocação de Fresca (2004, p. 306) sobre a relação desta empresa com o referido município:

Por mais globalizada que seja a empresa e suas coligadas presentes em Cornélio Procópio, fato que chama a atenção é a sua ação quase que independente da cidade, onde se localizam as unidades industriais. Exceto a mão-de-obra necessária ao seu funcionamento, as decisões referentes a ela não perpassam por Cornélio Procópio, já que o controle ainda é dado pelo escritório em São Paulo. E mesmo neste nível, muitas das decisões emanam de uma economia internacionalizada, podendo partir dos mais diversos países. Da mesma forma, os lucros obtidos em suas atividades na cidade sede das unidades industriais e de suas outras empresas controladas pelo grupo [...] também não permanecem na cidade. Excetuando-se as reinversões anuais para manutenção e reposição dos equipamentos, os lucros têm outros destinos.

Portanto, essa importante colocação da autora nos faz refletir sobre os impactos socioespaciais da Cia Iguaçu para Cornélio Procópio e Norte Pioneiro. Analisando o perfil dessa indústria, concordamos com essa colocação de que, por maior que seja o porte dessa empresa e seu rendimento, não há uma externalidade desse lucro no próprio município sede da unidade industrial, e que o relativo impacto se dá principalmente na alocação de mão-de-obra de seus munícipes. Outro fato que devemos levar em consideração e que se relaciona com o excerto colocado acima, é o da obtenção da matéria prima para a produção do café solúvel. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel, para a fabricação desse produto as indústrias utilizam 80% de café do tipo robusta, que não é produzido no Norte Pioneiro devido a questões climáticas, ou seja, até mesmo a obtenção da matéria-prima é praticamente independente da região em que a empresa está localizada.

Outra importante agroindústria da cadeia produtiva do café localizada no Norte Pioneiro é o Grupo Dois Irmãos. De acordo com as informações obtidas durante a pesquisa de campo³⁶ na empresa, a mesma foi criada no ano de 1997 no município de Carlópolis, com o nome de Cafeeira Dois Irmãos, os sócios fundadores eram os irmãos Osvaldo Aparecido Alves e Silvio Aparecido Alves, que até o presente momento presidem a empresa. No início, a Cafeeira Dois Irmãos apenas comercializava o café verde, atuando nos mercados de Londrina e Santos, municípios onde estavam localizadas empresas especializadas na exportação do café brasileiro.

De acordo com o Gerente de Qualidade, dois anos depois a empresa adquiriu em Santo Antônio da Platina uma área nas margens da rodovia BR 153, vindo a construir um galpão de 900 m² e comercializando, a partir de então, 30 mil sacas de café por ano, caracterizando assim, a primeira expansão territorial da empresa.

Foi no ano de 2004 que deu-se início ao processo de implantação da unidade de torrefação e moagem de café em Santo Antônio da Platina e, para isso, os irmãos Osvaldo e Silvio criaram a empresa Florão Alimentos, buscando, nesse primeiro momento, atuar no mercado consumidor do Norte Pioneiro através da marca Café Florão.

No entanto, a principal estratégia da empresa que fez com que houvesse uma expansão da unidade industrial e, conseqüentemente, das vendas e rentabilidade, foi optar por comprar marcas de cafés regionais com mercado consumidor consolidado. Essas empresas não encontravam-se com uma boa situação financeira. Desta forma, adquiriu o direito dessas marcas, congregando um mercado consumidor considerável, vindo a criar as condições propícias para um aumento da produção do café torrado e moído.

Juntamente com essa estratégia, a referida empresa passou a industrializar de forma terceirizada para marcas de café do Paraná e do Estado de São Paulo, com o intuito de ampliar a sua área de atuação e posterior aumento na taxa de lucro. O Tabela 58 ilustra bem essa atuação do Grupo Dois Irmãos nesse setor do café torrado e moído.

³⁶ Pesquisa de campo realizada no dia 28/12/2017, cuja entrevista foi realizada com o Gerente de Qualidade do Grupo Dois Irmãos.

Tabela 58 – Marcas dos cafés torrados e moídos pelo Grupo Dois Irmãos

CAFÉS TRADICIONAIS		
MARCA	PRÓPRIO/TERCEIRIZADO	REGIÃO DE VENDA
PAULISTA	PRÓPRIO	ASSIS - SP
CM	PRÓPRIO	ASSIS - SP
POPULAR	PRÓPRIO	ITU - SP
SÃO PAULO	PRÓPRIO	ITU - SP
DA MANHÃ	PRÓPRIO	CURITIBA - NORTE DO PARANA - ASSIS - ITU
BURY	PRÓPRIO	NORTE DO PARANÁ - ASSIS
CATURRA	PRÓPRIO	ITU - SP
ITUANO	PRÓPRIO	ITU - SP
ALVORADA	PRÓPRIO	CURITIBA
VILAS BOAS	PRÓPRIO	NORTE DO PARANÁ
PLATINENSE	PRÓPRIO	NORTE DO PARANÁ
CAFÉ ITIBERÊ	TERCEIRIZADO	LITORAL DO PARANÁ
DIPLOMATA	TERCEIRIZADO	SÃO PAULO E MATO GROSSO E GOIAS
SAN	TERCEIRIZADO	SÃO PAULO - SP
BERGAMINI	TERCEIRIZADO	SÃO PAULO - SP
COFESA	TERCEIRIZADO	ITU - SP
CERTANO	TERCEIRIZADO	NORTE DO PARANÁ
CAFÉS ESPECIAIS		
FLORÃO	PRÓPRIO	NORTE DO PARANÁ
GHINI GOURMET	PRÓPRIO	ITU/SÃO PAULO/PARANA
ITUANO GOURMET	PRÓPRIO	ITU/SÃO PAULO/PARANA
ITUANO SUPERIOR	PRÓPRIO	ITU/SÃO PAULO/PARANA
ALVORADA	PRÓPRIO	CURITIBA
STELA D'OURO	TERCEIRIZADO	EXPORTAÇÃO (FASE DE TESTES)
BON BLEND GOURMET	TERCEIRIZADO	JOINVILLE
CAFÉ PECATTO	TERCEIRIZADO	NORTE DO PARANÁ

Fonte: Grupo Dois Irmãos (2018).

É possível notar através desse quadro, a grande abrangência dessa empresa, atuando principalmente no Norte do Paraná, Itua, Assis, Curitiba, em todo o estado de São Paulo e também na capital paulista. Portanto, através das duas estratégias descritas acima, o Grupo Dois Irmãos mantém uma gama de clientes em importantes mercados consumidores, evitando a premissa de lançar um novo produto no mercado, já que no mercado de café torrado e moído há intensa concorrência.

Além dessas estratégias permitirem uma expansão territorial das vendas da empresa, elas também permitiram a criação do Grupo Dois Irmãos a partir do ano de 2012. Sendo assim, o grupo ficou constituído pelas empresas Cafeeira Guidelli, que comercializa e beneficia o café verde e a empresa Florão Alimentos, responsável pela parte de torrefação e moagem dos cafés tradicionais e especiais.

O aumento das marcas da empresa possibilitou também que o Grupo Dois Irmãos implantasse centros de distribuição de café em Itu, Assis, e também em Curitiba, com o objetivo de facilitar o processo de circulação e venda dos seus cafés.

Sobre essa empresa identificamos duas operações de financiamento junto ao BNDES, conforme podemos observar na Tabelas 59 e 60, cujas linhas de crédito são o BNDES FINAME e o BNDES Automático, contratadas pelas empresas Cafeeira Dois Irmãos e Florão Alimentos respectivamente.

Tabela 59 – Financiamentos do BNDES para a Cafeeira Guidelli – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES AUTOMÁTICO	2012	990.000,00	BANCO DO BRASIL SA

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

Tabela 60 – Financiamentos do BNDES para a Florão Alimentos – operações indiretas automáticas

Produto	Ano da contratação	Valor contratado R\$	Agente financeiro
BNDES FINAME	2014	180.000,00	BANCO DO BRASIL SA

Fonte: Organizado pelo autor a partir do BNDES (2017)

A operação de crédito realizada através da Cafeeira Guidelli permitiu a execução de obras de ampliação dos armazéns da unidade do Grupo Dois Irmãos em Santo Antônio da Platina, tanto nos espaços destinados ao processo de beneficiamento para a venda do café verde quanto da parte responsável pelo processo de industrialização. Além disso, houve a construção de um novo prédio para abrigar a parte administrativa da empresa, conforme destacado pelo referido gerente.

Em relação a operação do BNDES FINAME, a empresa investiu na compra de três moinhos, cuja capacidade de processamento é de 2100 kg de café por hora em cada um deles. Anos antes, a empresa possuía os mesmos três moinhos que possuíam a capacidade de processar 700 kg de café por hora cada um deles. Isto representa um acréscimo de 200% na capacidade de processamento desta etapa da industrialização do café.

Ainda de acordo o gerente de qualidade, esses investimentos foram realizados pois a empresa possui o objetivo de aumentar o seu fluxo de vendas e isso, conseqüentemente, demanda de uma estrutura produtiva que esteja de acordo com o

nível de produção requisitado. É importante ressaltar que atualmente a empresa industrializa de 400 a 500 toneladas de café por mês, no entanto, a mesma possui a capacidade produtiva de 700 toneladas de café por mês, ou seja, ainda há uma margem de capacidade produtiva ociosa, que poderá ser utilizada futuramente.

No quesito matéria-prima para a industrialização dos cafés tradicionais, a empresa busca a variedade de café arábica no sul de Minas Gerais e a variedade conilon no estado do Espírito Santo. Conforme resalta o referido gerente, essa mistura do café arábica com o conilon é que dá sabor e corpo para os produtos fabricados pelo Grupo Dois Irmãos. A necessidade de buscar o café arábica em Minas Gerais se faz justamente pelo preço deste local ser mais em conta do que o oferecido pelos produtores no Norte Pioneiro do Paraná, pelo fato deste último ter maior qualidade que o outro.

No entanto, quando se trata de cafés especiais, originados a partir da variedade arábica, a empresa busca a matéria prima nos produtores de café do Norte Pioneiro, pois esses possuem café de alta qualidade, o fato de terem o selo de Indicação Geográfica, faz com que o produto tenha maior valor agregado, aumentando assim a taxa de lucro da empresa.

Portanto, no Grupo Dois Irmãos o capital do BNDES serviu para uma reestruturação da parte física da unidade industrial e de comercialização, juntamente com a modernização de um dos equipamentos essenciais da etapa de industrialização, congregando com os objetivos da empresa de ampliar os seus mercados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná possui uma formação sócio-espacial vinculada ao Estado de São Paulo, principalmente pela expansão da atividade cafeeira paulista no final do século XIX e início do século XX, que resultou no início da efetiva ocupação do espaço desta parte do Paraná, incluindo-a dentro de uma dinâmica econômica mais complexa.

No entanto, é importante destacarmos que o Norte Pioneiro possui duas formações sócio-espaciais, sendo uma no extremo leste, cuja base é o grande latifúndio, e a outra é do extremo oeste, onde a base foi a pequena e média propriedade, vindo a tornar esta parte da região mais dinâmica economicamente ao compararmos com a outra. Consequentemente, essas duas formações sócio-espaciais deram características específicas para essas duas partes do Norte Pioneiro, ora promovendo o desenvolvimento das forças produtivas e em outros momentos impondo limites para a sua transformação.

Durante décadas a atividade cafeeira foi a principal base de sustentação das forças produtivas e das relações sociais de produção no Norte Pioneiro. Tal atividade permitiu a implantação de uma estrutura viária baseada nas ferrovias que tiveram forte influência nos núcleos urbanos que passaram a estabelecer-se ao longo dessas estradas de ferro.

Foi a partir do período de crise da atividade cafeeira nesta região, que passaram a se destacar novos seguimentos produtivos agropecuários. Desta forma, desenvolveram-se no Norte Pioneiro, a partir da década de 1950, a cultura da cana-de-açúcar, milho, gado de corte e de leite, algodão e feijão, ligados aos antigos produtores de cafés e aos novos proprietários rurais que compraram parte das grandes fazendas de café da região.

Dentro desse mesmo contexto, final dos anos 50 e início dos anos 60, parte desses antigos produtores de café, mais os comerciantes e outros profissionais autônomos, passaram a investir seus excedentes de capital em atividades industriais nos centros urbanos. É a partir desse ponto que se dá o início do efetivo surgimento das agroindústrias no Norte Pioneiro.

No entanto, a falta de investimentos na infraestrutura desta região, por parte dos governos federais e estaduais, acabou dificultando o pleno desenvolvimento da maior parte das agroindústrias e dos demais setores da economia do Norte Pioneiro.

Este cenário agravou-se principalmente nos anos 1980, devido a grave crise econômica que o país atravessava.

Durante os anos 90, algumas agroindústrias da região reestruturaram a sua plataforma produtiva com investimentos em novos equipamentos e nova formatação em aspectos organizacionais, como foi o caso da Cia Café Iguaçu, associado ao surgimento de agroindústrias de torrefação e moagem de café em razão do aumento de consumo desse produto que é resultado da elevação do poder de compra da população na segunda metade dos anos 90. É neste mesmo momento, que tomam impulso as cooperativas, principalmente no Paraná, através de aportes de capitais por parte do Estado, e dentre essas é criada a Cooperativa Integrada, que nos anos seguintes realizaria intensos investimentos no Norte Pioneiro, com maior ênfase nos anos 2000.

Cabe ressaltar que é a partir dos anos 2000, que o BNDES retoma a sua função de instituição financeira provedora de desenvolvimento econômico. O BNDES teve uma decisiva presença nos anos 1950, 1960 e 1970, financiando projetos em vários setores da economia brasileira, tendo esses estreitas relações com a modernização da agricultura brasileira e também com a constituição e desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais deste país.

No entanto, com o aprofundamento da crise nas décadas de 80 e 90 e com a implantação da plataforma monetarista e neoliberal, esse banco não conseguiu atuar da mesma forma como havia atuado nas décadas anteriores, vindo inclusive, a fazer parte das políticas de privatização de várias empresas estatais.

Com as mudanças no panorama da economia nacional e mundial, através da ascensão dos preços das commodities no mercado externo e a necessidade da geração de divisas, acrescidos de novos elementos da esfera política a partir da plataforma de desenvolvimento econômico adotado pelo governo do PT, o BNDES teve que retomar suas características principalmente para os setores produtivos da economia brasileira. É desta forma, que são intensificados os fluxos de capital do BNDES para todo o Brasil, com concentrações desses investimentos no Sudeste e no Sul.

Diante desse novo contexto, a Mesorregião Norte Pioneiro, a partir dos anos 2000, passa a receber intensos fluxos de capital do BNDES, direcionados principalmente para ampliação e reestruturação das agroindústrias dessa região.

É necessário chamarmos a atenção para o fato do Norte Pioneiro não ter notoriedade frente as demais Mesorregiões do Paraná, no quesito de drenagem de crédito rural e também de capitais oriundos do BNDES, conforme apontamos no Capítulo II. Acreditamos que esse quadro, se estabeleceu devido a um conjunto de fatores que foram sedimentados ao longo do tempo, cujos principais pontos seriam a falta de estrutura viária satisfatória, com a ausência de ações do Estado que visassem o fortalecimento das forças produtivas nesta região, aliada a uma postura estagnacionista de grande parte dos latifundiários do Norte Pioneiro.

No entanto, através das análises expostas no capítulo III, durante os anos 2000, com a intensificação dos fluxos de capitais para o Norte Pioneiro, houve o fortalecimento das cadeias produtivas do milho, cana-de-açúcar, laranja e, principalmente, a de frangos e café, gerando um intenso movimento de reprodução ampliada do capital nas agroindústrias dessas cadeias.

Tais fluxos de capitais, oriundos do BNDES através de suas linhas de financiamento, possibilitaram que essas agroindústrias modernizassem as suas estruturas de produção, ampliando a capacidade produtiva, diversificando a produção e inserindo novos produtos no mercado consumidor. Algumas agroindústrias estudadas passaram a atuar em nichos de mercado no exterior, como foi o caso da Unidade de suco de laranja da Integrada em Uraí e do Grupo Pioneiro de Joaquim Távora, tendo esse último inserindo-se no mercado asiático e no Oriente Médio com cortes especiais de partes específicas do frango, com alto valor agregado.

O capital do BNDES além de promover um salto na capacidade de produção, proporcionou à empresa Grupo Dois Irmãos concretizar a estratégia de expansão espacial do seu mercado consumidor, através da compra de marcas de cafés com mercado consumidor consolidado em determinadas regiões do Paraná e do Estado de São Paulo. Além disso, o Grupo Dois irmãos passou a atuar no mercado de cafés especiais, aproveitando o cenário favorável desse produto no mercado consumidor nacional.

Consequentemente, além desses fluxos de capitais do BNDES proporcionarem esses avanços produtivos nessas agroindústrias, os mesmos foram responsáveis por dinamizar os outros elos dessas cadeias produtivas. Dentre esses elos beneficiados o principal deles foi a dos produtores rurais do Norte Pioneiro, pois fornecem a matéria-prima processada por essas agroindústrias. Até mesmo o perfil do crédito rural foi alterado em determinadas partes dessa região, principalmente nos municípios

que possuem criadores de frangos para o abate no Frigorífico Frangos Pioneiro, pertencente ao Grupo Pioneiro. Neste caso, o crédito rural para as atividades agrícolas nesses municípios foi ultrapassado pelos fluxos de crédito para as atividades pecuárias, no mesmo momento em que esse frigorífico investiu no aumento da sua capacidade produtiva, através dos aportes de capital do BNDES.

Portanto, o BNDES teve papel importante na expansão produtiva das agroindústrias no Norte Pioneiro, principalmente aquelas que fazem parte das cadeias produtivas mais importantes do Brasil. Os demais elos dessas cadeias também foram dinamizados, conforme apontamos anteriormente. Sendo assim, acreditamos que a presente pesquisa sirva de base para futuros estudos que visem compreender os impactos dessas agroindústrias na rede urbana dessa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Marta Rosa. **Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 37, p. 101-114, 1998.

ABPA. Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório anual 2017**. Disponível em: <http://www.abpa-br.com.br>> Acesso em: 12 de julho de 2017.

ALÉM, Ana Cláudia. O desempenho do BNDES no período recente e as metas da política econômica. **Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, 1998.

ALCANTARA, M. R. (2017) **A competitividade na produção de laranja: uma análise comparativa de custos no Brasil e estados unidos com ênfase na gestão e controle do Huanglongbing (HLB/Greening)**. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). FEAGRI/UNICAMP – Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325718>> Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

AMARAL, Gisele Ferreira; GUIMARÃES, Diego Duque; BELLIZZI, Felipe Machado. **O BNDES e a agroindústria em 2012**. Informe Setorial da Área Industrial, Rio de Janeiro, n. 30, [4] p., dez. 2013.

BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012. 226 p.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, v. 31, n. 62, p. 271-298, 2016.

BATISTA JR, Batista Júnior. **Plano Real, dependência e dívida externa**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Planejamento e Análise Econômica Aplicados à Administração, 1999.

BEL FILHO, Egmar, LIMA, Jaldir Freire et al. Apoio do BNDES à agroindústria: retrospectiva e visão de futuro. In: BNDES. **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**. Volume II. Brasília: BNDES, 2012.

BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

BELUZZO, Luiz Gonzaga Mello; COUTINHO, Luciano. Desenvolvimento e inserção externa nos anos 90: uma crítica à visão de Gustavo Franco. **Texto preparado para o IEDI, novembro, mimeo**, 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria. A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1981.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Crescimento da população do estado do Paraná. **FRESCA, TM; CARVALHO, MS Geografia e norte do Paraná: um resgate histórico. Londrina: Humanidades**, v. 2, 2007.

BIELSHOWSKY, R. **O Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 14 de março de 2017.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Livro verde: nossa história tal como ela é**. Rio de Janeiro: BNDES, 2017.

BRASIL. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em: 30 de junho de 2017

BRAY, Silvio Carlos; TEIXEIRA, Wilson Antonio. O processo de implantação e expansão do complexo canavieiro, açucareiro e alcooleiro no Estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 3, n. 3, p. 17-30, 1985.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: DINIZ, E. (org). **Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**. Rio de Janeiro: editora fgv, 2007.

CAFÉ BENETTI. Disponível em: < <http://www.benetticoffee.com.br/produtos/>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense--1900/1970**. Grafipar, 1981.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Legislação indigenista no século XIX. **história dos índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras**, p. 133-54, 1992.

CARSTEN, A.A . MEMORIALISTAS, VIAJANTES E INDIGENAS NA BACIA DO RIO DAS CINZAS NO PARANÁ. In: **XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012, Rio de Janeiro. XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça**. Rio de Janeiro, 2012. v. 1. p. 1-23. Disponível em: <
http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340399185_ARQUIVO_MEMORIALISTAS,VIAJANTESEINDIGENASNABACIADORIODASCINZASNOPARANAPdf>Acesso em: 19 de março de 2017.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia (Londrina)**, v. 8, n. 2, p. 135-141, 1999.

CENTRAL PRESS. **Sicredi sela parceria com Integrada Cooperativa Agroindustrial**. Disponível em: <[http:// http://www.centralpress.com.br/sicredi-sela-parceria-com-/integrada-cooperativa-agroindustrial/](http://http://www.centralpress.com.br/sicredi-sela-parceria-com-/integrada-cooperativa-agroindustrial/)> Acesso em: 17 de março de 2018.

CHOLLEY, André (1964). Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. **Boletim Geográfico**, nº 179 e 180. CNG: Rio de Janeiro.

COFFEEBREAK. **Café Iguaçu conclui aporte e vê recuperação na demanda.** Disponível em: <<http://coffeebreak.com.br/noticia/46689/Cafe-Iguacu-conclui-aporte-e-ve-recuperacao-da-demanda.html>> Acesso em: 17 de março de 2018.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br>> Acesso em: 01 de julho de 2017.

COOPERATIVA INTEGRADA (PARANÁ). **Balanço financeiro.** Londrina: 2011.

COOPERATIVA INTEGRADA (PARANÁ). **Balanço financeiro.** Londrina: 2012.

COOPERATIVA INTEGRADA (PARANÁ). **Balanço financeiro.** Londrina: 2013.

COOPERATIVA INTEGRADA (PARANÁ). **Balanço financeiro.** Londrina: 2014.

COOPERATIVA INTEGRADA (PARANÁ). **Balanço financeiro.** Londrina: 2015.

COOPERATIVA INTEGRADA (PARANÁ). **Balanço financeiro.** Londrina: 2016.

COSTA, Odah Regina Guimarães. Estruturas agrárias de Curitiba-Paraná no século XIX. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Curitiba, (43): 79-108, 1986.

COUTO, Ana Cristina Lima; TRINTIM, Jaime Graciano. O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira. **Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, v. 5, 2012.

CROCETTI, Zeno Soares. **Formação Sócio-Espacial do Paraná.** 2012. 355f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia UFSC, 2012.

CUNHA SOBRINHO, A.P. da; PASSOS, O.S.; SOARES FILHO, W. dos S. Cultivares porta-enxerto. In: CUNHA SOBRINHO, A.P. da; MAGALHÃES, A.F. de J.; SOUZA, A. da S.; PASSOS, O.S.; SOARES FILHO, W. dos S. (Ed.). **Cultura dos citros.** Brasília:Embrapa, 2013. v.1, p.233-292.

CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. **A atuação do Sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952/1996.** Campinas: Unicamp. IE, 1998. (Dissertação, Mestrado).

DELGADO, Guilherme da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.

DELGADO, Guilherme da C. **Do “capital financeiro” à econômica do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEPEC – BRADESCO. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. **Carne avícola: junho de 2017.** Disponível em: <http://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_carne_avicola.pdf> Acesso em: 13 de julho de 2017.

DER – Departamento de estradas de rodagem do Paraná. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/>> Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

DERAL – Departamento de Economia Rural. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=74>> Acesso em: 24 de junho de 2017.

DINIZ, A.N. **B/NDDES: de agente de desenvolvimento a gestor da privatização – 1952-2002.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

DO PARANÁ, MINEROPAR-Serviço Geológico. **Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná.** Escala base, v. 1, n. 250.000, 2006. Disponível em: http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/2_Geral/Geomorfologia/Atlas_Geomorfolologico_Parana_2006.pdf>Acesso em: 25 de março de 2017.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ECONODATA. Disponível em: <<http://www.econodata.com.br>> Acesso em: 15 de julho de 2016.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil.** 2002. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ESPÍNDOLA, Carlos José. A cadeia produtiva de frango de corte na América do Sul: considerações preliminares. **Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina.** Montividéu, 2008.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil.** 2015. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina/Campus de Florianópolis, Florianópolis, 2015.

FAVERET FILHO, Paulo de Sá Campello; PAULA, Sergio Roberto Lima de; DUARTE, Cristiano Boaventura. **O BNDES e a agroindústria em 2002.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 17, p. 187-199, 2003.

FAVERET FILHO, Paulo; PAULA, S. de. A agroindústria. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. BNDES**, v. 50, p. 77-99, 2005.

FIGUEIREDO, Adelson Martins; SOUZA FILHO, Hildo Meireles de; PAULLILO, Luiz Fernando de Oriani. Análise das margens e transmissão de preços no sistema

agroindustrial do suco de laranja no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 2, p. 331-350, 2013.

FOLHA DE LONDRINA. **Jaboti quer retomada das fábricas de polvilho**. Folha Norte Pioneiro, 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/jaboti-quer-retomada-das-fabricas-de-polvilho-786747.html>> Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

FOLHA EXTRA. **Nome do Estado, mas patrimônio do Norte Pioneiro**. 16 de abril de 2014, nº1127 ano 10. Disponível em: <https://issuu.com/folhaextra/docs/ed_1127> Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

GIMENES, Regio Marcio Toesca et al. Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais. In: **46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/112618/files/855.pdf>> Acesso em: 24 de agosto de 2016.

GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis Rodrigues. Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). **Agricultura em São Paulo, SP**, v. 41, n. 2, p. 57-87, 1994.

GONÇALVES, José Sidnei. **Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento do agronegócio**. São Paulo, v.35, nº 4. Abril de 2005.

GONÇALVES, José Sidnei; MARTIN, Nelson Batista; RESENDE, José Venâncio; VEGRO, Celso Luis R. **Novos títulos financeiros do agronegócio e novo padrão do financiamento setorial**. In: Informações Econômicas. São Paulo, v, 35, n.7, jul.2005, p. 63-90.

GONÇALVES, J.S. **Agronegócios: desenvolvimento e territorialidades em economias continentais**. Geografia Econômica – Anais de Geografia Econômica e Social, v. 4, p. 57-60 2012.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, v. 1, 1997.

GONZALEZ, Rafael Kuramoto; CUNHA, Sieglinda Kindl da. Trajetória de capacidade tecnológica da cia. Iguaçu de café solúvel. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, v. 10, n. 2, p. 05-28, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-IE, 1996.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 210 p.

GRIGOROVSKI, Paulo Roberto Esteves et al. **O BNDES e a agroindústria nos anos 90**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 13, p. 157-190, 2001.

GRUPO PIONEIRO. Disponível em: <[http://: http://www.pioneiroalimentos.com.br](http://www.pioneiroalimentos.com.br)> Acesso em: 04 de abril de 2017.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Editora Paz e Terra, 1985.

HOMEM DE MELO, F. O plano real e a agricultura brasileira: perspectivas. Revista de Economia Política, v. 19, n. 4, out./dez. 1999.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2017. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Banco de dados, 2017. Site <<http://www.ipardes.gov.br>> Acesso em: 30 de junho de 2017.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Disponível em: < <http://www.itcg.pr.gov.br/>> Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

JESUS JUNIOR, Celso de; ORMOND, José Geraldo Pacheco; SILVA, Adilis Andrade Clemente da. **O BNDES e a agroindústria**. Informe Setorial, Rio de Janeiro, n. 4, 4 p., dez. 2007

JESUS JUNIOR, Celso de; MORAES, Victor Emanuel Gomes de. **O BNDES e a agroindústria em 2010**. Informe setorial [da] Área Industrial, Rio de Janeiro, n. 20, p. [1-4], abr. 2011.

KERECKI, Márcio; SANTOS, Miguel dos. Programa de ação econômica do governo (paeg): do milagre econômico ao fim do sonho. **Revista Historiador**, v. 2, 2009.

KROETZ, LANDO ROGÉRIO, **Estradas de ferro do Paraná 1880–1940**. São Paulo, FFLCH–USP, 1985.

LATICÍNIOS CAROLINA. Disponível em: <http://www.latcarolina.com.br/>> Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

LEITE, Sérgio. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre. Editora da Universidade, UFRGS, 2001, pág. 61.

LENIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. **São Paulo: Abril Cultural**, 1982.

LESSA, C. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1983.

LOURENÇO, Luiz. Uns poucos que fizeram a diferença. 2007. In _____ TORMEM, Valdomiro (Org). **O Sucesso da Citricultura Comercial no Norte e Noroeste do Paraná**. Londrina: Midiograf, 2007.

MACCHIONE SAES, Maria Sylvia; HESSE ESCUDEIRO, Fulvia; DA SILVA, Christian Luiz. Estratégia de diferenciação no mercado brasileiro de café. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 8, n. 21, 2006.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**, v. 2, n. 3, p. 63-71, 1987.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e “a formação social como teoria e como método.” In: SOUZA, Mária Adélia Aparecida de (Org.). In: **O mundo do cidadão, um cidadão domundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 198-206.

MAMIGONIAN, Armen. (1999). **Padrões Tecnológicos Mundiais: o caso brasileiro**. **Geosul**, 14(28), 158-164.

MAMIGONIAN, Armen. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, v. 14, n. 28, p. 152-157, 1999.

MARGARIDO, Mario Antonio et al. Análise da transmissão de preços internacionais de suco de laranja para preços ao nível de produtor de laranja no Estado de São Paulo. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 3, p. 73-90, 1996.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007)**. Tese Dr., FFLCH –Departamento de Geografia, Programa de pós-graduação em Geografia Humana, USP. São Paulo, 2009.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **Industrialização e agricultura: o complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina**. Edunioeste, Cascavel – PR, 2006.
MEDEIROS, Marlon C. Estado, capital financeiro e agricultura no Brasil atual. **Anais do XI Encontro Nacional**, 2015.

MENEGUZZO, Isonel Sandino. **Considerações a respeito do conceito de depressão periférica aplicado ao Segundo Planalto Paranaense**. GEOGRAFIA (Londrina), v. 14, n. 2, p. 243-248, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6696>> Acesso em: 25 de março de 2017.

MENEGUZZO, I.S.; MELO, M.S. **Segundo Planalto Paranaense, geomorfologia. Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion/index.htm>> Acesso em: 24 de março de 2017.

MINEROPAR- Minerais do Paraná. **Atlas Geomorfológico do Estado Do Paraná** - Escala base 1: 500.000; Curitiba, 2006.

MONBEIG, Pierre. **Fazendeiros e pioneiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORICOCCHI, L.; GONÇALVES, J. S. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: Uma revisão crítica. São Paulo. **Informações Econômicas**. 1994. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec3-0894.pdf>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

MOTA, Lúcio Tadeu. **A construção do vazio demográfico e a retirada da presença indígena da história social do Paraná**. Pós-História, v. 4, p. 123-7, 1994.

MOTA, Lucio Tadeu. **A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi**. Revista de História Regional, v. 2, n. 1, 2007.

MOTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café**. São Paulo: Brasiliense. 1978.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec: EDUC. 1989. 149 p.

MÜLLER, Nice Lecocq. **Contribuição ao estudo do Norte do Paraná**. GEOGRAFIA (Londrina), v. 10, n. 1, p. 89-119, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10658/9346>> Acesso em: 21 de janeiro de 2017.

MUSSALAM, René. **Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**. 1974. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná/Campus de Curitiba, Curitiba, 1974.

NICHOLLS, William H. **A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65**. Revista Brasileira de Economia, v. 24, n. 4, p. 33-63, 1970.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná. 2018. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

OLIVEIRA, Alessandro Francisco Trindade de. **A internacionalização das empresas brasileiras: o BNDES e o incentivo aos grupos JBS e MARFRIG**. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Francisco Beltrão, Francisco Beltrão, 2015.

OLIVEIRA, Semí C. **A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970**. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.2, n.4, p.1-8, jun. 2009.

ORMOND, José G. P.; PAULA, Sergio R. L.; FAVERET FILHO, Paulo. **Café: (re)conquista dos mercados**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.10, p.3-56, set., 1999.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PADILHA, Willian. **O Papel do Crédito no Desenvolvimento das Cooperativas Agropecuárias**. Francisco Beltrão, 2014. 229 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PARANÁ, ÁGUAS. Instituto das Águas do Paraná. **Atlas dos recursos hídricos do Paraná**. 2010. Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br>> Acesso em: 20 de julho de 2017.

PAULA, E. S. Cornélio Procópio. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de; FRESCA, Tânia Maria. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 23-48.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRO TORK. Disponível em: <http://www.protork.com/>> Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

RABELO, Ricardo Fonseca. **Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil**. Economia & Gestão, v. 2, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/101>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 4, p. 5-34, 1981.

RANGEL, Ignácio. O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil. **Ensaio FEE**, v. 3, n. 2, p. 31-42, 1983.

RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre**. J. Zahar, 1985.

RANGEL, Ignácio. O quarto ciclo de Kondratiev. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 4, p. 40, 1990.

RANGEL, Ignácio. As crises gerais. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2, p. 46, 1992.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas** (vol. 1 e 2). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RESENDE, André Lara (1990). Estabilização e Reforma (1964-1967) IN ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 31^a reimpressão.

RIBEIRO, Marco Valério. As conquistas e desafios da citricultura paranaense. In: **Ciência e Prática**. Ano 11. Nº 43. Outubro/Novembro/Dezembro – 2011.

SABES, Jair Júnior Sanches. **Análise da competitividade da produção agrícola e do processamento da cadeia agroindustrial de suco de laranja concentrado congelado no estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012. 277 f.

SAMPAIO, Fernando dos Santos . Estudos de Geografia Industrial: o complexo citrícola brasileiro, gênese e desenvolvimento. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos**, 2008. p. 1-12.

SANTOS, Milton. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Revista Território, ano IV, nº6, jan./jun. 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, nº 54. São Paulo, Junho, 1977.

SECEX. Secretaria do Comércio Exterior. 2017. Disponível em: <<http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/orgaos/secretaria-de-comercio-exterior-secex>> Acesso em 01 de julho de 2017.

SEREIA, Vanderlei José; DA CAMARA, Márcia Regina Gabardo; DE OLIVEIRA GIL, Mirian. Competitividade das Exportações Brasileiras de Suco de Laranja no Período de 1990 a 2001. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 25, n. 1, p. 57-74, 2004.

SERRA, Elpidio. **Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná**. Boletim de Geografia, v. 10, n. 1, p. 61-94, 2011. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12893>> Acesso em: 16 de maio de 2016.

SILVA, Diânice Oriane da. **Transformações no espaço rural do norte pioneiro paranaense: estratégias de resistência e/ou permanência dos agricultores familiares no município de Jacarezinho/PR**. 2008. 272 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105029?show=full>> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

SILVA, Christian Luiz da; SAES, Maria Sylvia Macchione. Cocamar: contornos da crise e vocação estratégica de desenvolvimento regional. **CEP**, v. 81670, p. 310, 2008.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

SOUZA, Joaquim Vicente de. **Norte Pioneiro – Norte Velho, Siqueira Campos no cenário do norte do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TAVARES, M. C. et al. **O papel do BNDE na industrialização do Brasil – Os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980**. Memórias do desenvolvimento, n.4, p. 1-331, 2010.

TRINTIN, J. G. **A economia paranaense: 1985-1998. 2001.** (s.n), Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2001.

ZAMPIERI, D. **A cana-de-açúcar e o setor sucroalcooleiro (situação 2011 e tendências 2012).** Maio/2012. Disponível em: <
http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/cana_2011_12.pdf>
 Acesso em: 20 de junho de 2017.

ZYLBERSZTAJN, Décio; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; SANTOS, R. da C. **O sistema agroindustrial do café: um estudo da organização do agribusiness do café visto como a chave da competitividade.** Editora Ortiz, 1993.

VALOR ECONÔMICO. **Integrada, do Paraná, estreia no mercado de suco de laranja.** 29 de outubro de 2012. Disponível em: <
<http://www.valor.com.br/empresas/2883530/integrada-do-parana-estreia-no-mercado-de-suco-de-laranja>> Acesso em: 08 de dezembro de 2017.

VEGRO, Celso LR. Programa de auto-fiscalização da ABIC: a trajetória do selo de pureza do café. **Informações Econômicas**, p. 37-44, 1993.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte velho, norte pioneiro.** Gráfica Vicentina, 1987.

ANEXOS

Anexo I – Quadro síntese das operações financeiras das agroindústrias junto ao BNDES e suas resultantes dinâmicas espaciais no Norte Pioneiro

Cadeia Produtiva	Município	Empresa	Valor adquirido junto ao BNDES (R\$)	Investimentos realizados	Dinâmicas espaciais
Açúcar e Alcool	Jacarezinho	Usina Jacarezinho	22.938.660,00	Modernização e ampliação da capacidade produtiva. Compra de um equipamento para fabricação de etanol anidro. Modernização do processo de colheita.	- Elevação do número de funcionários empregados na planta industrial. Hoje a empresa conta com 470 nesse setor; - 970 funcionários na parte da colheita; - Funcionários oriundos de Jacarezinho e Ourinhos; - Surgimento de empresas no Norte Pioneiro especializadas na manutenção de equipamentos da usina; - Matéria-prima fornecida pelos municípios desta região; - Aumento da capacidade produtiva a partir dos anos 2000.
Milho	Andirá	Cooperativa Integrada	71.554.037,61	Implantação de uma nova planta industrial para processamento de milho, com capacidade para processar 240 mil toneladas dessa matéria prima por ano.	- Planta industrial inaugurada em 2015, e por isso passou a demandar mais milho dos produtores do Norte Pioneiro; - A Cooperativa também intensificou a obtenção milho das outras mesorregiões do Paraná, principalmente do Norte Central e algumas localidades do Oeste paranaense; - Intensificação comercial com as empresas de alimentos, principalmente do Sudeste e Sul do Brasil; - Implantação de novas unidades de recebimento de grãos em vários municípios do Norte Pioneiro; - Intensificação da exportação de derivados do milho, principalmente o fubá para a Angola; - Ampliação da plataforma de produtos derivados do milho, com um portfólio que chega a 28 produtos, e consequentemente ampliando os canais de comercialização; - Ampliação dos empregos diretos e indiretos, pois com uma planta industrial deste porte novos funcionários tiveram de ser contratados, juntamente com a demanda por empresas prestadores de diversos tipos de serviços.

Cadeia Produtiva	Município	Empresa	Valor adquirido junto ao BNDES (R\$)	Investimentos realizados	Dinâmicas espaciais
Frangos	Guapirama	Grupo Pioneiro	63801806,13	Construção de uma nova estrutura física para uma moderna planta industrial no município de Joaquim Távora. Ampliação da capacidade produtiva, através da compra de novos maquinários e equipamentos. Implantação de uma fábrica de rações.	- Aumento da produção de frangos em vários municípios do Norte Pioneiro, principalmente nos que pertencem as Microrregiões de Wenceslau Braz e Ibaiti; -
Laranja	Uraí	Cooperativa Integrada	-----	Implantação de uma unidade de processamento de suco de laranja. A estrutura produtiva montada possui a capacidade para processar 2,2 milhões de caixas de laranjas, com 40,8kg em cada caixa.	- Criação de postos de trabalho direto e indireto em Uraí e municípios vizinhos; - Aumento da produção de laranja em alguns municípios do Norte Pioneiro; - A laranja se tornou uma alternativa produtiva para diversos agricultores desta região; - Aumento do número de agricultores que se tornaram cooperados da Integrada; - Atuação em nichos de mercado no exterior (Ásia e Oriente Médio), onde os grandes players mundiais não atuam com tanta intensidade; - Acionamento de diversos seguimentos do setor de serviços, principalmente o de transporte;

Cadeia Produtiva	Município	Empresa	Valor adquirido junto ao BNDES (R\$)	Investimentos realizados	Dinâmicas espaciais
Café	Pinhalão	Cafeeira Benetti	698.000,00	Compra de máquinas e equipamentos para a expansão da capacidade produtiva. Implantação de uma unidade de comercialização de Café em Carlópolis. Expansão da frota de caminhões.	- Diversificação produtiva dentro da cadeia do café; - Expansão da produção de cafés especiais; - Inserção das agroindústrias em novos canais de comercialização; - Elevação da capacidade produtiva; - Compra de marcas regionais; - Produção terceirizada para várias marcas de café.
	Cornélio Procopio	Cia Iguaçu	88.979.203,76	Aquisição de novas máquinas e equipamentos. Obras na estrutura física da planta industrial. Reestruturações na parte produtiva para a obtenção de certificados e selos de qualidade.	
	Santo Antônio da Platina	Grupo Dois Irmãos	1.170.000,00	Aquisição de novas máquinas e equipamentos. Obras na estrutura física da planta industrial.	
	Nova Fátima	Olicafé	306.000,00	Compra de uma máquina empacotadora e reformas na parte física do prédio onde funciona a agroindústria.	